

Entre “formas hesitantes e bastardas”: ensaísmo, modernismo e escrita da história em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda

DALTON SANCHES

Entre “formas hesitantes e bastardas”: ensaísmo, modernismo e escrita da história em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda (1920-1956)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.

Área de concentração: Poder e Linguagens.

Linha de pesquisa: Ideias, Linguagens e Historiografia.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi
(UFOP-UFRGS)

MARIANA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
2013

S211e

Sanches, Dalton.

Entre "formas hesitantes e bastardas" [manuscrito]: ensaísmo, modernismo e escrita da história em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda / Dalton Sanches. - 2013.

240f.:

Orientador: Prof. Dr. Fernando Nicolazzi.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História.

Área de Concentração: Poder e Linguagens.

1. Modernismo. 2. Holanda, Sérgio Buarque de, 1902-1982. 3. Brasil - Historiografia. I. Nicolazzi, Fernando. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 82-94(81)



Dalton Sanches

"Entre formas hesitantes e bastardas: ensaísmo, modernismo e escrita da história em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda (1920-1956)".

Dissertação apresentada ao programa de Pós-graduação em História da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Dr. Fernando Felizardo Nicolazzi
UFRGS

Prof. Dr. Sérgio Ricardo da Mata
UFOP

Prof. Dr. Henrique Estrada Rodrigues
PUC-RIO

*Para meus pais, Graça Bigão Sanches e
Luiz Antonio Sanches, pelo apoio
incondicional.*

RESUMO

Tendo como um dos eixos norteadores a reflexão acerca do gênero *ensaio*, e, subsumida a essa, a noção de *ensaio histórico*, propomos, mediante a obra *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, relações entre essa forma de escrita e certa prática historiográfica da primeira metade do século XX brasileiro, perscrutando tanto suas interseções com outras modalidades discursivas – crítica da linguagem e inovações estéticas promovidas pelo Modernismo – quanto com os aspectos críticos do método histórico. Com o intuito de deslindar, na primeira parte da dissertação, certos aspectos contextuais da experiência temporal constituinte do controverso discurso modernista, procuramos evidenciar, mediante alguns dos seus textos de juventude, o modo como a atuação do crítico literário Sérgio Buarque conforma dimensões da escritura do seu livro primeiro. Já na segunda parte da dissertação, momento no qual melhor se estreita o trabalho com as fontes que respaldam estas reflexões, isto é, as primeiras três edições de *Raízes do Brasil* (1936, 1948, 1956), tencionamos realizar análises comparativas de algumas modificações textuais – em nível micro e macro – efetuadas pelo ensaísta ao longo das subseqüentes publicações da obra. Considerando-a na historicidade que perpassa as edições em questão, sugerimos que ela condensa tensões que, se não caracterizaram, em âmbito mais amplo, o itinerário do ensaísmo como atividade propícia ao “regime historiográfico” brasileiro do período, ao menos resguardam ao autor posição epicentral no que tange às modulações da disciplina histórica no contexto da primeira metade do século XX brasileiro: “autor-ponte” entre o Modernismo e a historiografia acadêmica. Posição essa que se revela, ainda, em sua própria preocupação atualizadora do pensamento, resguardada por sua imbricada relação entre consciência histórica e política, e configurada, por sua vez, na constante reescrita de *Raízes do Brasil*. As modificações efetuadas nesse livro extrapolam o âmbito estilístico e esbarram em questões fundamentais, por exemplo, de alterações metafórico-conceituais, as quais revelam o seu cuidado incessante com o sentido da narrativa; sentido que, na configuração tropológica dessa obra seminal, jamais é alheio ao aparato de dispositivos formais utilizados.

PALAVRAS-CHAVE: Ensaísmo; Modernismo; *Raízes do Brasil*; Sérgio Buarque de Holanda; Historiografia Brasileira

ABSTRACT

Having as a guiding principle some reflections about the *essay* genre, and, subsumed to this, the notion of the *historical essay*, we propose, through Sérgio Buarque de Holanda's *Roots of Brazil*, relations between this form of writing and a certain historiographical praxis of the first half of the Brazilian twentieth century, scrutinizing both its intersections with other discursive modalities – linguistics criticism and aesthetics innovations promoted by the Modernist movement – and as the critical aspects of historical criticism. In order to disentangle, in the first part of the dissertation, certain contextual aspects of the experience of time constituent to the controversial modernist discourse, we intend to show, through some of his younger writings, how the role of Sérgio Buarque, the literary critic, conformed dimensions of the writing of his first book. In the second part of the dissertation, at which we work closer to the sources which support these reflections, i.e., the first three editions of *Roots of Brazil* (1936, 1948, 1956), we intend to carry out comparative analysis of some textual changes – in the micro and macro levels – made by the essayist over the subsequent publications of that work. Considering the historicity that permeates the editions in matter, we suggest that the book concentrates tensions, if not characterize, in the broader context, the itinerary of essay writing as a conductive practice to the Brazilian “historiographical regime” of the period, and at least enshrines the author's epicentral position regarding the modulations of the historical discipline in the context of the first half of the Brazilian twentieth century: an “author-bridge” between Modernism and “professional history”. Position which is even revealed in his concern of upgrading thought, sheltered by their intertwined relationship between historical and political consciousness and configured, in turn, by the constantly rewriting of *Root of Brazil*. The changes made in this book go beyond the stylistic scope and run into fundamental matters, such as, metaphorical and conceptual changes, which reveal his care with unrelenting narrative meaning; meaning that, in the topological configuration of this seminal work, is never unaware of the formal apparatus used.

Keywords: Essay writing; Modernism; *Roots of Brazil*; Sérgio Buarque de Holanda; Brazilian historiography

SUMÁRIO

Agradecimentos	I
Introdução	1

PRIMEIRA PARTE

1.1 Escritas de (e sobre) <i>Raízes do Brasil</i>	29
1.2 Da missão modernista à profissão historiadora. Ou: um universitário modernista de primeira hora	44
1.3 Recuperar o ser-obra das <i>Raízes do Brasil</i>	52
2.1 O ensaísmo brasileiro entre “estilo moderno” e “estilo acadêmico”: um falso dilema	55
2.2 Imagens invertidas do ensaísmo brasileiro: breves considerações sobre os casos alemão e francês	58
2.3 O ensaísmo brasileiro e seu “espírito científico”: “desespecializando-se, buscou penetrar no seu hálito todas as concepções humanas”	68
3.1 <i>Raízes do Brasil</i> e os conteúdos de sua forma	76
3.2 Antessala das <i>Raízes do Brasil</i> : a experiência da linguagem no jovem modernista	80
3.3 <i>Raízes do Brasil</i> e a linguagem dos paratextos	91

SEGUNDA PARTE

1.1 Ainda o patriarcalismo como espelho da nação: <i>Raízes do Brasil</i>, 1948	98
1.2 Erudição e imaginação. Ou: a história acadêmica entre “formas hesitantes e bastardas”	102
1.3 A passadidade do “passado agrário” como “herança rural”: uma reflexão metaforológica	109
2.1 Marcas da herança na “Nossa Revolução”	119
2.2 O tempo que ainda resta das raízes do Brasil, 1956	131
2.3 Compreender o regime historiográfico de <i>Raízes do Brasil</i> , 1936	140
3.1 “Cairú e suas idéias”: sinédoques da cultura bacharelesca e sua herança contemporânea	174
3.2 Heranças rurais no controverso discurso modernista? Uma rivalidade político-literária	187
3.3 Discursos indiretos: Sérgio Buarque narrador de ficção?	193
Considerações finais	208
Referências bibliográficas	210

Agradecimentos

Pensamos que a parte mais teleológica da narrativa de uma dissertação ou tese seja a reservada aos agradecimentos, pois, sendo geralmente a última etapa com a qual nos ocupamos, vamos desde já, antes mesmo de o trabalho tomar sua mínima forma, prefigurando os nomes que definitivamente poderiam deixar de figurar neste espaço. E, a despeito de restar sempre a dúvida dilacerante sobre possíveis estimadas pessoas vítimas de nosso esquecimento, passamos todo o período da Pós-graduação listando as que, direta ou indiretamente, foram parte constituinte do trabalho. Nesse sentido, esperemos que *Mnemosyne* tenha sido generosa conosco.

Gostaríamos de mencionar, primeiramente, Fernando Nicolazzi como figura central na realização desta dissertação. Desde os primeiros tateios no campo da pesquisa, ainda na Iniciação Científica, buscou como orientador promover sempre a reflexão crítica a respeito do fazer historiográfico; sensibilizando-nos para a consciência de que todas as etapas da operação historiográfica são constituídas por uma “ordem do discurso”, a qual possibilita – ao mesmo tempo em que interdita – o que é passível de se dizer nessa modalidade particular de discurso sobre os tempos pretéritos. Imensurável, também, foi a sua postura compreensiva diante de nossas inseguranças como pesquisadores iniciantes, cujas consequências acarretaram, às vezes, em temor e mesmo paralisação da escrita, mas que, ao fim, esvaíam-se mediante suas palavras sinceras e incentivo amistoso. Se acaso não soubemos aproveitar a autonomia intelectual por ele estimulada ao longo desses anos – apesar da distância que separa as cidades de Mariana e Porto Alegre – o ônus é todo nosso.

É pertinente destacar, ainda, que todo o trabalho de transcrição digitalizada da primeira edição da obra *Raízes do Brasil*, bem como o seu posterior cotejamento, contaram com o suporte indispensável de Fernando Nicolazzi e outros bolsistas vinculados a projetos por ele orientados: Piero Detoni, Clayton Ferreira e Tatiana Moll Gonçalves. O auxílio de Mauro Franco, também, foi essencial na etapa final do cotejamento das três primeiras edições do livro.

Vale destacar, também, o imprescindível apoio institucional dispensado à pesquisa, por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na Iniciação Científica, e do Programa de Bolsas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), durante todo o período vigente do mestrado.

De extrema importância foi, ao longo de toda a graduação e mestrado, o apoio oriundo do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM), dessa mesma Universidade, que, acolhendo esta pesquisa desde o seu início, colaborou substancialmente para o nosso amadurecimento enquanto pesquisadores e docentes em formação. Nesse sentido não poderíamos deixar de devotar gratidão aos esforços empreendidos – dentro e fora das salas de aula – por Valdei Lopes de Araujo, de quem somos tributários da infundável indagação sobre os pressupostos que fundamentam o discurso historiográfico em suas múltiplas temporalidades e situações específicas. Se escapou-nos, aqui, a apreensão mínima das caras lições que envolvem os meandros do ofício, ministradas por ele nas disciplinas da graduação e Pós-graduação, tomamos para nós a inteira responsabilidade por isso.

Semelhantes impressões são estendidas a Mateus Henrique de F. Pereira (“Fala aí, rei!”), pois suas aulas, nas quais Apolo e Dionísio se encontram em constante conflito, foram fundamentais no sentido de sugerir-nos que certas dimensões da história podem, às vezes, ser experienciadas e escritas com humor levado bastante a sério. O agradecemos, ainda, pela oportunidade preciosa de poder exercitar, em estágios na disciplina de História do Brasil IV, uma dimensão importante da profissão: a docência. Cabe sublinhar o seu não menos importante papel de coorientador informal deste trabalho, cujo acompanhamento e suporte foram dados ainda nos momentos em que tudo isso era apenas projeto e hesitação.

Ao Sérgio da Mata somos gratos, igualmente, pelas conversas sobre o seu xará, desde a graduação. Suas aulas eruditas e intervenções intempestivas, às vezes apressadamente pelos corredores do ICHS, foram fundamentais, tanto para a nossa formação geral quanto para dimensões importantes da dissertação. O agradecemos, ainda, pelo aceite imediato para compor a banca de qualificação e defesa do trabalho.

Aos professores e amigos que de algum modo contribuíram para a viabilidade destas páginas: Emílio Maciel, grande amigo e companheiro de república, pelas incontornáveis ideias e leituras atentas de partes importantes deste trabalho, pelas sessões de psicanálise selvagem e pelas conversas noites a fio, nas ruas e bares de Mariana, sobre cinema, música, literatura...; Melliandro Galinari, grande amigo e “Companheiro” de república, pela prosa sempre entrecortada de ensinamentos, bom humor, revolta e perfeitas imitações; Alexandre Agnolon e Aline Araujo, pelos

encontros divertidos e a sempre acolhedora estada em Mariana; Luiz Estevam de O. Fernandes, pelas eruditas disciplinas da graduação e Pós, cujos textos e debates propostos foram certamente imprescindíveis à escritura deste; Marcelo Abreu e Luiza Rauter, pelo incentivo sempre amistoso; Helena Mollo e Virgínia Buarque, pelas oportunidades junto a projetos institucionais e confiança irrestrita; Marcelo Rangel, pelas aulas e encontros cafeinados repletos de erudição; Marco Antonio Silveira, pelas eruditas aulas, encontros acolhedores e bem humorados, e pela compreensão enquanto Coordenador do PPGHIS; Ronaldo Pereira de Jesus, pelas provocantes disciplinas da graduação e divertidas conversas pelos corredores do ICHS; Duda Machado, a quem devemos gratidão pelos ensinamentos acerca da complexidade e dignidade do texto de ficção diante da rotinização de sua prática a fins que não levam em conta sua particular inscrição no mundo social; Crisoston Terto Vilas Boas, pelas impactantes aulas de antropologia na graduação, bem como pelas conversas informais, das quais transbordavam ensinamentos que, entre outras coisas, nos estimularam o olhar de estranhamento diante do familiar – e vice-versa –, imprescindível ao exercício de perquirição do passado outro; Ivan Antonio de Almeida e José Arnaldo Coelho de A. Lima (*in memoriam*), pelas sábias e sinceras palavras, desde quando ainda éramos alunos desorientados do primeiro semestre da graduação.

À Janaína Tette, secretária do PPGHIS, somos especialmente gratos pela solícita e competente orientação quanto aos trâmites da bolsa, matrículas, relatórios e todas as transações responsáveis pelo bom funcionamento dos trabalhos.

A todos os funcionários do ICHS, gostaríamos de agradecer enormemente em nome de: Rosimeire da Fonseca (Meire), pelo zeloso e rigoroso trabalho à frente da Secretaria da Diretoria; Lindomar Pedroza, pelo competente, atencioso, preciso e bem-humorado trabalho à frente da Seção de Ensino; Virgínia M. Martins da Costa, pelo sempre paciente e sereno atendimento na Seção de Extensão do Instituto; e Antônio Calixto da Silva (Toninho), pelo zelo constante para com o espaço do Instituto, resolvendo, por meio de sua polivalência, os mais variados “pepinos” (in)imagináveis.

Pelo trabalho dos funcionários da Biblioteca Alphonsus de Guimaraens, nossos agradecimentos vão em nome de: Geraldo Eustáquio Alves (Geraldinho), Jesu Gomes Moreira e da cuidadosa e competente bibliotecária Michelle Karina.

Aos amigos feitos na graduação e no movimento estudantil, agradeço em nome de José Carlos Silvério (Rone), Rodolfo Chaves (Rodox), Sueli do Carmo (Su), Rafael Fani, Gabriel (Thunder) Silva, Gilson Cesar (Gilsim), Túlio (Bagulho) Lopes, Lucas Reis, Vanessa Almeida, Mariana Fessel, Evando (Jesus) Gasque e Thiago Reis dos Santos. Aos três primeiros, agradeço, ainda, pela convivência duradoura nas repúblicas Pocilga e Sé, cujo apoio irrestrito, tolerância e confiança foram essenciais à minha formação como profissional e, mais ainda, como pessoa.

À Lívia Helena dedico especial atenção, pois, sendo companheira inseparável durante toda a trajetória da graduação, proporcionou inesquecíveis momentos prazerosos e de muitas risadas, além de suportar situações difíceis de incertezas, indecisões e angústias. Sempre com seu jeito espirituoso e sereno de encarar as coisas da vida, contribuiu substancialmente para o meu crescimento enquanto pessoa mais compreensiva e tolerante.

Sou grato, também, ao Gabriel (Boça) Conselheiro, Mauro Franco, Giorgio Lacerda e David Lacerda, pelos divertidos encontros e discussões na república Vúlvaros.

Aos amigos feitos na Pós-graduação, Eduardo Cardoso (“Cor Local”) e Pedro Telles (“Esquecido”), pelos momentos prazerosos, de muitas risadas e discussões variadas, quando de sua estada em Mariana.

À nossa turma, agradecemos em nome de Piero Detoni, Rodrigo Machado, André Ramos, Gisela Morena e Vanessa Carnielo, pelos enriquecedores debates nas disciplinas. Ao primeiro, dirigimos especial atenção, ainda, no sentido de ter compartilhado bons momentos e semelhantes inseguranças na realização dos trabalhos sob a cara orientação de Fernando Nicolazzi.

São ainda dignos de menção: Pablo Bráulio de Souza (Pablito), pela longa convivência sempre paciente e repleta de ensinamentos (“saca, cara?”) em Mariana, e pelo suporte e acolhida em São Paulo, quando de nossas pesquisas no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP); Isis Pimentel, pela impactante disciplina de História Contemporânea, na graduação, e, tempos depois, pela amizade cativada nas breves porém divertidas convivências em plagas marianenses; Bruno (Painho) Andrade e Julia (Garota Enxaqueca) Rodrigues, pelos encontros sempre regados a muitas risadas inteligentes e bonitas; Ednaldo Candido (“sem derrota?”) e Joana Wildhagen, pela

amizade, recepção e acolhida calorosa em Campinas e Valinhos, quando de nossas pesquisas na Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda (UNICAMP).

Aos moradores das repúblicas Pocilga e Sé, pela acolhida nos momentos em que mais precisei, entre os anos 2005 e 2009, agradeço em nome de Antonio (Tchuim) Netto, Vinicius (Traquinas) Leal, Christiane Scabello, Maykon Rodrigues, Rodolfo Chaves (Rodox), José Carlos Silvério (Rone) e Max (Hazel) Costa.

Ao Felipe Pascucci, pela nova amizade, conversas intensas noites a fio e apoio nos momentos difíceis. Em seu nome, estendo minha gratidão a todos os moradores da extinta república Exílio; Através de Jorge Vieira, Camila Kézia e Guilherme Souza (Gui) agradeço as acolhidas e festas proporcionadas por todos os ilustres moradores da república Mocada.

Em nome de Giorgio Lacerda, Tauãna Terra e Rodrigo Machado, agradecemos pela convivência amistosa como membros do Conselho Editorial da Revista *Cadernos de História*; estendemos gratidão, aliás, a todos os ex-membros que deixaram suas marcas indeléveis na construção e manutenção dessa revista do corpo discente do DEHIS/UFOP;

Gostaríamos de agradecer mais de perto aos “buarcólogos”: Henrique Estrada Rodrigues, pelas sugestões e ideias iluminadoras para estas reflexões, desde a Iniciação Científica. O agradecemos, ainda, pelo aceite imediato do convite para compor as bancas de qualificação e defesa deste; João Cezar de Castro Rocha, pela leitura interessada e sugestões eruditas ainda em uma versão prévia e lacunar do projeto de mestrado; Thiago Lima Nicodemo, pelas breves porém elucidativas conversas e debates nos encontros e Seminários de História da Historiografia, e também por ter gentilmente nos cedido um importante texto de sua autoria, ainda em versão “mimeo”; Gabriel Santos da Silva, que, desde a graduação, compartilhou pontos e indagações semelhantes nos estudos de *Raízes do Brasil*; Raphael Guilherme de Carvalho, com quem temos compartilhado inseguranças de pesquisadores iniciantes nessas complexas e tortuosas sendas, mas também por termos estabelecido pontos de afinidades interessantes sobre a obra seminal do historiador brasileiro; e, por fim, somos enormemente gratos a Abilio Guerra, por ter gentilmente nos disponibilizado uma cópia digital de um interessante texto de sua autoria, de difícil acesso, o qual fora publicado, em 1989, numa revista de número único.

Agradecemos à Lívia Barão Freire Viera, pelo atencioso atendimento no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP); Isabella Nascimento Pereira e Joana D'arc da Silva Pereira, da Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda – Biblioteca Central César Lattes (UNICAMP), pela solícita disponibilidade na seleção do precioso material relacionado ao escopo da pesquisa. Ao Jorge Romero (Ceará), do IEL-UNICAMP, agradecemos pelo empréstimo urgente de sua máquina fotográfica, quando da digitalização dos livros da Coleção Especial.

À equipe do Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas (SIARQ), pela disponibilização imediata de algumas fontes digitalizadas, alocadas no Fundo Sérgio Buarque de Holanda.

Não poderia deixar de mencionar os velhos amigos de Mariana, os quais, além das experiências musicais e dos “sucos de cevada” compartilhados, proporcionaram-me a experiência do fantástico mundo das *mountain bikes* “nestes penhascos” da Região dos Inconfidentes: Dinho Bento, Guilherme (Carlão) Maciel, Roberto (Cica) Júnior, Rômulo Costa (Romim), Marcello Baía Nicolato, Francisco Martins, João Paulo Martins e Juliano (Cannondale) Neves; Rodrigo (Drummer) Costa, pelas estimulantes aulas teóricas de bateria; Dirceu Alves (Didi), pelos “X-Didi’s” e momentos divertidos no Bar Sagarana. Em nome de Jackeline Martins agradeço a companhia sempre prazerosa e divertida das meninas de Passagem. Menciono, ainda, as amigas Kátia Fonseca, Anna Catharina, Shisa Martins, Thainá Cunha, Kekel Xavier e Sara Araujo. Essa última, embora não seja de Mariana, foram as circunstâncias engendradas nessa espacialidade que me propiciaram o prazer de conhecê-la e compartilhar bons e inesquecíveis momentos. Ao vizinho da Rua Barão de Camargos, Wenilton Marques, somos muito gratos pelo solícito empréstimo do sinal de internet, sem o qual parte considerável do trabalho não poderia ser plenamente realizado.

Aos caros amigos de minha cidade natal, Ponte Nova, os quais, de algum modo, participaram do processo de feitura deste, seja perguntando pelo seu andamento, compartilhando das inseguranças ou suportando as reclamações, agradeço em nome de: Luiz Gustavo Cotta (Gugu), Carlos Inácio Neto (Carlim), Arthur (Primata) Vinih, Juliana Solar (Juju), Jéssica Tavares, Guilherme Sabino (Slash) e Raphael Baía Nicolato (Zito).

Dedicatória especial é endereçada a Graça Bigão Sanches e Luiz Antonio Sanches. Como pais atenciosos e de dedicação incondicional, concederam-nos, a despeito, às vezes, dos limitados recursos, relativa liberdade para o que quiséssemos nos tornar enquanto pessoas, independente das pressões sociais por sucesso financeiro imediato. Agradeço aos irmãos Alex Sanches e Alisson Sanches, pela força despendida sempre nos momentos decisivos e difíceis de minha vida profissional e pessoal. Sou grato, também, ao apoio e incentivo vindos dos primos Luiz Henrique (Tozinho), Samira Albergaria, Caio Bigão Albergaria e da tia Neuza Bigão.

Por fim, àqueles que, por falha de memória, não se viram aqui contemplados com a menção aos seus nomes, e que direta ou indiretamente participaram deste trabalho, agradecemos imensamente pela força e energias dispensadas.

“Como o cão fareja melhor a presa quando esta se move, e ao mover-se lança no ar a nuvenzinha de seu odor, assim a percepção e o pensamento captam melhor o variável que o constante”.

José Ortega y Gasset (“Las dos grandes metáforas”, 1963 [1924])

NOTA PARA A LEITURA

Sempre que possível, procuramos consultar as primeiras edições das obras estudadas ou, quando fosse o caso, edições relativas ao período de estudo. As citações feitas neste trabalho obedecem à seguinte escolha: em língua portuguesa, elas seguem *ipsis literis* à fonte consultada, sem que houvesse qualquer atualização ortográfica ou gramatical para os textos mais antigos; aquelas feitas de textos em outras línguas, seguem com nossa tradução.

Introdução

Antes que apresentemos a lógica expositiva pela qual tencionamos alinhar os problemas colocados por esta dissertação, caberia a prefiguração de algumas palavras no sentido de preparar o eventual leitor para a amplitude desses problemas, bem como para o grau de dificuldade com que se mostrou o empreendimento. Compartilhando das mesmas impressões de um dos pioneiros estudiosos da obra de Sérgio Buarque de Holanda, no que essa tem em sua relação com a experiência modernista cara ao autor, principalmente em suas seminais *Raízes do Brasil*, argumentamos que uma leitura rigorosa das linhas destas nossas reflexões evidenciará, facilmente, que as intuições de muitas das questões sugeridas ultrapassarão o que se poderá extrair do que concretamente se efetivou em seu desfecho. Onde se verificará, talvez, certa falta de um contrabalanceamento na economia geral do texto, dividido em duas partes na dissertação.¹ Quanto ao dobrado grau de dificuldade em se estudar uma obra e um autor tão complexos quanto o são *Raízes do Brasil* e “um homem compósito”² como o seu criador, muitos dos recentes trabalhos, como veremos, já deram o seu testemunho. João Cezar de Castro Rocha, em ensaio sobre a enigmática rivalidade entre o historiador paulista e o pernambucano Gilberto Freyre, fala sobre o caráter paradoxal do “autor-matriz” e do “texto-matriz”. Próximo do que Dominick LaCapra designará, como também veremos, ser a dupla dimensão constituinte de um texto complexo, a saber, o seu caráter “documentário” e o seu “ser-obra”, Castro Rocha sustenta que “o autor-matriz é aquele cuja obra, pela própria complexidade, autoriza a pluralidade de abordagens, pois elementos diversos de sua obra podem ser valorizados através de articulações teóricas igualmente diversas”.³ Porém, adverte o estudioso, se é inerente ao autor-matriz, por sua riqueza mesma, suscitar o “eterno retorno de querelas hermenêuticas e metodológicas”, combustível necessário de inovação e ampliação de um determinado sistema intelectual, ele pode, contudo, como não é incomum, ser tido

¹ CASTRO, Conrado Pires de. “O texto e seus contextos: palavras introdutórias”. In: _____. *Com tradições e contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2002, p. 22.

² SILVA, Gabriel Santos da. “Um homem compósito”. In: _____. *Sua fraqueza foi sua força: a plasticidade em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2012, p. 74.

³ ROCHA, João Cezar de Castro. “Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária”. In: *Dicta&contradicta*, n. 9, Guilherme Malzoi Rabello (org.) – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; São Paulo: IFE, 2012, p. 12.

apenas como mero pretexto para se firmar posições acadêmicas, institucionais, políticas e alianças previamente estabelecidas; nessa lógica, quanto mais importante ele se revelará, porém tanto menos sua obra se tornará legível. Eis o paradoxo que ameaça o autor e o texto-matriz. “Afinal, em lugar de novas leituras do texto, ocorre uma concentração na periferia da fortuna crítica. Concentração, aliás, indevida – deixemos a ociosa diplomacia de lado”.⁴ Isso posto, daremo-nos por satisfeitos se esta modesta contribuição, caso ela tenha minimamente alcançado seus objetivos, empreendeu nova leitura de uma diminuta parcela desse texto-matriz, desvelando, em diálogo constante com outros importantes estudos, possíveis dimensões inexploradas das complexas e enigmáticas *Raízes do Brasil*.

Pois bem, tendo como um dos eixos norteadores a reflexão acerca do gênero *ensaio*, e, subsumida a essa, a noção de *ensaio histórico*, propomos reflexões acerca das relações dessa forma de escrita com certa prática historiográfica da primeira metade do século XX brasileiro, perscrutando tanto suas interseções com outras modalidades discursivas – crítica da linguagem e inovações estéticas promovidas pelo Modernismo – quanto com os aspectos críticos do método histórico. Com o intuito de deslindar, na primeira parte da dissertação – e de modo bastante abrangente, é de bom grado frisar –, certos aspectos contextuais da experiência temporal constituinte do controverso movimento modernista, procuramos evidenciar, mediante alguns dos seus textos de juventude, o modo como a atuação protagonista do crítico literário e cronista Sérgio Buarque conforma dimensões da escritura do seu livro primeiro. Dessarte, as continuidades, portanto, das preocupações do jovem modernista “ganham expressão na obra, ou mesmo se modificam neste itinerário”.⁵ Já na segunda parte da dissertação, momento no qual melhor se estreita o trabalho com as fontes que respaldam estas reflexões, isto é, as primeiras três edições de *Raízes do Brasil* (1936, 1948, 1956), tencionamos realizar análises comparativas de algumas modificações textuais efetuadas por Sérgio Buarque de Holanda ao longo das subsequentes publicações da obra. Considerando-a na historicidade que perpassa as edições em questão, sugerimos que ela condensa tensões que, se não caracterizaram, em âmbito mais amplo, o itinerário do

⁴ *Idem, Ibidem*, p. 12, 13.

⁵ AVELINO FILHO, George. “As raízes de *Raízes do Brasil*”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, setembro de 1987, p. 33.

ensaísmo como atividade propícia ao “regime historiográfico”⁶ brasileiro do período, ao menos resguardam ao autor posição epicentral no que tange às modulações da disciplina histórica no contexto da primeira metade do século XX brasileiro: “autor-ponte” entre o Modernismo e a historiografia acadêmica.⁷ Posição epicentral essa que se revela, como melhor veremos, em sua própria preocupação atualizadora do pensamento, resguardada por sua imbricada relação entre consciência histórica e política, e configurada, por sua vez, na constante reescrita de *Raízes do Brasil* em seu diálogo com outros contextos.

Embora durante toda sua vida intelectual Sérgio Buarque mantivesse uma obstinada preocupação com a questão do estilo,⁸ as mudanças, no seu livro de estreia,

⁶ Acoplada à noção mais abrangente de regime de historicidade, a categoria regime historiográfico vem despertando a atenção de alguns autores no sentido de desdobrá-la em sua potencialidade reflexiva, ao menos naquela que diz respeito ao trato do passado tendo em vista uma linguagem específica mobilizada pelos historiadores. Enquanto que para François Hartog e o antropólogo Gérard Lenclud a categoria regime de historicidade “definiria uma forma culturalmente delimitada, portanto convencional, de relação com o passado, sendo a historiografia uma destas formas e, enquanto gênero, um elemento sintomático de um regime de historicidade englobante”, autores como Fernando Nicolazzi, entre outros, sustentam que, embora subsumida àquela – e não se situando exatamente no mesmo plano –, regime historiográfico demonstraria sua força heurística na medida em que pudesse equacionar as variegadas formas tomadas por “formulações discursivas assumidas pelo saber histórico, seja na escrita efetiva de histórias, seja em textos voltados para a reflexão sobre as maneiras segundo as quais tal escrita poderia ou deveria assumir” em determinado regime de historicidade. Se a prevalência desse, arremata Nicolazzi, “abre e circunscreve formas variadas de representação da experiência de tempo, falar em termos de regimes historiográficos significa considerar os distintos modos através dos quais tais representações se converteram ou não em modalidades de saber que pretendiam assumir o estatuto de discurso verdadeiro sobre aquela experiência, seja ela voltada para o ‘passado histórico’, seja para o próprio presente no qual o saber é produzido. Nas palavras de Claude Calame, ‘pode-se, então, imaginar que a história, enquanto saber compartilhado, se funda notadamente sobre nossas percepções e nossas maneiras de viver praticamente a história enquanto passado, mas que este saber é também constantemente remodelado pelos historiadores com a ajuda de meios de ordem essencialmente discursiva’”. NICOLAZZI, Fernando. “A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história no Brasil, 1870-1940”. *Mimeo*, 2013, p. 11; 14. Texto apresentado na ocasião do *I Seminário de História e Cultura: Historiografia e Teoria da História*, ocorrido entre os dias 24 e 27 de junho de 2013, na Universidade Federal de Uberlândia. Para uma teorização mais precisa e melhor desenvolvida da noção de regime de historicidade, cf. HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

⁷ Cumpre destacar que a noção metafórica de “ponte”, na qual nos inspiramos aqui – e que, como veremos adiante, será reelaborada e desenvolvida por outros autores – encontra-se aventada no importante texto da discípula e ex-assistente de Holanda na cátedra de História da Civilização Brasileira: “Há uma ponte na [sua] formação intelectual [...] entre a militância modernista e a vocação de historiador, que valeria a pena ser mais esmiuçada”. DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 51), p. 11.

⁸ “Só aos poucos me fui compenetrando da necessidade de melhor trabalhar minha linguagem, ao menos a linguagem escrita (sem dar, no entanto, a impressão de coisa trabalhada), de modo a que a comunicação se fizesse sem estorvo. Depois disso, a verdade é que não faltou quem me acusasse de cuidar em demasia do bem escrever. Acredito, no entanto, que semelhante preocupação, onde ela existe, pode ser, em muitos casos, condicionada, e no meu ela o tem sido com certeza, pelas limitações de quem, exatamente pelo fato de não se sentir o que se chama um escritor de raça, em outras palavras, por saber que é incapaz de expressar-se, ao correr da pena, nos termos mais adequados, se vê obrigado a procurar suprir essa deficiência pelo exercício de uma vigilância constante sobre a própria dicção, embora sujeitando-se ao

extrapolam esse âmbito e esbarram em questões fundamentais, por exemplo, de *alterações metafórico-conceituais*, as quais revelam o seu cuidado incessante com o sentido da narrativa; sentido que, na configuração tropológica de *Raízes do Brasil*, jamais é alheio ao aparato de dispositivos formais utilizados.⁹ Posto isso, um dos intuitos deste trabalho é conjecturar, ainda, que o uso, pelo autor, de dispositivos figurativos não se arrefece devido ao incremento historiográfico, verificado a partir da edição de 1948. Ao contrário, em tempos de profissionalização da historiografia, ele é ainda mais reforçado no intuito de referendar a complexa trama histórica enredada em seu livro primeiro.¹⁰ Em suma, esta dissertação propõe a investigação de certos aspectos do estatuto da escrita da história num momento específico da história do Brasil: o período compreendido entre as décadas de 1920 e 1950, que, canonizado em torno dos

perigo de torná-la por vezes artificiosa”. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Apresentação”. In: _____. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 17, 18.

⁹ “A problematidade atual ao tentar apreender os princípios dominantes do uso da metáfora combinado ao conceito (a partir da própria metáfora vegetal e projetiva do título) relaciona-se justamente com a tradição do texto. De fato, não sendo ainda hoje disponível uma edição crítica do texto que permita recuperar as diferentes fases genéticas a que foi submetido, é possível apenas avançar algumas conjecturas a seu respeito. Temos numerosos testemunhos sobre o trabalho profundo de revisão dos materiais, a partir da primeira edição de 1936 até a edição *ne varietur* de 1967. Uma colação sistemática ainda não foi realizada, mas, pelo que se depreende das leituras contrastivas realizadas a partir pelo menos das testemunhas publicadas e de algumas macrovariantes individuadas através do cotejo, observa-se que o cuidado de Sérgio com os efeitos semânticos do aparato metafórico da obra aponta para uma lúcida consciência crítica quanto ao uso cognitivo do discurso figurado. De algum modo, o que o movimento determinado pelas variantes parece implicar é a preocupação do autor com a relação metáfora-conceito. Ou seja, mesmo não renunciando a recorrer ao discurso figurado por razões que sinteticamente poderíamos definir como ideológicas e estéticas (ambas em termos modernistas), o autor mostra-se preocupado (e a célebre polêmica com Cassiano Ricardo sobre o cordialismo é um índice dessa preocupação) com o efeito de leitura gerado pela adoção de certas, selecionadas, metáforas. Portanto, uma reflexão sobre a metaforologia de *Raízes do Brasil*, além de acrescentar, esperamos, contribuições úteis para enriquecer a abordagem do texto, pode aduzir mais, em geral, elementos de problematização de uma relação pelo menos perturbada, como aquela entre metáfora e conhecimento”. VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008, p. 371.

¹⁰ Não se trata, aqui, obviamente, de estabelecer uma dicotomia entre pesquisa histórica e recursos figurativos na elaboração do enredo historiográfico. É preciso indagar, todavia, se já desapareceu por completo o tipo historiador que se recusa a “reconhecer que no discurso realista, tanto quanto no discurso imaginário, a linguagem é ao mesmo tempo forma e conteúdo, e que esse conteúdo lingüístico tem de ser computado entre os outros tipos de conteúdos (factual, conceitual e genérico) que formam o conteúdo geral do discurso como um todo. Esse reconhecimento libera a crítica historiográfica da fidelidade a um literalismo impossível e permite ao analista do discurso histórico perceber em que medida esse discurso *constrói* seu assunto no próprio processo de *falar sobre ele*. A noção do conteúdo da forma lingüística esbate a distinção entre discursos literais e figurativos e autoriza a busca e a análise da função dos elementos figurativos na prosa historiográfica tanto quanto na prosa ficcional”. WHITE, Hayden. “Teoria literária e escrita da história”. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991, p. 03.

chamados “ensaístas”, ou “intérpretes do Brasil”, revelam, a partir de novas pesquisas, uma complexidade até então insuspeita.¹¹

No que diz respeito aos aclamados “intérpretes” ou “redescobridores do Brasil”, serão os autores responsáveis pelo delineamento, mediante a *síntese histórica*, dos traços constituintes da formação sociocultural brasileira. Como salienta Antonio Candido,

é característico dessa geração o fato de toda ela tender para o ensaio. Desde a crônica polêmica (arma tática por excelência, nas mãos de Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Ronald de Carvalho, Sérgio Buarque de Holanda), até o longo ensaio histórico e sociológico, que incorporou o movimento ao pensamento nacional, – é grande a tendência para a análise. *Todos esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações.*¹²

Qual era, então, a plausibilidade conferida ao ensaio para tais esquadrinhamentos, sínteses e explicações? Meditando acerca da noção de “operação historiográfica”, desenvolvida por Michel de Certeau, será por meio do triplo viés do qual se constitui que poderemos inquirir acerca da apreensão do conhecimento histórico nesse momento. Ora, se o *lugar* – dimensão que confere estatuto social e institucional à produção do conhecimento – ainda é tanto contingente quanto permeável aos vários saberes nesse período; a *prática* – responsável por regular as condições de produção e os recursos disponíveis em determinado momento ao aporte teórico e metodológico do discurso histórico – *não é mais* aquela respaldada pelos aparatos tradicionais de erudição caros ao IHGB, e tampouco se vale ainda do discurso institucionalizado que será hegemônico em meados do século XX; a *escrita* – por fim, *locus* privilegiado onde repousam todos os resultados, temporalidades narrativas e recursos de remissão, como as notas de rodapé, por exemplo, que evidenciam o percurso do autor – lança luzes, no referido período, para que percorramos os caminhos de um gênero que abriga uma multiplicidade de saberes e teorias – por vezes díspares – que se coadunam a fim de formarem o tão aspirado conhecimento “universal”.¹³

¹¹ ARAUJO, Valdei Lopes de; NICOLAZZI, Fernando. “A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo”. In: ARAUJO, Valdei Lopes de. [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argumentvm, Belo Horizonte, 2008, p.11.

¹² CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: *Literatura e sociedade*. 7ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1985, p. 123. (grifo nosso)

¹³ CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: _____. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, p. 56-104.

A nosso ver, a escrita da história se encontra aí diante de uma dupla tarefa, a saber, realizar, de um lado, a aclamada síntese interpretativa sobre a experiência histórica brasileira, tarefa, aliás, encampada ao longo do século XIX pela história literária tal qual exercida por Sílvio Romero, como veremos brevemente, e do outro, revisar parte dos preceitos críticos e eruditos da historiografia imperial, cujo *locus* central era o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.¹⁴ Como veremos mais detidamente na segunda parte deste trabalho, os apelos do próprio Sérgio Buarque de Holanda, em artigos datados do início da década de 1950, nos dão testemunho de que o problema se estenderá, sob novos moldes, obviamente, até esse período. Tal empreitada torna-se mais compreensível se pensarmos, primeiramente, a respeito do lugar proeminente ocupado pela literatura ao longo de todo o século XIX brasileiro, a qual, segundo Antonio Candido, figurava-se como “o fenômeno central da vida do espírito”,¹⁵ e, em segundo lugar, se recordarmos ainda que todo o ideário evolucionista fora incorporado pelos historiadores posteriores aos imperiais, reavaliando assim os princípios da crítica documental fundamentados por aqueles no IHGB. Nesse sentido, pensamos aqui no famoso necrológio de Varnhagen, escrito em 1878, por Capistrano de Abreu. Texto no qual o historiador empreende uma espécie de acerto de contas e de correções dos “erros” do “mestre”. Segundo assertivas nele inscritas, apenas alguém “iniciado no movimento do pensar contemporâneo”,¹⁶ isto é, imbuído, doravante, do novo espírito que rege os “instrumentos poderosos” das novas ciências, deve fazer-se capaz de dar por erguido o “edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto-Seguro”.¹⁷ Mais adiante, o seu autor apela ao historiador que, em condições de encampar tal tarefa, e,

guiado pela lei do *consensus*, mostre-nos o *rationale* de nossa civilização, aponte-nos a interdependência orgânica dos fenômenos, e esclareça uns pelos outros. Arranque

¹⁴ NICOLAZZI, Fernando. *Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940*. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPEMIG) da Universidade Federal de Ouro Preto, 2009. Aproveitamos o ensejo para agradecer encarecidamente aos novos pesquisadores que, juntos ao orientador neste projeto, nos possibilitaram os muitos debates e diálogos em torno das múltiplas perspectivas as quais suscitou o tema do ensaísmo histórico brasileiro: Clayton José Ferreira, Piero Di Cristo Detoni e Tatiana Moll Gonçalves.

¹⁵ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, *op. cit.*, p. 130.

¹⁶ ABREU, J. Capistrano de. “Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro”. In: _____. *Ensaios e estudos (crítica e historia)*. 1ª. série. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Bríguet, 1931, p. 140.

¹⁷ *Loc. cit.*

das entranhas do passado o segredo angustioso do presente, e liberte-nos do empirismo crasso em que tripudiamos.¹⁸

Diante de tal constatação, qual seja, da insuficiência dos pressupostos da historiografia imperial e da acentuada contestação do estatuto da literatura como proeminente campo de saber válido para a análise da realidade, o ensaísmo de obras como *Raízes do Brasil*, parece-nos, figura-se como prática plausível ao enfrentamento de tais impasses, uma vez que possibilita-se certa liberdade à empreitada de concatenação das variegadas ideias e disciplinas ainda em vias de institucionalização; além de se constituir um gênero, em grande medida, desprovido das amarras formais definidas por um lugar institucional específico, como o Instituto ou mesmo a universidade.

Ao contornar uma leitura fácil e apressada a qual insere o gênero ensaístico *entre* a literatura e a história, ou ainda, na *fronteira* entre o discurso da arte e o discurso da objetividade científica, buscaremos problematizar alguns discursos que, em certa medida, enrijecem os limites epistemológicos desses campos discursivos, uma vez que ainda não travavam, no Brasil, embates em torno da disputa pelo estatuto de legitimidade do saber objetivo para a análise do social, como veremos, para o caso da Europa, a partir do trabalho do sociólogo Wolf Lepenies. É flagrante, nas passagens que se seguem, a noção de um Antonio Candido, por exemplo, a respeito do ensaio como gênero fronteiro. Discorrendo sobre a obra capital de Euclides da Cunha, ouçamos suas conclusões:

Típico exemplo da fusão, bem brasileira, de *ciência mal digerida*, ênfase oratória e intuições fulgurantes. *Livro posto entre a literatura e sociologia naturalista, Os Sertões* assinalam um fim e um começo: o fim do imperialismo literário, o começo da análise científica aplicada aos aspectos mais importantes da sociedade brasileira (no caso, as contradições contidas na diferença de cultura entre as regiões litorâneas e o interior).¹⁹

Mais ainda, a assertiva do crítico literário condensa uma gama de significados a qual confere ao ensaísmo praticado no período um estatuto de *pré-ciência*, ou, como afirma o próprio, de “ciência mal digerida”. Um detalhe, não menos importante, diz respeito ao lugar do qual fala o autor daquelas linhas: como um dos próceres da

¹⁸ *Loc. cit.*.

¹⁹ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, *op. cit.*, p. 133. (grifos nossos)

sociologia “uspiana”, redige o seu famoso texto no auge da década 1950, momento no qual críticas aos ensaístas “intérpretes do Brasil” emanam das instituições acadêmicas.²⁰

Escrevendo também na década de 1950, o próprio Sérgio Buarque, revelando, com lhe é inerente, dimensões do seu pensamento compósito e de sua complexa historicidade, acaba sutilmente por instituir uma memória responsável por relegar os trabalhos marcados por essa característica a uma dimensão marginal dentro do elenco por ele selecionado. Vejamos:

Ao lado dos *estudos estritamente históricos* [...] devem mencionar-se, ao menos de passagem, algumas obras que, *situadas embora na periferia desses estudos*, vieram enriquecê-los de modo apreciável. Refiro-me em particular aos ensaios de investigação e interpretação social que passaram aos poucos a empolgar numerosos espíritos.²¹

Vale notar que o já a esta altura historiador profissional traça uma linha divisória entre os “estudos estritamente históricos” e aqueles de “investigação e interpretação social”. De acordo com ele, não obstante os trabalhos de ensaio se encontrarem na

²⁰ “É claro que mesmo a geração pioneira da institucionalização soube reconhecer, ainda que de modo extremamente seletivo e desigual, o papel das gerações anteriores, sobretudo a dos ensaístas dos anos 1920-1930, no processo de formação das ciências sociais no Brasil. No entanto, como se tratava de demarcar um ‘campo científico’, o próprio desenvolvimento das ciências sociais foi pensado, em termos gerais, a partir de uma polarização mais ou menos disjuntiva entre o caráter ‘científico’ das Ciências Sociais e o ‘pré-científico’ do pensamento social e político. ‘Pré-científico’ o pensamento social e político certamente é em termos históricos, mas esse adjetivo pretendia mais: como em qualquer contexto de institucionalização da ciência, pré-científico tornava-se praticamente sinônimo de conhecimento não-válido. Nesse sentido, a visão disjuntiva desde então predominante sobre essas diferentes modalidades de conhecimento da sociedade não deixa de ser emblemática do próprio sentido cognitivo do processo de institucionalização que, sob influxo das Ciências Sociais européias e norte-americanas, sobretudo estas, procurou erigir a pesquisa empírica como o padrão hegemônico do trabalho científico também no Brasil. Dessa perspectiva, se a modalidade de produção intelectual brasileira característica do período pré-institucional não pôde ser identificada a uma ‘filosofia da história’ – como havia ocorrido particularmente nos países europeus exportadores do novo padrão cognitivo das Ciências Sociais – a ela associou-se de modo definitivo a qualificação de ‘interpretações do Brasil’. Designação que, nesse primeiro sentido, procura acentuar a discrepância entre um padrão cognitivo ‘interpretativo’ da sociedade, no limite aparentado a literatura de ficção que desde o romantismo havia assumido a tarefa de decifrar/cifrar a ‘realidade’ brasileira, do caráter ‘explicativo’ como objetivo último e possibilidade efetiva garantida pela adoção de um novo padrão cognitivo. Ainda hoje quando se fala em ‘interpretações’ ou ‘intérpretes’ do Brasil para se referir aos ensaios e ensaístas atualiza-se, num certo sentido, essa perspectiva positivista original presente no processo de institucionalização das Ciências Sociais”. BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. “Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação”. In: *Perspectiva*. São Paulo, nº 28, 2005, p. 07, 08.

²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”. In: PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisséias do conceito moderno de história”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 50, março de 2010, p. 73. (grifos nossos)

periferia da produção, contribuíram ainda assim no sentido de abrir “sendas para um tipo de pesquisa que nossos historiadores mal tinham praticado”.²²

Como brevemente observado, ao longo de fins da década de 1950 e início da seguinte, um discurso específico vai cada vez se delineando no sentido de deslegitimar a plausibilidade desse tipo de prática ensaística como pesquisa sobre o social. Num obstinado esforço por estabelecer os parâmetros definidores dos pressupostos que, doravante, deveriam alicerçar novas *explicações* sobre a realidade brasileira, isto é, os da sociologia científica tal como praticada na Universidade de São Paulo, especificamente, empreende-se toda uma narrativa marcada pela constituição de uma *memória disciplinar*.²³ Em capítulos de suas principais obras, dedicados tanto à história da sociologia no Brasil como aos pressupostos teóricos e metodológicos que a regem, autores como Florestan Fernandes e alguns de seus epígonos mais imediatos, entre os quais se encontra certamente Octavio Ianni, procuraram, por todas as vias, desviar-se das abordagens postas em curso pelos seus predecessores “intérpretes”. Emblemático nesse sentido é o depoimento dado por Fernando Henrique Cardoso, já em 1977, sobre a atuação missionária, nas décadas de 1930-40, dos intelectuais brasileiros e estrangeiros que o precederam:

A geração anterior à minha, de Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Gioconda Mussolini, Mário Wagner Vieira da Cunha, Lourival Gomes Machado e tantos outros, havia renovado a vida universitária, sob influência direta dos professores estrangeiros e de homens como Fernando de Azevedo. A busca contínua de um “padrão de trabalho científico”, a disciplina da pesquisa histórica e de campo, os muitos anos de contato com professores como Roger Bastide, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Lévi-Strauss, Emílio Willems e inúmeros mais haviam criado *um modelo para a carreira universitária e para a produção intelectual*. A presença de alguns dos professores estrangeiros mais o ardor dos que haviam sido formados por eles e dos que, por conta própria, fizeram *esforços para substituir a tradição ensaística brasileira pela*

²² *Loc. cit.*

²³ Ao fim de toda disputa geracional por representação – fenômeno mais que comum no universo acadêmico – o lado que alcançou a consecutiva “glória”, torna-se responsável por “silenciar” as propostas da matriz, por assim dizer, “vencida”; e mais ainda, na ânsia de se tornar hegemônica, leva a cabo a constituição de uma tensa *memória disciplinar* das formas de representação que se deseja consolidar no mundo. Cabe à historiografia, portanto, como tarefa primeira, a tentativa de desnaturalizar tais memórias constituídas sobre determinada obra e sua escrita ao longo do tempo. “A Historiografia como investigação sistemática acerca das condições de emergência dos diferentes discursos sobre o passado, pressupõe, como condição primeira, reconhecer a historicidade do próprio ato de escrita da História, reconhecendo-o como inscrito num tempo e lugar. Em seguida, é necessário reconhecer esta escrita como resultado de disputas entre memórias, de forma a compreendê-la como parte das lutas para dar significado ao mundo. Uma escrita que se impõe tende a silenciar sobre o percurso que levou-a à vitória, que aparece ao final como decorrência natural; perde-se desta forma sua ancoragem no mundo”. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido”. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000, p. 32.

sociologia transmitiram-nos um sentido de responsabilidade intelectual que impunha trabalho árduo para a feitura das teses de mestrado e de doutoramento.²⁴

Ao tratar do tema da mestiçagem, Ianni diz: “inicialmente ensaístas, historiadores, etc., *mais ou menos objetivos*, preocuparam-se com o assunto, defendendo, evidentemente, posições distintas em face do problema”.²⁵ Extrapolando o âmbito da sociologia, já um pouco mais tarde, uma das críticas mais contundentes, e não menos problemática, vem, todavia, do discurso historiográfico. Em sua tese de livre-docência defendida na USP, em 1975, o historiador Carlos Guilherme Mota, ao discorrer sobre a obra de Gilberto Freyre, afirma que o seu ensaísmo se configurava de forma impressionista e sedutora, chegando a ofuscar mentes brilhantes como a de Fernand Braudel. De acordo com Mota, o historiador dos *Annales* “o considerava [Freyre] ‘de todos os ensaístas brasileiros o mais lúcido’”.²⁶ Mais ainda, à escrita do autor de Apipucos coube *refletir* a lenta modernização do Nordeste, conjugada ao mandonismo senhorial:

A própria crise vivida como que lhe impede articular uma história e ensaiar a formalização de uma cronologia, estabelecendo uma periodização plausível através da qual se percebem os marcos do processo de decomposição de uma aristocracia rural. Nessa medida, *o ensaísmo não surge apenas como o terreno ideal, mas como o discurso possível*. O resultado, avaliado em termos de produção, se constitui em uma oscilação entre a saga da oligarquia e o desnudamento da vida interna do estamento ao qual pertence [...].²⁷

O ensaio de interpretação histórica aparece nesse momento, então, como algo amadorístico, insuficiente, portanto, no que tange à resolução dos velhos e atávicos problemas do país. Seu tratamento acurado e profissionalizado viria dos avanços pelos quais passaram os instrumentos de análise das ciências sociais. Cabe pontuar que tais instrumentos estariam localizados em instituições como a Escola Sociológica Paulista, incorporada à USP no ano de 1939, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), fundada em 1948, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado em 1955, e a própria universidade, como a proeminente USP, mencionada acima. Lembremos que Sérgio Buarque compôs o rol dos intelectuais ligados à primeira

²⁴ CARDOSO, Fernando Henrique. “Nota à 2ª edição”. In: _____. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª Ed., 1977, p. 11, 12. (grifos nossos)

²⁵ IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 68. (grifo nosso)

²⁶ MOTA, Carlos Guilherme. “Cristalização de uma ideologia: a ‘cultura brasileira’”. In: _____. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. 9ª edição. São Paulo: Ática, 1994, p. 59.

²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 55.

instituição citada, adquirindo, aliás, por ela, o grau de mestre em ciências sociais, a 30 de julho de 1958.²⁸ Fizeram parte de seu controverso e multifacetado quadro, intelectuais do porte de Carlos Guilherme Mota, Darcy Ribeiro, Donald Pierson, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Roberto Simonsen, Rubens Borba de Moraes, entre outros.

Como um modo de precisar o amplo espectro que ampara a problemática ora exposta, elegemos a obra de uma das mais significativas figuras que, juntamente com Gilberto Freyre, Paulo Prado, Mario de Andrade e outros, compuseram o rol dos “intérpretes do Brasil”. Pela pena de Sérgio Buarque de Holanda, o gênero ensaístico é, como veremos, levado ao paroxismo no que diz respeito a condições de possibilidade de sua consolidação como escritura da história pertinente à situação do referido período. Pois, mediante compreensão da operação narrativa empreendida em *Raízes do Brasil*, podemos, em parte, vislumbrar o estatuto que confere legitimidade aos argumentos do autor acerca da temporalidade nacional, assim como sugerir que a referida obra condensa em si todo o esforço por uma síntese histórica demandada pelo momento no qual foi concebida. Mais ainda, ela concentra, a nosso ver, tensões relativas à sua relação com os aparatos de erudição defendidos pelos métodos tradicionais caros à historiografia produzida no seio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), uma vez que, em *Raízes do Brasil* – principalmente em sua primeira edição –, bem como em muitas outras obras do período, aqueles são relegados ao segundo plano, ao passo que a síntese é privilegiada. Embora longa, a passagem a seguir, extraída do discurso de posse de Oliveira Vianna, no IHGB, em 1924, é bastante elucidativa no sentido de medirmos o grau de magnitude da tarefa da qual estariam incumbidos os “novos historiadores”, caso quisessem complexificar os fenômenos históricos tal qual enciclopedistas à altura de Aristóteles:

Os phenomenos historicos, senhores, já não se apresentam mais aos olhos dos modernos com aquella singella composição com que appareciam aos olhos dos velhos historiadores. Para estes os acontecimentos historicos, o desenvolvimento das nacionalidades, a grandeza e a queda dos imperios, a evolução geral das sociedades eram consequencias da actuação de um numero limitado de causas e, ás vezes, de uma causa unica. Hoje, ao contrario do que presumiam estes espiritos simplistas, os phenomenos historicos se mostram taes como realmente são e deveriam ser:

²⁸ Cf. reprodução fac-similar do atestado de aprovação do autor, emitido pela instituição, em MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, op. cit., p. 701.

extremamente complexos, resultante, que são, da colaboração de uma infinidade de causas, tão variados e múltiplos que, embora utilizando as luzes de todas as sciencias, e aparelhada com incomparáveis methodos de pesquisas a critica historica não consegue discernir e isolar sinão uma certa parte delles, que nem sempre, aliás, é a maior parte. Esta complexidade do phenomeno historico impôs aos trabalhos da synthese historica um aparelhamento cultural prodigioso. Como observa sabiamente o illustre Henri-Berr “a complexidade das cousas implica a diversidade do saber” – e o historiador do hoje, para realizar plenamente a sua missão, teria que possuir, em sua cultura, o encyclopedismo de Aristoteles.²⁹

Citando o fundador da *Revue de Synthèse Historique*, Vianna divide, de modo refinadamente retórico, a prática historiográfica em dois distintos *modus operandi*: o velho, realizado por “espíritos simplistas”, e o novo (ou moderno), que deverá ser realizado por aqueles dotados de cultura enciclopédica, como sugere.³⁰ Ao insinuar que o tal “aparelhamento cultural” pudesse ser capitaneado pelo Instituto, no sentido de promover e legitimar o *locus* onde os trabalhos de síntese histórica pudessem realizar-se coletivamente, o autor fluminense, não obstante, adverte o auditório sobre a necessária empresa de se abandonar as tão rotinizadas análises meramente documentalistas. Caberia, pois, ao historiador moderno interpretar o passado nacional, com a mesma complexidade que a ele inere, por meio do auxílio de “todas as ciências”; mais especificamente, as eminentes ciências sociais.

Já para *Raízes do Brasil*, Antonio Candido exprime a forma com que o autor concatenou, “na tonalidade civilizada do ensaio, os dados mais seguros do pensamento econômico e sociológico com o discernimento psicológico, revelando de maneira [...] coerente o todo e a parte, o real e o racional, a tese e a antítese, numa síntese discretamente luminosa”.³¹

Em sua edição crítica de *Os Sertões*, Walnice Nogueira Galvão realiza, a partir do cotejamento das três primeiras edições do livro, um estudo extremamente detalhado acerca do estilo euclidiano. A autora analisa, por exemplo, as “pausas do discurso” ao decorrer da narrativa da obra, como paragrafações exageradas e entrecortadas por vírgulas, em uma edição, e parágrafos e períodos demasiado curtos, em outra, bem como supressão deliberada de grande número de vírgulas. Verifica ainda que o autor

²⁹ VIANNA, Oliveira. “Discurso de Francisco José de Oliveira Vianna”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 96, vol. 150, 86º ano, 1924, p. 438, 439.

³⁰ Obviamente, nessa dicotomia entre antigos e modernos, não está em jogo para o autor as velhas querelas travadas na Europa durante o Renascimento. O termo “modernos”, para ele, designa aqueles que emergem a partir de meados do século XIX.

³¹ CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4ª ed. Brasília, Editora UnB, 1963, p. 09-11.

empreende substituição, de uma edição para outra, da próclise pela ênclise; eliminação de vocábulos e sufixos etc. Tal empreendimento realizado por Galvão demonstra, entre outras coisas, o quanto o aclamado escritor e geólogo fluminense, a cada obstinada leitura e releitura de sua obra seminal, a dotava de imagens e movimentos cuja estratégia central era envolver o leitor.³² Como já dissemos, não obstante Sérgio Buarque manter uma obstinada preocupação em torno do estilo de sua escrita, as modificações por ele efetuadas, ao longo das reedições de *Raízes do Brasil*, extrapolam esse âmbito e esbarram em questões fundamentais, por exemplo, de alterações conceituais, as quais revelam o seu cuidado incessante quanto ao uso do recurso figurativo na cognição da linguagem historiográfica. Em outras palavras, as alterações, supressões e complementos – às vezes de parágrafos ou páginas inteiras – de conteúdo suscitam reflexões sobre a sua complexa concepção da forma representacional dos tempos preteridos imbricada a uma consciência política, a qual é, por sua vez, mobilizada a partir do modo como o autor lida com certas permanências desses tempos pretéritos no presente, ou melhor, nos presentes relativos a cada subsequente edição do seu livro em questão. Se se pode concordar com as palavras do prefácio à segunda edição, datado de 1947, tais modificações, contudo, não deixarão de revelar seus impasses e tensões enquanto a simbiótica relação entre autor e obra se encontrar diante do problema da historicidade da consciência histórica:

[...] fugi deliberadamente à tentação de examinar, na parte final da obra, alguns problemas específicos sugeridos pelos sucessos deste último decênio. Em particular aqueles que se relacionam com a circunstância da implantação, entre nós, de um regime de ditadura pessoal de inspiração totalitária. Seria indispensável, para isso, desprezar de modo arbitrário a situação histórica que presidiu e de algum modo provocou a elaboração da obra, e isso não me pareceu possível, nem desejável. Por outro lado, *tenho a pretensão de julgar que a análise aqui esboçada da nossa vida social e política do passado e do presente, não necessitaria ser reformada à luz dos aludidos sucessos.*³³

A passagem deixa implícito o anseio por manter, no tempo, a obra em seu lugar, ao passo que alterações puderam ser realizadas. Isso significa uma recusa em atualizá-la segundo aspectos candentes e até mesmo incontornáveis da vida social e política da

³² Cf. GALVÃO, Walnice Nogueira. “A *emendatio* euclidiana”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Campanha de Canudos*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ática, 2004.

³³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio à segunda edição”. In: _____. *Raízes do Brasil*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948, p. 11, 12. (grifo nosso)

nação? Se sim, essa recusa foi bem sucedida? Eis então alguns aspectos característicos de um autor-matriz, para recuperarmos a categoria de João Cezar de Castro Rocha.

Pois bem, observações de ordem epistemológica – crítica da linguagem e certa adequação da escritura a *práticas* e padrões de cientificidade já vigorantes em algumas importantes instituições brasileiras de saber – aduzem-nos, entre outras coisas, a conjecturar que *a historicidade do historiador*, ao longo do período o qual sugerimos marcar a sua trajetória de autor-ponte, *acompanhou a própria historicidade do uso que se fazia do gênero ensaio histórico*, desde o seu vigor, tal qual característico da década de 1930, até sua “profissionalização”, como sugerem as modificações na segunda e terceira edições de *Raízes do Brasil*, bem como outras de suas produções da década de 1950, como *Visão do Paraíso*, por exemplo.

Se por vezes tive o receio de ousar uma revisão verdadeiramente radical do texto – mais valeria, nesse caso, escrever um livro novo –, *não hesitei, contudo, em alterá-lo abundantemente onde pareceu necessário retificar, precisar ou ampliar sua substância [...]. As notas complementares, ou destinadas a esclarecimentos de passagens do texto, foram dispostas, de preferência, no pé das respectivas páginas. Somente as mais extensas, e que, de algum modo, podem ser lidas independentes, ficaram para o fim dos capítulos correspondentes. Para o fim do volume foram todas as simples referências bibliográficas.*³⁴

Certeau sugere que o discurso histórico se caracteriza como “um texto que organiza unidades de sentido [argumentos, conceitos, citações, etc.] e nelas opera transformações cujas regras são determináveis”.³⁵ Isso posto, o texto então pode ser concebido como referência valorativa à operação historiográfica, conferindo-lhe credibilidade e autenticidade – a partir da construção retórica da prova – e lógica explicativa – mediante construção poética da narrativa. No que toca um dos principais elementos constituintes de tais unidades de sentido, as notas comprobatórias da investigação histórica, e que Sérgio Buarque “traz para frente” do texto a partir da segunda edição, observa Anthony Grafton:

No mundo moderno – como explicam os manuais para escritores de dissertações –, os historiadores realizam duas tarefas complementares. Devem examinar todas as fontes relevantes para a solução de um problema e construir uma nova narrativa a partir delas. A nota de rodapé prova que ambas as tarefas têm sido levadas a cabo. Ela identifica tanto a prova primária que garante a solidez da novidade da história quanto as obras secundárias que não minam a forma e a tese de sua novidade. Contudo, ao

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 11, 12. (grifo nosso)

³⁵ CERTEAU, Michel de. “A história, discurso e realidade”. In: _____. *A escrita da história, op. cit.*, p. 50.

fazê-lo, *ela identifica a obra de história em questão como a criação de um profissional*. Como o ruído da broca do dentista, o murmúrio da nota de rodapé na página do historiador reafirma: o tédio que ela inflige, como a dor infligida pela broca, não avança aleatoriamente, mas diretamente, como parte do custo exigido pelos benefícios da ciência moderna e da tecnologia.³⁶

Mais ainda, as mudanças operadas em 1948 sugerem a reelaboração de diálogos estabelecidos com autores estrangeiros, relativizando-os, matizando conceitos e premissas dos quais se apropria, ou mesmo suprimindo estrategicamente os seus nomes, se não no texto principal, ao menos nas referências bibliográficas; como acontece, por exemplo, com os alemães Oswald Spengler e Carl Schmitt, e também com o brasileiro Gilberto Freyre. Nesse sentido, o empreendimento se dota de caráter eminentemente político e é objeto de alguns trabalhos recentes, como ainda apontaremos. No que diz respeito à famosa “influência” dos tipos ideais weberianos em *Raízes do Brasil*, temos já importantes estudos que, como melhor veremos, tratam o modo como o historiador brasileiro lidou com a própria historicidade das apropriações que fez do livro capital de Weber em sua pertinência aos contextos das subseqüentes edições do ensaio. É o caso de Robert Wegner, o qual analisa matizes relacionados ao empréstimo das teses inscritas em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*: “Os acréscimos e ressalvas feitos [...] na mesma nota de rodapé podem, de modo geral, ser encarados como a inclusão das ‘reelaborações que os pensadores não alemães’ deram à obra de Weber, ausentes da argumentação central de *Raízes* [...]”.³⁷ Em diálogo com João Cezar de Castro Rocha, essa afirmação de Wegner sugere que Buarque de Holanda estaria ampliando sua comunidade de discurso por meio do contato com “pensadores não alemães”, especialmente norte-americanos,³⁸ e, no limite, empreendendo um processo de “desgermanização” de sua perspectiva histórica.³⁹ Lembrando, ainda, que, à altura da segunda edição do livro, Holanda tivera já travado contato intenso com a chamada “missão francesa”, na extinta Universidade do Distrito Federal, onde fora professor

³⁶ GRAFTON, Anthony. “Notas de rodapé: a origem de uma espécie”. In: _____. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. – Campinas, SP: Papyrus, 1998, p. 16. (grifo nosso)

³⁷ WEGNER, Robert. “Um autor relê seu livro”. In: _____. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000, p. 59.

³⁸ Para uma descrição detida da experiência historiográfica americana na obra do historiador brasileiro, cf., nesse mesmo livro de Wegner, “Um outro americanismo”, *op. cit.*, p. 71-93.

³⁹ Cf. ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”. In: _____. *O exílio do homem cordial; ensaios e revisões*. – Rio de Janeiro: Museu da República, 2004, p. 124.

assistente de Henri Hauser.⁴⁰ Um outro aspecto importante diz respeito ao proeminente lugar ocupado, nesse período, pela historiografia econômica na prática do autor, cujos indícios podem ser verificados nos próprios opositores da tese de Weber, citados na referida nota de *Raízes do Brasil*. Entre tais opositores se encontra o inglês R. H. Tawney, um socialista cristão e historiador econômico, o qual, para Robert Wegner, é o “mais importante autor não alemão que debate com a obra de Weber [...], que em seu livro *The Religion and the Rise of Capitalism*, de 1926, procura as origens do espírito do capitalismo antes da vitória do puritanismo”.⁴¹ Vale lembrar, também, que, alguns anos depois, no já mencionado “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, o historiador salienta o salto qualitativo dado pela história econômica nacional, onde elege, como um dos maiores expoentes nesse campo, Caio Prado Jr.. Por fim, há de se destacar outro fator não menos importante: de acordo com o cotejamento que efetuamos das primeiras edições do livro, curiosamente as alterações na referida nota que matiza a tese de Max Weber vão além da primeira e segunda edições – essas usadas por Wegner –; aquelas podem ser constatadas ainda na quarta edição, de 1963! Por que o autor continua alterando o seu texto vinte e sete anos após sua primeira publicação? Por que insiste nessa empresa alguns anos após a defesa da tese que o consagrara como professor catedrático, a despeito de, a essa altura, sempre que tendo oportunidade, declarar abertamente sua predileção por *Visão do Paraíso*?

Entremos nas explanações sobre a estrutura que arquiteta a dissertação: dividida em três seções, a primeira parte é composta por uma lógica expositiva de caráter bastante abrangente, na qual notará o leitor que um trabalho mais detido com as filigranas do discurso da obra *Raízes do Brasil* se fará, portanto, de modo bastante tímido. Esse tomará contornos mais nítidos ao final desta parte, cuja análise incidirá sobre a dimensão ensaística do texto. O motivo foi que nos preocupamos – talvez demasiadamente – com a construção de argumentos amplos os quais pudessem de algum modo aclarar, complementar ou mesmo preencher, dinamicamente, possíveis lacunas encontradas na segunda parte do trabalho; isso não implica, obviamente, a intenção de construir um contexto prévio à leitura, mas sim fazer com que a primeira

⁴⁰ Para a profícua experiência de Sérgio Buarque de Holanda na Universidade do Distrito Federal, cf. CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. “Universidade do Distrito Federal”. In: _____. *Outros Lados: Sérgio Buarque de Holanda, Crítica Literária, História e Política*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH-Unicamp, 2003, p. 181-182.

⁴¹ WEGNER, Robert. “Um autor relê seu livro”, *op. cit.*, p. 60.

parte convirja para a compleição passo a passo da rede interpretativa que se vai insinuando. Ademais, se os assuntos pareceram se repetir no desenrolar da argumentação, esperamos, com isso, ter tornado produtiva a redundância no sentido de contemplarmos angulações variadas de um mesmo problema.

Pois bem, na primeira seção, identificamos, por meio de um diálogo com parte da recente fortuna crítica de *Raízes do Brasil*, elementos pontuais que evidenciam as modulações da historicidade da escrita e da própria disciplina histórica na primeira metade do século XX brasileiro. Como fio argumentativo, lançamos a hipótese segundo a qual a escritura daquela obra, configurada pela forma ensaio, traz em si implicações que revelam particularidades do contexto nacional.⁴² Entre essas particularidades, encontra-se, como sugerido, o fato emblemático de o próprio autor estudado se constituir como um “autor-ponte” de tais modulações logo após a publicação do livro de 1936. Dessarte, além de identificar como as leituras e releituras de *Raízes do Brasil* se modificam na medida em que se alteram as perspectivas historiográficas, procuramos esboçar *o modo como o próprio livro se metamorfoseia estruturalmente*, num desafiante processo vivo de escritura e reescritura.

Para a segunda seção, tecemos considerações sobre pequenas histórias em que a prática ensaística lidou com problemas os mais diversos, em suas múltiplas especificidades espaço-temporais, e cujos fins, às vezes, foram o de imprimir molduras próprias a um determinado tempo, seja ele individual ou coletivo. Se nos trópicos o ensaio goza de uma longa e errática vida de mais de um século e meio,⁴³ sua história, no

⁴² Após toda a discussão suscitada pelo torvelinho do *linguistic turn*, tentar não incorrer na comprometedoras eleição de um contexto como horizonte interpretativo anterior à leitura é tarefa primeira de todo estudioso das humanidades. Afinal, poderíamos, grosso modo, colocar a questão: aonde começa e termina um contexto? Como problematizado, por exemplo, por Dominick LaCapra, “[...] a noção de textualidade serve para fazer menos dogmático o conceito de realidade ao apontar para o fato de que um está ‘sempre já’ envolto em problemas de uso da linguagem na medida em que intenta obter uma perspectiva crítica sobre eles, e coloca a questão tanto das possibilidades como dos limites do significado. *Para o historiador, a reconstrução mesma de um ‘contexto’ ou uma ‘realidade’ se produz sobre a base de restos ‘textualizados’ do passado.* A posição do historiador não é única, porquanto todas as definições da realidade estão comprometidas em processos textuais. Mas a questão da compreensão histórica é distintiva. O problema mais geral consiste em ver de que maneira a noção de textualidade faz explícita a questão das relações entre os usos da linguagem, as outras práticas significantes e os diversos modos da atividade humana vinculados com processos de significação”. LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual e leer textos”. In: *Giro Lingüístico e historia intelectual*. Palti, E. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998, p. 241. (grifo nosso)

⁴³ EULALIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil”. In: _____. *Escritos*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 59; 66; e PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”. Conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras, em 10/10/2000.

entanto, se estende a quatro centúrias para além do Atlântico. Considerado gênero discursivo caracteristicamente moderno, terá sua fundação naquela obra cuja toda uma tradição irá deitar suas raízes: os *Essais*, de Michel de Montaigne. Como sugere Marielle Macé, “definir um ensaísta consiste amiúde hoje em lhe afiliar, elaborar a lista dos elementos que lhe aproximam do grande ancestral, e o valor de um texto se mede tendo, com prazer, este ar de família”.⁴⁴ Isso dito, nos detemos, num primeiro momento, ao início do século XX brasileiro, cujo intuito foi o de precisar um número de elementos que nos auxiliou no sentido de constituir parte do ambiente intelectual no qual o ensaio histórico pôde tomar sua particular concreção. Por meio do recurso aos capitais textos teóricos acerca do ensaio como forma,⁴⁵ procuramos delinear o modo como o gênero se transmuta em sua vertente de prosa não-ficcional, mais especificamente, histórica. Em outras palavras, de que modo o que se denomina *ensaísmo histórico brasileiro*, pôde, a partir de um de seus mais ilustres representantes, tratar de questões as mais candentes da nação em suas primeiras décadas republicanas? Por quais meios performance discursiva e estratégia textual puderam engendrar uma forma específica de se produzir historiografia e lidar com uma ordem temporal distinta de finais do século XIX brasileiro, bem como da que se delineará a partir da segunda metade do século XX? Caberá, contudo, esclarecer ao leitor que, muito mais do que tentar definir o ensaio – empreitada complexa, pois, como disse humoradamente um escritor argentino, “definir el ensayo es una tarea superior a la ambición de escribirlo”⁴⁶ –, buscamos destacar alguns elementos que, lastreados da longa tradição, precisam minimamente o campo de atuação e o tipo de operação encaminhada pelas penas de Sérgio Buarque no que tange aos problemas políticos, sociais, culturais e epistemológicos da escrita da história pátria nas primeiras décadas do século XX.

Após traçarmos uma breve e lacunar descrição da vida atuante do ensaio no Brasil, estabelecemos, já num segundo momento, uma contraposição a esse. Partindo de amplas paráfrases de textos que sugerem uma posição bastante situada e particular do

<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=4268&sid=531>> (consultado em 09/08/2013)

⁴⁴ MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”. In: _____. *Le temps de l’essai. Histoire d’un genre en France au XXe siècle*. Tours: Belin, 2006, p. 12.

⁴⁵ Há de se ressaltar o uso ponderado que faremos de textos como “O ensaio como forma”, de Theodor Adorno, por exemplo, uma vez que são produzidos num contexto alemão bastante específico, cuja pragmática e forma de intervenção em certo debate intelectual do período marcam, às vezes, diferenças profundas em relação ao caso brasileiro.

⁴⁶ CLEMENTE, José Edmundo *apud* EULALIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil”, *op. cit.*, p. 13.

lugar de atuação do ensaio em dois dos mais significativos ambientes intelectuais do continente europeu, a saber, o francês e o alemão, aventamos a hipótese segundo a qual o caso brasileiro surge como imagem invertida tanto do primeiro como do segundo, pois, desde finais do século XIX e início do XX, o discurso literário, no Brasil, ao invés de concorrente, converge aos propósitos da prática ensaística ali ensejada, quais sejam: entre outras coisas, dilatar as ambições da história literária e reorganizar as fronteiras dos discursos do saber diante da proeminência da literatura *stricto sensu*. Ora, se tomamos como paradigmática a atuação intelectual, ainda no XIX, de um Sílvio Romero, por exemplo, podemos de antemão pôr a questão em torno do modo como se afirmam os estatutos de legitimidade dos discursos do saber na economia de seus textos: há neles uma divergência formal entre o discurso da literatura, o das ciências sociais e mesmo o das ciências naturais? Eis o problema que, em parte, nos ocupou no terceiro momento da segunda seção.

Intentamos, na terceira seção, apresentar, finalmente, certos elementos constituintes da escrita consubstanciada em *Raízes do Brasil* (1936), fazendo-os dialogar com alguns dos textos do jovem crítico literário. Sendo de comum acordo o fato de o livro de Sérgio Buarque de Holanda ter se aproveitado da atmosfera epifenômica da “Semana de 22”,⁴⁷ pontuamos, portanto, o modo como alguns recursos às linguagens caras ao modernismo literário⁴⁸ articulam forma e conteúdo no

⁴⁷ “Se a data de 22 não pode ser omitida como epifenômeno periodizador, por outro lado não representou o marco zero ou o arranque de um processo totalmente novo, mas a etapa intermediária – uma das salientes e decisivas – de um movimento bem mais articulado e enraizado que vinha de longe, assim como longe iria. A essência da redescoberta que encontrava elos profundos nas estruturas materiais do país em transformação foi de natureza eminentemente cultural e passou por um amplo programa de revisão da memória histórica, literária e cultural, com todos os limites e méritos que a definição de uma pauta de critérios revisores podia, no bem e no mal, comportar. Essas considerações, que poderiam ser lidas como ressalvas quanto ao verdadeiro alcance do movimento – depois de alternadas fases que conheceu ao longo das décadas, nos altares ou no pó –, na verdade tencionam enfocar, como se dizia, a índole essencialmente processual e cumulativa do Modernismo, não denegando o papel essencial que desempenhou e sobretudo alguns rasgos fundamentais”. VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”, *op. cit.*, p. 364.

⁴⁸ Termo aqui entendido, também, de modo mais amplo, tal como encontramos nos estudos em língua inglesa, mas que, obviamente, ao movimento que conhecemos como Modernismo coube atualizar técnicas desenvolvidas, já em finais do século XIX, por movimentos artísticos e intelectuais com seus respectivos conjunto de ideias e aspirações. Para tanto, cf. VERÍSSIMO, José. “O Modernismo”. In: _____. *História da Literatura Brasileira*. 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 1963, p. 249-257. Para ficarmos apenas em um dos importantes estudos em língua inglesa acerca das problematizações representacionais colocadas pelo evento modernista, bem como suas implicações na forma tradicional de se narrar eventos históricos, remetamo-nos às reflexões de Hayden White: “as inovações estilísticas do modernismo, nascidas como se fossem um esforço para chegar a termos com a perda antecipada da peculiar aceção de história, a qual o modernismo é ritualmente criticado por não possuir, pode fornecer instrumentos melhores para representar eventos modernistas (e eventos pré-modernistas em que temos um

intuito de compreender certas dimensões do passado, presente e futuro da nação. Todo o teor corrosivo e direto dos textos de militância modernista – escritos aproximadamente década e meia antes do seu livro de estreia – irá se sedimentar, mediante crítica discreta, na escrita antiperemptória do ensaísmo praticado naquela obra; a partir desse ponto de vista, afinidades foram estabelecidas. É pertinente salientar que toda essa seção estabelecerá uma forte conexão com questões trazidas pela segunda parte deste trabalho. Como, por exemplo, aquelas que, com o auxílio dos elucidativos *insights* do ensaísta Roberto Vecchi, problematizam o uso feito, por Sérgio Buarque, de recursos tropológicos na construção de sua trama histórica. Mais especificamente, a que diz respeito à configuração de algumas selecionadas metáforas que sugerem, mediante a síntese imagética que elas constroem, uma complexa e sofisticada relação entre as dimensões temporais subsumidas ao conceito moderno de história.

Com relação à segunda parte da dissertação, poderíamos sugerir que, se há um mote que perpassa todas as seções e subseções nela abrigadas, esse incide no problema da *permanência do passado* em *Raízes do Brasil* e a proposta de superação de alguns de seus traços residuais. Veremos como as múltiplas frentes da ensaística de Sérgio Buarque: técnicas estilísticas, usos de tropologias, estratégias textuais e hermenêuticas, imbricadas a uma inquieta consciência política, vão ao encontro da singular forma com que o autor lida com dimensões do passado, as representam e, como dito, propõe sua superação; sobretudo se temos em vista a importância de tais questões para se refletir acerca das significativas modificações efetuadas pelo historiador nas três primeiras edições de sua obra – questão que, por sua vez, será mais bem trabalhada na segunda seção da dissertação. Não à toa que o leitor perceberá a ênfase dada ao terceiro capítulo do livro, “Herança Rural” – o qual ainda na primeira edição recebe o título “O passado agrário” –, e ao último, “Nossa Revolução”. A razão disso está em que, juntamente com o capítulo III, é o que encerra a obra o que mais agudamente sofre modificações, tanto

interesse tipicamente modernista) do que as técnicas de contar histórias tradicionalmente utilizadas pelos historiadores na representação dos eventos do passado, as quais são supostamente cruciais para o desenvolvimento da identidade de sua comunidade. As técnicas de representação do modernismo oferecem a possibilidade de desfetichizar ambos eventos e relatos de fantasia dos que negam a ameaça que elas põem no próprio processo de pretender representá-los de forma realista, bem como a de limpar o caminho para esse processo de luto que, sozinho, pode aliviar o fardo da história e produzir, se não totalmente, uma percepção mais realista dos problemas atuais possíveis”. WHITE, Hayden. “The Modernist Event”. In: _____. *Figural Realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000, p. 82.

no nível micro como no macro. Isso se dá pelo motivo de “Nossa Revolução”, que, segundo Vecchi, pertence à dita “seção política” do ensaio, como veremos, ser o lugar onde a passadidade do passado, representada em “Herança Rural”, é retida como um tempo que resta e é protendido a uma futuridade possível da formação social da nação.

Para a primeira seção, procuramos alinhar algumas questões relativas aos sentidos atribuídos ao passado e seu enredamento nas duas primeiras edições de *Raízes do Brasil*. O intento perpassou já por sugestões parciais sobre as modificações efetuadas pelo autor em seu texto: como a perspectiva de caráter mais abrangente e generalizante – com certa positividade dada, de forma mais clara na edição de 1936, ao advento da cultura urbana – vai tingindo-se, em 1948, de colorações mais particularizantes da investigação histórica e, em consonância com *Monções*, mais preocupada com as análises típicas de um texto monográfico, no qual contextualiza as fontes e fundamenta afirmações genéricas por meio de exemplos concretos; ponto que terá sua culminância na terceira e última seção do trabalho, a partir do caso exemplar de seu diálogo com Visconde de Cairu. Tendo como eixo norteador, sempre, a prática ensaística, buscamos aventar que o uso feito, pelo autor, de dispositivos figurativos não se arrefece devido ao incremento historiográfico verificado a partir da edição de 1948. Ao contrário, em tempos de profissionalização da historiografia, ele é ainda mais reforçado a fim de referendar a complexa trama histórica das raízes do Brasil. Indício que reforça tal conjectura provém de um artigo, “Erudição e Imaginação”, publicado originalmente no jornal *Diário Carioca*, a 23 de julho de 1950, no qual vê-se o historiador *tout court* – e a essa altura diretor do Museu Paulista e presidente da seção estadual da Associação Brasileira de Escritores – militar imperiosamente em prol do difícil equilíbrio entre as duas dimensões que dão o título ao artigo. Sendo um dos poucos textos em que Sérgio Buarque discorre meta-discursivamente sobre o *métier*, emblema, em nível teórico, daquele dito “encontro do crítico literário com o historiador”, dará suporte às reflexões que ensejam o uso criativo de algumas selecionadas e precisas metáforas, como a *catacrese* que nomeia o terceiro capítulo da segunda edição de seu livro: “Herança Rural”. Ao invés de “Passado agrário” apenas – tal como encontrado na primeira edição de *Raízes do Brasil* –, “Herança Rural” sugere uma distensão das dimensões temporais passado, presente e futuro, a fim de desvelar a pertinácia de um resíduo duro do passado – no caso, o espectro do patriarcalismo – no presente. E na significativa permuta desses

paratextos intertítulos contém uma deliberada implicação daquilo que Paul Ricoeur compreende como uma “metáfora viva”, na medida em que se empreende uma nova pertinência semântica. Nesse sentido, “herança”, agregada ao vocábulo “rural”, cumpriria essa função análoga e sintética de todo um estado de coisas relativo ao real passado, e cujo acesso abstrato do mesmo seria inviável – senão impossível – por meio do emprego literal no nível da palavra ou da frase. Consciente, talvez, da impossibilidade de aproximação desse abstrato passado a um nível máximo de literalidade da linguagem, Buarque de Holanda aproveita essa *metáfora gasta* e atribui a ela uma nova pertinência semântica, a tornando *viva*, se lida na totalidade de seu sentido no nível não apenas da palavra, mas de todo o esforço argumentativo do enunciado, no caso, o capítulo central de crítica à estrutura herdada do “passado agrário” nacional.

Se é na última seção desta parte do trabalho que tencionamos desvelar mais de perto certas “marcas do passado” no presente “intersticial” da condição *limes e limen* que conforma a formação social em *Raízes do Brasil* (Vecchi), por meio de tramas históricas dos “homens no tempo”, inseridas de modo mais claro a partir da edição de 1948, na segunda seção, contudo, é que intentamos, antes, desdobrar a conexão da intenção projetiva da metáfora do título a que corresponde o capítulo terceiro com o derradeiro “Nossa Revolução”, uma vez que é nele que se deslindará mais patentemente o “núcleo íntimo”, crítico, de uma visão da modernidade, cuja irresolução, temporalidades em aberto, restos que não se diluem, reatualizam uma chave interpretativa decisiva no pensamento de Sérgio”.⁴⁹

Voltado para as realidades circundantes do presente, “Nossa Revolução” estabelece um diálogo pulsante entre o autor/narrador e o leitor atento, convidando-o, mediante elementos figurais, a *refigurar* ativamente as transformações em curso na política e cultura brasileira entre as décadas de 1930 e 1950. Após ter posto sob os olhos do leitor a “herança rural” como reminiscência do passado e suas marcas como dobra viva e ativa no presente, Sérgio Buarque procura reiterá-la no último capítulo de sua obra, num exercício de “periodização do tempo que resta” (Vecchi). Ao configurar aquela temporalidade em camadas, na qual se vê a permanência de elementos da estrutura administrativa e política da colônia e, mais ainda, do Império no regime

⁴⁹ Cf. VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”. In: PESAVENTO, Sandra. J. (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 190. (grifo nosso)

republicano, o autor engendra uma complexa concepção de tempo entre passado e futuro, a qual o resguarda posição epicentral, como dissemos, no rol dos historiadores profissionais da época, no que respeita às suas relações com o moderno conceito de história.

Num movimento circular, encerramos essa seção dedicando algumas dezenas de páginas à reflexão do lugar ocupado pela primeira edição de *Raízes do Brasil* no rol das obras de ensaio que despontaram no primeiro decênio do século XX brasileiro. Alicerçada heurísticamente pelas categorias “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, bem como pela de “regime de historicidade” e sua derivativa “regime historiográfico”, propostas respectivamente pelos teóricos da história Reinhart Koselleck e François Hartog, nossa análise buscou aventar que o ensaio publicado um ano antes da data que marca o advento do Estado Novo é, a um só tempo, *produto* e *produtor* desse espaço de experiência multidimensional, tanto política – “contexto nebuloso dos anos do Entreguerras, no qual todos os gatos pareciam pardos”⁵⁰ – quanto cultural e historiograficamente falando. Nesse ambiente de indeterminação temporal, na qual coabitavam permanência de restos do passado e mudanças avassaladoras, o ensaio de 1936, mediante um oscilante olhar para frente e para trás, e concatenando ecleticamente saberes e conhecimentos às vezes díspares – discurso de corte sociológico, histórico, psicológico, organicista, vitalista etc. – veio dar formas a um regime historiográfico que, se ainda tangenciava modalidades de experienciar o tempo caras ao regime de historicidade da geração anterior – como, por exemplo, o uso da *metaforologia orgânica* que constitui parte do arcabouço epistêmico do Romantismo –, despontou mediante configuração discursiva relativamente diferenciada naquele momento específico. Levando em conta, sugere Fernando Nicolazzi,

a experiência de tempo singular que marcou a primeira geração republicana no Brasil, momento forte em que os contornos do regime de historicidade moderno (tempo processual abrindo-se em direção a um futuro que passa a ser configurado de forma plural) se manifestaram de maneira bastante evidente a partir da chamada “geração de 1870”, passando por um importante questionamento já na década de 1920, quando um sentimento de desorientação temporal ocupou a reflexão de um número considerável de autores,⁵¹

⁵⁰ WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 76, jul. 2011, p. 60. (nota 28)

⁵¹ NICOLAZZI, Fernando. “A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história no Brasil, 1870-1940”, *op. cit.*, p. 08.

as *Raízes do Brasil* podem certamente ser pensadas como uma singular variante da gama de respostas historiográficas dadas àquela situação.

Na derradeira seção da dissertação – de caráter mais experimental –, veremos o modo como um certo cuidado filológico, a atenção com as palavras, vão, novamente na segunda edição de *Raízes do Brasil*, ao encontro da arguta crítica ao que o historiador considera ser “alguns dos freios tradicionais” que impedem o “advento de um novo estado de coisas” no país; dessa vez, no campo das ideias. Como um dos traços da “eloqüência figural herdada da Colônia” (Vecchi), encontram-se corolários como o “talento”, e o seu derivativo, a “inteligência”. Palavras essas que, extraídas de trecho da obra do Visconde de Cairu, *Estudos do Bem Comum*, são traduções equivocadas da obra capital de Adam Smith, segundo a análise, de claras pretensões desideologizantes, empreendida por Sérgio Buarque. Menos do que termos considerados no âmbito do pensamento abstrato, ou, como quer o historiador paulista, das “especulações intelectuais”, significavam antes “amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara”. Partindo dessa premissa, o ponto que nos interessará mais de perto é o que se refere à inserção, a partir da edição de 1948, das considerações críticas em torno do economista oitocentista José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Sendo a corporificação de uma das figuras sinedóquicas da cultura bacharelesca no oitocentos, Sérgio Buarque de Holanda evoca aquele que, ainda hoje, é por muitos considerado um dos baluartes precursores do pensamento liberal no Brasil. Tal evocação se dá, contudo, por meio de complexo aparato de dispositivos formais, cuja estratégia textual conscientemente orientada leva o autor a empreender desmonte de todo um arcabouço semântico-conceitual, que, para além daquela crítica trivial que recai mais sobre a figura autoral do que sobre a obra propriamente dita – traço comum nas cordiais polêmicas e rivalidades literárias ao longo do século XIX –, revela, como veremos, a sutil preocupação em atingir o núcleo duro de resíduos discursivos cristalizados do passado colonial e imperial no presente, encontrando, diga-se a propósito, *pertinácia numa vertente semântica do controverso discurso modernista*.

Ao lançar mão de uma espécie de *ironia dramática* – salvaguardadas as devidas proporções em relação à obra estritamente ficcional –, Buarque de Holanda, graças a recurso semelhante ao *estilo indireto livre*, nos põe a ver coisas através dos olhos e da linguagem da personagem – no caso a problemática tradução e seu autor Silva Lisboa –,

mas também através dos olhos e da linguagem do autor (Wood). Linguagem que encobre toda uma estrutura legitimadora da posição ideológica na qual se encontrava a elite política e cultural do Império e, não menos, ainda, da República. Na medida em que aproximamos, *mutatis mutandis*, a prosa buarquiana daquela do narrador moderno de ficção, afinidades entre os estilos machadiano e flaubertiano foram estabelecidas, tendo como escopo, em primeiro plano, as reflexões do teórico da literatura James Wood e da linguística da enunciação de Mikhail Bakhtin.

PRIMEIRA PARTE

“O momento de liberdade, de rebelião contra l’esprit géométrique, não é um dado do gênero; ele deve ser inventado cada vez que um ensaísta senta-se para escrever. Se a forma manifesta uma mente sutil ou um quadrado, depende muitíssimo do ensaísta”.

Robert Lane Kauffmann (*“The Skewed Path: Essaying as Unmethodical Method”*, 1989)

1.1 Escritas de (e sobre) *Raízes do Brasil*¹

Pode-se considerar que um dos principais textos a dar relevo ao livro de estreia de Sérgio Buarque de Holanda – ao menos no que toca à ampliação de seu público leitor – fora escrito em 1963, quando Antonio Candido, com seu “Prefácio”, já na altura da quarta edição do ensaio, traz a lume o embrião do texto tal qual conheceremos a partir da quinta edição: “O significado de *Raízes do Brasil*” (1967). Desde então, colam-se um ao outro, prefácio e obra, a ponto de, num diapasão temporal de quase quarenta anos – considerando a edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, publicada em 2006 pela Companhia das Letras –, ver-se instituir um processo mútuo e dinâmico de canonização. Pois, como é sabido, as subsequentes edições da referida obra nunca deixam de vir acompanhadas do prefácio, fazendo com que este se tornasse incontornável a qualquer estudo que viesse a tratar daquela.² É ainda digno de nota o

¹ Com algumas modificações, esta seção foi publicada, na íntegra, em SANCHES, Dalton. “As escritas de (e sobre) *Raízes do Brasil*: possibilidades e desafios à história da historiografia”. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto (UFOP), n. 9, agosto 2012, p. 201-221.

² O “comentário”, em si um “ato ilocucionário” – uma vez que ele indica certa intencionalidade de produzir certos efeitos –, é, em certa medida, responsável pela canonização dos chamados grandes textos, pois, segundo a paradoxal análise de Foucault, uma forma de *repetição inédita* instaurada pelo comentador, permite construir novos discursos sobre determinada obra. Grosso modo, o que já estava lá (mas silenciado) é trazido à tona pela força ilocucionária daquele. “[...] uma mesma e única obra literária pode dar lugar, simultaneamente, a tipos de discursos bem distintos [...] o desnível entre texto primeiro e texto segundo desempenha *dois papeis que são solidários*. Por um lado permite construir (e indefinidamente) novos discursos: o fato de o primeiro texto pairar acima, sua permanência, seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou oculto de que passa por seu detentor, a reticência e a riqueza essenciais que lhe atribuímos, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. Mas, por outro lado, o comentário não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro. Deve, conforme um paradoxo que ele desloca sempre, mas ao qual não escapa nunca, dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito”. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 24, 25. Para Gérard Genette, o prefácio pode ser compreendido como um exemplo de “paratexto”, dispositivo localizado dentro e fora dos livros, que, por meio de recursos discursivos tais como títulos, epígrafes, notas, além dos variegados tipos de prefácio, funda uma complexa mediação ilocucionária (implícita ou explícita) entre autor, editores e leitores, capaz de, às vezes, imprimir na obra uma dada “verdade”, orientando uma via de leitura considerada a correta. Ao tratar de um tipo específico de paratexto, o “prefácio alográfico” [*allographic preface*], o teórico e crítico literário observa: “Basicamente, as funções do prefácio alográfico coincidem em parte com – mas ao mesmo tempo acrescentam certa especificidade – as funções do prefácio autoral original (promover e orientar a leitura da obra), pois as funções características dos prefácios autorais posteriores e atrasados dificilmente caem no terreno de um escritor de prefácios alo-gráfico [*an allo-graphic preface-writer*] (doravante referidos simplesmente como *escritores de prefácios*). As especificações acrescentadas são, obviamente, atribuíveis à mudança no emissor, pois dois tipos de pessoas não podem executar exatamente a mesma função. *Aqui, portanto, panegíricos ao texto tornam-se uma recomendação, e informações sobre o texto tornam-se uma apresentação*”. GENETTE, Gérard. “Allographic prefaces”. In: _____. *Paratexts: Thresholds of Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press (Literature, Culture, Theory 20), 1997, p. 264, 265. (grifo nosso)

fato de que, além do destaque dado a *Raízes do Brasil*, são contempladas as obras *Casa Grande e Senzala* e *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Gilberto Freyre e Caio Prado Jr., respectivamente; compondo assim a famosa tríade daquilo que se concebeu genericamente como *pensamento social brasileiro*. Dos “intérpretes do Brasil”, pois, Antonio Candido se tornara uma espécie de “testemunho de geração”. Logo nas primeiras linhas de “O significado de *Raízes do Brasil*” percebe-se o tom de balanço geracional, cujo teor discursivo tem pretensões claras de estabelecer certo distanciamento em relação ao passado no qual foi concebido o livro, fazendo com que este se manifeste como um *documento histórico* daquele período, assim como o registro de uma determinada “visão de mundo”.³ Em suma, uma das maiores contribuições do texto do crítico literário foi ter elevado a inflexão intelectual empreendida naquela obra a um patamar que, somente algumas décadas depois, mereceu destaque nos estudos que a complexificariam ainda mais. Por exemplo, trazer à baila o uso que Sérgio Buarque de Holanda faz da teoria de Weber, do qual, nas palavras de Candido, aquele toma de empréstimo para construir a sua “metodologia dos contrários”, bem como empreender reflexões sobre um estudo que se pautou pela “compreensão”, em sua acepção teórica alemã, *Verstehen*, foi fundamental para a reabilitação de *Raízes do Brasil* trinta e um anos depois da publicação de sua primeira edição.⁴ Não deve passar ao largo dessas

³ Cf. CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos*. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 235; CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4ª ed., *op. cit.*; e CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1967.

⁴ Vale frisar que alguns poucos estudos sobre as primeiras recepções de *Raízes do Brasil* contribuíram substancialmente para esmiuçar parte da, segundo testemunhos, tímida interlocução forjada pelo ensaio no calor da hora de sua publicação primeira. O pioneiro trabalho de Conrado Pires de Castro acerca das filiações modernistas na escritura de *Raízes do Brasil* rastreou três controversas figuras que saíram das fileiras do movimento modernista, as quais deram a sua imediata impressão sobre o que aquela metáfora das raízes dizia do Brasil. São elas, Menotti del Picchia (Helios), Sergio Milliet e Carlos Chiacchio. Cf. CASTRO, Conrado Pires de. “Transição, tradição e marginalidade”. In: _____. *Com tradições e contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sergio Buarque de Holanda*, *op. cit.*, p. 175 e seg.. Raphael Guilherme de Carvalho, em recente artigo e dissertação, amplia perspicazmente o problema por meio de exaustiva pesquisa nos arquivos privados do “Fundo Sérgio Buarque de Holanda”, alocado no SIARQ (Sistema de Arquivos da Universidade Estadual de Campinas). Cf. CARVALHO, Raphael G. de. “Capítulo da recepção de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda: leituras contemporâneas à obra (1936-1938)”. In: *história e-história*, publicação organizada com apoio do Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp, 2012. <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=446>> (consultado em 29/07/2012); e CARVALHO, Raphael G. de. “Tensão e sentido histórico em *Raízes do Brasil*”. In: _____. *Um “estudo compreensivo”: historicidade em Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná – Curitiba,

considerações o forte e sub-reptício teor político do prefácio para o momento de sua compleição: entre Atos Institucionais que atribuíam ao Estado o papel de cercear direitos, dar foro de ilegalidade a algumas importantes instituições e torturar seus cidadãos, nada mais urgente do que trazer para o campo de batalha uma obra forjada a partir dos pressupostos do “radicalismo potencial das classes médias”, e cuja abordagem diferenciada do passado “pode ser uma arma para abrir caminhos aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador e não o confinam ao papel de massa de manobra, como é uso”.⁵

A partir de meados da década de 1980, pois, começa a se delinear certa ampliação dos estudos críticos e coletâneas acerca da produção do autor. Dentre estas, podemos mencionar a obra *Sérgio Buarque de Holanda*, inserida na antologia *Grandes Cientistas Sociais* (1985), cuja organização é realizada pela historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, a qual também toma a frente do prefácio ao livro. O mérito da autora está no fato de ter concentrado sua investigação na trajetória intelectual de Holanda. Extrapolando as fronteiras de *Raízes do Brasil*, buscou relacioná-la com as outras obras do historiador, ao passo que mapeou o representativo desenvolvimento da sua concepção de história: de que modo, desde as posteriores edições do livro de estreia de Sérgio Buarque, publicadas em concomitância com *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*, até obras da década de 1950, como, por exemplo, *Visão do Paraíso*, foi tornando cada vez mais caro a ele certa ambição de profissionalização da disciplina no contexto brasileiro. A partir dos trabalhos mais recentes, veremos, presencia-se, entre as

2013, p. 160 e seg.. Alguns estudos têm se debruçado, ainda, sobre a mais recorrente polêmica a que suscitou a obra no ato da publicação de sua segunda edição (1948), qual seja, as querelas entre Sérgio Buarque e o poeta Cassiano Ricardo em torno do conceito de “homem cordial”. Para tal, cf., entre outros, ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998; MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999, p. 201 e *passim*; WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, *op. cit.*, p.52-67; e DE DECCA, Edgar Salvadori. “Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Locus: revista de história da UFJF*, Vol. 12, nº 1, 2006, p. 145-159. Convém pontuar ainda que a afirmação sobre tal reabilitação do livro de Holanda, em alguma medida viabilizada pelo texto de Antonio Candido no contexto da universidade, está fundamentada no fato de o crítico ter contribuído para atenuar certa *ordem do discurso* que, ao longo das décadas de 1950 e 1960, registrava *Raízes do Brasil* e, *lato sensu*, as obras dos ditos “intérpretes do Brasil” como liberais; visão de mundo de setores da classe média brasileira. Ora, para além das fronteiras políticas e ideológicas, essa conjuração se impunha ainda no âmbito institucional e metodológico, como brevemente esboçado na introdução deste trabalho.

⁵ CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos, op.cit.*, p. 252.

décadas de 1940 e 1950, todo o empenho do historiador no sentido de aproximação com a historiografia estritamente acadêmica, principalmente a francesa e a norte-americana.

Um outro aspecto relevante da abordagem de Maria Odila é o que toca – talvez, pela primeira vez, de modo mais detido – na questão do estilo narrativo de Sérgio Buarque. Com isso, o prefácio dedicado à coletânea faz-se referência incontornável para os muitos trabalhos que virão a lume anos depois.⁶ A *compreensão hermenêutica sob o ponto de vista da historicidade*, para ecoarmos o texto capital de Hans G. Gadamer, ao qual a historiadora faz menção, impelia o autor a rejeitar a hermenêutica romântica para, “[...] enquanto homem de seu tempo, [tornar-se] observador participante dos valores de outras épocas”.⁷ Tal postura, anunciada já nos interstícios de *Raízes do Brasil*, requeria, a partir do jogo insinuante entre o particular e o geral, uma forma narrativa fluida – tal como a “natureza” do ensaio – que caminhasse *pari passu* com as múltiplas temporalidades lá inscritas. Quanto a isso, Dias afirma que, entre os vários procedimentos adotados pelo historiador, a partir de sua “busca de um equilíbrio difícil entre a palavra e os conceitos”,⁸ o mais instigante diz respeito ao efeito provocado pelo emprego de certas expressões e vocabulários já em desuso, inscritos nos documentos do período colonial,⁹ instaurando dimensões discursivas que aproximam o autor da posição do narrador do romance moderno. Por meio de uma espécie de “discurso indireto livre”,¹⁰ no qual “voz” e “visão” do ensaísta se articulam às “vozes” e “visões” daqueles

⁶ A mesma autora aprofunda a questão do estilo buarquiano em DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de São Paulo, 1988, no qual estabelece diálogo com autores vinculados a linhas interpretativas da hermenêutica contemporânea.

⁷ DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”, *op. cit.*, p. 20, 21.

⁸ *Idem, Ibidem*, p. 22.

⁹ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 22, 23 e *passim*.

¹⁰ Foi o grande romancista do século XIX, Gustave Flaubert, quem, segundo muitos dos críticos e teóricos da literatura, inventou essa sofisticada forma narrativa. Consciente da impossibilidade de uma onisciência total em relação à conduta e caráter de suas personagens, o seu narrador se torna cúmplice e participante, indireto, da polissemia tramada pelo discurso da ficção. “Na mesma hora em que alguém conta uma história sobre um personagem, a narrativa parece querer se concentrar em volta daquele personagem, parece querer se fundir com ele, assumir seu modo de pensar e de falar. A onisciência de um romancista logo se torna algo como compartilhar segredos; isso se chama *estilo indireto livre*, expressão que possui diversos apelidos entre os romancistas – ‘terceira pessoa íntima’ ou ‘entrar no personagem’”. WOOD, James. “Narrando”. In: _____. *Como funciona a ficção*. Trad. de Denise Bottmann. 1ª ed. Cosac Naify Portátil. – São Paulo: Cosac Naify, 2012, p. 20, 21. Para o linguista Mikhail Bakhtin, “o discurso indireto livre, longe de transmitir uma impressão passiva produzida pela enunciação de outrem, exprime uma orientação ativa, que não se limita meramente à passagem da primeira à terceira pessoa, mas introduz na enunciação citada suas próprias entoações, que entram então em contato com as entoações da palavra citada, interferindo nela”. BAKHTIN, Mikhail M. “Discurso indireto livre em francês, alemão e russo”. In: _____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik

sujeitos históricos, vemos o historiador em seu “encontro”, repleto de tensões, com o crítico literário modernista. Entraremos nesses problemas, com mais vagar, na última seção deste trabalho.

Dois anos após a publicação da obra supracitada, vem a lume o também incontornável artigo de George Avelino Filho, que, seguindo as trilhas de Candido, procura estabelecer parâmetros entre a fase do jovem modernista e a de *Raízes do Brasil*. Avelino Filho sugere que esta deva ser vista menos como “uma obra de transição, onde o historiador e pesquisador sistemático ainda não predominam sobre o jornalista e crítico literário modernista”, do que como “um *momento de síntese* de todo um período rico em atividades”.¹¹ À guisa de conclusão de seu artigo, o autor chama a atenção, em forma de perguntas, para a relevância de se recuperar os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda no âmbito de pesquisas sistemáticas. Curiosamente, muitas de suas indagações irão consubstanciar-se em importantes pesquisas somente algumas décadas depois.¹²

O problema da busca de “influências” ainda é muito patente nos trabalhos até aqui considerados, principalmente no que se refere a Max Weber no aclamado livro de 1936. Ora, parece-nos que, de fato, nos trabalhos mais recentes, como veremos, procura-se, sim, sublinhar as comunidades de discurso com as quais os enunciados dos textos interagem, mas ao mesmo tempo busca-se clarificar mais sistematicamente como o tomado de empréstimo “joga” e “negocia” com o emprestador.¹³

e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. – 14 ed. – São Paulo: Hucitec, 2010, p. 198. Para o caso brasileiro, semelhante recurso foi experimentado com maestria em obra como *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos, especificamente na relação do seu narrador com a personagem Fabiano, tendo em vista o drama de retirante junto a sua família em meio ao sertão nordestino. Para um estudo desse elemento na narrativa da obra, cf. MACHADO, Duda. “De volta a Vidas Secas (Ao encontro de Fabiano)”. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.58, junho/agosto de 2003. (esp. p. 194 e seg.)

¹¹ AVELINO FILHO, George. “As raízes de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*, p. 33. (grifo nosso)

¹² “De que forma a viagem à Alemanha e o contato com a chamada ‘tradição culturalista’ alemã influencia a concepção e realização de *Raízes do Brasil*? em que medida as preocupações do Sérgio modernista encontram nesta tradição a ponte necessária para o Sérgio cientista social? A influência de Weber, por exemplo, limitaria-se à utilização dos tipos ideais? E Meinecke, de quem assiste às aulas, e é profundo conhecedor do historicismo?”. *Idem, Ibidem*, p. 41. Para organizações que trazem especificamente alguns dos importantes textos da fase do jovem Sérgio Buarque, as quais contribuem na ampliação de fontes inéditas compreendidas no terreno ainda pouco explorado do momento anterior a *Raízes do Brasil*, cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco de Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª ed., 1989; e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária (vol. 1 e 2)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹³ “Os estudos da influência são de menor interesse ao menos que abordem a questão do funcionamento diferencial de ideias comuns em diferentes textos e corpus, e ainda o intento de destronar a um ‘grande’ reinante deve fazer frente ao problema de interpretar suas obras em toda sua complexidade. Com

Após considerações acerca dos três fundamentais textos sobre o autor em questão – escritos num espaço de vinte anos! –, frisemos, enfim, que será somente na década de 1990, portanto, que os trabalhos de pesquisa sobre a sua obra começam gradativamente a proliferar no meio acadêmico brasileiro, conduzindo toda uma nova geração às sendas abertas às possibilidades que tal produção suscita.

No âmbito da crítica literária e da literatura comparada, o estudioso da obra de Sérgio Buarque, João Cezar de Castro Rocha, é um desses autores da nova geração que nos oferece subsídios renovadores para pensarmos na possibilidade de um estudo produtivo sobre *Raízes do Brasil*, principalmente no que tange à sua escrita. A contribuição criteriosa que o autor oferece ao velho debate acerca da noção de *cordialidade* na cultura brasileira vem de seu livro *Literatura e cordialidade* (1998). Tal obra é decisiva na medida em que investiga a produção literária no Brasil a partir de uma releitura da aludida noção. Com o resgate desse conceito como ferramenta de análise da cultura e sociedade brasileira, Castro Rocha reflete sobre a peculiar formação da literatura nacional e de um público leitor, tendo em vista as vicissitudes dos espaços público e privado, eivados, por assim dizer, das relações cordiais; sem deixar, contudo, que este conceito caia, como ainda acontece em muitas das análises, numa conotação negativa ou positiva *a priori*. João Cezar de Castro Rocha põe em evidência os mecanismos narratológicos das obras literárias por ele confrontadas, articulando-os com os múltiplos campos discursivos em vigor no Brasil oitocentista e comparando-os com o campo discursivo europeu. Valendo-se das novas perspectivas abertas pela crítica literária e pelas teorias da estética da recepção, bem como da história dos conceitos koselleckiana, o crítico demonstra como a “recepção quase pragmática” dos textos literários e o veto do ficcional fundam uma formação sociocultural peculiar no Brasil, se relacionada à experiência européia.¹⁴ Para esse autor, o conceito de cordialidade e suas

demasiada frequência, tomar como ponto central a comunidade de discurso conduz o historiador a limitar a investigação a figuras menores ou aspectos muito restringidos e fora de situação do pensamento de uma grande figura (por exemplo, o elitismo em Nietzsche, o utopismo em Marx e o biologismo em Freud). Ademais, as mesmas ‘comunidades’ delimitadas nas quais participam importantes intelectuais modernos podem estar mais constituídas pelos mortos ou os ausentes que pelos vivos ou os presentes”. LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual e leer textos”, *op. cit.*, p. 270.

¹⁴ “Procurei evidenciar a relação entre o primado da cordialidade, a conciliação como código-metáfora, a recepção quase pragmática, a auditividade, a subordinação da imaginação a dados ‘factuais’ e o reinado do bacharel. Em suma, tais elementos representam formas conservadoras de responder à instabilidade das condições oitocentistas. Estas formas obtiveram um êxito pragmático indiscutível na constituição de nossa formação social. Menosprezá-las em função de seu caráter conservador acarreta conseqüências

consequências são ainda tão pulsantes na vida social e cultural brasileira, que, trazendo-o como categoria analítica para o estudo das primeiras recepções da própria obra de Buarque de Holanda, ele constata, mediante a leitura comparada das suas três primeiras edições, como as mudanças suscitadas pelas polêmicas em torno do conceito, no livro, denunciam um sintoma da peculiar formação da sociedade brasileira: o mecanismo da cordialidade.

O significado do conceito de *homem cordial* recebe, igualmente, privilegiado tratamento analítico em *A queda do aventureiro* (1999), ao passo que conduz também todo o eixo argumentativo de suas páginas. Seu autor, Pedro Meira Monteiro, investiga os pressupostos teórico-conceituais e metodológicos que alicerçam *Raízes do Brasil*, esmiuçando a miríade de significados sobre tais pressupostos condensados no texto. Diferentemente de João Cezar de Castro Rocha, a postura de Monteiro em relação àquele conceito é mais distanciada, por assim dizer. Ele o analisa em seu funcionamento na obra mesma e como o *ethos* crítico de Sérgio Buarque o encarava no passado colonial brasileiro e mesmo em seu presente; enquanto que em Castro Rocha há uma relação dinâmica entre categoria heurística e conceito propriamente dito, uma vez que, para ele, o conceito ainda hoje vigora como ferramenta de investigação de certos aspectos socioculturais brasileiros. Ao decompor, em sua análise, o capítulo do ensaio que versa sobre a cordialidade, Monteiro estabelece relações entre a postura weberiana de lidar com os procedimentos científicos – entre os quais a chamada “neutralidade axiológica” – e a forma como o historiador brasileiro também se posicionava ao aplicar o conceito por ele próprio consagrado.¹⁵ Aliás, em se tratando de Max Weber, o autor de *A queda do aventureiro* empreende uma reflexão capaz de matizar a tão propalada verve weberiana em *Raízes do Brasil*, principalmente em sua primeira edição, uma vez que o próprio historiador vai, ao longo da segunda e terceira edições, acrescentando notas

práticas graves”. ROCHA, João Cezar de Castro. “Ao pé-da-letra e ao pé-do-ouvido”. In: _____. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*, op. cit., p. 203.

¹⁵ “A ausência de um juízo ético na inteligência da história, evitando transformá-la em *tábula rasa* para os desejos e as inclinações caprichosas do historiador, é [...] uma diretriz imprescindível da teoria weberiana. E também ela, note-se, estaria presente na orientação das investigações de Sérgio Buarque, desde *Raízes do Brasil* até aos estudos posteriores. Na mais conhecida polêmica em torno do ‘homem cordial’, envolvendo o autor de *Raízes do Brasil* e o poeta Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque procurava esclarecer que, com a ‘cordialidade’, pretendia apenas salientar o império dos ‘sentimentos privados ou íntimos’ na história social brasileira, eliminando, ‘deliberadamente, os juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece inclinar-se o Sr. Cassiano Ricardo, quando prefere falar de ‘bondade’ ou em ‘homem bom’”. MONTEIRO, Pedro Meira. “Uma invenção a duas vozes: aventura e cordialidade”. In: _____. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, op. cit., p. 201.

explicativas cujo fim é relativizar suas apropriações do autor d'A *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*.

É pertinente ressaltar que a obra de Pedro Meira Monteiro despontará como um dos mais importantes interlocutores de nossa pesquisa, na medida em que empreende um esforço metodológico de também cotejar elementos das primeiras edições de *Raízes do Brasil*, e cujo intuito é perscrutar, através da análise narratológica do ensaísmo buarquiano, as mudanças de termos e conceitos, os quais, por sua vez, sugerem mudanças no foco analítico do autor. Mudanças essas que refletem posições éticas e políticas, mas que, outrossim, refletem certos matizes quanto aos aparatos de erudição – notas de rodapé, por exemplo – e às apropriações teóricas e metodológicas de autores estrangeiros.¹⁶ Em outros termos, dessas gradativas modulações de consciência histórica e historiográfica – entendida essa como prática profissional e “matriz disciplinar”¹⁷ – pode-se revelar, da posição de “autor-ponte” em que se encontrava o historiador brasileiro, nuances de uma conjuntura historiográfica mais ampla, como veremos mais detidamente na segunda parte do nosso trabalho.

Podemos certamente afirmar que tanto o trabalho de João Cezar de Castro Rocha como o de Pedro Meira Monteiro têm o mérito de contemplar simultaneamente o aspecto “documentário” e o “ser-obra” de *Raízes do Brasil*. Pois, mesmo que ainda seja um livro capaz de testemunhar estruturas de consciência e visões de mundo de um determinado clima histórico, ele condensa em si a incessante força de questionar toda e qualquer interpretação, seja essa a mais sofisticada e questionadora.¹⁸ Assim sendo, os

¹⁶ Cf. ainda MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, op. cit., p. 39; 49; 80; 275 e passim.

¹⁷ Categoria aqui mobilizada tal como cunhada por Thomas Kuhn em seu *A Estrutura das Revoluções Científicas* (1969), após reavaliação suscitada por algumas críticas feitas à noção de *paradigma*, desenvolvida na edição de 1962, e que, como se sabe, tem como forte referencial as ciências físicas e naturais. Cf. KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

¹⁸ Essa dupla dimensão constituinte de um “texto complexo”, qual seja, “documentária” e “ser-obra” é oferecida por Dominick LaCapra: enquanto a primeira cumpre a função essencial da referencialidade, a segunda, por sua vez, estabelece uma interseção entre uma tradição prolongada e o tempo específico; aquele no qual o seu intérprete realiza, numa fusão de horizontes, leituras que vão ao encontro das continuidades e rupturas com essa mesma tradição. A irredutibilidade do ser-obra diante de outras dimensões do texto, enquanto apenas referenciais, requer do intérprete capacidade imaginativa e crítica, na medida em que, a partir do *efeito* extraído dessas continuidades e rupturas interpretativas, o texto comprova seu caráter gregário e ao mesmo tempo conflitante. Pois, como assevera LaCapra, um grande texto possui também sua força autoimpugnadora, tanto em relação àquele tipo de interpretação que deseja circunscrevê-lo em contextos determinados, sem problematizá-los, quanto em relação ao desejo de fechá-los em ideias e “estruturas de consciências”, sem ao menos investigar quais os mecanismos de funcionamento delas na linguagem do próprio texto. Nas palavras do referido autor: “O ser-obra é crítico e transformador, porque desconstrói e reconstrói o dado, em um sentido repetindo-o, mas também

estudos de Monteiro enfrentam o desafio de *suspennder* da tradição interpretativa acerca do livro um “‘grande’ reinante”, qual seja, Max Weber e os seus tipos ideais: o estudioso marca esse corte mediante o estabelecimento dos usos e os limites, para o específico caso brasileiro, de uma grande teoria desenvolvida por uma comunidade discursiva distinta, em temporalidades e espacialidades não menos distantes.¹⁹ No caso de Castro Rocha, investigar a força histórica do conceito de cordialidade no tempo presente, sem, contudo, tomá-lo aprioristicamente, e confrontá-lo com os múltiplos campos discursivos do universo das letras oitocentista, fez com que o crítico evitasse que sua análise se limitasse a certos aspectos bastante restritos se considerados no conjunto dos textos, incluindo aí *Raízes do Brasil*. Ora, se o referido conceito possuiu sua historicidade e mobilidade diante das configurações e jogos sociais, por que então se pretende, na maioria dos casos, exigir uma tomada de posição, positiva ou negativa, em relação ao mesmo?²⁰

Outro trabalho que propõe, na esteira de *A queda do aventureiro*, uma releitura comparada da obra capital do historiador brasileiro, tendo em vista as “influências” de Weber para além dos tipos ideais – como sugere Avelino Filho –, é *A conquista do Oeste* (2000).²¹ Seu autor alarga, grosso modo, o dilema central que percorre todo o pensamento de Buarque de Holanda, desde suas primeiras crônicas, em que discutia a questão do americanismo, até a sua tese de doutoramento, *Visão do Paraíso*, a saber: a tensão caracterizada pela experiência temporal entre *tradição* e *modernização*. Para o entendimento sobre o estudo que Holanda realiza a respeito do empreendimento

trazendo ao mundo, nessa variação, modificação ou transformação significativa, algo que não existia antes. Com enganosa simplicidade, poderíamos dizer que enquanto o documentário assinala uma diferença, o ser-obra constitui uma diferença, que compromete o leitor em um diálogo recreativo com o texto e os problemas que coloca”. LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual e leer textos”, *op. cit.*, p. 246.

¹⁹ “Se Sergio Buarque não se utiliza cabalmente da metodologia weberiana em *Raízes do Brasil*, nem por isso deve ser evitada uma análise, por assim dizer, ‘weberiana’ de sua obra. Vale notar: o historiador não terá sido um ‘weberiano’ puro. Por dois motivos, aliás. Primeiramente, não era de seu feito agarrar-se a qualquer teoria com exclusividade, porque, se assim o fizesse, o espaço da criatividade e da imaginação seria drasticamente restringido, ou até anulado, pela presença maciça do modelo teórico. Em segundo lugar, ficamos imaginando quão pouco weberiano seria um ‘weberiano’ puro, no Brasil da década de 1930”. MONTEIRO, Pedro Meira. “Um prelúdio weberiano: as categorias se anunciam”. In: _____. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 77, 78.

²⁰ Como afirma Castro Rocha: “No universo do homem cordial, estamos lidando com esferas autônomas, embora a esfera privada determine o tom das relações sociais. Esta ressalva também importante para esclarecer que, em nenhum momento, considero a cordialidade um valor positivo ou negativo *a priori*. Independentemente do pólo privilegiado, tal perspectiva condena o trabalho crítico a uma monótona confirmação de seus pressupostos”. ROCHA, João Cezar de Castro. “El tamaño de nuestra esperanza”. In: _____. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*, *op. cit.*, p. 172.

²¹ Cf. WEGNER, Robert. “Um autor relê seu livro”, *op. cit.*, p. 52-67.

colonizador rumo ao Oeste brasileiro, Wegner estabelece aproximações entre a tese da fronteira, do norte-americano Frederick Jackson Turner, e as reflexões, já inscritas em *Raízes do Brasil*, acerca da colonização nos trópicos, bem como da adaptação de uma civilização adventícia em *terras brasilis*. Segundo as conclusões a que chega Wegner, os anseios do historiador no que se referem ao desenvolvimento estrutural do país, já nos idos de 1950, estavam em harmonia com as reflexões que empreendia sobre as formas peculiares da colonização ibérica no Novo Mundo. Da forma como havia ocorrido na exploração rumo ao Oeste brasileiro, onde presenciou-se, em seus primeiros momentos, a adoção da cultura e das técnicas indígenas por parte dos adventícios, Sérgio Buarque vislumbrava, para o momento no qual escrevia, condições de possibilidade para que semelhante movimento pudesse efetivar-se, ali onde o americanismo – sinônimo de modernização e racionalidade – haveria de realizar-se por intermédio do iberismo – sinônimo de tradição e personalidade –, sem um elemento excluir o outro. Dessa forma, Robert Wegner sugere que, mediante tal dinâmica, o autor de *Monções* acreditava poder-se assomar no país uma temporalidade cuja dinâmica engendraria uma forma de democracia diferenciada daquelas dos países europeus.

Quanto à questão em torno de Weber, o estudioso brasileiro aborda, mediante o cotejamento das duas primeiras edições de *Raízes do Brasil*, dois tipos fundamentais de modificações efetuadas pelo historiador paulista: as ressalvas ao empréstimo das teses inscritas em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, como já observado, e a eficácia explicativa do legado ibérico para a história do Brasil. Embora o autor admita não ter tido pretensões de realizar uma comparação sistemática entre o livro de 1936 e suas reedições, ainda assim constitui-se como interlocutor das nossas perquirições, pois, num texto sugestivamente intitulado “Um ensaio entre o passado e o futuro”, incluído na edição comemorativa dos 70 anos de *Raízes do Brasil*, Wegner amplia os argumentos expostos no segundo capítulo do seu livro. Dessa vez, contudo, o faz dando maior ênfase ao aspecto narrativo do texto de Sérgio Buarque de Holanda. Aí, parecidos, há uma relação dinâmica, um movimento de ida e vinda, por assim dizer, entre uma análise ora “internalista”, ora “externalista”, ou, para retornarmos uma vez mais às reflexões de Dominick LaCapra, um trânsito entre o caráter documentário e o ser-obra *Raízes do Brasil*. Valendo-se do famoso livro de Georg Lukács, *A alma e as formas*, e do célebre texto “O ensaio como forma”, de Theodor Adorno, o autor almeja

demonstrar como Sérgio Buarque de Holanda se aproveita dos recursos que o gênero proporciona, bem como das estratégias textuais e discursivas das quais lança mão, para dotar de movimentos incessantes os fenômenos que analisa; contrariando, dessa maneira, muitos dos estudos postos em curso no pensamento histórico brasileiro até então, os quais encaravam certos eventos e conceitos de forma estática, bem como imprimiam nas análises dos comportamentos e conduta sociais “traços psicológicos” inexoráveis da formação sociocultural brasileira.²² Consciente, talvez, das contingências dos fenômenos e do caráter fragmentário e lacunar da apreensão histórica, Holanda, sugere Wegner, operava em sua narrativa com “ângulos de visão” variados e múltiplas perspectivas. Por meio da apropriação das figuras de linguagem inscritas no texto de Lukács, diz o estudioso:

Sérgio Buarque construiu uma narrativa na qual alterna a descrição de eventos particulares com generalizações interpretativas, numa operação que considero semelhante a um constante abrir e fechar dos olhos [...] o autor analisa suas generalizações a partir de diferentes perspectivas, ora lhes atribuindo sinal positivo, ora negativo, lembrando uma variação no ângulo de visão [...] e, comparando com o que seria um olhar para trás com um olhar adiante, o livro chama a atenção para mudanças avassaladoras na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, recupera elementos da tradição.²³

Ao falar de um “tempo homogêneo” na escrita da história em *Casa Grande e Senzala*, e lançando mão também da metáfora visual, conjectura Fernando Nicolazzi:

Lucien Febvre captou de modo conciso uma das características fundamentais da escrita de CG&S: “um dom impressionante de visão e ressurreição”. No caso de Freyre, ambos os fenômenos convergem para a tarefa de representação dos tempos de outrora: escrever o passado é escrever o que foi visto e o que ainda se vê, mesmo que por olhos de outrem; é torná-lo, uma vez mais, algo presente e vivo, ressuscitado pelo texto que representa o próprio passado. Como fica evidente na experiência da viagem e no uso que faz dos relatos de viajantes, sua escrita, antes que das mãos, nasce dos olhares. Sobretudo, para falar como Santo Agostinho, em se tratando da experiência patriarcal da formação histórica da sociedade brasileira, Freyre vê com seus olhos e com olhos alheios, mas definitivamente enxerga com sua alma, que acaba por fazer as vezes de memória. É como se aquilo que ele visse, na medida mesma em que é visto, de fato *existisse*. Gilberto desenvolve uma concepção particular de tempo tripartite,

²² Para atermo-nos a apenas um exemplo, poderíamos nesse sentido pensar na “tristeza brasileira”, categoria consagrada pelo também ensaísta e mecenas do Modernismo Paulo Prado. Em seu *Retrato do Brasil*, tal “traço”, constituindo-se como uma espécie de característica silenciada do povo brasileiro, é catapultado para os primórdios da colonização lusa, lá onde, se perscrutado historicamente, avultaria como um diagnóstico das mazelas ou – dependendo do foco de análise – das potencialidades da formação social brasileira. Cf. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1928.

²³ WEGNER, Robert. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos, op.cit.*, p. 337.

segundo a qual, para além de qualquer ruptura, o que fica evidente é a ligação íntima entre passado, presente e futuro.²⁴

Para o caso de Sérgio Buarque de Holanda, a análise de Robert Wegner tangencia com perspicácia as linhas acima expostas. Ouçamo-lo:

Ao contrário de constituir uma narração do suplantar da tradição e do alvorecer e consolidar do moderno no país – ou da substituição da cordialidade pela civilidade –, o ensaio é constituído por uma constante oscilação entre o olhar para trás, enxergando a tradição viva, e o olhar para a frente, apontando as virtualidades da modernização.²⁵

Por meio de tais reflexões, podemos recuperar alguns problemas que norteiam nossa pesquisa, a saber: o ensaio como forma de escrita da história nesse período, em obras como a de Buarque de Holanda e de alguns de seus contemporâneos, afirmava sua concreção na medida em que possibilitava um amalgamar discursivo cuja simultaneidade temporal caracterizava aquele intermédio, aquela *brecha* deixada por eventos marcados pelo nebuloso período Entreguerras, por exemplo.²⁶ Um sentimento de contemporaneidade entre distintas temporalidades – estruturas políticas e

²⁴ NICOLAZZI, Fernando. “Uma retórica da identidade: a memória e a representação do mesmo”. In: _____. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, p. 262, 263. Calcado nas reflexões de Ricoeur sobre o tempo, a noção de “tempo homogêneo”, para o estudioso brasileiro da obra freyriana, tem a finalidade de designar um tempo fenomenológico não estanque entre as três dimensões, onde a experiência individual, no caso, a de Gilberto Freyre, é fundida com a experiência coletiva do “povo brasileiro”. Algo bem distinto da concepção negativa empregada por Walter Benjamin – para quem o tempo homogêneo, nas Teses de número treze e quatorze sobre o conceito de história, é designado como um tempo vazio, do calendário, do progresso que esmaga e aplaina a heterogeneidade dos múltiplos substratos temporais –, a homogeneidade do tempo em Freyre não implica algo vazio, mas sim um tempo saturado de lembranças – pelo menos um tempo memorial, se assim podemos dizer; com isso a linearidade cronológica não é, de fato, algo de suma importância para o autor de Apipucos, e o passado, mais do que um percurso que segue rumo a uma linha definida, emerge como um solo repleto de camadas justapostas, estratos que se acumulam e podem, a todo momento, ser mobilizados – o que não implicaria, obviamente, em um modelo *magistra vitae*, mas que mantém um igual privilégio do espaço de experiência. Isso posto, advirtamos: se tanto o escritor pernambucano quanto o paulista compartilham da intenção de, nas palavras do filósofo da Escola de Frankfurt, “explodir do *continuum* da história um passado carregado de ‘agoras’”, porém, *os pontos de partida, tanto epistemológicos quanto ontológicos da operação de cada um são bastante distintos*; problemática que, para o escopo deste trabalho, não poderá ser desdobrada de modo satisfatório. Cf. *Idem, Ibidem*, p. 262-300 e *passim*. Para as reflexões benjaminianas aqui evocadas, cf. BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 7ª edição, v. 1, 1994. (esp. p. 229, 230)

²⁵ WEGNER, Robert. “Um ensaio entre o passado e o futuro”, *op. cit.*, p. 350.

²⁶ Para a noção de brecha temporal cf. o célebre ARENDT, Hannah. “A quebra entre o passado e o futuro”. In: _____. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001, p. 28-42. Em excerto desse ensaio afirma a filósofa: “Seria, pois, de certa importância observar que o apelo ao pensamento surgiu no estranho período intermediário que por vezes se insere no tempo histórico, quando não somente os historiadores futuros, mas também os atores e testemunhas, os vivos mesmos, tornam-se conscientes de um intervalo de tempo totalmente determinado por coisas que *não são mais* e por coisas que *não são ainda*. Na História, esses intervalos mais de uma vez mostraram poder conter o momento da verdade”. *Idem, Ibidem*, p. 35, 36. (grifos nossos)

institucionais arcaicas coabitando com clima festejado de *belle époque* tropical e, tempos depois, Modernismo²⁷ –, bem como a sensação de “desordem temporal”,²⁸ representativa da cultura histórica brasileira desde fins do século XIX, porém ainda evidente nas primeiras décadas do XX, punham em expectativa a experimentação de uma forma de escrita que pudesse vazar aquele particular modo de experienciar o tempo.²⁹ No campo da epistemologia, essa *síntese do heterogêneo* configurada pelo ensaio, fez-se, portanto, “o ponto de junção propício no Brasil para a relação entre as ‘três culturas’ [a literatura, as ciências naturais e a sociologia] que marcaram o século XIX, sua forma privilegiada de discurso”.³⁰

Em um âmbito mais caracteristicamente político do cotejamento entre as edições de *Raízes do Brasil*, situam-se os recentes trabalhos de João Kennedy Eugênio e Leopoldo Waizbort. Segundo esses autores, o paulatino veio político progressista de Buarque de Holanda, iniciado com colorações marcadamente ideológicas no período da “democratização” pós-Vargas, momento da publicação da segunda edição da obra, orienta parte das modificações efetuadas nas reedições do livro primeiro do estudioso da história do Brasil. Waizbort argumenta que, no ambiente histórico e cultural da edição de 1936 – a despeito de o “Prefácio” de Candido imprimir na obra um democratismo de cunho radical, o qual, segundo ele, ainda não figurava lá –, infere-se um intelectual comprometido com soluções não-democráticas – “identifica-se com um regime oligárquico, tingido por lideranças pessoais (talvez populistas)”³¹ – para o novo horizonte que se ia descortinando. Demonstrava também, de acordo com esse autor,

²⁷ Para um pertinente panorama do ambiente das contendas políticas e intelectuais e do clima de *belle époque* da Primeira República, cf. SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²⁸ Para essa categoria, apropriamo-nos da reflexão empreendida por HARTOG, François. “Ordres du temps, régimes d’historicité”. In: _____. *Régimes d’historicité. Présentisme et expérience du temps*, op. cit., para quem a noção de *ordem do tempo* vem subsumida, contribuindo para esclarecê-la, à categoria mais ampla de *regimes de historicidade*. Inspirando-se no programático texto de Michel Foucault, *A ordem do discurso*, Hartog nos chama atenção para o fato de que, como todo discurso, o tempo narrativizado também procura ordenar as coisas e, em certa medida, ele próprio é ordenado dentro de si. Embora sejam sistemas descontínuos, tanto o discurso como o tempo são em si ordenadores e, de certa forma, se querem disciplinadores. Refletindo sobre fenômenos contemporâneos de grande amplitude (como o Holocausto e a queda do Muro de Berlim), este historiador se indaga: “Quais as temporalidades que os estruturam ou os ordenam[?] Para que ordem do tempo são eles levados? De que ordem são eles os portadores ou os sintomas? De qual ‘crise’ do tempo são eles os indícios?”. *Idem, Ibidem*, p. 18.

²⁹ NICOLAZZI, Fernando. “Introdução”. In: _____. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, op. cit., p. 01, 02.

³⁰ NICOLAZZI, Fernando. “Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil”. Mariana: *Mimeo*, 2008, p. 24.

³¹ WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”, op. cit., p. 42.

certa valoração positiva à empresa colonizadora lusa. Tanto ele como João Kennedy Eugênio, afirmam que as permutas ao longo de toda a obra evidenciam o descontentamento – senão desconforto – do historiador em relação aos matizes políticos inscritos na edição de 1936. “[...] escrito em algum momento entre a Revolução de 1930 e o advento do Estado Novo”, o livro de estreia provoca um

desconforto grande e perturbador, a ponto de exigir um remanejamento substantivo do texto para a segunda edição, de 1948 – portanto em pleno período de “redemocratização” –, remanejamento que tem como principal questão melhor solucionar (ou embaralhar) a perspectiva política contida na argumentação original. Também aqui é possível aquilatar a importância funcional do ‘prefácio’ de Antonio Candido, que oferece uma moldura apascentadora para o livro.³²

Tendemos a discordar com esse autor no que diz respeito à leitura dos estudos metaforológicos sobre *Raízes do Brasil*. Segundo o sociólogo, tais trabalhos, como os de Roberto Vecchi, tendem a qualificar a ambiguidade presente no texto por meio da teia metafórica montada pelo historiador, a qual, por sua vez, é pelos estudos justificada a fim de diluir o sentido histórico do rearranjo político da obra, bem como desenraizá-la de seu contexto social de produção. Ora, resta saber se o uso das metáforas, pós *Raízes do Brasil*, em obras como *Caminhos e Fronteiras*, *Monções*, *Visão do Paraíso* e mesmo *Do Império à República* estaria isento das ambiguidades políticas, de visões de mundo e até mesmo teóricas. Pois,

nem sempre Sérgio “interprete do Brasil”, formado na militância modernista, concorda com Sérgio *scholar* – mas esta tensão não deixa de ser parte das contradições que produzem o próprio autor. Para efeitos da compreensão de sua interpretação do Brasil estas contradições podem ser, na verdade, reveladoras; como é, por exemplo, a hesitante tentativa de elaboração de uma *Era do Barroco no Brasil*, a partir dos esboços que hoje conhecemos como *Capítulos de Literatura Colonial e Visão do Paraíso*.³³

João Kennedy Eugênio, embora pela via da análise do discurso organicista e vitalista de vertente alemã, com ênfase na figura de Ludwig Klages para a filosofia da vida [*Lebensphilosophie*], desvela, outrossim, nas modificações do livro, certa simpatia por parte de Buarque de Holanda com o sucesso do empreendimento colonizador

³² *Idem, Ibidem*, p. 40.

³³ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. *Mimeo*, 2012, p. 19, 20. Texto generosamente concedido pelo autor, e do qual lançaremos mão exaustivamente, de modo dialógico, uma vez que as reflexões inéditas nele encetadas vêm ao encontro de muitas das intuições mais adiante arriscadas, atribuindo-as certa plausibilidade conceitual. As primeiras reflexões nele consubstanciadas foram apresentadas no *Ciclo de Debates do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM)*, da Universidade Federal de Ouro Preto, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), Mariana, Minas Gerais, no dia 11 de dez. de 2012.

português. O aparato organicista, se antes, 1936, cumpria, grosso modo, a função de corroborar conceitualmente o sucesso dos portugueses e a “plasticidade”³⁴ que deles herdaram os brasileiros, a partir de 1948 a sua atenuação vem a serviço de um “despistamento” do leitor, orientando-o às sendas do viés progressista das *Raízes do Brasil*.³⁵ Porém, adverte Kennedy Eugênio, mesmo com o esmaecimento do conteúdo organicista, as edições de pretensão progressista não dão conta de eliminar por completo o seu teor nas filigranas do discurso.³⁶ Em suma, se essas abordagens, por um lado, possuem o mérito de, cada qual à sua maneira, trazer à tona faces da destreza hermenêutica do autor, desvelando com isso dimensões da historicidade de sua

³⁴ Embora Eugênio argumente que tal categoria não pertence estritamente ao repertório freiriano, ainda assim, correlata às alterações feitas nas edições seguintes do livro de 1936 está o apagamento do escritor de Apipucos, em virtude, talvez, de uma possível aproximação quanto ao uso da “plasticidade” na abordagem da formação social brasileira. “Jessé Souza acredita que a noção de *plasticidade* do português, central em *Casa Grande & Senzala*, ‘vai ser apropriada por Sérgio Buarque no seu *Raízes do Brasil*’. Ele se engana: a plasticidade portuguesa na colonização do Brasil é um tópico do debate brasileiro, encontrável em K. von Martius (*Como se deve escrever a história do Brasil*), Varnhagen (*História geral do Brasil*), Eduardo Prado (*Coletâneas*), Sílvio Romero (*História da literatura brasileira*), Oliveira Vianna (*Populações meridionais do Brasil*, v. 1), Paulo Prado (*Retrato do Brasil*), Freyre, Sérgio Buarque e outros. Nem sempre aparece o termo plasticidade, mas a atitude indicada é sempre de adaptabilidade e miscibilidade, em suma, de plasticidade social e cultural”. EUGÊNIO, João Kennedy. “Matrizes rivais em raízes do Brasil, 1936”. In: _____. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras, de Sergio Buarque de Holanda*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 64. (nota 31) Para um estudo perspicazmente esmiuçado dessa característica do português e sua herança nas condutas e instituições brasileiras, bem como a sua contraposição de matriz weberiana, a saber, a racionalização de tipo moderno, cf. o já mencionado trabalho de SILVA, Gabriel Santos da. *Sua fraqueza foi sua força: a plasticidade em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*, *op. cit.*

³⁵ Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. “Uma atenuação plausível: o organicismo em *Raízes do Brasil*, 1948”. In: _____. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras, de Sergio Buarque de Holanda*, *op. cit.*. Embora ainda não publicado em formato de texto, cabe mencionar o também ousado trabalho de Sérgio da Mata, que, seguindo, em certos aspectos, as trilhas abertas por Waizbord e Eugênio, intenta, mediante uma *thick description* dos argumentos do ensaísta, respaldados pelos textos alemães – referenciados ou não em notas –, reconstituir a “constelação de intelectuais” que possivelmente orbitou a compleição conceitual, metodológica e política do livro de 1936. Segundo o estudioso, quando da estada do jovem Sérgio Buarque na Alemanha, em 1929, esse aproveitou o que de mais descompassado poderia haver no pensamento social e filosófico daquele país, se comparado ao que se produzia em relação às perspectivas de renovação do campo epistemológico das humanidades no período do Entreguerras. Autores que figuram na edição primeira, Oswald Spengler, Ludwig Klages, Kurt Breysig e Carl Schmitt, à época à direita do debate político, já não eram, em 1948, pós-Segunda Guerra, portanto, vistos com bons olhos. Daí a tarefa de, senão expurgar totalmente os seus ecos e dicções ao longo do livro, ao menos esconder, aqui e acolá, as remissões às suas obras. Cf. MATA, Sérgio Ricardo da. “A Alemanha secreta de Sérgio Buarque de Holanda e a face de Jano de ‘Raízes do Brasil’”. Videoconferência do texto apresentado na *II Jornada de História da Historiografia*, GT Historiografia – Anpuh/RS. Porto Alegre, 07 de dez. de 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xuCGGE9buSM>> Importante notar que o traço convergente nas perspectivas de todos esses autores elencados é a tentativa de *descristalização* da historicidade da obra, submetida, em certa medida, pela orientação de leitura e controle promovidos pelo famoso “Prefácio” de Candido.

³⁶ Cf. Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. “Uma atenuação plausível: o organicismo em *Raízes do Brasil*, 1948”, *op. cit.*, p. 285.

multifacetada consciência histórica e política, por outro lado, dão ênfase – ainda mais no caso do primeiro estudo – a essas pressões do contexto político e deixam um pouco de lado a sua consciência historiadora; uma vez que é sabido que o autor, desde a sua atuação nos quadros da extinta Universidade do Distrito Federal (UDF), vinha militando em prol da normatização e profissionalização dos *lugares* de produção da história como matriz disciplinar e padrões de cientificidade específicos. Em 1936, antes da publicação de *Raízes do Brasil* na coleção “Documentos Brasileiros”, dirigida por Freyre para a editora José Olympio, o autor, como se sabe, fora contratado para o cargo de professor assistente de Henri Hauser, na cadeira de História Moderna e Econômica da UDF, e, também, assistente de Henri Tronchon, na cadeira de Literatura Comparada. Sua experiência de pesquisador foi ainda marcada pelo cargo assumido, na década de 1940, dentro da Biblioteca Nacional, dirigida na época por Rodolfo Garcia, e também por sua atuação na direção do Museu Paulista, durante o mesmo período. E, como veremos, sua carreira docente seguiu ao longo dos anos, assumindo, em 1957, a cátedra de História da Civilização Brasileira, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.³⁷ Enfim, indo um pouco além, e se fomos bem sucedidos, buscamos, nas linhas que se seguirão, o entendimento de aspectos do ofício na pragmática do texto mesmo, considerando que esse resguarda dimensões de uma relativa autonomia diante, às vezes, das intenções de seu próprio autor e, ainda, das pressões dos diversos contextos.

1.2 Da missão modernista à profissão historiadora. Ou: um universitário modernista de primeira hora

Concebida primeiramente como tese, em 1958, para provimento da cátedra de *História da Civilização Brasileira*, na Universidade de São Paulo, *Visão do Paraíso* (1959) até então não havia merecido lugar de destaque no rol dos estudos acadêmicos dedicados à produção do renomado historiador. Como contribuição à contemporânea história da historiografia e história intelectual, *Urdidura do Vivido* (2008), de Thiago Lima Nicodemo, procura deslindar, através do diálogo daquela obra com outros textos da produção de Holanda nos anos 1950, os meandros de sua trajetória intelectual, onde

³⁷ Cf. HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. “Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos, op. cit.*, p. 421-446.

o ressaltado “encontro” do crítico literário com o historiador de ofício veio somar forças para enfrentar os impasses e aporias com os quais a disciplina se deparava nessa específica situação. Em outros termos, essa “ponte” edificada entre o legado da fase do crítico literário e modernista de primeira hora e as investigações do historiador, foi, antes de tudo, decisiva no sentido de trazer a lume uma postura antipositivista e, como já afirmado, antiromântica por parte de Sérgio Buarque de Holanda.

Em *Visão do Paraíso* – cujo *leitmotiv* é refletir acerca da *forma mentis* medieval que atravessara o tempo e o mar em direção ao empreendimento colonizador na América portuguesa –, vê-se o historiador aproveitando progressivamente suas preocupações acerca das questões formais nos textos literários e transformando-as em ferramenta de interpretação histórica. Como argumenta Nicodemo, os elementos formais dos textos de literatura sempre foram por Holanda considerados como dotados de cargas semânticas capazes de fazer emergir elementos condicionantes – temporais e sociais – da sociedade na qual quem os produziu viveu. As opções feitas por certos atores sociais por determinados conjuntos de convenções literárias e não outros, permitem ao estudioso rastrear discursivamente características históricas que clareiam a época e o lugar em que se situam esses atores – características as quais, às vezes, permitem ainda situá-los em movimentos que vão contra tal época ou tal lugar. Daí a ênfase dada por Nicodemo ao que ele considera a principal referência do historiador brasileiro no que tange ao aporte teórico de *Visão do Paraíso*: o filólogo Ernst Robert Curtius. A partir do estudo da tópica, empreendido por Curtius em seu *Literatura Européia e Idade Média Latina* – obra dedicada, grosso modo, à perscrutação de certas continuidades de *topoi* caros à Idade Média Latina em grande parte da literatura europeia até o século XX –, Sérgio Buarque de Holanda, instrumentalizando o eixo norteador da trama desenvolvida pelo autor alemão, transfere para território brasileiro investigação que perpassa o tema da perenidade dos *motivos edênicos* oriundos de uma *mentalité* medieval que configurava a singularidade da forma de colonização portuguesa.³⁸

³⁸ É de extrema importância sublinhar aqui o sentido forte da palavra “instrumentalizar”, uma vez que a apropriação, por parte do brasileiro, dos estudos do autor alemão se dá de maneira bastante idiossincrática. Em outras palavras, a topologia de Curtius passa por um processo de adaptação criativa por parte de Sérgio Buarque de Holanda. Como afirma Nicodemo: “Assim os *topoi* provavelmente incorporados na leitura de E. R. Curtius perdem seu conteúdo dogmático e a-histórico e, como observou o crítico Luiz Costa Lima, são utilizados como instrumento de investigação histórica”. NICODEMO,

Ao reduzir o seu foco de análise, o autor de *Urdidura do Vivido* evidencia, mediante registros das arguições de *Visão do Paraíso*, a forma como o aclamado autor de *Raízes do Brasil* enfrentou, diante de seu principal opositor e arguidor, o também historiador Eduardo d'Oliveira França, a questão da Modernidade portuguesa, tendo em vista um debate de amplitude intercontinental que, desde o século XIX, foi responsável por mobilizar grandes nomes da historiografia ocidental: o problema dos limites temporais dos períodos que vieram a ser concebidos como Idade Média e Renascimento. Como salientado pelo texto de Maria Odila, a concepção de história por Holanda desenvolvida ao longo do tempo, em sua “busca de um equilíbrio difícil entre a palavra e os conceitos”, impelia-o a fazer da leitura das fontes – no caso poemas coloniais que anunciavam os motivos edênicos nos descobrimentos lusos – algo para além de registros de uma paisagem exótica e transfigurada pela visão de mundo dos colonizadores. Estas, ao contrário, ofereciam ao historiador uma chave de compreensão capaz de lançar luzes a uma complexa combinação de *lugares-comuns* que faziam transbordar, a partir do texto mesmo, uma gama de significados dotados de historicidade própria. O que aí estava em jogo para Buarque de Holanda era saber como, balizando-se em poemas que encarnavam tais convenções literárias, podia-se extrair nuances históricas capazes de revelar núcleos permanentes de elementos formais que remetiam à cultura latina européia. Partindo dessa chave compreensiva, o historiador brasileiro acreditava que os motivos que presidiam a mentalidade dos colonizadores lusos na empreitada rumo às *terras brasilis* estavam situados numa tensão provocada “pela contradição entre a força dogmática da tradição herdada da visão de mundo medieval e a consciência do novo e da Modernidade característica do Renascimento e, a partir [disso], [assomava] o impasse do processo colonizador do Brasil”.³⁹

Após tais considerações, no entanto, um fator que não deve passar despercebido em nossa leitura da obra de Nicodemo diz respeito não apenas à *matéria* que compõe *Visão do Paraíso*, esta objeto de discordâncias entre a questão em torno da mudança e da permanência temporal na colonização portuguesa, mas esbarra ainda na *maneira*

Thiago Lima. “O historiador encontra o crítico”. In: _____. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 101.

³⁹ NICODEMO, Thiago Lima. “Idade Média, Renascimento e a escrita da história em *Visão do Paraíso*”. In: _____. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950, op. cit.*, p. 110.

como a narrativa do livro de Holanda é enredada. Se o ensaio, este “gênero incerto onde a escritura rivaliza com a análise”,⁴⁰ foi, nos primeiros decênios do século XX, a forma preponderante de escrita das obras de análise histórica, que nas mãos de um Paulo Prado, de um Gilberto Freyre, do próprio Sérgio Buarque e de muitos outros servia como um performático dispositivo com o qual “todos esquadriavam, tentavam sínteses e procuravam explicações”⁴¹ para as mazelas da formação social e histórica da nação, já a partir do final da primeira para a segunda metade dessa mesma centúria, conjetura-se o início de certo questionamento da legitimidade do estatuto epistemológico do gênero ensaístico enquanto representação do tempo da nação.⁴² Distinto do regime historiográfico que abarcava as três primeiras décadas do referido século, cujo *lugar*, para usarmos a cara metáfora de Certeau, era um tanto indiscernível quanto eram permeáveis as várias disciplinas, esse – regime historiográfico compreendido no período de composição da obra *Visão do Paraíso* – era orientado pelo afã de profissionalização dos campos de saber e de sua definição como departamentos especializados no seio das universidades então em processo de institucionalização no Brasil. Tal afirmação pode ser corroborada pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda num texto escrito nesse período, mais especificamente em 1951, no qual estabelece um balanço de parte da produção historiográfica da primeira metade do século XX. Nele, o historiador procura definir os parâmetros que deveriam presidir os vindouros trabalhos no âmbito da historiografia acadêmica. Nesse sentido, o mais indispensável para ele seria a especialização das áreas na historiografia brasileira, prezando assim pelo estudo acurado e rigoroso da área sobre a qual desejasse determinado estudioso se debruçar. Versando sobre os novos impulsos dados pela história econômica, e iniciados, frisa o autor, por Caio Prado Jr., diz:

É indispensável pensar-se, hoje, que a abordagem dessas questões só será realizável através de um trabalho prévio empreendido por diferentes especialistas que se dediquem, cada qual, a determinada época e a determinados problemas, *não por meio*

⁴⁰ BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Trad. e posfácio de Leyla Perrone Moisés. SP: Cultrix, 2007, p. 07.

⁴¹ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, *op. cit.*, p. 123.

⁴² Esta hipótese, de escopo mais amplo – a qual será parcialmente testada em sua pertinência no trabalho ora desenvolvido –, é originada de NICOLAZZI, Fernando. *Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940*, *op. cit.*

de outras sínteses onde o particular tende a esfumar-se e a perder-se em proveito de alguma ilusória visão de conjunto.⁴³

Mediante a articulação desse texto com a compreensão mais abrangente do horizonte linguístico que informa as teses de *Visão do Paraíso*, Thiago Nicodemo demonstra como a forma com que tais imperativos inscritos no primeiro irão tomar certa concreção, sete anos depois, no segundo texto. Esse não deixa de contemplar a ação individual, não perdendo-a “em proveito de alguma ilusória visão de conjunto”; porém, doravante, ela só se tornaria aí viável se subsumida a quadros gerais e a conceitos que dessem conta de análises mais globais e de longa duração.⁴⁴ A despeito de todos esses quesitos estarem de certo modo contemplados na *prática* de *Visão do Paraíso*, sua *escrita* ainda se orienta pela não-fixidez do ensaio, gênero esse que, a nosso ver, não está em consonância com o regime historiográfico cujo um dos contornos específicos perpassava certamente, nesse período, pelo protocolo da especialização, dentro do qual, de acordo com o texto de Buarque de Holanda, os estudos de caráter monográfico dever-se-iam “[dedicar], cada qual, a determinada época e a determinados problemas, [e] não por meio de outras sínteses”.⁴⁵

Apesar das imperiosas necessidades metodológicas colocadas à historiografia pelo ímpeto academizante do texto de Holanda, vejamos, ainda com Nicodemo, os questionamentos por parte da banca examinadora acerca da maneira pela qual a tese do futuro catedrático fora arquitetada:

Com exceção do presidente da banca, Eurípedes Simões de Paula, todos os examinadores manifestaram algum tipo de estranheza em relação à forma da exposição dos argumentos do autor na tese. Para eles, *Visão do Paraíso* dificilmente poderia ser classificada como tese acadêmica, uma vez que se adequaria mais à

⁴³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, *op. cit.*, p. 77. (grifo nosso)

⁴⁴ “Desde sua modernização nos anos 1920 e 1930, a tradição historiográfica francesa, encabeçada pelo grupo fundador da revista *Annales d’histoire économique et sociale*, publicada pela primeira vez em 1929, havia encampado o problema de analisar os fenômenos históricos dentro de contextos mais amplos e profundos da economia e da sociedade, mobilizando o conhecimento de disciplinas emergentes como a antropologia e a sociologia. Tais esforços contrapunham-se ao que esses historiadores consideravam uma história tradicional, concentrada na narrativa de eventos político-militares. A busca por alternativas de interpretação que compreendessem a análise dos fenômenos humanos concretos, articulada a quadros gerais, passou a ser uma das constantes nos trabalhos de história que dialogavam com o contexto acadêmico francês. Dentre as soluções mais correntes podemos citar uma apropriação da idéia de “mentalidade” – uma espécie de palavra mágica que sem grandes discussões teóricas de fundo poderia sintetizar muito bem o confronto entre individual e coletivo nas explicações históricas”. “Idade Média, Renascimento e a escrita da história em *Visão do Paraíso*”, *op. cit.*, p. 140, 141.

⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, *op. cit.*, p. 77.

denominação de ensaio. Referindo-se a essa questão, os arguidores utilizaram expressões e palavras como ‘extrema fluidez’, ‘imprecisão’, ‘falta de uma sucessiva ordenação dos assuntos’, ‘acúmulo excessivo de minúcias’ etc. Ressaltavam assim a falta de uma delimitação explícita de uma idéia inicial e uma conclusiva através de um encadeamento também explícito e progressivo de idéias.⁴⁶

Se tempo e narrativa são instâncias do devir humano, que numa compreensão fenomenológica não devem ser consideradas meros reflexos de dada realidade,⁴⁷ não será o ensaio, tendo em vista seu caráter de escrita de *fronteiras móveis*, o mais plausível dos gêneros capaz de amalgamar eventos e temporalidades de fronteiras também móveis, como é o caso que gerou a tão polêmica matéria em torno de *Visão do Paraíso?*⁴⁸

O artigo de Mateus Henrique de Faria Pereira em co-autoria com Pedro Afonso Cristovão dos Santos, “Odisséias do conceito moderno de história” (2010), procura realizar, por meio de dois textos centrais da historiografia brasileira, um rastreamento das transformações de sentido e tensões pelas quais passou o conceito moderno de história. Considerados como dois “textos-ponte” entre duas gerações: “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen” (1878), de Capistrano de Abreu, e o já aludido “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos” (1951), de Sérgio Buarque de Holanda, Pereira e Santos vislumbram naquelas escrituras sintomas de novas experiências do tempo e horizonte de expectativas distintos dos da geração predecessora, bem como inferem dos textos mesmos como se dá o impacto dessas experiências na forma de se conceber a escrita da história. Aproveitando-se

⁴⁶ NICODEMO, Thiago Lima. “Idade Média, Renascimento e a escrita da história em *Visão do Paraíso*”, *op. cit.*, p. 104.

⁴⁷ Nesse sentido, a postura hermenêutica de Paul Ricoeur é de extremo proveito, pois nos desperta para a consciência acerca do quão problemáticas são as abordagens dicotômicas que separam experiência e discurso, isto é, ação (por uns compreendida como o dado “real”) e texto (que para outros é apenas a tradução do pensamento de seu autor). A concepção por Ricoeur ensejada de uma complexa dinâmica entre tempo e narrativa – onde a “tessitura da intriga”, por sua vez constituinte do que ele denomina uma *síntese do heterogêneo*, é a operação mediadora – considera a construção do texto segundo o exercício da *tríplice mimese*. O texto em si é compreendido como momento de *configuração* da ação, ao qual precede uma *prefiguração* do campo prático e ao qual se segue uma *re-figuração* pela recepção por parte do leitor. Cf. RICOEUR, Paul. “Tempo e narrativa – a tríplice mimese”. In: _____. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papirus, 1994, p. 85-125. Segundo o filósofo, “o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal”. RICOEUR, Paul. “O círculo entre narrativa e temporalidade”. In: _____. *Tempo e narrativa, op. cit.*, p. 15.

⁴⁸ “O ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada; ele encontra sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplinar a realidade fraturada. [...] É por isso que a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível” ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”. In: _____. *Notas de literatura I*. Trad. de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003, p. 35; 45.

particularmente do escopo teórico desenvolvido por François Hartog e Reinhart Koselleck, os autores tentam clarificar, mediante as categorias “regime de historicidade” e “espaço de experiência”, as vias pelas quais as trajetórias intelectuais de Holanda e Abreu se inserem nessa escala temporal de longa duração. Se, de acordo com Koselleck, o chamado “tempo histórico” começa a se constituir a partir de meados para finais do século XVIII,⁴⁹ na concepção dos dois autores do texto ora comentado ele sofreu variações e nuances definidas pelas ordens temporais específicas as quais, em certa medida, respondia. Ao longo dessas duas centúrias de *História*, portanto, Mateus Pereira e Pedro Afonso dos Santos resgatam, para o contexto brasileiro, as formas com que os dois historiadores dialogavam com as experiências legadas das gerações passadas, bem como as vicissitudes e tensões que estavam implicadas, nos dois textos analisados, entre categorias operativas como *monografia* e *síntese*, *particular* e *geral*, *teoria* e *empíria*, e *objetividade* e *subjetividade*.

Em diálogo com um pequeno mas significativo texto do já referido Robert Wegner, “Latas de leite em pó e garrafas de Uísque: um modernista na universidade”,⁵⁰ os autores de “Odisséias do conceito moderno de história” sugerem que tanto Capistrano de Abreu como Buarque de Holanda representavam “homens-ponte”, “monumentos” da historiografia brasileira. “Capistrano de Abreu”, afirmam eles, “pode ser visto como um ‘elo’ entre duas formas de fazer história, a oitocentista (ou, mais especificamente, a história de meados do oitocentos), e a ‘modernista’, por assim dizer, já das primeiras décadas do século XX”.⁵¹ Para o caso de Sérgio Buarque, os autores comungam da ideia de ele também poder ser interpretado tendo como analogia a metáfora da ponte. Citando Wegner, afirmam: “‘poder-se-ia dizer que Sérgio Buarque foi um homem ponte entre os intelectuais de ‘rua’ e o das ‘instituições’, pontes entre o modernismo, o ensaísmo e a história acadêmica”.⁵² Pereira e Santos concluem que, embora o conceito moderno de história estivesse ainda muito pulsante nos horizontes de

⁴⁹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. “Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento”. In: _____. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006, p. 41-60.

⁵⁰ Cf. WEGNER, Robert. “Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, *op. cit.*, p. 481-501.

⁵¹ PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisséias do conceito moderno de história”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 50, março de 2010, p. 32.

⁵² *Idem, Ibidem*, p. 34.

Abreu e Holanda – salvaguardando, advertem os autores, as devidas proporções entre momentos e culturas históricas distintas – ele foi percebido de modo muito rico e complexo. Os famosos historiadores, “monumentos da historiografia brasileira”,

não abandonaram uma concepção realista de história, ou sua pretensão à verdade. Mas ambos perceberam dimensões da complexidade dessa tarefa, na presença constante da reescrita, ou na perspectiva de que novos documentos e novas interpretações obriguem a uma revisão dos conhecimentos estabelecidos.⁵³

A nosso ver, o ponto nodal das investigações tanto de Thiago Lima Nicodemo como das realizadas por Mateus Pereira e Pedro Afonso dos Santos está no fato de trazerem à baila, cada qual ao seu modo, a forma com que a história, em sua acepção moderna, [*Geschichte*], vinha já sofrendo nesse período – idos de 1950 – transformações significativas no que diz respeito à tensão entre o espaço de experiência no qual vinha sendo produzida, majoritariamente – fim do XVIII e ao longo do XIX –, e o horizonte de expectativa a partir do qual projetavam-se protocolos diferenciados de padrões de cientificidade em que ela pudesse se assentar. Em outras palavras, anunciam em seus escritos consciências históricas e/ou historiográficas que, por múltiplas circunstâncias, acompanham a paulatina erosão de uma *História singular coletivo* não mais capaz de sustentar uma experiência temporal progressiva fadada ao sucesso inexorável do devir humano. Consciências que se opuseram às pretensões de um tipo de historiografia que, erguendo seus mitos fundantes da nacionalidade mediante apropriações de certos *futuros passados*, contribuiu na construção de tempos cujas experiências sombrias dos regimes totalitários e das catástrofes das duas Grandes Guerras homens como Benedetto Croce, Marc Bloch, Meinecke e o próprio Sérgio Buarque de Holanda não puderam se esquivar. Como conclui Thiago Nicodemo, “talvez mais do que um autor ou um livro, o objeto deste estudo seja uma estrutura histórica e seus reflexos no pensamento historiográfico. Essa estrutura é relacionada ao sentimento de mal-estar da modernidade do século XX [...]”.⁵⁴

Estrutura histórica que, como pudemos observar, envolve transformações responsáveis por provocar impactos tanto nos modos de se encarar as *práticas* historiográficas como nos modos de se instituir seus *lugares*; mas em compensação, o

⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 56.

⁵⁴ NICODEMO, Thiago Lima. “Modernidade, semântica do tempo e história da historiografia”. In: _____. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*, op. cit., p. 44.

foro privilegiado de verificação de tais impactos se atesta na forma mesma de se conceber e *escrever* a história.⁵⁵

1.3 Recuperar o ser-obra das *Raízes do Brasil*

A partir de reflexões pontuais e da interlocução com parte da recente fortuna crítica de *Raízes do Brasil*, a hipótese que ora se levantou foi a de que *a historicidade do historiador acompanhou a própria historicidade do uso que se fazia do gênero ensaio histórico*, desde a sua peculiar característica, tal como praticado no regime historiográfico que abarca as três primeiras décadas do século XX, até sua “profissionalização”, como ainda veremos melhor, a partir de algumas de suas representativas produções da década de 1950. No limite, qual seria o estatuto epistemológico implicado nas modificações efetuadas já na terceira edição do livro de estreia do autor, se comparado ao estatuto da escrita em *Visão do Paraíso*?

Ao comentarem a vasta e profícua produção de Sérgio Buarque, não raro importantes autores – mesmo que *en passant* – sugerem a empreitada do que, em parte, buscamos efetuar, isto é, um estudo do primeiro livro do autor, seguido de um cotejamento de suas subseqüentes edições.⁵⁶ No posfácio que acompanha a 26ª edição de *Raízes do Brasil*, o historiador Evaldo Cabral de Mello adverte sobre a urgência de um estudo comparativo das primeiras edições da obra, uma vez que, segundo ele, nos mais de dez anos que marcam o percurso das mudanças efetuadas por Holanda, da

⁵⁵ É nesse último viés, o da escrita propriamente dita, que, através dos recursos formais expostos pelos resultados nela condensados: temporalidades narrativas, aparatos de remissão etc., os quais evidenciam em certa medida o percurso do autor em sua “armação da intriga”, podemos investigar as “regras próprias” às quais se submeteu e que, por sua vez, “exigem ser examinadas por elas mesmas”. CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”, *op. cit.*, p. 66.

⁵⁶ Cf., por exemplo, o sugestivo ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*, p. 105-141. Nesse ensaio o autor empreende desdobramentos de algumas das teses insinuadas no livro de 1998, já comentado neste trabalho. Aqui, numa comparação exaustiva entre as mudanças efetuadas no primeiro parágrafo da primeira e da terceira edição de *Raízes do Brasil*, Castro Rocha intenta dar relevo à temática do exílio na formação da cultura brasileira. E, como hipótese central, sugere que há um paradoxo não resolvido, entre as edições de 1936 e 1956, na catacrese buarquiana de que “somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”. Vale ressaltar que dialogaremos mais detalhadamente com tal problema na segunda parte deste trabalho, a partir do momento em que realizarmos comparações analíticas de algumas alterações verificadas nas edições da obra em estudo.

primeira para a segunda edição, percebe-se já a transição de um discurso de corte sociológico para um discurso eminentemente historiográfico.⁵⁷

Ora, não se aguarda tal iniciativa por mera ocasião, uma vez que o interesse pelo estudo da obra buarquiana vem, como tentamos demonstrar, recuperando muito recentemente a força que o espírito da academia no Brasil lhe arrebatara, principalmente se pensarmos na questão da *memória disciplinar* instituída, a partir da década de 1950, pela “sociologia científica” e, mais tarde, por certa historiografia, como problematizado anteriormente. Ao saírem-se “vencedoras” do embate com o *ensaio histórico* de outrora, essas disciplinas constituíram em torno de seus projetos – padrões de cientificidade – comunidades discursivas responsáveis, em certa medida, por relegar aquele gênero de escrita ao plano da noção de “pré-ciência”, como vimos brevemente, em nota da Introdução, a partir do trabalho de André Botelho e Milton Lahuerta.⁵⁸ Entre outros fatores, arriscaríamos na ligeira sugestão segundo a qual as consequências de uma lacuna até então sofrida pelos estudos sobre a historiografia produzida na Primeira República e décadas seguintes,⁵⁹ onde tal período parece, não raras vezes, ser encarado

⁵⁷ “A elaboração de *Raízes do Brasil* saldou-se por uma inflexão de estratégia intelectual de Sérgio Buarque. Se ela hoje não parece tão evidente assim é que o texto que o leitor tem em mãos já não é o texto da primeira edição de *Raízes* mas o da segunda, publicada em 1947 [sic], e que foi substancialmente modificado pelo seu autor na esteira de mudança de percurso que efetuara nos dez anos anteriores. Para perceber todo o escopo desta mudança, será necessário proceder a uma criteriosa comparação entre o texto de 1936 e o de 1947 [sic] [...]”. MELLO, Evaldo Cabral de. “*Raízes do Brasil* e depois”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 192. O caráter artificial desta cisão entre dois momentos distintos do pensamento do autor, ao longo da trajetória das edições de *Raízes do Brasil*, é questionado, entre outros, por Pedro Meira Monteiro, para quem a preocupação com a história em *Raízes do Brasil* deve ser compreendida como uma “pedra fundamental” na carreira do Sérgio Buarque de Holanda historiador. Cf. MONTEIRO, Pedro Meira. “Uma invenção a duas vozes: aventura e cordialidade”, *op. cit.*, p. 161.

⁵⁸ “Se é aceitável que a questão da ciência, se resolve fora do âmbito da forma, eliminar a aspiração à autonomia formal do ensaio, seria submetê-lo, como, o próprio Adorno o nota, à concepção positivista. Ou seja, o uso de conceitos e a reivindicação da verdade afasta o ensaio do campo da arte, sem o dispor no campo da ciência e seu lugar não se esgota nem por um, nem por outro” COSTA LIMA, Luiz. “A sagração do indivíduo: Montaigne” In: _____. *Limites da Voz (Montaigne, Schlegel, Kafka)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª ed, 2005, p. 96. (pontuação da edição).

⁵⁹ Dentre as mais recentes produções brasileiras que elegem o discurso histórico como carro-chefe em suas investigações, abordando novas possibilidades abertas pelas contemporâneas história da historiografia e história intelectual, e cujo recorte abarca as décadas finas do século XIX e as inícias do XX, encontram-se certamente os trabalhos de OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006; VENÂNCIO, Giselle. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883- 1951)*. Tese de doutorado em história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003; TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005; GOMES, Angela M. de Castro. *A República, a História e o IHGB*. 1. ed. Belo Horizonte: Argumentvm, 2009; GOMES, Angela M. de Castro *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz. Casa-*

como *transição* entre o contexto imperial e aquele das instituições especializadas, podem estar relacionadas à instituição de tal memória disciplinar.

Assim sendo, a ênfase nas primeiras edições de *Raízes do Brasil* vem a calhar no sentido de preencher uma lacuna bibliográfica nos estudos sobre a obra do nosso autor, na medida em que poucos são, ainda, os estudiosos que tratam com afinco o problema da historicidade do livro. Ora, o fato de a referida obra ser concebida como um “clássico de nascença”⁶⁰ somente a partir da década de 1960 implica de antemão problemas relacionados à textualidade e à interpretação, e, no limite, ao cânone e à tradição. Se uma interpretação que se quer produtiva leva em conta a fusão de horizontes na qual se insere uma determinada obra, desde a sua primeira manifestação até a situação na qual se compreende o seu intérprete, cabe a esse último a tarefa de questionar certas interpretações passadas que, se por um lado instauraram um “novo” a partir da obra interpretada, ou, para recuperar Foucault, “[disseram] enfim o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”,⁶¹ terminam, às vezes, por silenciar, com o seu “novo”, possibilidades vivas que o ser-obra – ou texto-matriz – proporciona incessantemente. Como salienta Gadamer: “a fusão se dá constantemente na vigência da tradição, pois nela o velho e o novo crescem sempre juntos para uma validade vital, sem que um e outro cheguem a se destacar explicitamente por si mesmos”.⁶² Isso posto ao nosso caso, quais os elementos da tradição anteriores ao “marco 1967” – o qual, parecidos, destacou-se, em certos momentos de sua recepção, quase que por si mesmo – poderiam ser resgatados do famoso livro de 1936? Quais as possibilidades nele submergidas poderiam ser assomadas, se lembrarmos com Dominick LaCapra que “a interação entre as tendências documentária e de ser-obra provoca uma tensão que só é neutralizada através de processos de controle e exclusão”.⁶³

grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30. 2ª. edição. São Paulo: Editora 34, 2005; NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, op. cit..

⁶⁰ CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos*, op.cit., 236.

⁶¹ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Colégio de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*, op. cit., p. 25.

⁶² GADAMER, Hans Georg. “A historicidade da compreensão como princípio hermenêutico”. In: _____. *Verdade e Método*. 4. ed. Traduzido por Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 457.

⁶³ LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual e leer textos”, op. cit., p. 248.

2.1 O ensaísmo brasileiro entre “estilo moderno” e “estilo acadêmico”: um falso dilema

Se, como afirmamos, o ensaio goza, nos trópicos, de uma longa e errática vida de mais de um século e meio, sua história, no entanto, se estende a quatro centúrias para além do Atlântico. Considerado gênero discursivo caracteristicamente moderno, terá sua fundação naquela obra cuja toda tradição irá deitar suas raízes: os *Essais*, de Michel de Montaigne. Como sugere Marielle Macé, “definir um ensaísta consiste amiúde hoje em lhe afiliar, elaborar a lista dos elementos que lhe aproximam do grande ancestral, e o valor de um texto se mede tendo, com prazer, este ar de família”.¹ Ligada à consolidação do jornalismo político-partidário no século XIX e tendo como máxima voz liberal o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa, a quem, segundo Alexandre Eulalio, “devemos não só a primeira livre expressão de pontos de vista ideológicos, como a própria origem do ensaio em alto nível intelectual”,² a prática ensaística brasileira, embora “possa parecer num primeiro momento uma província deserta, ou quase despovoada, das nossas letras”,³ pode reivindicar uma ilustre tradição de mais de cento e cinquenta anos, seja em seu formato de prosa ficcional – onde o papel dos folhetins e certa ampliação do espaço público foi fundamental para que esse tomasse corpo –, seja em sua vertente interpretativa e histórica – a qual, já nas primeiras décadas do século XX, ocupa de modo notório os espaços das revistas especializadas. Cabe pontuar que, não fosse por essas e as mãos de figuras espectrais como o crítico Sílvio Romero e seu mestre Tobias Barreto, ainda em finais do século XIX, “todo o nosso ensaísmo teria ficado totalmente dependente do jornalismo e limitado de modo decisivo pelas contingências da imprensa diária”.⁴ Isso posto, será em tempos vindouros que periódicos como a famosa *Revista do Brasil*, sob direção de Monteiro Lobato e, em certo momento, por Paulo Prado, estimularão o desencadeamento de uma torrente de revistas especializadas responsáveis por conduzir produções em torno dos mais

¹ MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, *op. cit.*, p. 12.

² EULALIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil”, *op. cit.*, p. 17, 18.

³ *Idem, Ibidem*, p. 67.

⁴ *Idem, Ibidem*, p. 42. “João Alexandre Barbosa identifica marcas da escrita jornalística nos ensaios brasileiros. Mas não é exagero pensar que ele é uma tentativa de superação dessa escrita, dado o seu caráter notadamente efêmero, comercial e sujeito às pressões políticas que definiam o mercado editorial”. NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”. In: _____. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, *op. cit.*, p. 329.

variegados temas e vertentes ideológicas. Em relação à *Revista do Brasil*, especificamente, afirma Alexandre Eulalio:

Em luta contra todas as formas do espírito estagnado, não lhe repugna a colaboração das figuras independentes das gerações anteriores [...] todos os talentos autênticos são aí acolhidos. Durante os dez anos de existência da revista, de 1916 a 1925, ela dará guarida a gregos e troianos, inclusive aos primeiros modernistas.⁵

Sendo parte constituinte do ambiente de inovações estéticas e culturais promovidas pelo Modernismo, as obras de ensaio histórico, a partir ainda da contribuição das revistas e da ampliação das editoras,⁶ encontrarão terreno propício e campo de atuação relativamente ilimitado à experimentação tanto no campo da linguagem, no limite, estético, quanto no campo das apropriações teóricas de autores estrangeiros. Como argumenta ainda Alexandre Eulalio,

procurando ao mesmo tempo as possibilidades do “estilo moderno” como as do chamado “acadêmico”, um grupo deveras excepcional de ensaístas levará conscientemente esse falso dilema a uma superação resolvida com o amadurecimento estético de cada artista, e a posterior depuração vocacional.⁷

⁵ *Idem, Ibidem*, p. 56, 57. Tal desposar entre o suporte revista e o ensaio é confirmado por Irène Langlet: “a revista implica uma prática de leitura particular que convém bem ao ensaio, indo de um sujeito a outro seguindo os diferentes artigos, e deixando ao leitor o cuidado de forjar sua própria opinião crítica por sobre (*en surplomb*) os diferentes pontos de vista que se exprimem”. LANGLET, Irène *apud* NICOLAZZI, Fernando. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, *op. cit.*, p. 308.

⁶ Destaquemos já para o período o qual compreende o Estado Novo o papel que exerceu, como porta-voz do regime, a revista *Cultura Política*. “Segundo o próprio Almir de Andrade, no editorial de abertura, a revista tinha duas dimensões fundamentais como prestadora de serviços ao Brasil. A ele cabia definir e esclarecer, para um grande público, o curso das transformações que se vinham processando na política, na economia, nas artes, nas letras, nas ciências etc., e debater constantemente os valores que orientavam tais mudanças. Nesse sentido, *Cultura Política* propunha-se ser um órgão informativo de amplo espectro, combinando tal tarefa com a preocupação explícita de formar consciências em apoio aos ideais do Estado Novo, que eram, em sua ótica, os ideais da nacionalidade brasileira”. GOMES, Angela M. de Castro. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*, *op. cit.*, p. 127, 128. Em seção intitulada “Literatura histórica”, um de seus principais articulistas, Hélio Viana, nos fornece uma ideia do grau de atuação das editoras públicas e privadas nesse momento. Cf. VIANA, Hélio. “Literatura histórica”. In: *Cultura Política*. Ano 1, nº 1, março de 1941, p. 260, 261. Ora, portador dos ideais da nacionalidade brasileira, caberia ao Estado Novo, concebendo-se como provido de realismo político estatutariamente superior, empreender, por meio de bases históricas “realmente valiosas”, profundas e seguras reavaliações do passado nacional. É o que sugere o autor: “O decênio encerrado em 1940 foi dos mais significativos para a história das letras brasileiras. A abundância dos estudos sociais, aparecidos em livros, revistas, jornais, etc., subsequente à revolução de 1930, importava, necessariamente, no conhecimento de imprescindíveis bases históricas. Faltando estas, prejudicavam-se aqueles, ocorrência mais comum do que à primeira vista poderia parecer, e que não passou despercebida aos que apreciaram, à luz da crítica histórica, os trabalhos de alguns dos nossos sociólogos. *Descobrimo-se a causa da fraqueza dos seus ensaios, era natural que não tardasse a surgir o possível concerto a essa situação, mediante a afluência de estudos históricos realmente valiosos e que às conclusões sociológicas pudessem oferecer mais seguras premissas*”. *Idem, Ibidem*, p. 260, 261. (grifo nosso)

⁷ EULALIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil”, *op. cit.*, p. 59. (grifo nosso)

Tentaremos, portanto, demonstrar já em *Raízes do Brasil* o modo como o ensaio, essa “forma não formal, que se identifica pelo vigor crítico e pela qualidade textual”,⁸ encontrará o ponto de equilíbrio, ou, no limite, a síntese entre o “estilo moderno” – termo, ao menos no âmbito deste trabalho, entendido como derivação de Modernismo – e o “acadêmico”. Futuro historiador catedrático, Sérgio Buarque de Holanda, porém, nunca perderá de vista sua vocação de escritor⁹ e crítico literário, depurando na forma mesma da narrativa tecida naquela obra, o legado modernista. Todo o teor corrosivo e direto dos textos de militância modernista, escritos aproximadamente década e meia antes do seu livro de estreia, irá se sedimentar, mediante crítica ponderada, na escrita antiperemptória do ensaísmo ali praticado. Dito de outro modo, se é bem verdade que nas primeiras décadas do século XX o jovem Holanda lançara mão de pitadas de iconoclastia para temperar seus escritos, no sentido de remover parte das desgastadas convenções literárias ainda em voga no período, a tradição, entretanto, nunca deixara, por ele, de ser ouvida. Assim sendo, a crítica militante da década de 1920 “rotiniza-se” uma década depois, ao passo que é fixada de modo sofisticadamente balanceado na própria forma de *Raízes do Brasil*.¹⁰ Retornaremos, ainda, com vagar e mais detidamente a este ponto no momento de confronto com o referido livro.

⁸ PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”, *op. cit.*.

⁹ Cf., EULALIO, Alexandre. “Antes de tudo, escritor”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos, op.cit.*. “Pois, como havia indicado Antonio Candido, existia em Sérgio ‘uma combinação bastante rara de investigador sistemático, pensador criativo e analista da mais penetrante sensibilidade’. No estilo terso do ensaio sergiano, tanto naquele totalizante como naquele fragmentário, flexibilidade inventiva e a erudição permeada de sensibilidade do artista autêntico faziam um só o historiador preciso e o ensaísta de vôo livre”. *Idem, Ibidem*, p. 268.

¹⁰ Na mesma linha de raciocínio encontra-se o argumento de Pedro Meira Monteiro: “Se os primeiros tempos do modernismo foram iconoclasticos, a década de 1930 certamente não o foi. Mas mesmo a rotina não obnubilaria o espírito pioneiro dos modernistas. Postados, na década anterior, num verdadeiro campo de batalha, em que se afirmavam identidades e se conquistavam posições, em 30 [...] o espírito seria retomado por muitos, de forma mais serena talvez. A síntese da ‘tradição’ e das ‘novas conquistas’, a que alude Alexandre Eulalio, reaparece, por certo, no ensaísmo de então”. MONTEIRO, Pedro Meira. “Uma síntese moderna”. In: _____. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil, op. cit.*, p. 40, 41. Cabe argumentar que o termo rotinização não deve ser aqui entendido sob um ponto de vista conservador; aplainador de singularidades/individualidades históricas; como se a década de 1930 fosse uma mera acomodação dos pressupostos de radicalidade previstos em 1920. “A sistemática dicotomia, para o caso do Modernismo, entre momentos destrutivos e construtivos, ao menos em todos os textos de meu conhecimento, parece-me revelar, por um lado, a adoção (consciente ou inconsciente) do argumento antiexperimentalista [...] e, por outro, a ausência de uma maior problematização da própria idéia *radicação-destruição*. Na verdade, dizer que o romance regionalista ou a poesia drummondiana de 30 são ‘realizações’ do Modernismo de 22 é como dizer que a Revolução do mesmo ano foi a ‘realização’ dos movimentos de 22 (e a criação do Partido Comunista nesta data), de 24, ou mesmo das greves operárias de 17, 18, 19 e 20 que, no Rio e em São Paulo, davam indicações precisas de novo modo de ver a realidade e, por consequência, de uma nova linguagem social. [...] Atitude esta que, na base, revela uma complexidade maior, qual seja, a de se ver o Modernismo de 22 como fase de

Vale dizer que aproveitaremos as teorizações sobre a forma ensaio, considerando sua pertinência para a aproximação de semelhantes caracterizações observadas no ensaísmo histórico brasileiro. Por meio deles, buscaremos elucidar o modo com o qual, nas mãos de Sérgio Buarque, esse gênero discursivo alcança expressão máxima e estilo calibrado pelas conquistas do movimento modernista, do qual, como já foi dito, o historiador foi participante de primeira hora e militante intempestivo. Lançando mão de algumas dessas teorias gerais sobre o ensaio, buscaremos verificar o modo como se efetivam no autor brasileiro *ethos* cambiante entre erudição e imaginação; relativização de perspectivas; movimentos nos ângulos de visão; simultaneidade temporal; congruência entre forma e conteúdo, entre outras coisas. Antes, porém, de restringirmos de modo mais detido nossa atenção à visada obra de Buarque de Holanda, precisaremos certos elementos que nos auxiliarão no sentido de constituir parte do ambiente intelectual no qual o ensaio de matriz histórica pôde plasmar a sua peculiar fisionomia.

2.2 Imagens invertidas do ensaísmo brasileiro: breves considerações sobre os casos alemão e francês

Por ora, após traçarmos, com o auxílio de Eulalio, essa brevíssima e lacunar descrição da vida atuante do ensaio no Brasil, estabeleceremos uma contraposição ao caso nacional, partindo de amplas paráfrases de textos que sugerem uma posição bastante situada e particular do *lugar* de atuação do ensaio em dois dos mais significativos ambientes intelectuais do continente europeu, a saber, o francês e o alemão. Saltemos, pois, para o outro lado do Atlântico.

Wolf Lepenies, ocupando-se em caracterizar pontos de tensões e confrontos disciplinares ocorridos, a partir de meados do século XIX, nos territórios de três países centrais da Europa: França, Inglaterra e Alemanha, acaba por nos fornecer um índice –

passagem para o momento propício às realizações mais efetivas ou, o que é bem pior, a ideia de que, pela volta ao realismo-naturalismo que os romances regionalistas sobretudo operam, se estaria *agora* diante de uma literatura ‘realizada’. E, se se quer ir ainda mais longe, pode-se dizer que a idéia de ‘realização’, de fase construtiva, ou quer que seja, é montada numa dicotomia mais perigosa: a da desvinculação entre significante e significado. É como se se dissesse: a literatura que se desdobra a partir do Modernismo de 22 é ‘realizada’ na medida em que, incorporando o ‘experimentalismo’ anterior, *disse* melhor a realidade circunstancial. Não é preciso muito esforço para se perceber que este *dizer* tem que ver com o significado. A ‘sociologia nativista e saudosista (Oswald de Andrade)’ de Gilberto Freyre, um certo José Lins do Rêgo e todo o Jorge Amado são demonstrações inequívocas da ‘realização’ bem sucedida”. BARBOSA, João Alexandre. “Linguagem e realidade do Modernismo de 22”. In: _____. *A metáfora crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 96, 97.

em nada natural – de parte significativa da história da compartimentação dos campos de saber; que para o autor “representa uma ‘história secreta’ das modernas ciências sociais”.¹¹ Ao focar especificamente, com lentes de sociólogo, as relações conflitantes entre a sociologia e a literatura no que diz respeito à disputa pela primazia de “fornecer a orientação-chave da sociedade moderna”, as quais instauraram dentro e fora dos livros, assim como dentro e fora das instituições, verdadeiros pleitos onde se discutiam questões acerca de quais quadros teóricos e rotinas de práticas deveriam melhor se adequar à “doutrina de vida apropriada à sociedade industrial”, o autor nos oferece um elucidativo parâmetro do modo como, apesar do afã de afastamento rígido das fronteiras de saber, regimes de materialidade e realidades discursivas sociológicas e literárias, às vezes, se confluíam e se justapunham nesse processo de formação e, mais tarde, autonomização de seus respectivos campos. Contudo, o papel de uma terceira personagem que não deve ser desconsiderada nessa trama das “três culturas” é encenado pelas ciências naturais: travam-se, principalmente no âmbito de formação do discurso sociológico – instaurando-se aí um verdadeiro dilema e futuras aporias –, intensos debates “sobre a hesitação entre uma orientação cientificista, pronta a imitar as ciências naturais, e uma atitude hermenêutica, que aproxima a disciplina da literatura”.¹² Para o espaço deste trabalho, privilegiaremos, num primeiro momento, o contexto alemão, pelo motivo de acreditarmos estar nele contido um dos paralelos que podem fazer saltar certas afinidades com o caso brasileiro.

Ainda segundo Lepenies, partindo de uma análise pautada por elementos de cunho socioeconômico, a sociologia na Alemanha teve o seu desenvolvimento presidido pelo cambiante sentimento de desordem temporal que constituiu a formação do país em sua transição para uma sociedade industrializada. “Primeiramente atraso, depois pressa, excesso e precipitação são características do desenvolvimento econômico e social da

¹¹ LEPENIES, Wolf. “Introdução”. In: _____. *As três culturas*. Trad. de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996, p. 23.

¹² *Idem, Ibidem*, p. 11. “Com isso, desde cedo se estabelece um processo de purificação no interior das disciplinas: áreas de especialização como a sociologia, que ainda devem conquistar o seu reconhecimento dentro do sistema das ciências, buscam obter esse reconhecimento distanciando das formas literárias primitivas da própria disciplina, que procedem de modo mais classificatório-narrativo que analítico-sistematizador. Esse processo resulta numa competição de interpretações entre uma intelectualidade literária constituída por escritores e críticos e uma intelectualidade ligada à ciência social. O problema da sociologia está no fato de que ela pode sem dúvida imitar as ciências naturais, mas não pode efetivamente tornar-se uma ciência natural da sociedade. Se renunciar, porém, à sua orientação científica, ela retorna a uma perigosa proximidade com a literatura”. *Idem, Ibidem*, p. 17.

Alemanha [...] o mesmo vale para o desenvolvimento da sociologia”.¹³ Intelectuais como Treitschke, ainda em meados do XIX, e, mais tarde, já no início do XX, Hans Freyer, adotavam uma postura – comum para o caso alemão – anti-Ilustração em relação ao modo com o qual aquela sociedade deveria se desenvolver, social, política e culturalmente. Sendo considerada uma disciplina genuinamente franco-anglo-saxã, a sociologia era encarada, em seus primórdios, de modo temerário e com bastante cautela; como uma doutrina da sociedade, em plena ascensão, era impossível negar a sua eficácia enquanto ferramenta intelectual e teórica para a orientação de sociedades cujo progresso material era inquestionavelmente patente, como na França e Inglaterra. Não obstante, para a situação temporal alemã, muitos daqueles que ao mesmo tempo dirigiam à sociologia ríspidas críticas, ao passo que, não obstante, ajudaram em sua consolidação, consideravam que, sendo a disciplina engendrada *na e para* a sociedade burguesa, seria incapaz de corresponder solidamente aos particulares anseios do desenvolvimento germânico. Num misto de “rejeição e aceitação contrariada da sociologia”, uma parcela da intelectualidade alemã atravessa o século XIX e parte do XX empenhando-se na tarefa de refletir acerca do jogo triangular entre Estado, sociedade civil e o conflituoso afã de autonomização da aclamada disciplina.

“Com realismo superior”, segundo Freyer, a sociologia alemã resistia ao liberalismo do pensamento europeu, seu objetivo era “o destino alemão na era da sociedade burguesa”. Esse diagnóstico unia Treitschke, von Mohl, Riehl e Lorenz von Stein. Influenciados por Hegel, todos eles viam, na separação do Estado em relação à sociedade, o problema central da época. [...] A sociologia era considerada uma disciplina franco-anglo-saxã, marcada pela pedante pretensão ao conhecimento e pelo desejo de realizar que herdara da Ilustração. Já por isso não-alemã, a sociologia também era uma ameaça, pois tomava a sociedade burguesa tacitamente como padrão para suas análises e dessa forma não podia dar conta da especificidade do desenvolvimento alemão.¹⁴

Num arco temporal de longa duração, poderíamos sugerir, com Norbert Elias, que, desde o Idealismo alemão até aproximadamente à Segunda Guerra Mundial, a identidade cultural alemã é sempre construída como uma contraposição à cultura francesa.¹⁵ Assim sendo, poderíamos encontrar um traço disso na resistência de parte da intelectualidade alemã em relação à assimilação da tradição comtiana da sociologia

¹³ LEPENIES, Wolf. “Disciplinas concorrentes”, *op. cit.*, p. 233.

¹⁴ *Idem, Ibidem*, p. 234.

¹⁵ Cf. ELIAS, Norbert. “Sociogênese da diferença entre ‘kultur’ e zivilisation’ no emprego alemão”. In: _____. *O processo civilizador. Vol. I*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 23-64.

francesa, com seu apego aos fatos, às estatísticas e a certa fetichização da lógica matemático-dedutiva incorporada pelas ciências naturais. Contrariamente, a forma ensaio, em seu oscilante movimento de avanço e recuo em torno do seu objeto, surgiria como um dispositivo mais apto a dar conta da incerteza, da inconstância e da instabilidade da experiência concreta, bem como daquilo que essa tem de intransferível e, portanto, resistente à matematização. Um exemplo emblemático desse tipo de orientação de pensamento pode ser encontrado, como veremos, na ensaística de um Georg Simmel, por exemplo, que, ocupando um lugar relativamente marginal na universidade alemã, se tornaria, século XX adentro, uma verdadeira eminência parda do pensamento acerca do social; podendo a força do seu influxo ser sentida tanto na crítica literária do primeiro Lukács (“pré-marxista”), quanto na “micrologia” de um Walter Benjamin.

Wolf Lepenies reconhece na crítica empreendida por Nietzsche um dos pontos mais altos, no XIX, dessa desqualificação (*cultural*) – embora lucidamente ponderada – da disciplina desenvolvida por Comte. Ouçamo-lo:

Nietzsche, “poète-prophète” e “artista com talento também histórico-científico”, torna-se uma referência fundamental da crítica da ciência na Alemanha. Mais poeta que pensador, está para leitores como Ernst Troeltsch entre aqueles que dissiparam a supremacia do racionalismo fornecendo padrões intuitivos e soberanamente estabelecidos de sentimento: “restabelecer o direito às *emoções* para o *homem que conhece*” estava entre suas máximas. O ponto de vista científico sobre o mundo, com sua pretensão de universalidade, era sintoma de doença e de decadência, “o querer-tornar-compreensível, o querer-tornar-prático, útil, explorável” era o antiestético.¹⁶

Não obstante Nietzsche, “um amigo da França”, destilar todo o seu aristocratismo contra as tartufices de uma ciência adequada à incipiente “rebelião das massas”, reivindica, ainda assim, um estatuto científico para o seu discurso. Ao criticar e ridicularizar, conforme um francês nato, a ciência, tinha por uma de suas intenções se posicionar contrário à hostilidade dos seus conterrâneos à Ilustração, “e suas tentativas de colocar o cultivo do sentimento no lugar do culto à razão, seu desejo profundo de ‘suprimir o conhecimento em geral sob o sentimento’”.¹⁷ Portanto, mediante essa situação vacilante entre “rejeição e aceitação contrariada da sociologia”, o filósofo alemão se constitui como um dos expoentes da virada cultural e interpretativa na sociologia como nas ciências humanas em geral. Hoje, de bom grado evocado – junto

¹⁶ LEPENIES, Wolf. “Disciplinas concorrentes”, *op. cit.*, p. 236, 237.

¹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 237.

com Adorno, Benjamin e outros – como uma das figuras proeminentes em relação à preocupação com a forma de apresentação, considerando-a um dos mais importantes – se não o mais – dispositivos capazes de reivindicar aquele índice de verdade imanente ao objeto das humanidades, contribuiu, mesmo que a contragosto, para a promoção de uma alternativa ao campo sociológico, há muito assombrado pelo espectro apostólico de Comte.¹⁸ Sendo essa crítica à sociologia de Comte e de um Spencer, por exemplo, renovada pela perspectiva da *Verstehen* diltheyana, e desdobrada pela característica perspectiva simmeliana do discurso sociológico, vejamos agora, mediante considerações sobre Simmel, a expressão concreta do que foi dito sobre essa tensão disciplinar manifestando-se em sua *forma* de se conceber as operações próprias a um tipo de discurso do pensamento sobre o social.

Sendo paradigma de parte dos teóricos alemães do ensaio, Georg Simmel desponta como um catalisador de um tipo de reflexão que se concentra sobre a noção tanto epistemológica quanto estética da forma; herança, em certa medida, do Romantismo. “Fundador da sociologia antipositivista e indiferente à compartimentação disciplinar, oposto, por seus discípulos, a Durkheim, ao mesmo tempo filósofo, teórico da arte de um Rembrandt ou de um Rodin e comentador de seu tempo, Simmel é um ensaísta”.¹⁹ Ao tomar o indivíduo – em sua vivência – como objeto principal de sua *sociologia permeada de filosofia da vida*, vertente que orienta a matéria-prima de seu pensamento, a qual, nas palavras de seu aluno dileto Siegfried Kracauer, “é constituída de uma multiplicidade de lugares espirituais, eventos anímicos e modos de ser que são relevantes tanto na vida da comunidade como na vida estritamente pessoal do indivíduo”,²⁰ Simmel ergue os alicerces para toda uma tradição que se constituirá a partir de um modo particular de se fazer sociologia na Alemanha; embora, apesar de presenciar em vida todo o seu sucesso público, permanecesse, como já dito, até o final da vida marginalizado nos círculos acadêmicos.

¹⁸ “O caráter interpretativo de todo acontecimento. Não existe acontecimento em si. O que ocorre é um grupo de fenômenos *selecionados* e integrados por um ser interpretativo. Interpretação, *não* explicação. Não existem fatos, tudo é fluido, é inapreensível, está em recuo; o mais durável ainda são nossas opiniões. Introduzir sentido – na maioria dos casos uma nova interpretação sobre uma interpretação que se tornou incompreensível, que agora se constitui ela própria em mero sinal”. NIETZSCHE, Friedrich *apud* LEPENIES, Wolf. “Disciplinas concorrentes”, *op. cit.*, p. 238.

¹⁹ MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, *op. cit.*, p. 35.

²⁰ KRACAUER, Siegfried. “Georg Simmel”. In: _____. *O ornamento da massa: ensaios*. Trad. Carlos Eduardo J. Machado, Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009, p. 244.

Despreocupado com a incipiente compartimentação do saber, como nos apontou Marielle Macé, bem como com a construção de grandes sistemas à moda francesa e inglesa, a arquitetura narrativa de Simmel constitui-se antes de tudo como uma conversação [*causerie*]; e aqui o tornamos próximo do fundador Montaigne. Constituindo-se a forma ensaio como resistência, em certo grau, ao sistema hegeliano, o ensaísta, filósofo, sociólogo e historiador Simmel “nunca descobriu uma palavra mágica capaz de evocar o macrocosmos, uma palavra que subsumisse todas as configurações do existente, um conceito onicompreensivo do mundo”.²¹ Mesmo a sua *Soziologie*, “num volume de 600 páginas, é um mosaico de ensaios [...]”. Ligando a história da arte e a história da cultura estreitamente entre si de uma forma despreocupada, a teoria da sociedade de Simmel é todavia impregnada de uma profunda seriedade”.²²

Mediante estas brevíssimas considerações, o caso Simmel, talvez, sirva como um barômetro capaz de medir o grau de pressão exercido pela atmosfera intelectual e institucional germânica. Se ainda, aí, não podemos falar de uma autonomização da esfera disciplinar da sociologia, ao menos podemos sugerir que o lugar da narrativa, tendo como configuração o ensaio, é malquista pelo empenho, já visível, de profissionalização da sociologia e de outros discursos do saber.²³ Seguindo, pois, as caras sugestões de Lepenies, vejamos como o tenso confronto disciplinar em território Alemão, na soleira do século XX, pode ser vislumbrado na “microfísica do poder” constituinte de parte da biografia de um outro ilustre ensaísta.

Ainda jovem, Georg Lukács publica, em 1910, um dos capitais textos sobre o ensaio: o já mencionado “Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper”. Logo na abertura de seus escritos, o autor parece condensar em sua indagação a tensão que caracteriza o *intermédio* daquela temporalidade específica do contexto alemão, onde um processo de modernização bastante peculiar acompanha, como vimos, a paulatina autonomização dos discursos do saber:

²¹ KRACAUER, Siegfried. “Georg Simmel”, *op. cit.*, p. 243.

²² LEPENIES, Wolf. “Disciplinas concorrentes”, *op. cit.*, p. 239. (grifo nosso)

²³ “A Alemanha é um caso à parte. Pois [lá], por um lado, as ciências sociais, recebendo impulsos da filosofia da vida e levando-os adiante, nem constituem um modelo disciplinar de contornos nítidos, como é o caso da França, nem se tornam reconhecidas como parte constituinte do senso comum a respeito do social, como na Inglaterra. [...] O confronto entre a fria razão e a cultura dos sentimentos, que caracteriza a concorrência entre as ciências sociais e a literatura, não permanece limitado ao âmbito das publicações científicas e literárias: ele marca também as biografias públicas e pessoais [de alguns] escritores e intelectuais [...]”. LEPENIES, Wolf. “Introdução”, *op. cit.*, p. 23.

Em que medida os escritos verdadeiramente grandes que pertencem a essa categoria têm uma forma, e em que medida essa sua forma é autônoma; em que medida o modo de ver e sua configuração subtraem a obra do campo das ciências e a colocam ao lado da arte sem, contudo, apagar as fronteiras entre ambas [...].²⁴

Diante do gradativo desprendimento dos campos de saber em relação uns aos outros, ou seja, da separação ríspida de suas fronteiras e da competência para a qual deveriam voltar-se cada qual ao seu objeto específico, o crítico literário pode bem ser considerado como um intelectual *entre*, por um lado, a busca de um tipo de análise pautada pela experiência e a sua dimensão estética – influência do vitalismo de Simmel – e, por outro, a aspiração das instituições de saber em fundar programas de pesquisas orientados pela rotina de regras discursivas estabelecidas. O autor “assinalou a separação crescente do mundo da ciência ou dos conceitos e daquele da vida empírica ou da experiência sensível, e o ensaio lhe apareceu como a forma de expressão própria a esse presente”.²⁵ E será mediante esse estatuto ambíguo que Lukács conduzirá todo o fio argumentativo do seu trabalho: qual a natureza da forma ensaística? Poderia ela conquistar aquela autonomia já há muito alcançada pelo discurso literário? Em que medida a configuração narrativa do ensaio, embora não dissolvendo o seu objeto na ciência, ainda assim, por fazer uso de conceitos, deva ser o que cria encarado como ciência, e, por outro lado, sem se entregar por completo à arte, não se distancia das suas fronteiras?²⁶ É a ideia de *mediação*, que, de acordo com Macé, passará para o primeiro plano na reflexão lukácsiana do ensaio: “[...] mediação por excelência, mediação estética entre a significação e a imagem, entre a ciência e a arte, entre a ideia e o sujeito, aspiração ao sistema na forma do fragmento, antecipação da totalidade no aforismo (na lembrança evidente do Romantismo)”.²⁷

Por meio de uma série de correspondências trocadas entre Lukács e seu amigo Max Weber²⁸ poderemos, a partir de agora, adentrar em uma parte diminuta de sua

²⁴ LUKÁCS, Georg. “Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper”. Trad. de Mario Luiz Frungillo. In: *Revista UFG*. Ano 10, nº 04, 2008, p. 01.

²⁵ MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, *op. cit.*, p. 37.

²⁶ Cf. COSTA LIMA, Luiz. “A sagração do indivíduo: Montaigne”, *op. cit.*, p. 94, 95 e *passim*.

²⁷ MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, *op. cit.*, p. 37.

²⁸ Caberá aqui, como uma forte contraposição ao *ethos* de Lukács diante da ciência, lembrar, mais uma vez com o auxílio de Lepenies, o caráter *vocacional* com que Weber mantinha, também no modo de exposição dos seus argumentos, sua postura na esfera da ciência: “O ascetismo de Weber revelava-se também na atenção que dedicava à questão do modo de pesquisa e exposição. Chamava a atenção para o perigo de uma confusão de graves conseqüências que resultaria de se tomar ‘a forma ‘artística’ da *exposição*, escolhida em benefício da influência ‘psicológica’ sobre o leitor’, por algo totalmente diferente, isto é, a estrutura lógica do próprio conhecimento. Uma conseqüência dessa concepção estava

biografia a qual, não obstante, poderá nos fornecer um índice do caráter injuntivo do sistema acadêmico germânico, já nas primeiras décadas do século XX. *A alma e as formas*, livro de ensaios que tem como abertura o famoso texto supracitado, apesar de ser reconhecido e bem recebido por um número de renomados intelectuais, não logrou sucesso onde, definitivamente, o autor o esperava: nos círculos acadêmicos. Almejando se enveredar pela atividade docente, Lukács, contando sempre com o auxílio de Weber, encontra, todavia – tendo em vista a forma de apresentação do seu trabalho posterior ao *A alma e as formas*, o *Teoria do Romance* –, “uma situação crivada de dificuldades”, como afirma Weber.²⁹ Em carta de 22 de julho de 1912, O autor d’*A ética protestante e o espírito do capitalismo* o noticia sobre o quanto um dos professores torcera o nariz para o caráter pouco sistemático da obra. E aconselha: “Só posso *reiterar* minha visão sobre o assunto: se você tiver condições de submeter uma obra *acabada*, não apenas um capítulo, mas algo em si ‘completo’, suas chances de um resultado positivo aumentarão em muito”.³⁰ Antes de conseguir, enfim, após algum esforço, perfurar a barreira do crivo institucional acadêmico, e depois de muitos paternais conselhos dados por Weber no sentido de ajustar a sua escrita aos moldes exigidos pela academia, e que Lukács parecia não lhe dar ouvidos, pois sempre que podia enviava-lhe trechos a varejo da obra com que pleiteara o cargo de docente, o renomado sociólogo alemão dá a sua severa, porém sincera, estocada final:

Tenho de ser honesto com você e relatar-lhe o que um amigo *muito* próximo – *Lask* – disse de você: “ele nasceu um ensaísta e não persistirá no trabalho sistemático (profissional), ele *não deveria*, portanto, candidatar-se à docência”. [...] Com base no que você nos leu dos brilhantes capítulos introdutórios de sua *Estética*, discordo veemente dessa opinião. E como sua repentina inflexão para Dostoiévski pareceu dar respaldo a essa opinião (de *Lask*), *odiei* e continuo a odiar essa obra. Se você realmente toma como um fardo e uma frustração intoleráveis a necessidade de rematar

na rigidez de sua prosa científica, que a muitos leitores e ouvintes não parecia deficiência, mas sim parte constituinte de uma atitude científica que exigia de Weber um esforço penoso”. LEPENIES, Wolf. “Disciplinas concorrentes”, *op. cit.*, p. 244, 245. Vejamos ainda a impressão de Friedrich Meinecke sobre a suposta negligência, por parte de Weber, da forma de exposição em sua escritura: “[...] não era uma mera falta de elegância estilística que acreditava poder se permitir para passar mais rapidamente de um conhecimento a outro. Seus resultados na verdade são muitas vezes carentes de uma força última determinante, uma vitalidade interna mais alta. Caso a negligência da forma se difundisse em geral na ciência, iríamos nos aproximar de sua barbarização. Mas em Weber trata-se na verdade puramente de uma recusa em atentar para o estilo, e não de uma incapacidade de fazê-lo”. MEINECKE, Friedrich *apud* LEPENIES, Wolf. “Disciplinas concorrentes”, *op. cit.*, p. 245.

²⁹ WEBER, Max *apud* MACEDO, José M. Mariani de. “Posfácio”. In: LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. – São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000, p. 166.

³⁰ WEBER, Max *apud* MACEDO, José M. Mariani de. “Posfácio”, *op. cit.*, p. 165.

uma obra sistemática antes de começar outra, é com pesar que o aconselho a desistir de qualquer pretensão à atividade docente.³¹

Exemplos breves e pontuais, porém emblemáticos, em relação ao caso brasileiro, para refletirmos acerca das molduras discursivas que, bem nas primeiras décadas do século XX alemão, ou encontram abrigo no que é exigido como regra epistêmica nos momentos decisivos de setorização dos discursos do saber, ou constituem-se como ruídos a esses mesmos critérios estabelecidos aos objetivos de profissionalização e gradual autonomização dos campos disciplinares. Como pudemos ver, para o caso de Georg Simmel, o ensaio desponta como uma potencial resistência a tal compartimentação, ao passo que em Georg Lukács essa forma discursiva aponta para uma *via diagonal de escritura*, ou, como propôs Marielle Macé, um *médium* discursivo capaz de, por meio da estética, promover uma conjunção entre a “significação e a imagem, entre a ciência e a arte, entre a ideia e o sujeito”.³² Para além da questão institucional e da pragmática exercida pelo ensaio diante dessas vicissitudes, as duas figuras aqui evocadas constituem-se, juntamente a nomes como o de Benjamin e Adorno, como o momento paroxístico de transformação da ensaística em lugar de ponderação filosófica, quando assume o posto de indagação teórica sobre a sua própria forma de apresentação dos objetos considerados pertinentes ao campo das ciências humanas e sociais. Dito de outro modo,

se na Inglaterra a tradição ensaística assume, de maneira geral, as vezes de um discurso aberto e público sobre a cultura e na França ela passa a se ligar mais estreitamente à prosa da literatura como forma de crítica literária, *na Alemanha trata-se de uma maneira particular de se fazer filosofia [...]*.³³

Como argumentou o sociólogo Wolf Lepenies, as ciências sociais recebem, na Alemanha, uma forte sobrecarga de filosofia da vida e levam-na adiante. Se, aí, as indagações teóricas e filosóficas presididas pelo ensaísmo – principalmente na figura de Lukács – põem em evidência a concorrência entre “as três culturas”, “o confronto entre a fria razão [representada por parte da incipiente e polifônica noção de sociologia] e a cultura dos sentimentos [representada, em geral, pela literatura]”,³⁴ na França, essa última, diante da constituição de modelos disciplinares de contornos já nítidos dos

³¹ WEBER, Max *apud* MACEDO, José M. Mariani de. “Posfácio”, *op. cit.*, p. 169.

³² MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, *op. cit.*, p. 37.

³³ NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*, p. 313. (grifo nosso)

³⁴ LEPENIES, Wolf. “Disciplinas concorrentes”, *op. cit.*, p. 23.

discursos do saber, encontra abrigo para a sua reafirmação dentre tais discursos exatamente na modalidade de escrita ensaística. Nessa direção argumentativa é Macé, mais uma vez, quem vem ao nosso encontro. Em sua “memória do gênero”, a autora aventa, entre outras coisas, a possibilidade de identificar para o ensaio um *lugar* determinado e uma *função* capaz de definir a sua operação diante das vicissitudes da moderna produção do conhecimento em determinados contextos sociais. Como já afirmado anteriormente, sugere ela que, *na França, por volta de 1900, o ensaio figura como dispositivo eminentemente literário*. Em outras palavras, o ensaio, aí, plasma a literatura como uma estratégia criada no sentido de reafirmar a legitimidade dessa forma discursiva diante dos consolidados modelos disciplinares dos discursos do saber.

Os escritores confiaram ao ensaio o cuidado de manter o papel da literatura na evolução do conhecimento, no momento onde as ciências humanas pareciam deslocá-lo [*l'en déposséder*], e muito tempo depois que a prosa literária tivesse rompido com a retórica. Um risco de obsolescência marcou em seguida, mais ou menos explicitamente, a evolução da prosa de ideias [*prose d'idées*]. Nesse espaço literário autonomizado, separado, e numa relação cada vez mais difícil com os discursos do saber [*discours savants*], qual poderia ser a réplica dos escritores? Ela consistiu na afirmação de um “estilo de pensamento” próprio à tradição literária, e à ilustração do ensaio como obra-prima da história francesa. A promoção do gênero vislumbra um momento da história da prosa, data uma questão e afirma um valor.³⁵

Portanto, com a gradual apartação – e de modo mais acirrado em finais do século XIX – das fronteiras disciplinares, sendo as suas respectivas modalidades discursivas tornadas díspares em relação umas as outras, o ensaio, no delimitado contexto francês, “encarna uma tentativa de reconquista do território do pensamento, uma resposta especificamente literária às novas ‘inquietações’ intelectuais, enfim, a manutenção da literatura na construção do saber”.³⁶ Um índice sintomático desse deslocamento do ensaio em relação aos outros discursos do saber, pode ser encontrado em breve afirmação de Henri Hauser, professor francês convidado para compor os quadros docentes da Universidade do Distrito Federal – e, como já sabemos, teve Sérgio Buarque como seu assistente na cadeira de História Moderna e Econômica –, sugeriu, em 1937, que Capistrano de Abreu tinha contra si “o fato de não ter o seu nome ligado a

³⁵ MACÉ, Marielle. “Introduction”, *op. cit.*, p. 05.

³⁶ *Idem, Ibidem*, p. 06.

uma grande obra, de aparecer como um ensaísta”.³⁷ Discorrendo sobre o peso do tom dessas mesmas impressões do francês acerca do historiador brasileiro, diz Nicolazzi:

Evidentemente, o termo “ensaísta” é utilizado de forma distinta a que aqui se tenta conceber, dado o tom até certo ponto pejorativo que apresenta na afirmativa: o ensaio não seria uma “grande obra”. Peter Burke lembra uma passagem de Philippe Ariés em que este menciona sua ambição, na França dos anos quarenta, em escrever um ensaio histórico, mesmo que para aquele contexto “estes dois termos, ensaio e história, parecessem ser contraditórios”.³⁸

Tais apontamentos fornecidos pela autora francesa são relativamente suficientes aos propósitos argumentativos aqui expostos: se na Alemanha pudemos observar que, mesmo as fronteiras disciplinares não tomando ainda nítidos contornos, a concorrência entre o discurso da literatura e as outras formas discursivas podem ser já vislumbradas, e o ensaio aparece, então, nessa tensão, como uma via diagonal discursiva; e se na França, em contrapartida, esse desponta como um produto eminentemente literário, no Brasil, enfim, a centúria e meia de tradição do gênero se faz

justamente como forma, não de superação do discurso literário, considerado por Antonio Candido como “fenômeno central da vida do espírito”, mas enquanto uma reorganização das fronteiras disciplinares e ascensão do *discours savant* diante da primazia da literatura como modalidade fundamental de representação da cultura nacional.³⁹

Volvamos, pois, ao contexto brasileiro a fim de recuperarmos algumas das colocações feitas no início destas reflexões: de que forma o ensaio de cunho histórico se sedimentou na tradição nacional do gênero? Qual ordem temporal compreendeu parte dos “grandes cultores da prosa de não-ficção”, os quais, a partir da prática ensaística, contribuíram para encerrar, segundo Alexandre Eulalio, “a maioria das obras fundamentais da nossa cultura”?⁴⁰

2.3 O ensaísmo brasileiro e seu “espírito científico”: “desespecializando-se, buscou penetrar no seu hálito todas as concepções humanas”

Se para o caso germânico – sempre comparado aos antípodas francês e inglês – não se podia falar, ao menos para as ciências sociais, em autonomia disciplinar – em seu

³⁷ HAUSER, Henri *apud* VIANNA, Helio. “Ensaio biobibliográfico”. In: ABREU, J. Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Martins Fontes; Biblioteca do Exército, 2001, p. LXXV.

³⁸ NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*, p. 324. (nota 61)

³⁹ *Idem, Ibidem*, p. 315.

⁴⁰ EULALIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil”, *op. cit.*, p. 67.

sentido estrito de padrão de cientificidade especializado –, ainda assim se estabelece, lá, desde finais do século XIX, um processo de purificação epistêmica ocorrida no interior mesmo dos discursos. Dentro do ambiente das “três culturas”, a sociologia como uma das áreas em vias de especialização, “que ainda [deveria] conquistar o seu reconhecimento dentro do sistema das ciências”, dirigia sua injunção contra a literatura. “Esse processo resulta numa competição de interpretações entre uma intelectualidade literária constituída por escritores e críticos e uma intelectualidade ligada à ciência social”.⁴¹

Mediante essa breve, mas significativa, consideração do sociólogo Lepenies, aventamos a hipótese segundo a qual o caso brasileiro surge como imagem invertida tanto do alemão como do francês, pois, desde finais do século XIX e início do XX, o discurso literário, no Brasil, ao invés de concorrente, converge aos propósitos da prática ensaística ali ensejada, quais sejam: entre outras coisas, dilatar as ambições da história literária e, como acima afirmou Nicolazzi, reorganizar as fronteiras dos discursos do saber diante da proeminência da literatura *stricto sensu*. Ora, se tomamos como paradigmática a atuação intelectual, ainda no XIX, de um Sílvio Romero, por exemplo, podemos de antemão pôr a questão em torno do modo como se afirmam os estatutos de legitimidade dos discursos do saber na economia de seus textos: há neles uma divergência formal entre o discurso da literatura, o das ciências sociais e mesmo o das ciências naturais? No “prólogo da 1ª edição” de sua obra capital, *História da literatura brasileira* (1888), o crítico, partindo de uma concepção ampla do termo literatura, intenta, além de um acerto de contas – bem ao seu estilo auto-monumentalizador – com os críticos de suas obras, contribuir para a realização da vindoura república. Em outras palavras, a sua “letra social”, que, “[avançando] no estudo de nossa etnografia, de nossa história, de nosso folclore, de nossa literatura”,⁴² teria como objetivo abarcar a nação como um todo dado à interpretação.

Antes, pois, que o período de meados do século XX pudesse assistir à delimitação mais rígida dos contornos das “três culturas” em solo brasileiro, houve, não obstante, uma conseqüente aproximação da literatura propriamente dita em relação ao

⁴¹ LEPENIES, Wolf. “Disciplinas concorrentes”, *op. cit.*, p. 17.

⁴² ROMERO, Sílvio. “Prólogo da 1ª edição”. In: _____. *História da literatura brasileira*. 1º. Volume. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 7ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980, p. 35.

ainda incipiente “sistema das ciências”. Em seu importante estudo sobre a vida literária brasileira, Antonio Candido afirma que essa linha de ensaio, “esboçada no século XIX, se desenvolve principalmente no [XX], onde funciona como elemento de ligação entre a pesquisa puramente científica e a criação literária, dando, graças ao seu caráter sincrético, uma certa unidade ao panorama da nossa cultura”.⁴³ Em outros termos, o ensaio, nessa concepção, vem promover um *esforço de síntese* relativo à convergência formal de saberes que vinham se constituindo desde finais da centúria retrasada. Com a chamada “geração de 1870” geriu-se, segundo autores como José Veríssimo e o próprio Antonio Candido, todo um aparato crítico, tanto do ponto de vista político, quanto cultural e epistemológico, o qual fez com que se delineassem os contornos do tão aclamado regime republicano.

Veríssimo, a propósito, constata, num capítulo de sua *História da Literatura Brasileira*, o qual traz uma noção de modernismo compreendida para além das fronteiras do que se consagrou após a famosa “Semana de 22”, que o “pensamento moderno” no Brasil se principia em 1870, com a acalorada recepção intelectual de uma *porção de idéias novas* oriundas da Europa. Nesse breve texto, Veríssimo elenca “o positivismo comtista, o transformismo darwinista, o evolucionismo spenceriano, o intelectualismo de Taine e Renan” como as principais correntes de pensamento que

⁴³ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, *op. cit.*, p. 130. É perfeitamente plausível de se inferir, em momentos decisivos da reflexão do autor, certa dicotomia entre o discurso da ciência e o da arte; ou, ainda, entre o discurso da objetividade e o da subjetividade nos trabalhos de ensaio produzidos nas décadas iniciais do século XX: “Antes, de Euclides da Cunha a Gilberto Freyre, a sociologia aparecia mais como “ponto de vista” do que como pesquisa objetiva da realidade presente. O poderoso ímã da literatura interferia com a tendência sociológica, dando origem àquele *gênero misto* de ensaio [...]”. *Loc. cit.* (grifos nossos) Mais adiante, assevera Candido que, entre outras coisas, a *existência precária* do sistema educacional brasileiro, bem como a “fraca divisão do trabalho intelectual”, fizeram com que “a literatura se [adaptasse] muito bem a estas condições, ao permitir, e mesmo forçar, a *preeminência da interpretação poética, da descrição subjetiva, da técnica metafórica* (da visão, numa palavra), *sobre a interpretação racional, a descrição científica, o estilo direto* (ou seja, o conhecimento). *Idem, Ibidem*, p. 131. (grifo nosso) Ora, em escritos como *Casa-Grande & Senzala* e *Raízes do Brasil*, a literatura, de fato, sobrepõe-se aos eminentes campos convergentes à *ambiçãõ sintética* de formação genérica de um saber? É pertinente nesse sentido a evocação, para o caso da primeira obra supracitada, de um excerto do estudo de Nicolazzi: “Ciência e arte estão ali, na economia do texto, realmente justapostas? Ambas obedecem a princípios convergentes de construção ou, por outro lado, respondem a lógicas distintas de produção textual? Qual o exato papel da cada uma na escrita de CG&S e como forma e conteúdo se articulam na elaboração do ensaio? Mais do que isso, a indagação diz respeito justamente à distinção tão clara em Candido entre o espaço literário e o sociológico: é possível, para o período em questão (o da escrita de CG&S, e não do texto de Candido), tamanha clareza em distinguir campos demasiado permeáveis uns aos outros?”. NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*, p. 307. Vale recordar que este texto de Antonio Candido é datado da década de 1950, momento onde o crítico, juntamente como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, encontra-se institucionalmente vinculado à sociologia uspiana, e cujo mestre é Florestan Fernandes.

operaram de tal maneira na literatura nacional do período. Sugere, portanto, o autor que fatores de ordem política, social e religiosa determinaram, em certa medida, a recepção um tanto apressada, por parte dos brasileiros, das ideias do que denomina genericamente como “pensamento moderno”. Entre tais fatores, enfatiza a guerra franco-alemã, a qual faz com que despertemos “a nossa atenção para uma outra civilização e cultura que a francesa, estimulando novas curiosidades intelectuais”; e eventos como a revolução espanhola (1868) e a queda do segundo império napoleônico, seguida da proclamação da república em França. Este último, segundo o crítico, cimento para a proliferação dos ideais republicanos no seio do Império.⁴⁴ Mais adiante em seu argumento, José Veríssimo, colocadas as devidas ressalvas, elege Tobias Barreto como o precursor do modernismo brasileiro. O pernambucano merece, na sua visão, “pôsto proeminente na nossa evolução literária, ou antes cultural”, uma vez que desviou-nos, sugere o autor, das fontes onde até então majoritariamente bebíamos: Portugal e França. O reconhecido “mestre” da “Escola de Recife” – cujo epígono mor foi, sem sombra de dúvida, Sílvio Romero, e que, diga-se a propósito, Veríssimo jocosamente afirma ser “São Paulo de quem Tobias é o Cristo”⁴⁵ – é considerado pelo crítico paraense como um dos pioneiros do pensamento germânico no Brasil.⁴⁶ Porém, ao que mais nos interessa, por ora, encontra-se em outro estudo de José Veríssimo, quando, ainda na década de 1910, afirma que “uma das características dos tempos em que vivemos, é o espírito científico que desespecializando-se, se me permitem a feia palavra, buscou penetrar no seu hálito todas as concepções humanas”.⁴⁷ Em suma, tempos antes de se concretizar em território nacional aquele fenômeno verificado por Wolf Lepenies no Velho Mundo, isto é, certo afã de setorização dos saberes ainda na aurora do século XIX, seguida da paulatina departamentalização que definirá, lá, já no entrada do século ulterior, os campos disciplinares, ter-se-á, no Brasil, antes que se adentrasse a segunda metade da centúria passada, a presença daquele “espírito científico desespecializado”. Espírito que

⁴⁴ “Às idéias, nem sempre coerentes, às vezes mesmo desencontradas daquele movimento, fadoras também nos acontecimentos sociais e políticos apontados, chamamos aqui de modernas; expressamente de ‘pensamento moderno’. A novidade que tinham, ou que lhe enxergávamos, foi principalíssima parte no alvoroço com que as abraçávamos. Na ordem mental e, particularmente literária, os seus efeitos se fizeram sentir numa maior liberdade espiritual e num mais vivo espírito crítico”. VERÍSSIMO, José. “O Modernismo”, *op. cit.*, p. 249-250.

⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p. 255.

⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 252.

⁴⁷ VERÍSSIMO, José. “A crítica literária”. In: _____. *Que é literatura? e outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001, p. 72.

envolvia, de acordo com Roberto Ventura, “uma concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber ‘universal’ [...] Daí a importância do ensaio literário, histórico e cultural, como forma de expressão de letrados e bacharéis [...]”.⁴⁸ Retornemos a Sílvio Romero.

Mediante a compreensão da “lei” por ele denominada “evolução transformista”, ter-se-ia a confluência entre a história e a literatura, a fim de promover uma síntese literária capaz de trazer a lume uma interpretação mais consistente da história pátria. Para o crítico, a literatura como atividade humana deveria abarcar todo um conhecimento capaz de exprimir de forma generalizada o “caráter de um povo”, onde o que se busca,

ao surpreender os atos mais íntimos de um escritor, [é] sempre [...] uma maior compreensão de sua individualidade e das relações desta com o seu país e das deste com a humanidade. Um conhecimento, que se não generaliza, fica improfícuo e estéril, e, assim, *a história pinturesca deve levar à história filosófica e naturalista*.⁴⁹

Dessa sua concepção abrangente de literatura, e evocando a tradição alemã de críticos e historiadores, conclui Romero:

Cumprido declarar, por último, que a divisão proposta não se guia exclusivamente pelos fatos literários; porque para mim a expressão *literatura* tem a amplitude que lhe dão os críticos e historiadores alemães. Compreende todas as manifestações da inteligência de um povo: – política, economia, arte, criações populares, ciências... e não, como era de costume supor-se no Brasil, somente as intituladas *belas-letras*, que afinal cifravam-se quase exclusivamente na *poesia!*...⁵⁰

Paralelamente a um esforço de compleição de uma tradição historiográfica nacional, que, partindo do *locus* convergente IHGB, demandou, segundo Rodrigo Turin, “uma série de operações intelectuais”, como “a constituição de um *corpus* arquivístico, o estabelecimento de uma ordem cronológica e a delimitação de um nexos aglutinador através do qual se poderia escrever uma história filosófica da nação”,⁵¹ presenciou-se a formação de uma historiografia literária. Tanto essa como aquela – e considerando as distintas operações empreendidas por ambas –, tinham como tarefa o desvelamento de um *sentido* original da temporalidade nacional. Emblematicamente, a *História Geral de*

⁴⁸ VENTURA, Roberto. “Civilização nos trópicos?”. In: _____. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 41.

⁴⁹ ROMERO, Sílvio. “Fatores da Literatura Brasileira”. In: _____. *História da literatura brasileira*. 1º. Volume. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira, *op. cit.*, p. 55. (grifo nosso)

⁵⁰ *Idem, Ibidem*, p. 58.

⁵¹ TURIN, Rodrigo. “Por uma historiografia literária nacional”. In: _____. *Narrar o passado, projetar o futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*, *op. cit.*, p. 47.

Varnhagen como monumento historiográfico voltado para tal ambição, isto é, elaborar uma cronologia “correta” da história pátria, e a *História da Literatura Brasileira* de Romero, cuja meta era levantar e sistematizar as obras que “compreende[m] todas as manifestações da inteligência de um povo”, definindo o que viria a ser, na longa duração, conformado nos termos de uma literatura brasileira, “tinham como foco principal e unificador a elaboração de um perfil que individualizasse o Brasil como uma entidade histórica, inserindo-a, ao mesmo tempo, num espaço mais amplo representado (ou referenciado) pelas nações europeias”.⁵² Observemos que para o caso de Romero todo o seu projeto histórico-literário perpassava pela constituição de uma *síntese* que captasse o “espírito” nacional, pois, segundo ainda Turin, mediante o mapeamento desse processo pelos rastros literários, os quais eles próprios sintetizavam o “espírito” da nacionalidade, podia-se chegar a uma ordem temporal *também* para as letras brasileiras; “sem que fosse necessário se deter nas particularidades factuais e nos outros constrangimentos implicados na historiografia *stricto sensu*”.⁵³

Ora, estaríamos nos equivocando se afirmássemos – salvaguardadas as devidas proporções – que a empreitada romeriana fora já ensaiada por algumas figuras centrais do romantismo? O que textos como o famoso ensaio de 1836 sobre a história da literatura brasileira, escrito por Gonçalves de Magalhães, nos permitem entrever é que a concepção de literatura amalgamava, por meio de um complexo metafórico-conceitual, a ideia de nacionalidade. Sendo a matéria literária a síntese do que deveria compreender um povo, uma nação, estaria ela conseqüentemente imbuída de caracterizar fidedignamente o que tal povo ou nação tivesse de mais profundamente seus; constituindo-se, portanto, como a fonte privilegiada para essa imersão histórica na busca da *essencialidade*. Pois, se, ao passar do tempo, é inexorável o desaparecimento de povos e nações, ao menos a “Littérature [...] escapa aos rigores do tempo, para anunciar às gerações futuras qual fôra o caracter do povo, do qual é ella o unico representante na posteridade”.⁵⁴ Segundo Valdeci Araujo,

como registro da atividade espiritual de tempo e local determinados, a literatura funciona como memória, como uma espécie de *cápsula do tempo* direcionada à

⁵² *Loc. cit.*.

⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 63, 64.

⁵⁴ MAGALHAENS, D. J. Gonçalves de. “Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil”. In: *Nitheroy, Revista Brasiliense. Sciencias, letras e arte*. Nº 1, Tomo primeiro. Paris: Dauvin et Fontaine, libraires, 1836, p. 132.

posteridade e que deve dar testemunho do grau de civilização e do caráter de um povo ou geração. Quanto mais fiel à realidade que representa, mais a literatura estaria próxima de cumprir o seu papel principal, ou seja, guardar a memória de uma geração ou povo destinados inexoravelmente à extinção.⁵⁵

Essa tarefa que a literatura deveria cumprir fora levada em sua complexidade ao âmbito da Academia Brasileira de Letras. Embora tivesse como o seu primeiro presidente a figura controversa de Machado de Assis – o qual, para Sérgio Buarque, representou “a flôr dessa planta de estufa”⁵⁶ –, cujo “absenteísmo” caracterizava, no limite, um modo de reivindicar para o discurso ficcional um lugar de relativa autonomia em face das pressões políticas e sociais dos contextos históricos, o imperativo que presidia os discursos fundantes da instituição conduzia à constituição do cânone das letras nacionais, e, por meio desse, extraíam-se as fontes privilegiadas para a compleição de uma versão literária da história pátria. Ouçamos o apelo de um dos secretários gerais da Academia:

não tivemos ainda o nosso livro nacional, ainda que eu pense que a alma brasileira está definida, limitada e expressa nas obras de seus escritores; sómente não está toda em um livro. Esse livro, um extrator habil podia, porém, tirel-o de nossa literatura... O que é essencial está na nossa poezia e no nosso romance.⁵⁷

Avançando ao século XX, poder-se-ia conjecturar que semelhanças em relação ao fim último da empresa de se interpretar a nação sob o viés histórico aproximariam os ensaísta desses tempos e aqueles do final do XIX; o que, no entanto, não estaria incorreto. Porém, a partir de investigações mais acuradas, percebe-se que, no campo prático, a coisa se dava de modo bastante distinto. Sendo vista, ao longo do século XIX, como “fenômeno central da vida do espírito”,⁵⁸ a literatura, na centúria ulterior, deixa de ser primaz no tocante ao seu estatuto superior como “fonte” de perquirição da ideia de nacionalidade, isto é, de povo. Em suma, dentro dos esforços de elaboração de sínteses que pudessem dizer textualmente, sob aspectos diferenciados, do caráter formativo da

⁵⁵ ARAUJO, Valdei Lopes de. “O tempo como narrativa”. In: _____. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008, p. 120.

⁵⁶ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936, p. 125.

⁵⁷ NABUCO, Joaquim. “Discurso de Joaquim Nabuco, secretario geral”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910, p. 174.

⁵⁸ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, *op. cit.*, p. 130.

sociedade e cultura brasileiros, os trabalhos de alguns dos “ensaístas-históricos” liberam-se da forte tendência sobrepujante da “literatura como espelho da nação”.⁵⁹

⁵⁹ Para uma reflexão acerca da equação literatura = sociedade, ou seja, para uma elucidação dos motivos pelos quais se consolidou no Brasil uma tradição documental tendo a literatura como um instrumento privilegiado para se “fotografar” a “realidade objetiva”, cf. o fundamental VELLOSO, Mônica Pimenta. “A literatura como espelho da nação”. In: *Estudos Históricos*. Vol. 1, n. 2, 1988, p. 239-263. Parte da argumentação desta subseção está calcada em mapeamento, realizado por Fernando Nicolazzi, das múltiplas performances e especificidades representacionais do ensaio histórico no Brasil, tendo como corpus constituinte de suas conjecturas alguns dos principais autores de meados do século XIX, aproximadamente, e início do XX. Cf. NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*. (esp. p. 314 e seg.)

3.1 Raízes do Brasil e os conteúdos de sua forma

Sendo de comum acordo o fato de o livro de Sérgio Buarque de Holanda ter se aproveitado da atmosfera encetada pela “Semana de 22”, apontaremos, ao longo desta seção, o modo como a adoção, pelo autor, de dispositivos linguísticos caros ao modernismo literário articulam forma e conteúdo no intuito de elaborar historicamente passado, presente e futuro da nação. Como já argumentado, todo o teor corrosivo e direto dos textos de militância modernista irá se sedimentar, mediante crítica discreta, na escrita antiperemptória do ensaísmo praticado em *Raízes do Brasil*; a partir desse ponto de vista, afinidades serão estabelecidas.

Se em certa medida se arrefeceram, hoje, os outrora muito acalorados pleitos em torno das considerações sobre a narrativa histórica como artefato literário, com tudo o que lhe cabe de recursos figurativos, tropológicos e genéricos; e ainda, se a contemporânea teoria literária veio nos mostrar que a linguagem, ao invés de um invólucro vazio aguardando ser preenchido por algum conteúdo pré-existente, é antes de tudo “coisa no mundo”, faz-se necessário, contudo, verificar em que medida os estudos atuais – históricos principalmente – têm se apoderado dessas discussões no sentido de tratarem o *conteúdo da forma* narrativa que caracteristicamente assume para si a tarefa de perquirição do passado.¹ Isso posto, um dos argumentos que impulsionam as reflexões aqui propostas é o que se refere, como se tem repetido, à força estilística do ensaio de vertente histórica, bem como aos recursos linguísticos que operam em seu funcionamento no aclamado livro, objeto deste trabalho.

Talvez o que aproxima o modernismo de Sérgio Buarque de Holanda daquele dos teóricos alemães do ensaio seja o discernimento segundo o qual o vigor do gênero esteja implicado na recusa em considerar forma e conteúdo como instâncias separadas em termos de escrita, de um lado, e ações do pensamento, do outro; como se aquela fosse um mero instrumento desse último.² Robert Lane Kauffmann afirma que, ao

¹ Cf. WHITE, Hayden. “Teoria literária e escrita da história”, *op. cit.*, p. 21-48. Cf. ainda COSTA LIMA, Luiz. “Perguntar-se pela escrita da história”. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, jul/dez, 2006, p. 395-423.

² Tal aproximação, é de bom grado frisar, tem caráter de afinidades eletivas. Embora Maria Odila sugira suposto contato do eminente crítico com os escritos de Kracauer, Adorno e Benjamin, quando de sua crucial estada, em 1929, na cidade de Berlim, essa genealogia de uma leitura filosófica de esquerda se torna um pouco comprometida se vislumbrada na primeira edição de *Raízes do Brasil*. Como atestam trabalhos como o de João Kennedy Eugênio, por exemplo, as matrizes teóricas, nela, pautam-se pelo vitalismo característico de proeminentes autores como Klages, as quais, em certos momentos, rivalizam

contrário dos filósofos que usam o ensaio apenas como um procedimento propedêutico para a posterior construção lógica de seus sistemas, ou seja, ensaiam no âmbito privado suas reflexões para em seguida deletarem os *gaps* e contingências em seus discursos, “o ensaísta, atento ao fato de que todo pensamento é circunstancial, reflete sobre as circunstâncias do seu próprio discurso, fazendo-os servirem ao pensamento em mãos”.³

Pois é exatamente esse exercício auto-reflexivo o que constitui as molas propulsoras de grande parte das obras dos modernistas brasileiros: o reconhecimento da materialidade da linguagem em detrimento da noção ríspida de discurso objetivo *versus* discurso subjetivo, ou, no limite, discurso da ciência em contraposição ao discurso da arte. Obviamente, seria um disparate a afirmação segundo a qual, ao menos no âmbito dos ensaios de prosa não-ficcional, autores como Holanda e alguns de seus coevos propusessem já uma concepção não-realista da história,⁴ porém, a partir do que foi dito, com Hayden White, sobre a reviravolta causada pelo evento modernista e as alternativas representacionais por ele instigadas, certas personagens – dentro e fora do cânone modernista – pareciam conscientes da impossibilidade de um literalismo puro na linguagem de investigação da realidade circunstancial. Ecoando afirmação de White, em

com a sua antípoda weberiana, presente em alguns capítulos da obra. Cf., respectivamente, DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: CANDIDO, Antonio (org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998, p. 18; DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Negação das negações”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*, op. cit., p. 342, 343; EUGÊNIO, João Kennedy. “Diálogos: Klages e Weber em *Raízes do Brasil*, 1936”. In: _____. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras*, de Sérgio Buarque de Holanda, op. cit. (esp. p. 116 e seg.) Não obstante o acervo atual da *Coleção Especial Sérgio Buarque de Holanda*, alocado na Universidade Estadual de Campinas, não conter todos os livros que pertenceram ao autor, ou que tinha em mãos quando da confecção da primeira edição de *Raízes do Brasil*, pudemos, por aproximação, constatar que edições de obras de Adorno, Horkheimer e Benjamin datam todas da década de 1960. São elas: ADORNO, Theodor. *Eingriffe: neun kritische Modelle*. Frankfurt: Suhrkamp, 1963; ADORNO, Theodor. *Jargon der Eigentlichkeit: zur deutschen Ideologie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1964; ADORNO, Theodor. *Kierkegaard: Konstruktion des Asthetischen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1962; ADORNO, Theodor. *Noten zur Literatur*. Berlin: Suhrkamp, 1958-1961; ADORNO, Theodor. *Prismen: Kulturkritik und Gesellschaft*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969; HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Sociologica II*. Madrid: Taurus Ediciones, 1966; HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodor. *Sociologica II: Reden und Vortrage*. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1967; e a única BENJAMIN, Walter. *Einbahnstrasse*. Frankfurt: Suhrkamp, 1969. Em relação a obras de Siegfried Kracauer, ao menos no acervo atual da *Coleção Especial*, não consta uma, sequer.

³ KAUFFMANN, R. Lane. “The Skewed Path: Essaying as Unmethodical Method”. In: *Essays On The Essay: Redefining the Genre*. Alexander J. Butrym (ed). Athens, Georgia: University of Georgia Press, 1989, p. 234. Em via argumentativa semelhante encontram-se as palavras do ensaísta e teórico Jean Starobinski: “Para satisfazer plenamente à lei do ensaio é preciso que o ‘ensaíador’ se ensaie a si mesmo”. STAROBINSKI, Jean. “Peut-on définir l’essai?”. In: _____. *Pour un temps/Jean Starobinski*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1985, p. 191.

⁴ Como ressaltado, já para o contexto da década de 1950, por Mateus Pereira e Pedro Afonso dos Santos no início deste trabalho. Cf. PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisséias do conceito moderno de história”, op. cit., p. 56.

nota acima apropriada, poderíamos sugerir que, no processo de discursarem sobre a acalorada pauta modernista, os seus proponentes reconheciam, talvez, que ao fim e ao cabo construía – em forma privilegiadamente figurativa – o próprio Modernismo, bem como sua temporalidade específica. Tais atos tornam-se patentes quando nos lembramos dos muitos textos-manifestos que pulularam nos centros radiantes das propostas modernistas – mais especificamente, num primeiro momento, no Sudeste –, e com maior força veiculadora promovida pelas efêmeras revistas criadas, entre outras coisas, para tal fim: *Klaxon*, *Estética*, *Terra Roxa e Outras Terras* etc. Para atermo-nos a apenas um exemplo paradigmático, poderíamos evocar “A escrava que não é Isaura (discurso sobre algumas tendências da poesia modernista)”, famoso texto consubstanciado pela pena de Mário de Andrade. O seu teor discursivo destila toda a revolta que caracteriza os primeiros anos do movimento após a Semana de 22, e cujo principal objetivo é o de clara ruptura com certa tradição artística e literária, assim como é o de marcar posições contra um cânone intelectual há muito sedimentado na tradição cultural brasileira. O esforço por parte de figuras como Mario de Andrade no que diz respeito a uma transmutação dos valores da linguagem poética, principalmente, abre sendas para que, em certos cruzamentos, fizessem convergir práticas culturais consideradas antípodas até então, como, por exemplo, as que se concebiam como sendo, de um lado, eruditas e, de outro, populares.⁵

Em entrevista concedida, já em meados da década de 1940, a Homero Senna, Sérgio Buarque, usando de um modesto pronome pessoal “nós”, confia ao entrevistador o tal esforço que uma geração teve de despender para remoção dos ainda

⁵ Estudioso que foi da música popular brasileira, Mário de Andrade procurou estruturar *Macunaíma* bem aos moldes do que vinha fazendo um Villa Lobos, por exemplo, em sua rapsódica *Suíte Popular Brasileira*, composta por peças-chôro para violão, e em suas várias peças para piano, nas quais incorporava cantos e cirandas sedimentados na tradição popular desde o período colonial. Semelhante a esse método de composição da música erudita, Andrade concatenou uma gama de temas extraídos da cultura popular, embora sempre fizesse questão de ressaltar a inevitável transposição para o campo da elaboração sistemática do material recolhido. No próprio “A escrava que não é Isaura”, o escritor adverte sobre o estabelecimento dos limites desse entrelaçar do erudito e o popular: “não quero porém significar com isso que os poemas devam ser tão chãos que o caipira de Xiririca possa compreendê-los tanto como o civilizado que conheça psicologia, estética e a evolução histórica da poesia”. ANDRADE, Mario de. “A escrava que não é Isaura (discurso sobre algumas tendências da poesia modernista)”. In: _____. *Obra imatura*. São Paulo: Martins, 1960, p. 03. Como sugere Gilda de Mello e Souza: “*Macunaíma* é composto nesse momento de grande impregnação teórica, pesquisa sobre a criação popular e busca de uma solução brasileira para a música. É minha convicção que, ao elaborar seu livro, Mário de Andrade não utilizou processos literários correntes, mas transpôs duas formas básicas da música ocidental, comuns tanto à música erudita quanto à criação popular: a que se baseia no princípio rapsódico da suíte”. SOUZA, Gilda de Mello e. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades, 1979, p. 12.

vigentes “entulhos” dos códigos linguísticos e culturais das gerações predecessoras; “estorvo” para a reatualização estética e cultural almejada por aqueles de 1922:

- Na sua opinião, qual o maior serviço prestado pelo Modernismo à literatura brasileira?
- O Modernismo representou uma reação necessária, inadiável, mesmo, contra o estado de coisas a que tínhamos chegado em matéria literária, por volta de 1920. As letras brasileiras haviam atingido então o ponto culminante do convencionalismo. Por toda parte reinava um marasmo incrível, um academismo insuportável, que matava no berço qualquer nova aventura artística. A Literatura, entre nós, não apresentava, então, qualquer saída, e só uma revolução como a de 1922 poderia suscitar curiosidade por novos problemas e fazer com que criássemos alguma coisa original, diferente daquilo que na época se fazia. O movimento modernista facilitou o aparecimento de novas formas de expressão e criou um ambiente propício a toda experiência, no terreno artístico. Reagiu, sobretudo, contra certos estorvos que limitavam o horizonte literário e também contra os preconceitos que baniam da literatura determinados temas, considerados não-literários, indignos de interessar a um artista. Numa palavra, bateu-se por uma nova visão de vida e, por conseguinte, da arte. Os moços que surgem hoje e encontram o caminho aberto, não avaliam o esforço que foi preciso despendar para aplinar o chão, removendo o entulho.⁶

Enfim, embora se tenha enfatizado em inúmeros trabalhos essa conquista da liberdade de experimentação impulsionada pelo Modernismo, faltam, a nosso ver, longos caminhos a se percorrer no sentido da investigação de tais conquistas na esfera discursiva das eminentes ciências sociais. Portanto, se essa superação da métrica fixada pelos códigos linguísticos das poéticas anteriores – parnasianas? – e da carga retórica advinda da dita cultura bacharelesca criou condições, “aplainou o chão” para o cultivo de um novo espaço na poesia, essa menos ornamental e mais prática, cabe verificar ainda o resultado de tal superação também no âmbito dos ensaios de vertente histórica; além de considerar, obviamente, a própria invenção de uma memória modernista, patente em escritos de Mario de Andrade, por exemplo, como o supracitado “O movimento modernista”, e mesmo nas linhas acima, de Sérgio Buarque, donde se pode inferir o uso da primeira pessoal do plural evocado ao final contra “os moços que surgem hoje”, os quais estariam supostamente gozando de certa zona de conforto.

⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Modernismo, tradicionalismo, regionalismo”. In: SENNA, Homero. *República das Letras (20 entrevistas com escritores)*, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957, p. 122. Em semelhante depoimento – embora em tom mais confidencial e, em certos momentos, arrependido – sobre suposto papel hercúleo que toda uma geração teve de exercer para refundar uma nova postura, Mario de Andrade, aproximadamente duas décadas antes da entrevista de Holanda, afirma que o que caracterizou a realidade imposta pelo movimento foi “a fusão de três princípios fundamentais: O direito permanente à pesquisa estética; a atualização da inteligência artística brasileira; e a estabilização de uma consciência criadora nacional”. ANDRADE, Mario de. “O movimento modernista”. In: _____. *Aspectos da literatura brasileira*. 5ª ed. São Paulo, Martins, 1974, p. 242. (artigo originalmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo* por ocasião do 20º aniversário da Semana de Arte Moderna, em fevereiro de 1942)

3.2 Antessala das *Raízes do Brasil*: a experiência da linguagem no jovem modernista

1936: o torvelinho de ideias provocado pelas revoltas da dita “fase heroica” do Modernismo não se constituía como um evento digno apenas de memorialização/comemoração; passado quase um decênio e meio, poder-se-ia confirmar a sua vivacidade e vigor estético-político-cultural em grande parte das obras artísticas – e intelectuais, em âmbito mais geral – subsumidas nesse contexto genericamente chamado de “segundo momento” modernista.⁷ Data essa da publicação da primeira edição do livro primeiro de Holanda, os pressupostos retórico-poéticos e estratégias textuais da tessitura discursiva que o conforma estão certamente permeados por tal torvelinho. A prática ensaística que o preside, como Alexandre Eulalio definiu, em seção anterior, ao tratar dos trabalhos compreendidos na década de 1930, encontra-se configurada como uma espécie de *médium*, ou ainda, um ponto de equilíbrio, no limite, sintético, entre o “estilo moderno” e o “acadêmico”, conjugando simultaneamente as duas possibilidades. Segundo ainda esse autor, estudiosos como Sérgio Buarque, Gilberto Freyre, Paulo Prado – para ficarmos nos exemplos paradigmáticos – levarão “conscientemente esse falso dilema a uma superação resolvida com o amadurecimento estético [...] e a posterior depuração vocacional”.⁸ Na esteira da questão acerca do processo de profissionalização da vida intelectual do crítico e historiador, Robert Wegner, em texto anteriormente citado, sugere que a vida boêmia, bem como todo o experimentalismo legado da fase modernista não impediu o ímpeto científico do pesquisador das décadas de 1940 e 1950. Ao contrário, contribuiu para que ele não se tornasse um mero funcionário de uma instituição burocrática, mas que viesse a se tornar um estudioso cuja originalidade de sua operação historiográfica estivesse marcada por aqueles tempos.

⁷ Entre os estudiosos que tratam do tema acerca dos “dois momentos” modernistas, separando a “fase heróica”, entre 1917 e 1928, do contexto de maior reflexão acerca dos principais temas políticos que norteavam, já nos anos 1930, os programas construtivistas de figuras proeminentes do movimento, cf. LAFETÁ, João Luiz. “Os pressupostos básicos”. In: _____. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. “Um exame comparativo, superficial que seja, da fase heróica e da que se segue à Revolução mostra-nos uma diferença básica entre as duas: enquanto na primeira a ênfase das discussões cai predominantemente no *projeto estético* (isto é, o que se discute principalmente é a linguagem), na segunda a ênfase é sobre o *projeto ideológico* (isto é, discute-se a função da literatura, o papel do escritor, as ligações da ideologia com a arte)”. *Idem, Ibidem*, p. 28.

⁸ EULALIO, Alexandre. “O ensaio literário no Brasil”, *op. cit.*, p. 59.

Pode-se até supor que, para o historiador, seja na sua análise, seja na sua atividade, essa não-contradição, a manutenção do espírito experimentalista do Modernismo, seria um antídoto para que a modéstia, a inquirição metódica e a perseverança, características do apanágio científico, não perdessem o espírito, tornando-se meros atributos de funcionários de uma instituição burocrática.⁹

De que modo, pois, *Raízes do Brasil*, representa essa síntese entre o experimentalismo modernista e o espírito científico, num ambiente onde, como afirmou Antonio Candido, todos esquadrinham, sínteses são tentadas, procura-se explicações para nossa cultura? Herdeira de uma tradição ensaística que vigora, de modo mais acentuado, desde finais do século XIX, a obra apura esse gênero da maneira mais discreta possível. Ao menos na edição de 1936, as referências e notas são ainda bem tímidas, ao passo que na edição de 1948 e, mais acentuadamente, na de 1956 o acréscimo de notas e citações se faz bem mais presente – mas, por ora, não entraremos no mérito desses importantes pormenores que caracterizam a já mencionada historicidade do ensaio buarquiano. Não obstante, em ambas as edições a sua escrita “não se rende à linguagem truncada de muitos dos textos das ciências sociais, nem aos ouropéis grandiloqüentes. A elegância da composição e do estilo não se revela, contudo, substituta do rigor científico”.¹⁰ O refinamento da forma, na obra, talvez esteja intencionalmente articulado ao fato de que, ao cumprir uma função bem pragmática de crítica da linguagem do seu tempo, aquela considerada um “estorvo” à abertura de novos horizontes literários e intelectuais, fazia-se necessário o incremento de um instrumental crítico no qual forma e conteúdo pudessem jogar metalinguisticamente com os próprios códigos injuntivos das ordens discursivas as quais se queria problematizar, ou mesmo superar. Para um desdobramento de tal argumento, é João Alexandre Barbosa quem vem ao nosso auxílio:

[...] por incluir projetos – que em termos de cultura é *novo* –, e a crítica de uma linguagem anterior – que em termos de cultura é o *passado* –, a linguagem de um certo momento cultural, se ela tende à formalização de um código específico, diferenciado, não pode ser instalada a não ser na medida em que os seus componentes resultem de uma crítica da própria linguagem utilizada para apreender a realidade que agora se oferece à indignação. Por isso, [fala-se] em metalinguagem, isto é, um processo de reflexão linguística sobre o código que serve de instrumental para a

⁹ WEGNER, Robert. “Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade”, *op. cit.*, p. 496.

¹⁰ MONTEIRO, Pedro Meira. “Uma síntese modernista”. In: _____. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 42. Depoimento do próprio historiador sobre a demasiada preocupação em depurar o seu estilo de escrita fora já evidenciado em nota na introdução deste trabalho. Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Apresentação”, *op. cit.*, p. 17, 18.

nomeação da realidade. [...] importa tanto perguntar pelo que *diz* uma época quanto inquirir pelo que *diz acerca* de uma época anterior, pois é a relação entre estes dois mecanismos de articulação que acaba por fixar os parâmetros de seu próprio discurso cultural. Ou, para usar mais francamente de terminologia emprestada à ciência da linguagem, é a relação entre significante e significado que estabelece a definição do signo: em termos de momento cultural, poder-se-ia afirmar que o signo é dado no momento em que é possível estabelecer os valores de significado e significante concorrentes para a formação de uma linguagem específica. No entanto, a isto é preciso acrescentar o trabalho operado pela existência cultural que dirige a instalação de novos valores e que, portanto, participa da elaboração do signo cultural.¹¹

Tendo em vista essas considerações, *Raízes do Brasil* pode ser lida já como a consumação pregnante daqueles significados e significantes advindos da radicalidade propiciada pelo ambiente de “22”, caracterizando-se como uma das obras-síntese do *signo modernista*, e cujos desdobramentos – não respostas! – das perguntas pelo que dizia a época em que se tentou fixar os parâmetros de um novo discurso cultural, assim como revisões das inquirições do que dizia sobre a época anterior, encontram-se expostos de modo sutil e fluido em sua tessitura. Ecoando mais uma vez reflexão lukácsiana, o ensaio seminal de Holanda estaria, quiçá, mais preocupado com o *processo* de julgar do que com o próprio julgamento em si, abdicando de dar o veredito e distinguir valores. Um sintomático índice do incômodo provocado por essa característica, principalmente no capítulo último do livro, “Nossa Revolução”, no qual, como se sabe, imbricam-se “uma linearidade temporal regressiva que é a da permanência do passado, dos valores da ordem arcaica e pré-moderna, [e] outra temporalidade, aberta e conflitante, que é a do moderno”,¹² pode ser vislumbrado em artigo de jornal publicado quase no calor da hora da publicação da edição de 1936. Diz o articulista: o livro apresenta “uma grande falha. Não conclue. Não resume numa síntese forte e clara o seu *julgamento* sobre o material recolhido, nem organiza um corpo de doutrina capaz de levar o Brasil a uma renovação de valores e a uma vida mais equilibrada e ordenada”.¹³

Vejamos agora, em breves e lacunares linhas, o modo como, a partir da crítica da linguagem, tentou-se refundar diferenciada noção de temporalidade, por meio de

¹¹ BARBOSA, João Alexandre. “Linguagem e realidade do Modernismo de 22”, *op. cit.*, p. 75, 76.

¹² Cf. VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, 167, 168.

¹³ MENDES, Oscar. “A Alma dos livros”. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 17 jan. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “Raízes do Brasil”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo Sérgio Buarque de Holanda (SBH). Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP). (grifo nosso)

revisões de memórias históricas, literárias e, em âmbito mais geral, culturais; talvez ainda mediante a fundação daquilo que João Alexandre Barbosa denomina uma “realidade do Modernismo”, qual seja, “o modo pelo qual aquele momento cultural deu expressão literária à realidade”.¹⁴

Em chave de leitura tropológica, poderíamos afirmar que *Raízes do Brasil* configura-se como a realização oximórica de refundação do discurso sobre a temporalidade da nação. De modo metafórico,¹⁵ opera uma complexa rede de significados que, num processo vivo de leitura/releitura da tradição e do passado nacional, reescreve – e inscreve – naquele presente em que a obra veio a lume, uma temporalidade específica àquela realidade nomeada sob moldes literários e culturais. Obra oximórica, digamos, porque coabitam em sua trama questões levantadas em torno de tradições modernizantes, modernidades arcaizantes, ordens desordenadas e outras dissonâncias. Colocado numa espécie de intermédio problematizador *entre* certos arcabouços discursivos de projetos que resistiam em decretar a falência múltipla das estruturas que sustentavam a Primeira República e os ditos “novos tempos”, o ensaio buarquiano

encontra na metáfora o instrumento melhor para dissecar o processo de colonização do Brasil desde as origens, reconstruir a má-formação do país e, portanto, compreender a forma do presente, a pertinácia de um resíduo duro do passado no presente. Metáfora que é o resultado de uma desmontagem da eloquência figural herdada da Colônia e de uma remetaforização *conceitual*, portanto reveladora do sentido próprio da realidade redescoberta [...].¹⁶

E parcela da pertinácia, condensada no presente, desse resíduo duro do passado seria pelo historiador constatada – embora encoberta de arcabouço discursivo diferenciado – em alguns de seus coetâneos: aqueles sobre os quais afixa a pecha de “acadêmicos ‘modernizantes’”. É por isso que uma breve tarefa de rastreamento desse impasse no pensamento buarquiano sobre a formação do país deve ser efetuada, pelo

¹⁴ BARBOSA, João Alexandre. “Linguagem e realidade do Modernismo de 22”, *op. cit.*, p. 79.

¹⁵ E para as reflexões a partir daqui encetadas nos basearemos exaustivamente em VECCHI, Roberto. “A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004; e também VECCHI, Roberto. “Contra pontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”, *op. cit.*. Nesses dois ensaios, o autor opera, em arguta chave argumentativa, análises sobre um recurso figurativo usado por Sérgio Buarque em seu livro capital: como a teia metafórica que encobre e dá coesão à sua obra evidencia, entre outras coisas, problemas inerentes a sentimentos relacionados a temporalidades, coexistentes e em constante tensão, vigentes no período.

¹⁶ VECCHI, Roberto. “A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista”, *op. cit.*, p. 460, 461.

motivo de o autor, ainda no turbilhão de “22”, empreender uma revisão dentro daquilo que se propunha ele mesmo ser uma revisão: o movimento modernista. “O lado oposto e outros lados”: é nesse ensaio de brevíssimas páginas, publicado originalmente na *Revista do Brasil*, em 15 de outubro de 1926, que o jovem crítico provocara grave fratura em uma “ordem do tempo” na qual ele antevia certa crise, mas que muitos dos que o circundavam, por meio da “panaceia” estética, cultural e politicamente construtivista, insistiam em sustentar. Em outros termos, o próprio aparato metafórico-conceitual por eles utilizado no tratamento do que constatavam ser uma desordem nacional parecia, aos olhos de Buarque de Holanda, ser necessariamente conservado, revelando em si os sintomas de uma crise temporal. Metáforas-conceitos que, no limite, se não serviam no sentido de legitimar a própria zona de conforto desses intelectuais no cenário da política e letras nacionais, ao menos se apresentavam como respeitáveis aos olhares estrangeiros. Daí o jovem crítico asseverar, como veremos no excerto abaixo, que a tal perturbada ordem constatada não poderia ser a *nossa* ordem. E acaso aqui – com o risco de uma “ilusão biográfica”¹⁷ – não estaríamos já diante do dilema que acompanhará o autor durante toda a vida intelectual, qual seja, o descompasso entre o Brasil “legal” e o Brasil “real”, o qual, aliás, tomará refinada forma por meio da catacrese do “desterro”, logo na abertura de suas *Raízes do Brasil*?¹⁸

É indispensável [...] romper com todas as diplomacias nocivas, mandar pro diabo qualquer forma de hipocrisia, suprimir as *políticas literárias* e conquistar uma profunda sinceridade para com os outros e para consigo mesmo. A convicção dessa urgência foi para mim a melhor conquista até hoje do movimento que chamam de “modernismo”. Foi ela que nos permitiu a intuição de que carecemos, sob pena de morte, de procurar uma arte de expressão nacional. [...] Insistem sobretudo nessa panacéia abominável da *construção*. Porque para eles, por enquanto, nós nos agitamos

¹⁷ Cf. BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. In: *Actes de la Recherche en Sciences de Sociales*, n. 62/63, 1986, p. 69-72.

¹⁸ A relação entre o “encontro” do crítico militante modernista com o historiador, desde *Raízes do Brasil* até as principais obras que o consagraram em sua carreira acadêmica, fora já trabalhada por PRADO, Antonio Arnoni. “Nota breve sobre Sérgio crítico”. In: SALOMÃO, J. (dir.). *Sérgio Buarque de Holanda*. 3º COLÓQUIO UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992; PRADO, Antonio Arnoni. “Introdução”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária (vol. 1 e 2)*, op. cit.; NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*, op. cit.; CASTRO, Conrado Pires de. *Com tradições e contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sergio Buarque de Holanda*, op. cit.; e CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. *Outros Lados: Sérgio Buarque de Holanda, Crítica Literária, História e Política*, op. cit.. E mais diretamente sobre a relação entre o texto de 1926 e seu posterior livro estreado, cf. PRADO, Antonio Arnoni. “*Raízes do Brasil* e o modernismo”. In: CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*, op. cit., p. 71-80; MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, op. cit., p. 250-256; assim como, mais analiticamente detidos, os dois textos de Roberto Vecchi acima referenciados.

no caos e nos comprazemos na desordem. Desordem do quê? É indispensável essa pergunta, porquanto a ordem perturbada entre nós não é decerto, não pode ser, a *nossa ordem*: há de ser uma coisa fictícia e estranha a nós, uma lei morta, que importamos senão do outro mundo, pelo menos do Velho Mundo. É preciso mandar buscar esses espartilhos para que a gente aprenda a se fazer apresentável e bonito à vista dos outros, o erro deles está nisso de quererem escamotear a nossa liberdade, que é, por enquanto pelo menos, o que temos de mais considerável, em proveito de uma detestável abstração inteiramente inoportuna e vazia de sentido.¹⁹

Provocado o mal-estar em uma parcela daqueles moços do movimento no qual ele próprio figurou como um dos baluartes, tentemos agora mapear brevemente parte do aparato discursivo com o qual alguns desses críticos buscavam textualizar o Brasil. Já adiantando parte dos argumentos, o que se pode inferir da leitura de parcela dessas narrativas, bem como do que as une, é uma sensação de um tempo descompassado em relação a um dado referencial (modelo), e cujas “políticas literárias” – ainda que atualizando aquela concepção projetiva prevista pela história literária de Sílvio Romero – tencionavam *realizar* a formação do país. Dito isso, introduzamos, portanto, um diagnóstico feito dois anos antes do texto de Sérgio Buarque:

Somos nacionalidades apressadas, onde todas as fases da civilização coexistem, desde o selvagem no último grau de decadência, até as inteligências mediterrâneas e sutis que se isolam ou murcham nestes trópicos excessivos e ainda primitivos. E de tudo isso emana a sensação do efêmero e um pressentimento contínuo de morte.²⁰

O sentimento de constante justaposição entre temporalidades de distintas dinâmicas pode ser nessa passagem interpretado, assim como a sensação de fugacidade do tempo presente entre a tradição e a aceleração modernizante projetada textualmente para um futuro cujo prognóstico não mais era garantido como de sucesso – uma versão mimética, parece-nos, centenariamente retardada de alguns relatos surgidos no que, para o contexto centro-europeu, Koselleck denomina “tempo de sela” [*Sattelzeit*], constituinte do período cujo arco temporal se estende de meados do século XVIII até meados do subsequente.²¹ Daí decorre, outrossim, a sensação de uma suspensão desse

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O lado oposto e outros lados”. In: _____. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, op. cit., p. 85; 87 (grifos nossos).

²⁰ ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da república*. Recife: Editora Massangana, 1990, p. 210, 211.

²¹ Cf. KOSELLECK, Reinhart. “El crecimiento del abismo entre experiencia y expectativa”. In: _____. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2004. “Mas o nosso tempo juntou-se a três gerações que agora vivem algo completamente inconciliável. As enormes tensões dos anos 1750, 1789 e 1815 prescindem de qualquer solução de continuidade e não aparecem como uma sucessão, e sim como uma justaposição na qual os homens que agora vivem são, em cada caso, avós, filhos ou netos’. Com esse diagnóstico da não-simultaneidade do simultâneo, conseguia Perthes uma pauta para a ‘incrível rapidez’ da mudança”. *Idem, Ibidem*, p. 127, 128.

ser no presente – ou, no limite, suspensão para fora do tempo –, a qual, talvez, fosse responsável por produzir o efeito melancólico de um “pressentimento contínuo de morte”.²² Ainda que também atualizada, percebe-se nesse dramático relato da presença da simultaneidade do não-simultâneo uma chave de leitura dualista, cujos conceitos são, em parte, constituintes da experiência intelectual brasileira e, em geral, latino-americana: “selvagem” *versus* “civilização”, “primitivo” *versus* “inteligência” chocam-se em luta de morte, impossibilitados de produzirem uma síntese que pudesse se originar de teses/antíteses sarmientianas, ou, ainda, euclidianas.²³

²² A imagem que nos vem à mente é exatamente aquela em que Hannah Arendt, ao se apropriar de uma personagem kafkiana chamada “ele”, bem como de metáforas que condensam um campo de batalhas onde “ele” se vê *entre* forças históricas que se manifestam do *continuum* retilíneo do passado, em uma extremidade do campo, e do futuro, em outra extremidade, vindo em sua direção, descreve a luta com que é obrigado a travar com tais forças. Porém, tendo em vista que as forças desse fluxo temporal são retilíneas, tal qual setas projetadas rumo à lacuna do presente, aonde “ele” se encontra, se imbui a personagem do desejo de cair no sonho que o elevasse da linha de combate; que o transportasse para um limbo metafísico supratemporal. “A cena é um campo de batalha no qual se digladiam as forças do passado e do futuro; entre elas encontramos o homem que Kafka chama de ‘ele’, que, para se manter em seu território, deve combater ambas. Há, portanto, duas ou mesmo três lutas transcorrendo simultaneamente: a luta de ‘seus’ adversários entre si e a luta do homem com cada um deles. Contudo, o fato de chegar a haver alguma luta parece dever-se exclusivamente à presença do homem, sem o qual – suspeita-se – as forças do passado e do futuro ter-se-iam de há muito neutralizado ou destruído mutuamente. A primeira coisa a ser observada é que não apenas o futuro – ‘a onda do futuro’ –, mas também o passado, é visto como uma força, e não, como em praticamente todas as nossas metáforas, como um fardo com que o homem tem de arcar e de cujo peso morto os vivos podem ou mesmo devem se desfazer em sua marcha para o futuro. Nas palavras de Faulkner: ‘o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado’ [...]. Visto Kafka conservar a metáfora tradicional de um movimento temporal e retilinear, ‘ele’ mal tem espaço bastante para se manter, e, sempre que ‘ele’ pensa em fugir por conta própria, cai no sonho de uma região além e acima da linha de combate – e o que é esse sonho, anelado pela Metafísica ocidental de Parmênides a Hegel, de uma esfera intemporal, fora do espaço e supra-sensível como a região mais adequada ao pensamento?”. ARENDT, Hannah. “A quebra entre o passado e o futuro”, *op. cit.*, p. 36, 37. Não à toa que, tempos mais tarde, já sem a alcunha de Tristão de Athayde, o autor se converte ao catolicismo. Para ele, o retorno à religião fosse, talvez, uma possível alternativa de consequente retorno também ao cânone da tradição; representava não estar *disponível* no presente, ou ainda, no turbilhão do movimento modernista. Em exaltada crítica ao livro *Estudos*, desse mesmo autor, publicada no *Jornal do Brasil*, a 29 de agosto de 1928, Buarque de Holanda afirma que a postura do filósofo afigurava-se como um “fenômeno bem característico desse tempo: um tradicionalismo que intimamente descrê das tradições, um dogmatismo que, no fundo, é um ceticismo e, por mais absurdo que possa parecer, um racionalismo que quer ser *ao mesmo tempo* um misticismo”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Tristão de Athayde”. In: _____. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, *op. cit.*, p.114. Para a resposta a tais críticas de Holanda, cf. LIMA, Alceu Amoroso. “Adeus à disponibilidade (Carta a Sérgio Buarque de Holanda)” In: _____. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro, Agir, 1969, p. 15-20.

²³ Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Diferenciando a perspectiva dual (e não dualista) da obra de Sérgio Buarque, observa esse autor: “Ora, voltando ao que diz Antonio Candido de *Raízes do Brasil*, tudo indica que o assunto típico desse ensaio brasileiro solicita algo como uma ‘metodologia dos contrários’, centrada na exploração e *enfoque simultâneo* de conceitos polares – no caso, trabalho e aventura, método e capricho, norma impessoal e impulso afetivo etc, enfim tudo o que Davi Arrigucci Jr. gostaria de chamar ‘módulos de leitura’ característicos da imaginação ensaística, mas que agora reencontramos com sua carga histórica de origem.

O parecer de Ronald de Carvalho, em capítulo da sua *Pequena história da literatura brasileira*, sobre as novas tendências literárias que assolavam a cultura brasileira nesse período – capítulo, aliás, incorporado somente seis anos após sua primeira edição, de 1919 –, segue a mesma direção e torna igualmente patente a sensação de simultaneidade temporal e desordem, diagnosticadas acima por Tristão de Athayde. Vejamos apenas um trecho:

Lidamos com um *material informe e desmesurado*, jogamos com todos os problemas de um povo que se está formando. *Terras imensas despovoadas*, conflitos de interesses econômicos entre vários dos grupos humanos que habitam os nossos Estados, *instabilidade da fortuna pública, falta de espírito de coesão, desconhecimento das exigências da coletividade*, eis o quadro em que o brasileiro luta continuamente. *Precisamos disciplinar a nossa inteligência pelo estudo direto do Brasil*. E porventura procurar uma arte, livre de quaisquer preconceitos, e que reflita *o nosso tumulto nacional*, não é disciplinar a nossa inteligência, pondo-a em contato com as forças motrizes do nosso ambiente cósmico?²⁴

Pode-se observar nessa passagem certa mobilização de códigos metafórico-conceituais que, mediados pelo material literário, “sacraliza[m] o nexos com a modernidade e a modernização: a revolução técnica não necessariamente produz modernidade, mas poderia contribuir, também, com uma expressão oximórica querida de Euclides, a construir ruínas [...]”.²⁵ Modernismo literário, portanto, *pedagogicamente* orientado no sentido de disciplinar inteligências, a despeito de “um ambiente com poucos leitores; desenvolvimento urbano e clima festejado de *belle époque* numa sociedade predominantemente rural e analfabeta; progresso e tradição coabitando em estruturas sociais profundamente ‘arcaicas’”.²⁶

Após as considerações acerca dos dois trechos recortados, vejamos o que diz o autor das *Raízes do Brasil*, quando dez anos se passaram desde a publicação de “O lado oposto e outros lados”:

Pois bem: assim procedendo, Sérgio Buarque, segundo observa o nosso Autor, estaria alargando e aprofundando uma velha dicotomia da reflexão latino-americana, lembrada nos seguintes termos: ‘no pensamento latino-americano, a reflexão sobre a realidade social foi marcada, desde Sarmiento, pelo senso dos contrastes e mesmo dos contrários – apresentados como condições antagônicas em função das quais se ordena a história dos homens e das instituições. Civilização e barbárie formam o arcabouço de *Facundo* e, decênios mais tarde, também de *Os Sertões*. Os pensadores descrevem as duas ordens para depois mostrar o conflito decorrente; e nós vemos os indivíduos se disporem segundo o papel que nele desempenham’”. *Idem, Ibidem*, p. 21, 22. (grifo nosso)

²⁴ CARVALHO, Ronald de. “Século XX. – O cepticismo literário. – Reação nacionalista”. In: _____. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 10ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguiet e Cia. Editores, 1955, p. 366. (grifos nossos)

²⁵ VECCHI, Roberto. “A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista”, *op. cit.*, p. 463.

²⁶ NICOLAZZI, Fernando. “Introdução”, *op. cit.*, p. 03.

Os nossos theoreticos e sabios falam, *ainda hoje*, a mesma linguagem de ha cincoenta ou cem annos, apenas com outras palavras. Assim os pensamentos e os conselhos que elles nos servem visariam crear, ao termo de nosso evolução [*sic*], um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguezas e mestiças. O prestigio moderno e provavelmente ephemero das superstições liberaes e protestantes parece-lhes definitivo, eterno, indiscutivel e universal; *ellas valem como paradigma para julgarem do nosso atrazo ou de nosso progresso*. Muitos desses *pedagogos da prosperidade* são do typo que ha mais de trinta annos denunciava Georges Sorel em sua terra: "Nas discussões actuaes – dizia o autor das *Reflexões sobre a Violencia* – toma-se por base o que se produz em um paiz cuja prosperidade impressiona toda gente – a Inglaterra, a Allemanha, os Estados Unidos – e descreve-se um dos aspectos da vida desses paizes-modelos.²⁷

Pode-se perceber como, na passagem destacada, o tom discursivo que denota a radicalidade dos primeiros tempos do Modernismo prevalece vivo. Porém, abaixada a poeira provocada pelo redemoinho do primeiro momento do movimento – cujo imperativo de ter de *dizer sobre* o mesmo, assim como de se atentar incessantemente para *o que se dizia sobre* ele constituía-se como modo de afirmar posições, veicular e distinguir certos valores, criando assim o signo do que se concebia como “realidade modernista” –, verifica-se uma prosa mais serena, todavia sedimentada em conceitos e representações.²⁸ Como observa Candido naquele famoso prefácio: “No tom geral, uma parcimoniosa elegância, um rigor de composição escondido pelo ritmo despreocupado e às vezes sutilmente digressivo, que faz lembrar Simmel e nos parecia um corretivo à

²⁷ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 128. (grifos nossos)

²⁸ Aqui, uma aproximação, *mutatis mutandis*, parece-nos não desapropriada entre a forma de apresentação reivindicada pela narrativa buarquiana e aquela que embala a própria teoria do conhecimento dos alemães da Escola de Frankfurt: a importância fundamental dessa forma de apresentação como *reconhecimento de um intervalo aporético entre a realidade e a sua “elaboração” conceitual*. Clarifiquemos nossas afirmações a partir do que diz Benjamin no prefácio de seu *Origem do drama barroco alemão*: “Graças a seu papel mediador, os conceitos permitem aos fenômenos participarem do Ser das idéias. Esse mesmo papel mediador torna-os aptos para a outra tarefa da filosofia, igualmente primordial: a representação das idéias. A redenção dos fenômenos por meio das idéias se efetua ao mesmo tempo que a representação das idéias por meio da empiria. Pois elas não se representam em si mesmas, mas unicamente através de um ordenamento de elementos materiais no conceito, de uma configuração desses elementos”. BENJAMIN, Walter. “Questões introdutórias de crítica de conhecimento”. In: _____. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 56. Como já advertido no início deste trabalho, diferente da visualidade freyriana em torno do seu objeto – onde, parece-nos, não haver uma mediação melindrosamente conceitual na investigação dos “restos textualizados do passado” (LaCapra) por Freyre mobilizados, aproximando-o assim de Montaigne –, a prática buarquiana, ao contrário, se constitui mediante certo distanciamento ou, se se quer, de uma não-identificação direta com o objeto em perquirição. Nesse sentido, tal diferença essencial entre os dois autores pode ser calcada nas seguintes linhas: “Ao passo que Montaigne escreveu com um olho no mundo e o outro nele mesmo, o ensaísta moderno, *sub specie academiae*, trabalha com um olho no objeto de estudo enquanto o outro nervosamente examina os métodos a partir dos quais ele está autorizado a conhecer ou interpretar”. KAUFFMANN, R. Lane. “The Skewed Path: Essaying as Unmethodical Method”, *op. cit.*, p. 233.

abundância nacional”.²⁹ Em outras palavras, um texto no qual se encontram já organizadas certas *unidades de sentido*, em que se delineia um discurso assegurado, mediante citações, por estratégias de autoridade reservadas a um *lugar* e uma *prática* de determinada produção textual sobre o passado.³⁰ Por meio de uma destreza autocomedida no uso do discurso figurado, bem como no uso de certas teorias que sustentam o aparato argumentativo de *Raízes do Brasil*, a diatribe buarquiana – nas narrativas panfletaristas da fase modernista alguns dos bois eram nomeados despidoradamente! – se dá, doravante, pelas disputas, no campo teórico-metodológico – e, obviamente, político – entre as várias interpretações do Brasil postas em curso algumas décadas anteriores à publicação daquela, e que coexistiam naquele presente.³¹

A tradição, o cânone, os fetiches identitários, numa palavra, a história em aberto da nação, se traduzem em palimpsestos que possibilitam a apropriação e a reescrita. O que de algum modo mostra que as tensões e contradições que pluralizam a experiência modernista estão estritamente ligadas à presença, em graus constantemente revistos e reformulados, de três temporalidades: passado, presente e futuro.³²

Do excerto de *Raízes do Brasil*, mais acima fixado, podemos inferir o modo como se efetua tal jogo de apropriação e reescrita do cânone. Ora, entre os paratextos subtítulos “Mentalidade livresca” e “Miragem da alfabetização”, os quais compõem o capítulo VI, “Novos tempos”, de sua primeira edição, manifesta-se subitamente o excerto do qual nos apropriamos. Distendida entre as três dimensões temporais, percebemos que, ainda que dirigida à elite política e intelectual do Império, bem como a maneirismos dos que o autor denomina “os românticos brasileiros”, aquela crítica mais tensiona, é bem verdade, com os “nossos teóricos e sábios” coevos. Crítica que,

²⁹ CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos, op.cit.*, 237.

³⁰ CERTEAU, Michel de. “A história, discurso e realidade”, *op. cit.*, p. 50.

³¹ Há quem diga que a obra de Holanda é uma releitura de livro capital de Oliveira Vianna: “Nos ‘novos tempos’ de um Brasil urbano e industrial, como nos anos 30, ainda era o caso de incorporar seus novos personagens às ordenações do poder, dentro das quais o Estado precederia à sociedade civil, as corporações aos indivíduos. Razão pela qual esses tempos também foram decifrados por Sérgio Buarque sob a luz de autores como Oliveira Vianna, que, avaliando os princípios antidemocráticos da tradição ibérica sob uma luz igualmente não-democrática, justificavam um Estado forte e centralizador como condição de passagem ao moderno. Assim, aquele que avalia a Ibéria e define o rumo a ser seguido para a prosperidade do país, acaba se tornando um importante ‘conselheiro’ do Estado em gestação nos anos 30. Talvez por isso, *Raízes do Brasil* também possa ser lido como uma releitura crítica de uma obra como *Populações meridionais do Brasil*”. RODRIGUES, Henrique Estrada. “Fronteiras da modernidade”. In: _____. *Fronteiras da democracia em Sérgio Buarque de Holanda*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, p. 55.

³² VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”, *op. cit.*, p. 365.

explicitada pelo adjunto adverbial “ainda hoje”, intenta assomar lastros de elementos desse *passado que não passa*, por meio do desvelamento da mácula retórica que ainda plasmava práticas culturais e sociais: tais como o “amor bizantino aos livros”,³³ assim como o caráter salvacionista das “pedagogias da prosperidade”,³⁴ pregadas por aqueles que vislumbavam, a partir do deserto da leitura, a “miragem da alfabetização”,³⁵ no horizonte do futuro.

Retomemos novamente o livro de Ronald de Carvalho: embora a sua primeira edição seja de 1919, a obra ainda se faz pulsante no horizonte de certo público leitor do período, uma vez que, um ano após a publicação de *Raízes do Brasil*, a *Pequena história da literatura brasileira* vê-se já agraciada com a publicação de sua sexta edição. Fator que comprova, talvez, a sua vigorosa recepção por parte de parcela letrada do período. O teor do discurso que preside o argumento de Carvalho, acerca dos rumos os quais as novas tendências do pensamento social e cultural deveriam tomar, é bastante representativo para elucidar indícios do alvo da crítica buarquiana acima ressaltada. Ouçamos os seus imperativos:

O homem moderno do Brasil *deve*, para criar uma literatura própria, evitar tôda espécie de preconceitos. Êle tem diante dos olhos *um grande mundo virgem, cheio de promessas excitantes. Organizar êsse material, dar-lhe estabilidade*, reduzi-lo à sua verdadeira expressão humana, *deve* ser a sua preocupação fundamental. Uma arte direta, pura, enraizada profundamente na estrutura nacional, *uma arte que fixe todo o nosso tumulto de povo em gestação*, eis o que *deve* procurar o homem moderno do Brasil. Para isso, é mister que êle estude não somente os problemas brasileiros, mas o grande problema americano. O êrro primordial das nossas elites, até agora, foi aplicar ao Brasil, artificialmente, a lição européia. Estamos no momento da lição americana. Chegamos, afinal, ao nosso problema”.³⁶

Poderíamos afirmar que o que aglutina parte dos códigos discursivos dos “modernistas da ordem” é um dado *bovarysmo* ressentido da tradição nacional, projetando para um futuro – ainda que futuristamente antecipado no presente –, por meio de abstrações político-institucionais pré-fixadas, “um quadro social milagrosamente destacado de nossas tradições portuguesas e mestiças”.³⁷ Ressentimento decorrente, talvez, do fato de a fatia ocidental da Península Ibérica – “região indecisa

³³ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 126.

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 128.

³⁵ *Loc. cit.*.

³⁶ CARVALHO, Ronald de. “Século XX. – O cepticismo literário. – Reação nacionalista”, *op. cit.*, p. 370. (grifos nossos)

³⁷ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 128.

entre Europa e Africa”³⁸ – não mais se constituir como *o modelo* de narrativa de modernização, e sim como *rival* que obstaculizava o alcance do *objeto/novo modelo* modernização centro-européia, ou ainda, norte-americana. Daí essa

gente bem-intencionada e que esteja de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo. Carecemos de uma arte, de uma literatura, de um pensamento enfim, que traduzam um anseio qualquer de construção, dizem.³⁹

3.3 Raízes do Brasil e a linguagem dos paratextos

Recuperemos algumas questões inerentes à materialidade do texto de *Raízes do Brasil*, especificamente, em torno dos dois paratextos anteriormente discutidos. Após estampar bem à vista do leitor o problema do homem cordial, o ensaísta introduz, então, o capítulo que, compondo a segunda parte da obra – segundo divisão de Roberto Vecchi –, dimensiona, juntamente com “Nossa Revolução”, o polo mais acentuadamente político da obra: “Novos Tempos”. Aí, Sérgio Buarque de Holanda, como que se posicionasse a partir de um “ponto arquimediano” que lhe proporcionasse um movimento de idas e vindas entre as três dimensões temporais, desvela historicamente como as circunstâncias do presente ainda lidam energicamente com as raízes da formação sociocultural da nação, isto é, comportamentos sociais herdados da colônia e arraigados no período imperial – recorte cronológico do referido capítulo –, mas que, não obstante, persistiam nas formas comportamentais dos seus coetâneos. O desfecho final desse desvelamento se torna patente nas últimas páginas do capítulo, quando, na passagem acima fixada – e não menos na que se seguirá – o autor retorna, como dissemos, quase que de súbito o seu olhar para o tempo presente. “Todo o nosso pensamento dessa época revela a mesma fragilidade, a mesma inconsistência íntima, a mesma indiferença, no fundo, ao corpo social; todo pretexto estético pode servir-lhe de conteúdo”.⁴⁰

Se nos descuidássemos, porém, quanto à força ilocucionária e complexidade desse dispositivo mediador que é o paratexto, nos deixando guiar passivamente por aquele constituinte do capítulo, “Novos Tempos”, e não fosse, entre outros recursos,

³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 04.

³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O lado oposto e outros lados”, *op. cit.*, p. 87.

⁴⁰ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 126.

pelo reforço, naquela oração, da marca temporal “ainda hoje”, seríamos certamente frustrados em nosso horizonte de expectativa de leitura. Pois, se assim nos procedêssemos, tenderíamos achar aí certa incongruência entre a metáfora contida no título do capítulo e o texto que o corresponde. Ou seja, para a acurada compreensão dos supostos ventos que traziam os “novos tempos”, necessita-se da parte do leitor um acompanhamento atencioso da investigação histórica que, aparentemente neutra em relação ao tempo presente, o faz assomar em camadas mediante traçados comparativos a conjunturas específicas do século XIX brasileiro. A partir de tais considerações, fica, pois, a questão: seria Sérgio Buarque de Holanda, a despeito do título que conforma o penúltimo capítulo de sua obra, um entusiasta desses “novos tempos”?

Se na primeira parte o processo de compreensão da metáfora é a chave para a compreensão dos textos, na segunda, pelo contrário, é a compreensão dos textos que fornece a chave de compreensão da metáfora. Uma questão hermenêutica, esta, em que Paul Ricoeur inscreve, através da metáfora, a dualidade entre o ponto de vista da explicação (no primeiro caso) que desenvolve um aspecto do sentido, (o projeto imanente do discurso) e o ponto de vista da interpretação (no segundo caso) que desenvolve um outro aspecto, o da referência (isto é, numa relação mundo-sujeito).⁴¹

Ao urdir um complexo conjunto de peças metafórico-conceituais que estruturam eventos específicos da vida social brasileira: positivismo; romantismo; mentalidade livresca; miragem da alfabetização; *bacharelismo*,⁴² Buarque de Holanda recodifica e subverte as leituras canônicas da nação. E, talvez, o último “ismo” acima elencado – cunhado, diga-se de passagem, praticamente como um *topos* condicionante de aspectos da história do país⁴³ – seja o que plasma o latejante desfecho desse capítulo, assim como também a não menos latejante condição peculiar daquela situação histórica: metáfora concatenada no nível do paradigmático, atribui coesão a uma totalidade; tal qual um fio, costura e remolda passado, presente e futuro.

Se assim se procede, o ensaísta, portanto, não entrega de prontidão a leitura ao leitor;⁴⁴ exige que esse participe do percurso multifocal-perspectivista pelo qual ele teve de traçar em torno de seu objeto. Contrariamente à forma de apresentação sistemática, o

⁴¹ VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”, *op. cit.*, p. 375.

⁴² Em todas as edições consultadas o termo é também grifado.

⁴³ Cf. BESSONE, Tânia. “Bacharelismo”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 68, 69.

⁴⁴ Note-se o caráter prescritivo de alguns dos títulos da *brasíliana*, bem como o de ensaístas como Alberto Torres, Manuel Bomfim e Oliveira Vianna: *O problema nacional brasileiro*; *América Latina: males de origem*; *Populações meridionais do Brasil*, respectivamente.

ensaio não esconde as anomalias, lacunas, desvios de significado e fraturas da realidade-texto – ou, se se quiser, do texto-realidade –; constitui-se, antes, afirmando aquilo que para o “espírito geométrico” seria uma aberração.⁴⁵ Dito isso, parece-nos que Holanda intentava dar à *forma* de sua escrita a forma semelhante por qual se constitui a *formação* sociocultural da nação: tipologias duais que se confluem em incessante tensão, mas que, ao final – e isso é corroborado pelas metáforas musicais utilizadas pelo autor na última parte de seu livro – poderiam engendrar um contraponto dissonante que as harmonizaria.

Poderemos ensaiar a organização de nossa desordem segundo schemas sabios e de virtude provada, mas ha de restar um mundo de essencias mais intimas que, esse, permanecerá sempre intacto, irreductivel e desdenhoso das invenções humanas. Querer ignorar esse mundo será renunciar ao nosso proprio *rythmo espontaneo*, á lei do fluxo e do refluxo, por um *compasso mechanico* e uma *harmonia falsa*. Já temos visto que o Estado, creatura espiritual, oppõe-se á ordem natural e a transcende. Mas tambem é verdade que essa opposição deve resolver-se em um *contraponto* para que o quadro social seja coerente comsigo.⁴⁶

Nas argutas palavras de Vecchi:

O contraponto que se afina na visão final de *RdB* redefine a relação complexa que se instaura entre ordem e desordem no espaço periférico e que de algum modo tem o poder de fornecer a cifra crítica do inteiro ensaio: ordem e desordem coexistem conflitantes – como ocorre em outro conceito – metáfora viável, o de entropia, onde a desordem não significa a falta de ordem, mas pelo contrário, subentende o choque, o conflito entre ordens não correlacionadas, tornando, portanto, um absurdo tentar discriminar entre ordem externa e desordem interna, ordem tradicional e desordem moderna, porque ambos são a forma com que o Brasil se inscreve na modernidade.⁴⁷

“Nunca opção simples dentro de um sistema dual, mas tensão ininterrupta, conferindo ao ensaio inteiro uma particularíssima impressão de dissonância não

⁴⁵ Ecoando as vozes do famoso ensaio adorniano, observa Robert L. Kauffmann: “Ao invés de subsumir os fenômenos particulares aos princípios primeiros e durezas conceituais, a forma ensaio retoricamente media seus próprios conceitos, instando suas ‘interações’ no processo cognitivo enquanto recusa simplificar esse processo. Ao proceder à ‘moda metodicamente sem método’, [...] o ensaio recusa-se a entregar o seu elemento de “fantasia” ao vão projeto de captura do objeto dentro de uma lógica rígida ou moldura conceitual”. KAUFFMANN, R. Lane. “The Skewed Path: Essaying as Unmethodical Method”, *op. cit.*, p. 230.

⁴⁶ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, 161. (grifos nossos) De acordo com o dicionário de termos e expressões musicais, de Henrique Autran Dourado, “contraponto” designa, lit.: “nota contra nota. [...] Termo usado pela primeira vez no século XIV para descrever a combinação de linhas melódicas soando simultaneamente, de acordo com um sistema de regras preestabelecidas”. DOURADO, Henrique Autran. *Dicionário de termos e expressões da música*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 92.

⁴⁷ VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 180, 181.

resolvida, de incomodidade perpetuamente fecunda”.⁴⁸ Talvez sejam as possibilidades abertas por essa “dissonância não resolvida” o desiderato polifônico das manifestações políticas e culturais brasileiras, capaz de engendrar uma via diferenciada – e não ressentida – de modernização e modernidade, por meio da qual a dinamicidade particular operada na tríade Estado/cidadania/democracia liberária essa última da mácula de ser “um lamentável mal-entendido”.⁴⁹

⁴⁸ DANTAS, Luiz. “Prefácio”. In: MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, op. cit., p. 19.

⁴⁹ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 122.

SEGUNDA PARTE

“Feliz, não porque floreada ou frondosa, mas porque exata e incisiva, embora achada, talvez, ao cabo de longa e acurada busca”.

Sérgio Buarque de Holanda (*Tentativas de Mitologia*,1979)

1.1 Ainda o patriarcalismo como espelho da nação: *Raízes do Brasil*, 1948

Para esta parte, iremos nos deter em aspectos relacionados ao capítulo III de *Raízes do Brasil*, “Herança Rural” – o qual, na edição de 1936, é intitulado “O Passado Agrário” –, desdobrando-os, obviamente, mediante diálogo com problemáticas inerentes aos contextos mais abrangentes da obra. O *leitmotiv* do capítulo é dedicado, segundo Roberto Schwarz, ao desvendamento dos “efeitos ideológicos do latifúndio”.¹ Ainda na primeira edição, Sérgio Buarque de Holanda principia examinando o modo como, desde momentos idos da Colônia, a constituição das cidades na América portuguesa, tendo em vista toda a paisagem da vida urbana, suas instituições, burocracias, vicissitudes políticas e sociais etc., é marcada pela “ditadura” do domínio rural. Esse último molda a fisionomia mesmo das atividades que aparentemente se encontrariam fora do eixo de compleição da trinca *luso-brasileiro/domínio patriarcal/agricultura*: aquelas relacionadas à abstração do livre pensamento, ou, como quer o autor, já na altura da segunda edição da obra, “às especulações intelectuais”.² A partir da crise instaurada pela Lei Eusébio de Queirós, em 1850, e, ainda, do período após abolição, “marco divisório” entre dois momentos “decisivos” da história do país, vê-se, de acordo com Holanda, herdeiros da estrutura familiar-patriarcal, que, ocupando cargos liberais e

dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando [...], dar-se o luxo de inclinações anti-traditionalistas e mesmo empreender alguns dos mais importantes movimentos liberais que já se operaram em todo o curso de nossa história. A eles, de certo modo, também se deve o bom êxito de progressos materiais que tenderiam a arruinar a situação tradicional, minando aos poucos o prestígio de sua classe e o principal esteio em que descansava esse prestígio, ou seja o trabalho escravo.³

Embora o teor analítico desses argumentos apareça na primeira edição do livro, lá, contudo, encena-se, mediante quatorze páginas apenas, uma síntese de caráter bastante generalizante, na qual o autor demonstra que “a pujança dos domínios ruraes, comparada á mesquinhez urbana, representa um phenomeno que se installou aqui com os colonos portugueses, desde que se fixaram á terra”.⁴ Logo nas primeiras páginas da edição de 1936, Sérgio Buarque de Holanda insere paralelos entre dois países que

¹ SCHWARZ, Roberto. “As ideias fora do lugar”. In: _____. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000, p. 16.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 107.

³ *Idem, Ibidem*, p. 89, 90.

⁴ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 54.

geograficamente estão, na América, em margens extremas em relação ao Brasil: Argentina e Estados Unidos. Segundo o autor, se pôde observar em “*todos os demais Estados americanos [esses] momentos decisivos, que se assinalam pelo começo da predominância dos grandes centros urbanos, e que podem ser designados com datas fixas*”.⁵ Na Argentina, por exemplo, inicia-se, “um surto demographico extraordinario e vertiginoso”⁶ já em 1852, data que, para Buenos Aires, marca o fim da era colonial, centralizando, aos poucos, na metrópole platina, todas as energias da República.⁷ Contudo, não contente com tais afirmações, o autor insere dados estatísticos que comprovam o paulatino crescimento demográfico da capital argentina, até o início da centúria ulterior; porém, diga-se de passagem, *o faz sem nenhuma referência documental*. Para o caso dos Estados Unidos, o “sentido modernizador” é verificado “ao menos na Nova Inglaterra, logo após a guerra de 1812, com a inauguração do grande commercio ultramarino”.⁸ Daí em diante, “o resultado foi o previsto e, em pouco tempo, tinha inicio uma verdadeira febre de especulações que já prenunciavam a Empire-City dos nossos dias”.⁹

Após breves e abrangentes paralelos, o autor retorna ao caso brasileiro no intuito de demonstrar estrategicamente que, a despeito do estímulo à “introdução em larga escala, no paiz, dos traços de civilização material mais caracteristicamente urbanos”,¹⁰ o fenômeno da “urbanocracia”, ainda em 1888, não tomara feições modernizantes tais como verificadas nos dois casos que lhe serviram como comparativos. As cidades, no contexto nacional, afiguravam-se como perenes apêndices dos domínios rurais. A fim de comprovar que, “para o Brasil, a data de 1888 tem uma transcendencia singular e incomparavel”,¹¹ Buarque de Holanda, à altura da metade do capítulo, insere apropriação – não referenciada! – do importante estudo de Max Weber, *Economia e Sociedade*, detendo-se especificamente na parte em que o alemão discorre sobre a

⁵ *Idem, Ibidem*, p. 43. Os trechos grifados servem no sentido de chamar atenção para o caráter marcante do tom categórico verificado em vários passos na primeira edição, e que, como se sabe, o autor vai atenuando a partir da segunda edição do livro. “Na versão de 1936, o tom é muito mais categórico que nas edições posteriores. Aliás, grande quantidade de informações é reavaliada, à luz, por certo, daquele fecundo período de pesquisas a que nos referimos”. MONTEIRO, Pedro Meira. “Uma invenção a duas vozes: aventura e cordialidade”, *op. cit.*, p. 210, 211.

⁶ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 43.

⁷ *Loc. cit.*

⁸ *Idem, Ibidem*, p. 44.

⁹ *Loc. cit.*

¹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 45.

¹¹ *Idem, Ibidem*, p. 44.

constituição, na antiguidade, das cidades. A partir desse trecho, o autor enceta a sua análise de modo mais afinado, por assim dizer, na qual a generalização vai tingindo-se de colorações mais particularizantes. Por meio do recurso à ironia, o conceito de cidadão se subverte em clara alusão à lógica especular da família patriarcal:

Não admira, assim que fossem [os senhores], praticamente os únicos verdadeiros “cidadãos” na colônia e que nella se tenha creado, assim, uma situação característica da antiguidade clássica, mas que a Europa – e mesmo a Europa medieval – já não conhecia. O cidadão típico da antiguidade foi sempre, de início, um homem que consumia os produtos de suas próprias terras, lavradas pelos seus escravos. Apenas não residia por hábito nellas. Em alguns lugares, na Sicília, por exemplo – segundo nos informou Max Weber em um estudo exaustivo sobre o assunto – não residiam os lavradores, em hipótese nenhuma, fora dos muros das cidades, devido à insegurança e aos extraordinários perigos a que se achavam expostos constantemente os domínios rurais. As próprias “villas” romanas eram, antes de mais nada, construções de luxo, e não serviam normalmente como casas de residência, mas antes como habitações de verão.¹²

Se pensarmos na infundável discussão sobre a formação do espaço público, bem como no primado da “cordialidade” na conformação da sociedade e cultura brasileira, mediremos com precisão a força ilocucionária daquele excerto, num sempre ponderado

¹² *Idem, Ibidem*, p. 51. Tal caráter oximórico das formas de representação das caracterizações do mundo da experiência, vazadas pelo tropo da ironia, é marca patente em *Raízes do Brasil*. Além do tratado nessa ocasião, *cidadão ruralista/fidalgo*, recorde-se, por exemplo, a clássica catacrese “*somos ainda uns desterrados em nossa terra*”. Não é impertinente conjecturar que o uso consciente dessas figuras de linguagem confere ao autor certo estatuto de superioridade cognitiva em relação aos horizontes de expectativa dos leitores desse tipo de escrita, à época. Carlos Guilherme Mota sugere que a “menor repercussão na época” da publicação da primeira edição de *Raízes do Brasil*, se comparada a outros estudos históricos, deve-se ao fato de trazer “em seu bojo a crítica talvez *demasiado erudita e metafórica*” para aquele ambiente cultural e político. MOTA, Carlos Guilherme. “Introdução”. In: _____. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*, *op. cit.*, p. 30, 31. (grifo nosso) Resta saber se, tal como em “Nossa Revolução”, o emprego da primeira pessoa do plural na apropriação do *topos* do desterro, se pode remeter a um “nós”, “sujeito coletivo” revelador da “brasilidade como temporalidade própria da experiência coletiva da nacionalidade”, VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”, *op. cit.*, p. 373, também não revelaria certo *ceticismo irônico* por parte do autor em relação a outras narrativas nacionais, engendradas por um majestático “nós” vinculado a projetos ideológicos em voga no período, tais como o liberalismo, o fascismo e o comunismo, e que o ensaísta considerava produtos importados “inautênticos” e “desajustados” aos nossos “quadros de vida”. Cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 15. Daí falarmos, acima, do possível uso consciente que Sérgio Buarque fazia de figuras de linguagem como a ironia, conferindo-lhe estatuto de superioridade cognitiva em relação a certo público leitor, uma vez que “a tática figurada básica da ironia é a catacrese (literalmente ‘abuso’), metáfora manifestamente absurda destinada a inspirar reconsiderações irônicas acerca da natureza da coisa caracterizada ou da inadequação da própria caracterização. A figura retórica da *aporia* (literalmente ‘dúvida’), em que o autor sinaliza de antemão uma descença real ou fingida na verdade de seus próprios enunciados, poderia ser considerada a fórmula estilística predileta da linguagem irônica, tanto na ficção da espécie mais ‘realística’ quanto nas histórias que são moldadas num tom autoconscientemente cético ou são ‘relativizantes’ nas suas intenções”. WHITE, Hayden. “Introdução: a Poética da História”. In: _____. *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*. José Laurênio de Melo (trad.) – 2ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 51.

– é de bom grado frisar – diálogo com a obra de Weber.¹³ Ora, o cidadão, adverte Pedro Meira Monteiro, “se contrapõe de certo modo à ordem da família, postando-se numa dimensão outra, que é a da Cidade. O Estado mesmo, se respeitados alguns preceitos básicos do liberalismo, é expressão da coletividade, manifestamente antiparticularista [...]”.¹⁴ Vale ressaltar que o trecho em que o sociólogo alemão é evocado sofre um deslocamento por meio de espaçamento maior em relação às outras paragrafações do capítulo, sugerindo, quiçá, que o respaldo weberiano estivesse ali, para também utilizarmos de metáfora vegetal, cumprindo a função de tronco que sustenta toda a ramificação dos paratextos subtítulos que conformam e atribuem sentido ao tema tratado.¹⁵ A título de apresentar, mais empiricamente, o contrário da “racionalização da cidade ocidental”, na experiência social e cultural brasileira, desde a Colônia até, em certa medida, o Império, o autor, argumentando sobre o exíguo afluxo para as cidades e a conseqüente hipertrofia do meio rural, apoia-se em citações – diretas, com aspas, mas não referenciadas! – que vão de Afonso de Taunay e Alcântara Machado, até “o mais sábio dos nossos historiadores”: Capistrano de Abreu.¹⁶ A partir desse ponto, a investigação se torna mais particularizada e finda com uma implícita crítica à perspectiva determinista mesológica da análise de Oliveira Vianna em seu *Populações Meridionais do Brasil*.

¹³ “Não se trata de um autor que tenha sido utilizado apenas como longínquo referencial teórico, mas tampouco o foi como uma receita metodológica conclusiva e por si mesma bastante. Bem diferente parece ter sido o recurso de Sergio Buarque: Weber lhe serve de contraponto, numa composição complexa e cheia de detalhes, que reclama do leitor atenção extrema e sucessivas releituras”. MONTEIRO, Pedro Meira. “Introdução”. In: _____. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, op. cit., p. 21. No excerto que suscitou a extensa nota anterior, vemos um autor que, conhecido por sua fria sobriedade frente ao discurso científico, o qual, segundo Meinecke, recusava-se deliberadamente em atentar para o estilo, acaba por ser convertido, pelo brasileiro, em contraponto quase jocoso da situação histórica nacional.

¹⁴ MONTEIRO, Pedro Meira. “Uma invenção a duas vozes: aventura e cordialidade”, op. cit., p. 187.

¹⁵ A intenção da apropriação, por Holanda, de Weber como contraponto à experiência brasileira não passou ao largo do melindroso trabalho de João Kennedy Eugênio. Ouçamo-lo: “[...] não surpreende que Weber se faça presente, uma vez que para ele a ‘cidade ocidental’ é vista como *locus* de racionalização (jurídica, econômica e política), de autonomia e de cidadania. Weber é a referência a partir da qual Sérgio discute a singularidade da cidade colonial, não-racionalizada, sem autonomia (dependente do poder dos senhores), e de parca cidadania”. EUGÊNIO, João Kennedy. “Diálogos: Klages e Weber em *Raízes do Brasil*, 1936”, op. cit., p. 185.

¹⁶ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 53.

1.2 Erudição e imaginação. Ou: a história acadêmica entre “formas hesitantes e bastardas”

Após esta digressão sobre o capítulo III da primeira edição do livro de estreia do nosso autor, saltemos então para o ano de 1948, data da publicação da segunda edição da obra. Composto por trinta e sete páginas – mais do que o dobro da primeira –, e tendo como título, doravante, “Herança Rural” – arriscaremos, em seção próxima, reflexões acerca da mudança do título –, o terceiro capítulo dessa edição é, do início ao fim, crivado de citações e notas, apoiadas em fontes que vão desde autobiografia – como é o caso de Visconde de Mauá –, história econômica e política, passando pela sociologia alemã – tal como expressivamente encontrada na primeira edição a partir dos estudos sobre “economia e sociedade”, de Weber, e da sociologia rural e urbana de Sorokin & Zimmerman e Leopold Von Wiese –, até os estudos estritamente históricos encampados por Capistrano de Abreu, encontrado, como vimos, já na edição de 1936. Enquanto nessa as referências no tal capítulo, incluindo as indiretas, somam um total de doze, o da edição de 1948, no entanto, se vê agraciado com um total de vinte e seis referências. Detalhe: assim como em “O Passado Agrário”, *todas* as fontes em “Herança Rural” são de natureza impressa.¹⁷ Percebemos, aqui, que aqueles primeiros tateios no

¹⁷ Fernando Nicolazzi sugere que esta é uma das principais características dos esforços de síntese empreendidos pelos mais notáveis ensaístas históricos das primeiras décadas do século XX. Parecia que Sérgio Buarque de Holanda – embora mais para o caso da primeira edição da obra – seguia, em certa medida, os passos de um Manoel Bomfim, por exemplo, e de um Oliveira Vianna. Esse último, segundo Nicolazzi, “quando da elaboração do *Populações meridionais*, parecia não ser um ‘homem de arquivo’, mesmo que a obra tenha colaborado para o seu ingresso, em 1924, no IHGB. Normalmente as referências à documentação feitas no decorrer do livro são retiradas de obras de terceiros ou documentos publicados na revista do Instituto”. NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*, p. 333. Isso se deve em parte à hipótese de que esses e muitos outros autores estivessem levando ao limite aquilo que, ainda no século XIX, Capistrano de Abreu rogara para que se pusesse em prática: estudos sobre o passado que, “iniciado[s] no movimento do pensar contemporâneo” e regidos pelos “instrumentos poderosos” das novas ciências, nos libertassem do “empirismo crasso em que tripudiamos”. ABREU, J. Capistrano de. “Necrologio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto-Seguro”, *op. cit.*, p. 140. Ou seja, a partir de uma crítica às insuficiências metodológicas caras à historiografia imperial, presencia-se, de um lado, certa depreciação do “culto do documento escrito”, como dirá Vianna no prefácio de seu *Populações Meridionais do Brasil*, e, do outro, uma maior ênfase dada aos *pressupostos teóricos* da operação interpretativa da nação, voltando-se para o seu passado. “Mas”, adverte ainda Nicolazzi, “muito diferente do que Capistrano poderia esperar, a crítica significativa de Vianna ao ‘culto do documento escrito’ levava também a uma situação de impasse, pois o recurso ao acervo conceitual oferecido pelas ciências em voga parecia colocar de lado, pelo menos no âmbito da escrita histórica, certos aspectos fundamentais da crítica erudita. Era como se a atenção dirigida aos conceitos colocasse em risco os aspectos de verificação requeridos para a historiografia; pior ainda, era como se a simples utilização dos conceitos adequados fosse condição suficiente para legitimar a representação do passado pretendida. Fica a impressão, nesse sentido, que o *princípio de veracidade* na história se deslocava do documento para a teoria. Interpretar historicamente a realidade parecia ser menos um trabalho penoso e demorado de coleta e crítica das fontes, base fundamental do trabalho de

terreno dos estudos históricos, presentes na primeira edição de *Raízes do Brasil*, vão tomando vulto considerável, revelando a preocupação de Sérgio Buarque de Holanda com a descrição pormenorizada de aspectos materiais da colonização, tal como evidente nos procedimentos metodológicos de *Monções* – obra publicada três anos antes da segunda edição do livro de estreia – e *Caminhos e Fronteiras* – já publicada um ano após a terceira edição daquele.¹⁸ Avulta nesse capítulo terceiro da segunda edição – como em outros, consideravelmente modificados – significativo acréscimo de dados estatísticos calcados em estudos econômicos, como, por exemplo, os *Elementos de Estatística* (1865), de Sebastião Ferreira Soares, referenciados em nota de rodapé.¹⁹ Como já afirmado na primeira parte deste trabalho, o ensaísta aí parecia já operar historiograficamente com alguns dos preceitos previstos três anos depois, 1951, em “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, no qual procura estabelecer certos parâmetros que presidiriam os vindouros trabalhos dentro de novos padrões de cientificidade arrogados pelo ambiente acadêmico do período.²⁰

Posto isso, um dos intuitos desta segunda parte é conjecturar que o uso, pelo autor, de dispositivos figurativos não se arrefece devido ao incremento historiográfico verificado a partir da edição de 1948. Ao contrário, em tempos de profissionalização da historiografia, ele é ainda mais reforçado a fim de referendar a complexa trama histórica das raízes do Brasil. Indício disso é um emblemático artigo, publicado originalmente no jornal *Diário Carioca*, a 23 de julho de 1950, no qual vê-se o historiador *tout court* – e a essa altura diretor do Museu Paulista e presidente da seção estadual da Associação

Varnhagen, do que a aplicação correta de um filtro conceitual que, para além das aparências imediatas, conseguisse fazer apreender um nível mais profundo da experiência, não totalmente disponível à pesquisa empírica. Nesse sentido, em alguns ensaístas se nota certos descuidos quanto à utilização da documentação”. NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*, p. 332. Para o caso de Holanda, ao menos a partir da segunda edição de seu livro capital, parece não se verificar utilização descuidada da documentação. Sua sofisticação hermenêutica é atestada, como veremos mais adiante, tanto pela mobilização precisa dos conceitos como pelo uso autoconsciente dos dispositivos figurativos do discurso, e garantida pelo significativo lastro documental lá encontrado, assim como em *Monções* e *Caminhos e Fronteiras*.

¹⁸ MONTEIRO, Pedro Meira. “Uma invenção a duas vozes: aventura e cordialidade”, *op. cit.*, p. 161.

¹⁹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 96.

²⁰ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, *op. cit.*, p. 77. Em teor confluyente, a partir do qual o historiador celebra o ensino acadêmico nacional e sua contribuição para uma nova visão do campo historiográfico e literário, na soleira da segunda metade do século XX, cf. os artigos “Livros Premiados” (esp. p. 314, na qual a figura do “Sr. Florestan Fernandes” é destacada como proeminente em tal empreendimento) e “Missão e profissão” (esp. p. 39 e 40). In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária* (vol. 2), *op. cit.*; bem como os primeiros parágrafos de “Um Mito Geopolítico: a Ilha Brasil”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Tentativas de Mitologia*, *op. cit.*

Brasileira de Escritores – militar imperiosamente em prol do difícil equilíbrio entre *erudição e imaginação*. Tem-se a impressão, aí, de que após o expurgo, empreendido por alguns dos ensaístas históricos, da aura que encobria o “culto do documento escrito”, bem como a limpeza da poeira dos arquivos nas páginas de interpretação do passado, como vimos em nota anterior, Sérgio Buarque apelava para que se conjugasse a força de criticidade e imaginação, proporcionados pela teoria – sem que se confiasse incondicionalmente e de modo ensimesmado em seus pressupostos, como parecia acometer um Oliveira Vianna²¹ –, com a erudição. Mediante os rearranjos críticos dados aos documentos, assim como os novos procedimentos em relação à “ida” aos arquivos, impulsionados pelas “escolas” históricas em voga no período – relevando, obviamente, os seus claros projetos político-acadêmicos de implantação de diferenciados regimes discursivos e conceituais no campo específico de perquirição do passado, diga-se *Annales* e “nova história norte-americana” –, o autor brasileiro parecia esboçar certo desconforto em relação a alguns “purismos” verificados em território nacional, tanto no campo da literatura como no da historiografia propriamente dita. Partindo de tal desconforto, sugere uma desierarquização valorativa quanto às duas esferas constitutivas do fazer historiográfico: nem a favor, nem contra os “fatos” ou a teoria, desde que aqueles não fossem aprioristicamente decalcados ao documento, e essa, ao invés de arcabouço reflexivo que auxiliasse na formulação de “perguntas realmente decisivas [àqueles], dando-lhes ao mesmo tempo voz articulada e coerência plausível”,²² servisse antes de conteúdo dogmático, como reiterará mais adiante – ecoando claramente Marc Bloch.

No campo da linguagem poética, Holanda rejeitava energicamente o que se apregoava por parte dos que ele denomina “pós-modernos” – diga-se, alguns dos autores representantes da chamada “geração de 45” e a sua proximidade do *New Criticism* –, a saber: o “autotelismo”, isto é, a primazia da autonomia da arte poética em detrimento dos elementos externos inerentes ao poema e à análise crítica do mesmo. Em outras palavras, a elevação da condição da matéria expressiva da palavra poética a um nível superior em relação à maneira por qual se expressou os recursos figurativos dela

²¹ Cf., mais uma vez, NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*, p. 331 e seg.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Erudição e imaginação”. In: _____. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária (vol. 2)*, *op. cit.*, p. 234. (artigo originalmente publicado no *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, a 23 de julho de 1950)

inerentes, relegando, desse modo, dimensões de sua pregnância em dada circunstância histórica a segundo plano, impelia o crítico e historiador a descortinar, em tal postura, certo sintoma de justificação e de autodefesa dessa forma discursiva diante da patente tecnicização de determinadas áreas do conhecimento no contexto do pós-guerra:

Esse verdadeiro “monismo materialista” (pois as palavras seriam a “matéria da poesia”) dos que, à maneira, por exemplo, de um Cleanth Brooks, escolhem a linguagem, não o tema da poesia, nem sua finalidade, como base única de todas as investigações, procede de vários motivos; entre outros, da *mórbida obsessão que empolga certos escritores empenhados no afã de justificar e querer preservar a poesia nesta era da ciência*.²³

A partir de tal premissa, infere-se de uma série considerável de artigos sobre linguagem poética, escritos ao longo da década de 1950, considerações recorrentes sobre o autotelismo crítico e poético, como também certa aproximação, por parte do estudioso, dos chamados “neo-aristotélicos” da “Escola de Chicago”,²⁴ para os quais a estrutura ou a forma da obra literária deve ser, grosso modo, valorizada como um todo em sua análise. Vejamos o que ele diz sobre certos desdobramentos que a chamada “nova crítica” ia promovendo em território nacional:

A opinião de que a palavra é um elemento só artisticamente significativo e fora disso uma coisa incolor e neutra vai abrindo, todavia, seu caminho e fazendo suas devastações, entre nós, na crítica literária e sobretudo na poesia. Na poesia ela é responsável pela proliferação de uma linguagem onde o hermetismo se torna antes um elemento decorativo do que uma necessidade.²⁵

Retornando ao âmbito da historiografia, parecia “registrar-se, na aparência, uma correspondente purificação, *com o declínio dos trabalhos sobretudo interpretativos em*

²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Linguagem poética”. In: _____. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária (vol. 2), op. cit.*, p. 574. (artigo originalmente publicado no *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, a 14 de dezembro de 1952 – grifo nosso)

²⁴ Cf., entre outros, “Hermetismo e crítica” (I, II e Conclusão); “Poesia e positivismo” (I, II, III e IV). In: *Idem, Ibidem*.

²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 576. Muito provável que por esse viés perpassava a rivalidade política e literária travada historicamente com Alceu Amoroso Lima. Rivalidade que melhor se delineará mais adiante neste trabalho. Estaria a acusação feita por Holanda, em vários escritos, ao dogmatismo dos que apregoavam a “nova crítica” resvalando implacavelmente, também, em seu opositor dos tempos idos do Modernismo? De acordo com Guilherme Simões Gomes Júnior, Amoroso Lima era “um homem que estava a par da progressiva conquista de hegemonia das abordagens internalistas no âmbito dos estudos literários, o que se confirmava com a aproximação dos jovens da geração de 1945 do *New Criticism*, jovens que acabaram por eleger Alceu como seu precursor no Brasil, ao mesmo tempo em que, no plano externo, elegiam Eliot como a referência decisiva no plano da poesia e dos estudos literários. Para Alceu, a militância cristã e o sectarismo eram então um estorvo, nos marcos de uma crítica que se queria *autotélica*, mas ele continuava sendo uma liderança católica e não podia separar-se por completo do passado”. GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. “Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima”. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n. 2, Nov. de 2011, p. 126.

benefício da exposição objetiva e amplamente documentada”.²⁶ Diante de um sintoma, talvez, da reação, no seio das comunidades científicas, contra a paulatina *crise de representabilidade* nas artes e nas ciências humanas, Sérgio Buarque presenciava um tácito “salve-se quem puder” no sentido de cada qual, e à sua maneira, se resguardar em zonas de conforto respectivas aos métodos, teorias e linhas interpretativas que praticavam e seguiam.

[...] na ambição dos seus adeptos de atribuírem a cada disciplina conteúdo peculiar, limitado, intransferível[,] a erudição há de ser simples erudição, e a literatura – as belas letras – há de ser poesia, que é sua quintessência. *O que se toleraria cada vez menos são as formas hesitantes e bastardas*. [...] Não me sinto convencido, por outro lado, de que os dois movimentos, caso signifiquem para nós mais do que uma condição passageira, representam sempre progresso plausível, quer no domínio da literatura estética, quer no da literatura histórica.²⁷

E acaso aqui seria descabida certa aproximação em relação ao horizonte histórico suscitado pelos questionamentos buarquianos e aquele experienciado no contexto alemão, décadas antes, tal como conjeturado, na parte anterior deste trabalho, a partir das breves considerações sobre a forma ensaio? Recorde-se que, ainda jovem, Georg Lukács publica, em 1910, um dos textos seminais acerca do assunto: “Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper”. Logo em suas primeiras linhas, o autor parece condensar, em tom de indagação, a tensão que caracteriza uma espécie de *intermédio* daquela temporalidade específica de uma Alemanha pré-guerra, na qual presencia-se um processo de modernização bastante peculiar, que se segue à paulatina autonomização dos discursos do saber:

Em que medida os escritos verdadeiramente grandes que pertencem a essa categoria têm uma forma, e em que medida essa sua forma é autônoma; em que medida o modo de ver e sua configuração subtraem a obra do campo das ciências e a colocam ao lado da arte sem, contudo, apagar as fronteiras entre ambas [...].²⁸

Como afiança Marielle Macé, vale repetir, o autor “assinalou a separação crescente do mundo da ciência ou dos conceitos e daquele da vida empírica ou da experiência sensível, e o ensaio lhe apareceu como a forma de expressão própria a esse presente”.²⁹ Segundo ainda a arguta estudiosa, é a ideia de *mediação* que passará para o primeiro plano na reflexão lukácsiana do ensaio: “[...] mediação por excelência,

²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Erudição e imaginação”, *op. cit.*, p. 233.

²⁷ *Loc. cit.*. (grifo nosso)

²⁸ LUKÁCS, Georg. “Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper”, *op. cit.*, p. 01.

²⁹ MACÉ, Marielle. “Mémoire du genre”, *op. cit.*, p. 37.

mediação estética entre a significação e a imagem, entre a ciência e a arte, entre a ideia e o sujeito [...]”.³⁰ E não seria essa tentativa de equilíbrio entre erudição e imaginação, entre ciência e arte o epifenômeno provocador dos desconfortos – tal como descrito na parte anterior deste trabalho – sentidos pelos membros da banca, quando da defesa de sua tese *Visão do Paraíso*, em 1958? Desconfortos esses que recaíam tanto sobre a controversa matéria tratada como não menos sobre a “forma hesitante e bastarda” enredada naquela obra que, segundo Thiago Nicodemo, materializa o complexo “encontro do historiador com o crítico literário”.³¹ Recuemos oito anos antes da tese que o consagrara professor catedrático de História da Civilização Brasileira: no pequeno artigo de 1950, Sérgio Buarque de Holanda faz uma verdadeira “apologia da história” – saltam aos olhos ressonâncias e referências a renomados historiadores que compunham a *Revista dos Annales* –, segundo a qual essa só alcançaria sua plenitude com a condição de que se articulasse dinamicamente ampla documentação – desfetichizada do “fato puro” – com a inteligência e imaginação propiciadas tanto pelo nível especulativo da teoria como pela forma de apresentação de suas matérias – contanto que não fosse essa mero apanágio decorativo:

Quanto à historiografia, não há dúvida que a demissão da inteligência, e direi também da imaginação – imaginação que escolhe, que simplifica, se necessário, e que recria – associada a uma exaltação do *fato* puro e mensurável, pode significar em certos casos um regresso. Bem sabemos que os fatos nunca falam por si, que o verdadeiro historiador não é apenas o que conseguiu acumulá-los no maior número possível, mas o que soube formular-lhes – a esses fatos – as perguntas realmente decisivas, dando-lhes ao mesmo tempo voz articulada e coerência plausível. Dos que, ainda em nossos dias, se apegam teimosamente ao preconceito positivista do fato puro, pôde dizer no ano passado Lucien Fèbvre (em “Vers une autre Histoire”, *Révue de Métaphysique et de Morale*, jul.-out. 1949, p. 239): “eles conservam em 1949 uma espécie de respeito supersticioso ao fato: espécie de fetichismo do fato, que é em verdade a coisa mais singular que se possa conceber, e a mais anacrônica”.³²

E com teor semelhante ao contido no coevo “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, o historiador tece considerações otimistas acerca dos novos impulsos que a institucionalização do saber sobre o passado ganhava no seio das então recentes universidades, ao passo que se ia depurando certos “equivocos” reproduzidos por alguns dos trabalhos de interpretação no sentido da primazia dada à

³⁰ *Loc. cit.*.

³¹ NICODEMO, Thiago Lima. “O historiador encontra o crítico”, *op. cit.*, p. 47, 48 e *passim*.

³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Erudição e imaginação”, *op. cit.*, p. 234.

teoria, como vimos brevemente a partir de Nicolazzi, em detrimento das outras etapas constitutivas da operação historiográfica:

No Brasil, entretanto, só há pouco o tirocínio universitário, e um contato mais assíduo com os grandes centros culturais, começa a habituar-nos a *não ver nas teorias e idéias seu mero valor fiduciário*, a apresentação de alguma nova forma, nova fórmula, de conhecimento, reveste-se muitas vezes de caráter sacramental. A fórmula que deveria ter efeito provisório apenas, e especulativo, converte-se sem dificuldade em dogma definitivo e inapelável, até que se insinue no horizonte quem deva decretar sua fatal derrocada. Os que ontem juravam por um profeta congregam-se hoje à invocação do outro, convictos de que enfim se apropriam da Verdade. Assim, entre historiadores, contra os que antes acreditavam no valor final da documentação, ergueu-se a seita dos que tendem a proscrevê-la em prol da simples especulação.³³

Diante, pois, das condições de possibilidade abertas pelas prerrogativas do *lugar* institucional ocupado pelo discurso sobre o passado, o autor faz o derradeiro apelo à conjunção entre o que, aparentemente, pareciam ser duas formas distintas de se conceber e praticar os estudos históricos, a saber: o arcabouço especulativo oriundo dos aportes teóricos mobilizados, de um lado, e o acúmulo de dados empíricos, do outro, donde se decantariam, das múltiplas estruturais e camadas temporais neles contidas, os eventos históricos.

Entre nós, que nunca tínhamos chegado, salvo em casos isolados, e em verdade excepcionais, a absorver a lição de curiosidade, de paciência, de rigor, de zelo crítico, que ensinavam alguns velhos mestres, cumpre ainda menos desdenhá-la ante o apelo de virtudes mais insignes e menos humildes. Muitos fatos de nosso passado relativamente breve ainda continuam ignorados ou mal conhecidos. *Isto não quer dizer que todo esforço de síntese ou interpretação seja prematuro*, mas que o labor dos novos historiadores há de tornar-se duplamente penoso se quiser ser plenamente válido, pois reunirá ao esforço que nossos antecessores muitas vezes não realizaram o outro, bem distinto, que nossos contemporâneos precisam realizar.³⁴

E acaso não seria consubstanciada, oito anos depois, *Visão do Paraíso*, a partir desses pressupostos, embora já preludiados nas subseqüentes edições de *Raízes do Brasil*? Ensaio que, mantendo a imaginação crítica, a “forma hesitante” em seu ritmo e a sua origem “bastarda”, resultante do cruzamento com outras formas discursivas, estariam se valendo de ampla e densa documentação relativa aos tempos idos do período colonial brasileiro. Momento, talvez, em que se presencia o autor elevando ao paroxismo aquela tensão que caracteriza o ensaio e sua inerente rivalidade entre a escritura e a análise, da qual fala Barthes. Em suma, se é nesse período o ponto alto no qual tem-se, como vimos brevemente, “textos que atestam um processo pelo qual o

³³ *Idem, Ibidem*, p. 234, 235. (grifo nosso)

³⁴ *Idem, Ibidem*, p. 235, 236. (grifo nosso)

autor brasileiro vai se tornando cada vez mais sensível à questão da forma na análise literária, transformando-a progressivamente em uma ferramenta de análise histórica”,³⁵ podemos conjecturar, então, que algumas das alterações efetuadas nas primeiras edições de *Raízes do Brasil* revelam o seu cuidado incessante com o sentido da narrativa; na arquitetura tropológica da obra, esse sentido não se encontra alheio ao aparato de dispositivos ficcionais e formais utilizados, como tencionaremos sugerir.

1.3 A passadidade do “passado agrário” como “herança rural”: uma reflexão metaforológica

Como dissemos, mediante estudo detalhado das primeiras edições de *Raízes do Brasil*, pode-se observar que, a partir da segunda e terceira – “revistas e ampliadas”, como sugerem os seus subtítulos –, há certo adensamento de recursos figurativos os quais enriquecem mais a crítica corrosiva do ensaio. Por meio de figuras de linguagem como a metáfora, a obra em questão tece uma rede de significados que, num movimento vívido de leitura/releitura da tradição e do passado nacional, reescreve nos presentes circundantes a cada uma de suas subseqüentes edições, temporalidades específicas àquelas realidades compreendidas, em certa medida, ainda, sob moldes literários e culturais. Colocado numa espécie de intermédio problematizador *entre* certos arcabouços discursivos de projetos que resistiam em decretar a falência múltipla das estruturas que sustentavam a Primeira República e os chamados “novos tempos”, o ensaio buarquiano, veremos, instaura, aos olhos do leitor atento àquele ambiente cultural e político um distinto modo de experienciar o tempo. Dentro da noção temporal tripartite, o presente é dinamicamente reinserido como dimensão digna da retrospectão do trabalho historiográfico. Ao respeitar a passadidade das coisas passadas,³⁶ e não menos a futuridade das coisas futuras, a sua narrativa confere ao presente o seu foro dimensional de tempo não como mero vestíbulo do passado ao futuro, mas como a instância onde o tempo se satura de tempos.³⁷

³⁵ NICODEMO, Thiago Lima. “O historiador encontra o crítico”, *op. cit.*, p. 48.

³⁶ Ao manter o preceito ontológico da não-identidade total em relação ao objeto, o ensaio, suspendendo ao mesmo tempo o conceito tradicional de método, faz com que a sua forma seja profunda por se aprofundar em seu objeto – no caso o passado –, e não pela profundidade com que é capaz de reduzi-lo – o passado/objeto – a uma outra coisa. ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”, *op. cit.*, p. 27.

³⁷ Seguindo as sendas abertas por Santo Agostinho, Paul Ricoeur ressalta a aporia, tanto ontológica quanto epistemológica, do trabalho do historiador em relação à instância do presente. Qual o estatuto dessa, no que toca à memória e a representação historiadora por meio do que Dominick LaCapra

Ecoando a concepção fenomenológica husserliana, Thiago Nicodemo falará de um esforço, por parte de alguns ensaístas, de anulação da teleologia cara a certas narrativas nacionais e, em contrapartida, “sua substituição por uma articulação protendida do tempo entre passado e futuro” agregada a dispositivos ficcionais que dão a cada um, e cada qual à sua maneira, o tom *formal* específico aos respectivos ângulos e perspectivas da *formação* social do país:

Em Sérgio Buarque de Holanda o conluio entre historicidade e política na análise da formação do Brasil é particularmente evidente devido [...] ao desejo de dar coerência e inteligibilidade ao seu próprio legado, ao nível de domínio técnico da temporalidade e também ao seu nível de consciência histórica como agente. Entretanto, é necessário ressaltar que ele não é o único a compartilhar essa visão de mundo e a desenvolver ferramentas conceituais adaptadas àquela realidade. Uma análise histórica enredada nos dilemas do presente e ela própria comprometida com os processos que são seus objetos privilegiados de análise são a marca característica do desenvolvimento de uma ciência social Brasileira desde o ensaísmo dos anos 1930 e com forte impregnação ao longo do século XX. O esforço de anulação do *telos* nacional e sua substituição por uma articulação protendida do tempo entre passado e futuro, subjetivação do autor/narrador, e o uso de arcabouço conceitual em favor da aceleração do próprio processo narrado estão presentes em obras aparentemente díspares como *Formação do Brasil Contemporâneo*, de Caio Prado Jr., *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido; *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, dentre outras.

denomina “restos textualizados do passado”, o qual, se não é mais [*ce qui n'est plus*], continua sendo também o que foi [*ce qui a été*]? No sentido de complexificar esse paradoxo da passadidade do passado, obviamente impossível de ser resolvido, o filósofo francês cunha o neologismo “representância”, o qual, atendendo a demanda do entrecruzamento entre a historiografia e a ficção – pois “é o ausente irreal ou anterior que se pretende ver” na presença evocada pela narrativa –, é articulado ao testemunho. Ora, é ao confrontar a credibilidade desse com as dos outros testemunhos que Ricoeur acredita poder a narrativa histórica desviar-se em certa medida da metáfora da “marca”, sedimentada desde Platão pela noção de *eikôn*, que por sua vez remete ao “resto”, ao “rastros”, ou ao “vestígio” deixado pela realidade passada, e com o qual presume-se, grosso modo, uma relação de semelhança entre a narrativa – representação – e o acontecimento narrado. “O testemunho introduz uma dimensão de uso linguístico ausente na metáfora da marca, a saber, a fala do testemunho que relata o que viu e pede para que se acredite nele. A marca que o acontecimento deixa é o ver que se reveza entre o dizer e o crer. Da mesma feita, o enigma da relação de semelhança se substitui pelo da relação fiduciária – talvez menos intratável – constituinte da credibilidade do testemunho. Assim, não se trata mais da semelhança de um quadro, mas da credibilidade de um testemunho de que a boa fé presumida pode ser colocada à prova por uma confrontação de testemunhos. Desde já, é desnecessário dizer que o rastro simplesmente repete o enigma da marca. Substituindo a marca, o testemunho desloca a problemática do rastro; é preciso pensar o rastro a partir do testemunho e não o inverso. O que resulta disso para a relação com o passado? Negativamente, a injunção de sair da problemática da semelhança. É preciso deixar de se perguntar se uma narrativa assemelha-se a um acontecimento; para se perguntar se o conjunto de testemunhos, confrontados entre si, é fiável. Se for o caso, podemos dizer que a testemunha nos proporcionou assistir ao acontecimento narrado”. RICOEUR, Paul. “A marca do passado”. In: *História da Historiografia*. Trad. Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica, Ouro Preto (UFOP), nº 10, dezembro 2012, p. 343; 334. Diferentemente da tradução de “passeité” para “passeidade”, tal como feita pelos tradutores desse artigo, consideramos mais adequado o uso do termo “passadidade”, uma vez que se aproxima mais etimologicamente da palavra “passado”, em língua portuguesa.

Podemos falar portanto de uma inflexão paradigmática do pensamento Brasileiro, de uma imaginação historiográfica do século XX ou concepção brasileira de história.³⁸

Estabelecido esse diálogo, sugerimos que uma das formas específicas de o historiador paulista configurar narrativamente tal experiência temporal molda-se, como temos afirmado, mediante técnicas figurativas criativamente manipuladas em seu livro primeiro. Com ênfase na metáfora, poderíamos conjecturar que, concatenada no nível do paradigmático,³⁹ tal figura é cuidadosamente *selecionada* pelo autor no sentido de, tal qual um *mosaico*, dar coesão a um conjunto de peças dispersas de substratos do tempo, que, embora pertencendo ao “real” passado, marcam, com a sua presença ausente, a fisionomia do presente. Principiaremos, doravante, análise mais detida acerca da metáfora inserida no título do capítulo III, a partir da segunda edição: “Herança Rural”. Vale dizer que as reflexões aqui desdobradas tencionarão orbitar a elucidativa sentença de Roberto Vecchi, segundo a qual,

consciente no controle dos desvios perigosos no uso do sentimento na prática historiográfica (como lhe mostrara o caso de Paulo Prado) e ele também sensível, como evidencia no plano textual, a evitar o derrame próprio da eloquência ensaística “nacional”, Sérgio encontra na metáfora o instrumento melhor para dissecar o processo de colonização do Brasil desde as origens, reconstruir a má-formação do país e, portanto, compreender a forma do presente, a pertinácia de um resíduo duro do passado no presente.⁴⁰

Ao invés de “Passado agrário” apenas – tal como encontrado na primeira edição de *Raízes do Brasil* –, “Herança Rural” sugere uma distensão, como dissemos, das

³⁸ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 10. Note-se, a propósito, que os autores elencados por Nicodemo compõem o rol das personagens responsáveis por consagrarem, no Brasil, o paradigma da formação. Para uma recapitulação sumária do paradigma, desde a década de 1930, na qual ressalta-se a sua sedimentação tanto no modo de se autocompreender politicamente o país como na forma de os brasileiros criarem e recriarem historicamente sua autoimagem, assim como os impasses da articulação do paradigma diante das especificidades políticas e culturais da modernização do século XXI, cf. NOBRE, Marcos. “Depois da formação. Cultura e política da nova modernização”. In: *Revista Piauí*, n.74, nov. 2012, s/p. <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-74/tribuna-livre-da-luta-de-classes/depois-da-formacao>> (consultado em 23/06/2013)

³⁹ “[...] definição, denominação, sinonímia, circunlocução, paráfrase são operações metalingüísticas graças às quais designo os elementos de meu código no meio de elementos equivalentes no interior do mesmo código; mesmo as operações de mudança de código repousam sobre equivalências de termos de um código a outro; todas essas operações têm um parentesco profundo com a capacidade de as palavras receberem significações adicionais, deslocadas, associadas na base de sua semelhança com sua significação fundamental, e a constituição de séries paradigmáticas, de flexões ou de tempos apresenta o mesmo caráter, na medida em que o mesmo conteúdo semântico é apresentado a partir de diferentes pontos de vista associados pela similaridade; o mesmo acontece com a unidade semântica comum à raiz e às palavras derivadas”. RICOEUR, Paul. “O trabalho da semelhança”. In: _____. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000, p. 273 e *passim*.

⁴⁰ VECCHI, Roberto. “A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista”, *op. cit.*, p. 460, 461.

dimensões temporais passado, presente e futuro, a fim de desvelar a “pertinácia de um resíduo duro do passado [no caso, o espectro do patriarcalismo] no presente”. E na significativa permuta desses paratextos intertítulos contém uma deliberada implicação daquilo que Paul Ricoeur compreende como uma “metáfora viva”, na medida em que se empreende uma nova pertinência semântica.⁴¹ Ora, mais do que uma metáfora em sentido estrito, cabe ressaltar, a expressão “herança rural” pode ser lida como espécie de *catacrese*, “termo que identifica a figura de linguagem pela qual, na falta de palavra específica que designe determinada idéia, a esta se aplica, por analogia, um vocábulo em sentido figurado”.⁴² No nosso caso, “herança”, agregada ao vocábulo “rural”, cumpriria essa função análoga e sintética de todo um estado de coisas relativo ao real passado, e cujo acesso abstrato do mesmo seria inviável – senão impossível – por meio do emprego literal no nível da palavra ou da frase. Consciente, talvez, da impossibilidade de aproximação desse abstrato passado a um nível máximo de literalidade da linguagem – pretensão, talvez, de alguns setores das ditas *hard sciences* no trato de seus objetos⁴³ – Sérgio Buarque aproveita essa metáfora gasta – gasta porque a “expansão semântica do vocábulo catacrético é de tal forma assimilada pelos falantes

⁴¹ Segundo Paul Ricoeur, um dos efeitos de sentido produzidos pela metáfora refere-se ao fenômeno central da *inovação semântica*. “Com [esse recurso tropológico], a inovação consiste na produção de uma nova pertinência semântica, por meio de uma atribuição impertinente: ‘A natureza é um templo em que pilares vivos...’ A metáfora permanece *viva* tanto tempo quanto percebemos, através da nova pertinência semântica – e de certo modo na sua espessura –, a resistência das palavras no seu emprego usual e, assim também, sua incompatibilidade no nível de uma interpretação literal da frase”. RICOEUR, Paul. “Prefácio”. In: _____. *Tempo e narrativa, op. cit.*, p. 09.

⁴² HENRIQUES, Ana Lúcia de S. “Catacrese”. In: *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. <<http://www.edtl.com.pt>> (consultado em 18/06/2013)

⁴³ Quanto a tal pretensão, deixemos as palavras a outro ilustre ensaísta espanhol, o qual, antecipando, em 1924, alguns preceitos da história dos conceitos koselleckiana, diz: “Quando um escritor censura o uso de metáforas em filosofia, revela simplesmente seu desconhecimento do que é filosofia e do que é metáfora. A nenhum filósofo se lhe ocorria emitir tal censura. A metáfora é um instrumento mental imprescindível, é uma forma de pensamento científico. O que pode muito bem acontecer é que o homem de ciência se equivoque ao empregá-la e onde haja pensado algo em forma indireta ou metafórica creia haver exercido um pensamento direto. Tais equívocos são, claro está, censuráveis, e exigem correção; porém não mais nem menos que quando um físico se mete a fazer um cálculo. Ninguém neste caso sustentará que a matemática deve excluir-se da física. O erro no uso de um método não é uma objeção contra o método. A poesia é metáfora; a ciência usa dela nada mais. Também podia dizer-se: nada menos. Passa com essa fobia à metáfora científica como com as chamadas ‘questões de palavras’. Quanto mais leviano é um intelecto, maior propensão mostra a qualificar as discussões de meras disputas verbais. E, a despeito disso, nada é mais raro que uma autêntica disputa de palavras. A rigor, somente quem se ache habituado à ciência gramatical é capaz de discutir sobre palavras. Para os demais, a palavra não é só um vocábulo, mas sim uma significação adjunta a ela. Quando discutimos palavras nos é muito difícil não disputar sobre significações”. ORTEGA Y GASSET, Jose. “Las dos grandes metáforas”. In: _____. *Obras Completas: tomo II – el espectador (1916-1934)*. Madrid: Revista de Occidente, 6ª Ed., 1963, p. 387, 388.

que, quase sempre, se perde a noção rigorosa desse ‘mau uso’⁴⁴ – e atribui a ela uma nova pertinência semântica, tornando-a *viva*, se lida na totalidade de seu sentido no nível, não apenas da palavra, mas de todo o esforço argumentativo do enunciado; no caso, o capítulo central de crítica à estrutura herdada do “passado agrário” nacional.⁴⁵ Nesse sentido, um detalhe sutil que compõe a teia metafórica do enunciado de toda a obra pode vir a contribuir para reforçar a ideia de coesão, *síntese* de uma gama inesgotável de fatores herdados de um passado cujos “rastros” encontram-se presentes no âmbito tanto material como ainda no das condutas, bem como no dessas diante das instituições: é a metáfora “raízes rurais”,⁴⁶ que, não obstante poder-se encontrar, no capítulo ora perquirido, duas ocorrências apenas, figura aqui e acolá em várias partes do livro. Consta no segundo parágrafo do capítulo:

Se, conforme opinião sustentada em capítulo anterior, não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais. É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição.⁴⁷

Colocando em prática a sua “metodologia dos contrários”, Buarque de Holanda urde, por meio dessas linhas síntese, todo o argumento desse capítulo com o do anterior, “Trabalho e Aventura”, e ainda com o quarto, “O semeador e o ladrilhador”, naquele sempre ponderado diálogo com a obra weberiana. É Meira Monteiro quem atesta nossa digressão:

⁴⁴ HENRIQUES, Ana Lúcia de S. “Catacrese”, *op. cit.*

⁴⁵ “Embora etimologicamente caracterize emprego abusivo (em Retórica é sinônimo de *abusão*), essa figura de linguagem é, na verdade, um tipo especial de metáfora, restrito a esse caráter de suplência, ou seja, de ocupação de um espaço vazio no sistema lingüístico. [...] Quintiliano (*Institutio Oratoriae*) refere-se à catacrese como ‘um mau uso necessário, cuja propriedade não é inerente à palavra, mas à significação; *apreciar-lhe o valor não depende dos ouvidos, mas da inteligência*’. Por isso, *dela se pode tirar proveito estilístico inesperado* [...]” *Idem, Ibidem.* (grifo nosso)

⁴⁶ “A metáfora das raízes é, ao mesmo tempo, analítica e sintética. Analítica porque, como mostram Marisa Veloso e Angélica Madeira, ‘se há raízes há solo, plantas, árvores, frutos. Tudo o que frutificou aqui (...) alimentou-se dessa seiva primeira, o impulso trazido pelo colonizador’. Sintética porque ‘a metáfora de raízes é impensável fora da natureza rural que marcou indelevelmente a sociedade brasileira’ e ‘revela também os fundamentos patriarcais de nossa formação, gérmenes do sentido hierárquico e do autoritarismo, por um lado, e da submissão e da revolta, por outro’. Os textos de Sérgio denotam uma clara filiação ao projeto estético do Modernismo, ainda que o autor pudesse guardar distância em relação a certas nuances do movimento”. VARGAS, Everton Vieira. “Sérgio e Gilberto: dois olhares sobre a brasilidade”. In: _____. *O legado do discurso: brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano*. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007, p. 235, 236.

⁴⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 89; 92.

Com tal expressão [‘civilização agrícola’], Sergio Buarque parece pretender salientar a ausência do método, da previsão e da racionalidade na atividade agrícola praticada na colônia portuguesa. Dito de outra forma, a *orientação* daquela atividade não autoriza o estúdio da história a imaginar um povo laboriosamente agrícola, construindo de fato uma civilização, em meio a uma paisagem nova. A agricultura nunca, ou quase nunca, teve a mediação do cálculo metódico para que se pusesse em marcha.⁴⁸

Ao jogarmos luzes sobre a pertinência semântica dessa expressão, vemos, entre outras coisas, que a metáfora exerce seu poder imagético como um elemento de articulação temporal, mas também espacial: ela une os dois continentes divididos pelo Atlântico, isto é, Europa e América. Nesse sentido, afirma Everton Vieira Vargas:

A expressão “raízes rurais” assume em *Raízes do Brasil* um sentido mais abrangente do que sua denotação. Trata-se de uma metáfora forte que ressalta o elo entre os valores da tradição ibérica e o mundo do campo na Colônia. É irônico que exatamente essas “raízes” com seu sentido telúrico vão conduzir a seiva do sentimento de desterro apontado por Sérgio Buarque de Holanda no primeiro capítulo de sua obra. A metáfora, por sua própria natureza, vai além da realidade. Ao referir-se às “raízes rurais”, Sérgio não deseja ficar adstrito aos usos e costumes ou à organização econômica e social que prevalecia no campo: sua intenção é mostrar como essas raízes se manifestam não só na conduta individual do brasileiro, mas também nas instituições públicas e privadas criadas no Brasil. As “raízes rurais” são um ingrediente essencial para que o horizonte do texto de Buarque não se limite à época em que *Raízes do Brasil* foi publicado, mas se estenda até os nossos dias. Trata-se de um código que articula toda uma gama de condutas encontráveis ainda hoje na sociedade brasileira, inclusive nos centros urbanos, não obstante a exposição a outras culturas e condutas proporcionada pelas comunicações e pela mídia. Recorrendo [...] a Braudel, observa-se no texto de Buarque a concepção do tempo colonial como um tempo longo, mas cujo fim está à vista para o autor. De outra parte, as “raízes rurais” espelham uma continuidade histórica que supera momentos de ruptura, como a Abolição ou o próprio Movimento Modernista.⁴⁹

Tangenciando as linhas acima, Thiago Nicodemo fala de dois “planos de historicidade” na operação interpretativa do Brasil na obra buarquiana. Por meio do “realismo figural”, constituinte, como afirmam os trabalhos de Hayden White, da narrativa modernista,⁵⁰ o historiador e crítico literário paulista engendra, segundo Nicodemo, “uma versão altamente refinada e criativa” dessa estrutura, que por sua vez

condiciona a arquitetura temporal de sua interpretação histórica em dois planos: o da dialética entre elementos ibéricos e elementos autóctones no processo de colonização, articulado figurativamente à análise do reaproveitamento desses elementos, dispostos como *herança* na formação do Estado e da nação brasileira, processo ocorrido ao

⁴⁸ MONTEIRO, Pedro Meira. “Uma invenção a duas vozes: aventura e cordialidade”, *op. cit.*, p. 157.

⁴⁹ VARGAS, Everton Vieira. “A brasilidade em Sérgio Buarque de Holanda”. In: _____. *O legado do discurso: brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano*, *op. cit.*, p. 199, 200.

⁵⁰ Cf. o já citado WHITE, Hayden. “The Modernist Event”, *op. cit.*

longo do século XIX e que se desdobra até o momento presente em que vivem os intelectuais.⁵¹

A substituição de um enunciado em seu quase “grau retórico zero”,⁵² “Passado agrário”, por uma significativa catacrese, “Herança Rural”, como já esboçado, pode nos sugerir muito da concepção histórica e política do autor, bem como das modulações de sua consciência histórica e representacional no arco temporal que cobre a data de publicação da primeira edição do ensaio até as subseqüentes, de 1948 e 1956. Principiemos com a hipótese de que, na alteração, Sérgio Buarque almejou quebrar um pouco a dureza do primeiro termo, o qual implica ontologicamente um *não é mais* [*n'est plus*], para abordar, com o termo “herança”, em um viés mais hermenêutico, próximo daquele de Gadamer e Ricoeur, a condição de passadidade do passado: *o que não é mais* [*ce qui n'est plus*], *mas também o que foi* [*ce qui a été*].⁵³ No sentido gadameriano, a tradição, independente do *preconceito* positivo ou negativo atribuído a seu respeito, nos impele, e, a despeito de a *Aufklärung* moderna supor que se pudesse, diante do primado do novo, “fazer valer o velho como velho”, devemos dela participar.⁵⁴ Ou seja, não

⁵¹ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 21.

⁵² “[...] o ‘discurso transparente’ – que seria o grau retórico zero [...] – não seria sem forma em outro ponto de vista, na medida em que já foi dito que ele ‘seria aquele que deixa visível a significação e que não serve senão para ‘se fazer entender’”. RICOEUR, Paul. “A metáfora e a nova retórica”. In: _____. *A metáfora viva*, *op. cit.*, p. 226 e *passim*.

⁵³ RICOEUR, Paul. “A marca do passado”, *op. cit.*.

⁵⁴ “Na realidade, não é a história que pertence a nós mas nós é que a ela pertencemos. Muito antes de que nós compreendamos a nós mesmos na reflexão, já estamos nos compreendendo de uma maneira auto-evidente na família, na sociedade e no Estado em que vivemos. A lente da subjetividade é um espelho deformante. A auto-reflexão do indivíduo não é mais que uma centelha na corrente cerrada da vida histórica. *Por isso os preconceitos de um indivíduo são, muito mais que seus juízos, a realidade histórica de seu ser.* [...] Se se quer fazer justiça ao modo de ser finito e histórico do homem, é necessário levar a cabo uma drástica reabilitação do conceito de preconceito e reconhecer que existem preconceitos legítimos. Com isso a questão central de uma hermenêutica verdadeiramente histórica, a questão epistemológica fundamental, pode ser formulada: em que pode basear-se a legitimidade de preconceitos? Em que se diferenciam os preconceitos legítimos de todos os inumeráveis preconceitos cuja superação representa a inquestionável tarefa de toda razão crítica?”. GADAMER, Hans Georg. “A historicidade da compreensão como princípio hermenêutico”, *op. cit.*, p. 411; 415, 416. Um índice dessa diferenciação entre *preconceito* e *juízo* no que tange uma hermenêutica histórica produtiva, encontra-se já esboçado pelo próprio Sérgio Buarque de Holanda, em entrevista já mencionada, da década de 1940, na qual estabelece uma distinção entre “Tradição” (com inicial maiúscula) e “tradição”, essa última vinculada, parece-nos, ao juízo individual que usa do passado apenas elementos convenientes às suas pragmáticas presentes. Ao entrevistador e ao autor as palavras: “– Mas é possível um historiador que não seja tradicionalista? – Não sei se é possível, o fato é que não sou. Compreendo o tradicionalismo como atitude estética. Mas acho que o culto à tradição, o amor do passado pelo passado, do ponto de vista social e político, é infecundo e negativo. Admito que os poetas gostem da tradição, como nós gostamos de ver velhas ruínas, mas o passado, como simples espetáculo, não me interessa. Observe que o tradicionalista, em geral, procura não a Tradição, mas certa tradição, mais de acordo com suas idéias e conveniências às vezes momentâneas. Com o recurso à palavra ‘tradição’, palavra naturalmente prestigiosa, o que ele procura é apenas um endosso para suas idéias, quase sempre reacionárias, e que precisam dessas muletas

apenas uma ruptura – como parece sugerir a conotação quase que de um substantivo em relação ao termo “passado”, no título da primeira edição –, mas também um legado que ainda afeta o modo de ser do presente: é nossa herança, e é a única que temos. Perpassa, sim, pela questão a superação de alguns de seus aspectos, porém nada fará com que esse passado evapore. Elucidativa a tal problema é a epígrafe emprestada por Paul Ricoeur logo nas primeiras páginas de seu *A memória, a história, o esquecimento*, na qual figura o seguinte enunciado: “Aquele que foi já não pode mais não ter sido: doravante, esse fato misterioso, profundamente obscuro de ter sido é o seu viático para a eternidade”.⁵⁵ Em suma, é enfrentando a “fobia” de certos elementos contidos nesse “viático”, que urge dirigir-se às origens, e não denegá-las, adotando diante delas a “política de avestruz”, na metáfora de Freud. Atitude por meio da qual o analista verificava que, antes de o paciente mudar sua conduta consciente para com a doença, ele se contentava “em lamentá-la, desprezá-la como absurdo, subestimá-la na sua importância, e de resto [dar] prosseguimento, ante as suas manifestações, ao comportamento repressor [...]”.⁵⁶ Tal como Freud assumia – apesar de todos os percalços da terapia – o compromisso de fazer com que o enfermo se *reconciliasse com o reprimido*, assim era, talvez, para Sérgio Buarque de Holanda, no horizonte histórico de 1948, o modo como, usando das metáforas e outros recursos,⁵⁷ dever-se-ia convidar os seus contemporâneos a dirigirem-se ao passado.

para se apoiarem. Por isso, o tradicionalismo, transposto para o plano social e político, pode ser nefasto. Creio que é de Goethe a frase de que a função da História é libertar-nos do passado. Nada mais certo. O conhecimento da História nos liberta do passado, nos faz conhecer melhor o presente e nos prepara para encarar sem preconceitos o futuro. Mas o ‘passado pelo passado’, é uma espécie de ‘arte pela arte’, capaz de estorvar todo e qualquer progresso. Mesmo porque uma coisa que pertence ao passado não é, só por isso, necessariamente boa”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Modernismo, tradicionalismo, regionalismo”, *op. cit.*, p. 126, 127. Inevitável ouvir nessas linhas uma ressonância da crítica tecida, desde “O lado oposto e outros lados”, aos que ele denominava “acadêmicos ‘modernizantes’”, como delineado brevemente na primeira parte deste trabalho, e se delineará nesta, dando ênfase à figura de seu rival histórico, Alceu Amoroso Lima. Asseverava Holanda que esses homens, por meio da “panaceia abominável da construção”, viam em certa tradição o melhor trunfo, sob moldes literários e culturais, para a construção projetiva da nação “desordenada”.

⁵⁵ JANKELEVICH, Vladimir *apud* RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007, p. 13.

⁵⁶ FREUD, Sigmund. “Recordar, repetir e elaborar”. In: _____. *Obras completas. Volume 10 (1911-1913)*. Trad. e notas Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 203.

⁵⁷ Já que, como diz Ricoeur, em seu sólido diálogo com Aristóteles, a metáfora cumpre a função essencial de “por sob os olhos” do leitor. “A metáfora, diz [Aristóteles]: ‘Faz imagem [lit.: põe sob os olhos]’; dito de outra maneira, ela dá à captação do gênero a coloração concreta que os modernos denominarão estilo imagético, estilo figurado. Aristóteles, é verdade, não emprega de nenhum modo a palavra *eikón*, no sentido em que a partir de Charles Sanders Peirce falamos do aspecto icônico da metáfora. Mas a idéia de que a metáfora descreve o abstrato sob os traços do concreto já está lá. Como Aristóteles vincula esse poder de ‘pôr sob os olhos’ à palavra? Por intermédio da característica de toda metáfora, que é mostrar,

É sob esse quadro estrutural de “insustentável leveza de um passado que não passa”, em que se “forja uma obra auto-interpretativa feroz, mas não ressentida, como *Raízes do Brasil*, que ao mesmo tempo incorpora laivos amargos depurados de ressentimento e aéreas descobertas lúdicas da realidade moderna”,⁵⁸ que tencionaremos, nessas linhas e nas que se seguirão, verificar o modo como se efetiva, “no âmago daquelas representações com que se reconstituiu e recosturou, de fato refundando-a, a metáfora da história da formação nacional”.⁵⁹

Volvamos à questão da distensão entre passado e futuro, cujo ganho metafórico, a partir da segunda edição, “põe sob os olhos” do leitor a complexa trama arquitetada pelo autor no que toca à diferenciada relação com o conceito moderno de história.⁶⁰ Nota bem Thiago Nicodemo quando afirma que no último capítulo do livro, “Nossa Revolução”, se faz mais evidente, desde a primeira edição, uma pretensão de ruptura com o nosso passado arcaico, contudo, tal ruptura se vê obstaculizada, na altura do ano de 1948, por fatores de ordem política mas também epistemológica, e cuja complexidade de tal demanda exige do crítico literário e historiador o desenvolvimento de novas *formas* e técnicas na operação conceitual daquela temporalidade.⁶¹ No prefácio a essa edição nos são sugeridas algumas pistas a tal inferência. Vejamos:

Sobre as mudanças simplesmente exteriores ou formais agora introduzidas no livro, cabem ainda algumas palavras. Dois capítulos, o III e o IV, que na 1ª edição *traziam um título comum* – O passado agrário –, passaram a chamar-se, respectivamente, Herança Rural e O Semeador e o Ladrilhador, *denominações estas que melhor se ajustam aos conteúdos, pelo menos aos conteúdos atuais, dos mesmos capítulos*.⁶²

A despeito do “simplesmente” colocado na passagem – moderador de discursividade característico do ensaísmo do autor, principalmente se pensarmos nas substantivas atenuações do tom categórico a partir da edição de 1948 –, destacaremos a sensibilidade e obstinada preocupação do historiador com a função metafórica em dois

‘fazer ver’. Ora, esse traço nos lança no coração do problema da *léxis*, cuja função, já dissemos, era a de ‘fazer aparecer’ o discurso. ‘Pôr sob os olhos’ não é, nesse caso, uma função acessória da metáfora, mas, antes, próprio da figura”. RICOEUR, Paul. “Entre retórica e poética: Aristóteles”. In: _____. *A metáfora viva*, *op. cit.*, p. 60. (grifo nosso)

⁵⁸ VECCHI, Roberto. “A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista”, *op. cit.*, p. 454.

⁵⁹ *Loc. cit.*.

⁶⁰ Cf. PEREIRA, Mateus Henrique de F. & SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisséias do conceito moderno de história”, *op. cit.*.

⁶¹ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 07.

⁶² HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio à segunda edição”. In: _____. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 12. (grifos nossos)

níveis hermenêuticos, o da explicação e o da compreensão. Ao dividir a obra em duas partes, uma histórica – na qual são abrigados os cinco primeiros capítulos – e outra política, Roberto Vecchi nos oferece subsídios interpretativos com os quais podemos reafirmar a força esclarecedora desse paratexto prefácio, escrito por Holanda ainda no ano de 1947. Tendo em vista que “Herança Rural” encontra-se na parte histórica, ou seja, na primeira, ouçamos, em passo já citado anteriormente, o que diz o ensaísta contemporâneo:

Se na primeira parte o processo de compreensão da metáfora é a chave para a compreensão dos textos, na segunda, pelo contrário, é a compreensão dos textos que fornece a chave de compreensão da metáfora. Uma questão hermenêutica, esta, em que Paul Ricoeur inscreve, através da metáfora, a dualidade entre o ponto de vista da explicação (no primeiro caso) que desenvolve um aspecto do sentido, (o projeto imanente do discurso) e o ponto de vista da interpretação (no segundo caso) que desenvolve um outro aspecto, o da referência (isto é, numa relação mundo-sujeito).⁶³

Seguindo a sugestão desse estudioso da obra buarquiiana, veremos o modo como o cuidado do historiador quanto aos efeitos de sentido assegurados pelo aparato metafórico da obra – cuidado que “aponta para uma lúcida consciência crítica quanto ao uso cognitivo do discurso figurado”⁶⁴ – orienta *sinteticamente* o sentido do texto, no que diz respeito às concepções políticas e conseqüentemente temporais nele inscritas, e cuja dinâmica tensional do presente entre espaço de experiência e horizonte de expectativa ganha contornos diferenciados, se comparados a outros contextos históricos.⁶⁵ “Pôr sob os olhos” do leitor a síntese de longa duração das “raízes rurais” da formação sociocultural da nação. Eis a problemática capital do capítulo III das *Raízes do Brasil*, 1948.

⁶³ VECCHI, Roberto. “Contrapontos à brasileira: *Raízes do Brasil* e o jogo das metáforas”, *op. cit.*, p. 375.

⁶⁴ *Idem, Ibidem*, p. 371.

⁶⁵ Cf., mais uma vez, PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisséias do conceito moderno de história”, *op. cit.*

2.1 Marcas da herança na “Nossa Revolução”

Se é na próxima e última seção deste trabalho que tencionaremos desvelar mais de perto certas “marcas do passado” no presente “intersticial” da condição *limes e limen* que conforma a formação social em *Raízes do Brasil*,¹ por meio de tramas históricas dos “homens no tempo”,² inseridas de modo mais claro na segunda edição, nesta seção, contudo, é que iremos antes desdobrar a conexão da intenção projetiva da metáfora do título a que corresponde o capítulo terceiro com o derradeiro “Nossa Revolução”, uma vez que é nele, abrigado pela parte política, segundo a divisão vecchiana, que se deslindará mais patentemente o

“núcleo íntimo”, crítico, de uma visão da modernidade, cuja irresolução, temporalidades em aberto, restos que não se diluem, reatualizam uma chave interpretativa decisiva no pensamento de Sérgio. Ela é a glosa essencial daquela idéia dilacerada que contemporaneamente divide e se reconjuga, sendo ao mesmo tempo *limes e limen*, fronteira e trânsito do embate do moderno na história periférica da pós colônia, isto é, de um Brasil que *não é mais* colônia, mas que contemporaneamente *ainda não é* nação.³

Voltado para as realidades circundantes do presente, “Nossa Revolução” estabelece um diálogo pulsante entre o autor/narrador e o leitor atento, convidando-o, mediante elementos figurais, a *refigurar* ativamente as transformações em curso na política e cultura brasileira entre as décadas de 1930 e 1950. Após ter posto sob os olhos do leitor a “herança rural” como reminiscência do passado e suas marcas como dobra viva e ativa no presente, Sérgio Buarque procura reiterá-la no capítulo ora tratado, num exercício de “periodização do tempo que resta”.⁴ Ao configurar aquela temporalidade em camadas, na qual se vê a permanência de elementos da estrutura administrativa e política da colônia e, mais ainda, do Império no regime republicano, o autor engendra uma complexa concepção de tempo entre passado e futuro, a qual o resguarda posição epicentral, como dissemos, no rol dos historiadores profissionais da época, no que respeita às suas relações com o moderno conceito de história.

¹ Cf. VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*.

² Um recente e cuidadoso trabalho historiográfico já teve a oportunidade de evidenciar as afinidades de Sérgio Buarque com a concepção de história de Marc Bloch, a qual, salvaguardando as devidas proporções, orbita a nova dimensão dada à temporalidade constituinte das mudanças verificadas na edição do ensaio de 1948. Cf. NICODEMO, Thiago Lima. “Modernidade, semântica do tempo e história da historiografia”, *op. cit.*, p. 23-46.

³ VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 190. (grifos nossos)

⁴ *Idem, Ibidem*, p. 164; 166.

A imagem de nosso país que vive como projeto e aspiração na consciência coletiva dos brasileiros não pôde, *até hoje*, desligar-se muito do espírito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é válida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projeção maior na vida internacional.⁵

O emprego do advérbio “até hoje”, sugere uma distensão do tempo que se desdobra desde os idos da colônia, perpassa o Império, afeta o modo de ser do presente e, dada *ênfase no espaço de experiência*, projeta, por meio de um *ainda não*, a possível nação emancipada de suas raízes rurais a um futuro deixado em aberto nas páginas finais da obra. Vale ressaltar que nesse mesmo passo da edição de 1936 essa marca adverbial do tempo não figura no enunciado; o que nos sugere, talvez, que, na coordenação assimétrica em que se situa o presente entre passado e futuro, ou nas categorias koselleckianas, entre espaço de experiência e horizonte de expectativa,⁶ a ênfase pedia para a segunda. Vejamos:

A imagem de nosso país que vive como projecto e aspiração na consciencia colectiva dos brasileiros não se póde desligar muito do espirito do Brasil imperial; a concepção de Estado figurada nesse ideal não somente é valida para a vida interna da nacionalidade como ainda não nos é possível conceber em sentido muito diverso nossa projecção maior na vida internacional.⁷

Agreguemos, no entanto, mais elementos às nossas conjeturas. Em outra passagem desse mesmo capítulo, diz o historiador:

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no anno seguinte quer responder á conveniencia de uma fôrma adequada para a nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo *com* esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 264. (grifo nosso) Na terceira edição, cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956, p. 259.

⁶ Mobilizando tais categorias na análise da obra seminal de Freyre, conjetura Nicolazzi: “O ‘espaço de experiência’ diz respeito a um passado tornado presente, marcado pela recordação elaborada racionalmente e também pela lembrança gravada inconscientemente. O ‘horizonte de expectativa’ remete a um futuro feito presente, segundo a perspectiva aberta pela projeção e pela espera. Passado e futuro assentam suas presenças de maneiras distintas, assim como o presente é situado na coordenação assimétrica entre o passado e o futuro”. NICOLAZZI, Fernando. “Uma retórica da identidade: a memória e a representação do mesmo”, *op. cit.*, p. 285. Nas formulações do próprio teórico: “‘experiência’ e ‘expectativa’ não passam de categorias formais: elas não permitem deduzir aquilo de que se teve experiência e aquilo que se espera. A abordagem formal que tenta decodificar a história com essas expressões polarizadas só pode pretender delinear e estabelecer as condições das histórias possíveis, não as histórias mesmas. Trata-se de categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história”. KOSELLECK, Reinhardt. “‘Espaço de experiência’ e ‘horizonte de expectativa’: duas categorias históricas”. In: _____. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*, *op. cit.*, p. 306.

⁷ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 142, 143.

única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. *Processou-se*, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície, que os historiadores exageram frequentemente em seu zelo minucioso e fácil de compendiar as transformações exteriores da existência dos povos.⁸

Vejamos o trecho na segunda edição:

Se a data da Abolição marca no Brasil o fim do predomínio agrário, o quadro político instituído no ano seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social. Existe um elo secreto estabelecendo *entre* esses dois acontecimentos e numerosos outros uma revolução lenta, mas segura e concertada, a única que, rigorosamente, temos experimentado em toda a nossa vida nacional. *Processa-se*, é certo, sem o grande alarde de algumas convulsões de superfície, que os historiadores exageram frequentemente em seu zelo, minucioso e fácil, de compendiar as transformações exteriores da existência dos povos.⁹

Observe-se, primeiramente, os tempos verbais dos termos por nós grifados. Há uma nítida retificação cujo intuito é o de readequar as modulações de temporalidade à configuração narrativa do texto pelo autor revisitado. É mais ajustado à catacrese “herança rural”, como queria ele no prefácio à segunda edição, está certamente o conteúdo reatualizado e reiterado do capítulo que o corresponde, como ainda veremos, e o que ora analisamos. O tempo verbal no presente, em 1948, sugere a confluência tensional entre restos herdados do passado e um futuro em aberto, onde aquele “elo secreto” entre dois tempos, no qual se orchestra a “nossa revolução”, lenta e segura, é representado figuralmente tendo em vista um movimento histórico ainda em curso. E, como adverte Roberto Vecchi, “seria então errado interpretar a idéia de revolução aqui encenada como ruptura literalmente *traumática* da continuidade da ordem histórica ou até, em termos marxianos, de ‘salto dialético’ da história”.¹⁰ Essa noção de uma “grande revolução brasileira” como *movimento* quase que inexorável, porque lenta mas segura, saltará aos olhos de modo patente em uma sutil permuta verificada, ainda, em próximo parágrafo da segunda edição. Nela, em breve, retornaremos, porém não antes de verificarmos em outro trecho a preocupação reatualizadora do historiador quanto às marcas temporais que sugerem uma relação autor/narrador diante da complexificação nocional entre uma dada consciência histórica e política.

A grande revolução brasileira não é um fato que se registrasse em um instante preciso; é antes um processo demorado e *que vem durando* pelo menos há três quartos de século. Seus pontos culminantes, associam-se como acidentes diversos de um mesmo

⁸ *Idem, Ibidem*, p. 135. (grifos nossos)

⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 253. (grifos nossos) Na edição de 1956, cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed., *op. cit.*, 249.

¹⁰ VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 166, 167.

sistema orográfico. Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar *alguns dos* freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco *mais* visível entre duas épocas.¹¹

Vejamos o mesmo passo na edição de 1936:

A grande revolução brasileira não *foi* um facto que se pudesse assinalar em um instante preciso; *foi* antes um processo demorado e *que durou* pelo menos tres quartos de seculo. Os seus pontos culminantes – a transmissão da familia real portuguesa, a independencia política, a Abolição e a Republica – associam-se como os accidentes diversos de um mesmo systema orographico. Se em capitulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcconar os freios tradicionaes contra o advento de um novo estado de coisas que só então se faz inevitavel. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, o marco visível entre duas épocas.¹²

Antes, porém, podemos observar, mediante todos esses grifos, o caráter de não acabamento da forma ensaio proporcionando ao ensaísta a representação de uma forma temporal também não acabada da formação social brasileira. Como já dito anteriormente, talvez seja nesse capítulo da obra onde melhor se podem arriscar afinidades entre a concepção ensaística de Lukács e o seminal trabalho de Holanda publicado em formato de livro: combinando “erudição e imaginação”, configura em “Nossa Revolução” uma maior preocupação com o *processo* de julgar em detrimento do próprio julgamento em si, abdicando de dar o veredito e distinguir valores; em via inversa da de muitos de seus coetâneos, o trabalho do nosso autor não estabelece um desfecho programático para a formação sociocultural brasileira.¹³ Cabe aqui lembrar

¹¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 254. (grifos nossos) Na edição de 1956, cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed., *op. cit.*, 250.

¹² HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, 136. (grifos nossos)

¹³ Caráter de inacabamento, pois, e tempo aberto: esse primado, talvez, da sugestão em detrimento da conclusão (esta última trunfo do discurso doutrinário e sistemático) remete-nos incontornavelmente a um excerto do texto lukácsiano, onde afirma que a reflexão configurada pelo ensaio pode ser comparada a “[...] um julgamento, mas o essencial nele [no ensaio] não é (como no sistema) o veredito e a distinção de valores, e sim o processo de julgar”. LUKÁCS, Georg. “Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper”, *op. cit.*, p. 13. Mediante o trabalho de Ricardo Benzaquen, podemos também estabelecer, *mutatis mutandis*, filiações entre Sérgio Buarque, Gilberto Freyre e Georg Lukács: “Observado desse ângulo, como um ensaio, como um trabalho que mais levanta dúvidas do que propriamente fornece respostas, CGS parece atender a um anseio confessado por Gilberto ao seu diário em 1925, a partir de um trecho do *Soliloquies* de Santayana: ‘*There are books in which the foot-notes, or the comments scrawled by some reader’s hand in the margin, are more interesting than the text*’. Não me humilharia o fato de ser o autor de um livro que provocasse tais comentários: superiores ao próprio texto. Na verdade, não me atraem os livros completos ou perfeitos, que não se prolongam em sugestões capazes de provocar reações da parte do leitor; e de torná-lo um quase colaborador do autor”’. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “Conclusão – Dr. Jekyll and Mr. Hyde”, *op. cit.*, p. 203.

um registro sintomático das impressões de um contemporâneo, ainda em 1937, sobre o caráter inconcluso das *Raízes do Brasil*. Segundo o articulista, a obra apresenta “uma grande falha. Não conclue. Não resume numa síntese forte e clara o seu *juízo* sobre o material recolhido, nem organiza um corpo de doutrina capaz de levar o Brasil a uma renovação de valores e a uma vida mais equilibrada e ordenada”.¹⁴

Isso dito, retornemos ao excerto. Presencia-se, novamente, na segunda edição, certa preocupação atualizadora do pensamento em relação às circunstâncias da realidade presente, saltando aos olhos, reiteremos, a eficácia da ilocução paratextual do seu prefácio no que diz respeito ao ajustamento dos títulos aos conteúdos da obra, “pelo menos aos conteúdos atuais, dos mesmos capítulos”.¹⁵ A herança arcaica, coabitando tensamente com estruturas modernizantes – advento mais acirrado da cultura urbana e suas instituições em choque com a até então perene “ditadura” dos domínios rurais –, dota a periodização inscrita em *Raízes do Brasil* de um coeficiente temporal marcado pela indefinição quanto a um dado “processo”. Há, parece-nos, em relação ao horizonte de expectativa, uma orientação rumo a uma sociedade democrática, porém o vislumbre desse futuro se acha obnubilado devido alguns dos eventos experienciados ao longo do curso da vida política e social brasileira – e também mundial – pós década de 1940. E, se porventura, não for mera coincidência o fato de ser esse, juntamente com o terceiro capítulo, o que mais agudamente sofre modificações, tanto no âmbito micro como no macro, é pelo motivo de “Nossa Revolução”, que pertence à dita “seção política” do ensaio, ser o lugar onde a passividade do passado, exposta em “Herança Rural”, é retida como um tempo que resta e é pretendido a uma futuridade possível da formação social da nação. O derradeiro capítulo, virado para as circunstâncias do presente, funciona como “um *rizoma* gerador que afunda na própria dinâmica da formação”,¹⁶ e do qual uma das ramificações se aloja no século XIX, assomando o malogro das instituições liberais e da experiência industrial no império; experiência que, a despeito da iniciativa, ainda que de “boa-vontade”, por parte de personalidades de vulto na aplicação de capital nesse campo, destoava da estrutura mental oriunda dos traços agrários e escravocratas do período colonial. É importante ressaltar o incremento de quase quarenta parágrafos

¹⁴ MENDES, Oscar. “A alma dos livros”, *op. cit.*. (grifo nosso)

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio à segunda edição”. In: _____. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 12.

¹⁶ VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 165, 166.

no terceiro capítulo, a partir da edição de 1948, cuja intenção é evidenciar o “avanço material” advindo do acúmulo de capital após abolição do tráfico negreiro.¹⁷ Alguns desses dados – como, por exemplo, constituição de sociedades anônimas; fundação, em 1851, do segundo Banco do Brasil; inauguração, em 1852, da primeira linha telegráfica no Rio de Janeiro; em 1854 abre-se ao tráfego a primeira linha de estradas de ferro do país –, apesar de constarem em teor semelhante na publicação de 1936, recebem ganho considerável em detalhes e arrolamento de fontes – todas de natureza impressa, como já frisamos.¹⁸

Retornemos à preocupação reatualizadora de Sérgio Buarque de Holanda quanto às marcas temporais que, como já dissemos, aventam uma complexa relação autor/narrador diante de uma certa consciência histórica e política. Thiago Nicodemo, partindo de cotejamento, entre as edições de 1936 e 1948, do mesmo passo acima afixado, afiança que, nele – e, complementemos, em muitos outros passos capítulo adentro, como veremos a seguir –, é reforçada [...] uma estrutura temporal protendida entre presente e passado, de um ‘horizonte de expectativa’ marcado pela força expressiva do advérbio ‘ainda’ ou melhor, ‘ainda não’.¹⁹ As “condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa Independência política e cujos reflexos não se apagaram ainda hoje”²⁰ – reitere-se que essa marca temporal, abrindo o capítulo “Herança Rural”, não figura na edição primeira²¹ –, deveriam ser superadas pela ideia implicada na “grande revolução brasileira”, que vem transcorrendo desde mais ou menos meados do século XIX e tem como “o marco *mais* visível entre duas épocas”²² a data de 1888. Menos do que ruptura traumática, como advertiu Vecchi, a “nossa revolução” tem um caráter intrínseco de *movimento*. Nesse sentido, Holanda, a partir da segunda edição, principalmente,

mostra sua sensibilidade *filológica* já muitas vezes assinalada pelos críticos articulando um sentido do termo a partir não da sua consunção trivial, mas da valorização da sua raiz etimológica (do latim, *revolvere*, que significa justamente

¹⁷ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 90-119.

¹⁸ Cf. *Idem*, *Ibidem*, p. 90, 91 e seg.; e HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 45, 46.

¹⁹ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 06.

²⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 89. (grifo nosso)

²¹ Cf. HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 43.

²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 254. (grifo nosso)

“rolar para trás ou enrolar”) que aponta, como se percebe, para um movimento mais complexo do que a imagem corriqueira de ruptura.²³

Tal sensibilidade se tornará patente, como insinuamos mais acima, numa sutil permuta realizada pelo autor, donde, no lugar do próprio termo “revolução”, aparecerá “movimento”. Enquanto na primeira edição o passo se apresenta assim: “Se a *revolução* que, através de todo o Imperio, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível, porém, que *já foi transposta* a sua phase aguda”.²⁴ Na edição segunda o mesmo é retificado do seguinte modo: “Se o *movimento* que, através de todo o Império, não cessou de subverter as bases em que assentava nossa sociedade ainda está longe, talvez, de ter atingido o desenlace final, parece indiscutível que *já entramos* em sua fase aguda”.²⁵ Epistemologicamente falando, há, de forma mais evidente na edição de 1948, uma teleologia não anacrônica, por meio da qual, e por via do horizonte marcado pelo tempo verbal do “ainda”,

[...] o passado arcaico passa a ser considerado sob o ponto de vista da sua superação rumo à redenção moderna. O leitor de hoje, formado em nossa tradição de pensamento social, tende provavelmente a encarar este procedimento com naturalidade, ou ao menos familiaridade; mas cumpre observar que se trata de uma notável operação de imputação de elementos imaginários, de uma “ficcionalização” da análise histórica.²⁶

Tal operação se faz notar em outra sutil mas representativa modificação inscrita no mesmo passo acima apropriado. Retornemos a ele, com a devida atenção para o segundo grifo. Ora, resulta a questão: no horizonte histórico de 1948, tendo em vista essa permuta e todas as que destacamos acima, fica a impressão de que a “nossa revolução” tem a data de 1888 funcionando apenas “como um termo formal sem a qualidade temporal de uma ruptura histórica”,²⁷ instituindo “um tempo dentro do tempo (do tempo outro do passado), o que o elege como marco periodológico” apenas.²⁸ Contudo, não é o que parece poder-se inferir das mudanças grifadas em relação à primeira edição de *Raízes do Brasil*. Aí, tem-se a impressão de que a data da Abolição é dotada de certa fixidez, pela qual, ao invés de representar “um divisor de águas”²⁹ que

²³ VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 167.

²⁴ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 137. (grifos nossos)

²⁵ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 255. (grifos nossos)

²⁶ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 08.

²⁷ VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 166.

²⁸ *Loc. cit.*.

²⁹ *Loc. cit.*.

reposiciona o “fenômeno histórico em função de outras séries de eventos periodizando o processo, a modernização da nação”,³⁰ o movimento se mostra, ao menos, como possibilidade de cessar-se num dado horizonte próximo, como se estivesse aquele presente em vias de colher os seus frutos, uma vez “que já foi transposta a sua phase aguda”.³¹ Em outras palavras, “ainda [que] testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as resonancias ultimas do lento cataclysmo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raizes ibericas de nossa cultura”,³² entrevê-se próxima “a inauguração de um estylo novo, que chrismanos talvez illusoriamente de americano, porque os seus traços se accentuam com maior rapidez em nosso hemispherio”.³³

Observaremos, em parte de trecho já citado, engenhosa atenuação de tom categórico nos termos por nós grifados, por meio da qual o acréscimo, no artigo “os”, do pronome indefinido “alguns” e da preposição “de” aventa a hipótese de que, no ato de o autor reler sua obra, esteja zelando por configurar as modulações do tempo histórico de modo coerente na narrativa; e, lembremos, ajustando o pretexto metafórico da “herança rural”, como esclarece no prefácio, à trama tensionada entre restos herdados do passado e um futuro em aberto no presente. Ao historiador as palavras:

Se em capitulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar *os* freios tradicionaes contra o advento de um novo estado de coisas que só então se faz inevitavel. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, *o marco visível* entre duas épocas.³⁴

Agora, na edição de 1948:

Se em capítulo anterior se tentou fixar a data de 1888 como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional, é que a partir dessa data tinham cessado de funcionar *alguns dos* freios tradicionais contra o advento de um novo estado de coisas, que só então se faz inevitável. Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, *o marco mais visível* entre duas épocas.³⁵

Reforçando os argumentos anteriores e empreendendo, em certa medida, uma desleitura dos dois trechos, a minuciosa alteração nos sugere que, a despeito de se ter

³⁰ *Loc. cit.*

³¹ A edição de *Raízes do Brasil* que Vecchi teve em mãos para a confecção de seu ensaio é a décima oitava, portanto, a décima quarta publicada após a versão *ne varietur*, de 1963. Cf. VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 191 (nota 07).

³² HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 137.

³³ *Loc. cit.*

³⁴ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, 136. (grifos nossos)

³⁵ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 254. (grifos nossos) Na edição de 1956, cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed., *op. cit.*, p. 250.

tentado fixar a data da Abolição “como o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional”, na realidade circundante da eminente entrada na segunda metade do século XX parecia persistir de modo renitente “alguns dos freios tradicionais” que operavam “contra o advento de um novo estado de coisas”; embora alguns outros estivessem sido superados, tornando “inevitável” o paulatino e seguro – porém sem um *telos* determinado – processo de modernização da nação. Um outro aspecto do trecho, igualmente, que não deve passar ao largo da argumentação diz respeito à permuta do segundo termo grifado. Como anteriormente aventado, no livro de 1948 a data de 1888 perde a sua proeminência enquanto marco periodizador. Na esteira da reflexão vecchiana, aí sim ela se afigura como “um divisor de águas” que reposiciona o “fenômeno histórico em função de outras séries de eventos periodizando o processo”, ao passo que, no livro de 1936, há a impressão de que, em seu modo de ser, ela assoma como marco revolucionário, quase no sentido de ruptura, de acordo com a conceituação koselleckiana do termo. Vejamos a primeira edição: “Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, *o marco visível* entre duas épocas”.³⁶ Segunda edição: “Apenas nesse sentido é que a Abolição representa, em realidade, *o marco mais visível* entre duas épocas”.³⁷ O tom categórico é nítido em *Raízes do Brasil*, 1936. Agreguemos mais elementos a tal conjectura. Na abertura do capítulo III da primeira edição, logo após o autor traçar aquele paralelo, por nós descrito no início desta parte, entre as cidades argentinas e norte-americanas, a fim de demonstrar a condição singular do Brasil, temos a seguinte assertiva:

Entretanto, para o Brasil, *a data de 1888 tem uma transcendência singular e incomparável*. Durante os primeiros anos da colônia, toda a vida do paiz concentrava-se decididamente no domínio rural: a cidade era virtualmente, senão de facto, uma simples dependência deste. Com algum exagero poderíamos dizer que essa situação não mudou até o penultimo decennio do seculo passado.³⁸

Vejamos agora o trecho, bastante modificado, de 1948:

É efetivamente nas propriedades rústicas que toda a vida da colônia se concentra durante os séculos iniciais da ocupação européia: as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependências delas. Com pouco exagero pode dizer-se que tal situação não se modificou essencialmente até à Abolição. *1888 representa o marco*

³⁶ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, 136. (grifo nosso)

³⁷ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 254. (grifo nosso) Na edição de 1956, cf. HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed., *op. cit.*, 250.

³⁸ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 44. (grifo nosso)

divisório entre duas épocas; em nossa evolução nacional, essa data assume *significado singular* e incomparável.³⁹

É de bom grado frisar que aquela comparação entre as características citadinas das espacialidades argentina, norte-americana e as do Brasil simplesmente desaparece das edições subsequentes. Talvez, pretendia Sérgio Buarque de Holanda, com tal ato, se livrar do corte demasiado sociológico da abordagem, das generalizações e das datas fixas, na edição de 1936, para adotar a parcimônia e o detalhe dos casos particulares, característicos da demanda historiográfica da década de 1940 em diante; quiçá, um indício disso seja a apropriação de Max Weber, a qual, se obtinha nessa parte de *Raízes do Brasil*, 1936, centralidade na discussão sobre o desenvolvimento das cidades na antiguidade, nas edições ulteriores da obra o alemão é “empurrado” para as últimas páginas do capítulo.⁴⁰ Voltando a leitura para o excerto supracitado, fica nítido, na

³⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 89. (grifos nossos)

⁴⁰ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 120, 121. Um fato curioso nessa menção informal a Weber no capítulo III, o qual demonstra, talvez, o afastamento em relação à matriz sociológica weberiana, a partir da edição de 1948 do ensaio, é o que diz respeito à sutil atenuação do tom com o qual fala do autor. Se na primeira edição temos: “Em alguns lugares, na Sicília, por exemplo – *segundo nos informou Max Weber em um estudo exaustivo sobre o assunto* – não residiam os lavradores, em hipótese nenhuma, fóra dos muros das cidades [...]”. Já a partir da edição segunda, vemos: “Em alguns lugares da área do Mediterrâneo, na Sicília, por exemplo, – *segundo informou Max Weber* – não residiam os lavradores, em hipótese nenhuma, fora dos muros das cidades [...]”. Modulações que atenuam adjetivações como essa constituem parte significativa das permutas efetuadas pelo autor, na passagem da primeira para a segunda edição, principalmente. Elas não passaram ao largo do meticuloso estudo de João Kennedy Eugênio: “O corte de adjetivos pode ser visto como parte de uma estratégia de atenuação estilística – menos ênfase, mais simplicidade. No capítulo 2, consta na edição de 1936: ‘O deão da catedral de St. Paul observa em erudito livro’; na edição de 1948, o qualificativo ‘erudito’ foi retirado. No capítulo 7 da edição de 1936, consta: ‘Um escritor nordestino, o Sr. José Lins do Rego, fixou em episódios significativos, numa série admirável de novelas a que intitulou ‘Ciclo da Cana de Açúcar’, a evolução crítica...’ Na edição de 1948, Sérgio suprimiu a menção à ‘série admirável de novelas a que intitulou ‘Ciclo da Cana de Açúcar’’. No capítulo 5 da edição de 1936, Sérgio Buarque referia-se ao tempo ‘em que o prodigioso Dr. Johnson’ fazia a apologia dos castigos corporais. Na edição de 1948, Sérgio cortou o adjetivo ‘prodigioso’. Ficou assim: ... ‘em que o Dr. Johnson’... Na edição de 1936, havia um juízo muito favorável a Capistrano de Abreu – ‘diz o mais sábio dos nossos historiadores’ –, que foi trocado, na edição de 1948, por um neutro – ‘diz o mesmo historiador’. No mesmo parágrafo, Sérgio suprimiu uma referência, com citação textual, a *Vida e morte do bandeirante* de Alcântara Machado. Na edição de 1936, Weber era qualificado de ‘o mais eminente sociólogo moderno’ (na nota n. 1 do capítulo 6), o que é cortado (junto com o texto original da nota) na edição de 1948. Na edição de 1936, a opinião de que os europeus do Norte são incompatíveis com as regiões tropicais era atribuído a ‘antropologistas eminentes’, o que muda para ‘alguns antropologistas’ na edição de 1948. Relacionada à busca de uma escrita arejada, a operação extrapola esse nível. De fato, não atinge todos os casos de elogios. No capítulo 1 da edição de 1936, Alberto Sampaio aparecia como ‘um dos pesquisadores mais notáveis da história de Portugal’ e assim permaneceu na edição de 1948: ‘um dos pesquisadores mais notáveis da história antiga de Portugal’. Não houve corte da adjetivação. No capítulo 4, em parágrafo acrescido em 1948, Sérgio refere-se ao ‘admirável observador que foi Vilhena’. Na edição de 1936, Theodor Geiger é considerado ‘um sociólogo de renome’ e assim permanece na edição de 1948. Isto às vezes pode sugerir distanciamento em relação àqueles que foram despojados do elogio. Quem mais sofreu a retirada de adjetivos elogiosos foi Gilberto Freyre. No capítulo 4 da edição de 1936, por exemplo, constava: ‘apontam-se, segundo um conhecedor fidedigno’. Na edição de 1948, o parágrafo, reformulado e deslocado para o capítulo 3, trazia o seguinte: ‘apontam-se, segundo

primeira edição, tom marcadamente forte da expressão usada no intuito de potencializar o evento Abolição; ao passo que, na segunda, ela encena-se mais como evento divisor de águas que reposiciona o “fenômeno histórico em função de outras séries de eventos periodizando o processo, a modernização da nação”.⁴¹ Ao invés de “transcendente”, ela assume, entre outros eventos que a estruturam, “significado singular e incomparável”. Aliás, não seria despropositada a hipótese segundo a qual, em 1948, tal data, a da Abolição, se apresenta de modo substancialmente complexo no sentido de um ganho dinâmico entre *evento e estrutura*, ao nível, talvez, do que vinha sendo preconizado pelas revisões historiográficas do período em relação ao “fato puro”, no limite, à *histoire événementielle*, sabatinada exaustivamente pelos estudiosos que se organizavam em torno da *Revista dos Annales*, por exemplo. Como já sublinhado em alguns pontos deste trabalho, Sérgio Buarque estava *pari passu* com todo esse debate, como se pode entrever nos artigos escritos na década de 1950, nos quais celebra os impulsos dados pelo ensino acadêmico, doravante, no Brasil.⁴² Momento no qual, entre latas de leite em

o Sr. Gilberto Freyre’. No capítulo 6 da edição de 1936, constava alusão elogiosa a Freyre (que não vinha nomeado): ‘Esse imperador, que alguém comparou finamente a um pastor protestante oficiando em templo católico’. Na edição de 1948, passou a constar: ‘Esse imperador, que alguém comparou a um pastor protestante oficiando em templo católico’. Sérgio suprimiu o ‘finamente’. [...] Dificilmente o corte de expressões elogiosas a Freyre teria origem em razões de estilo. De fato, Freyre é citado aprovativamente; o alto valor de sua obra é evidenciado seja ao qualificar o autor de ‘conhecedor fidedigno’ seja ao declarar que a obra de Freyre ‘representa o estudo mais sério e mais completo sobre a formação social do Brasil’. Uma vez que o corte de qualificativos (elogiosos) é seletivo, pode atender a razões do coração. Isto parece plausível, quando menos no caso de Freyre, que, como se viu acima, passa a receber tratamento cerimonioso: ‘o Sr. Gilberto Freyre’. Weber, Alberto Sampaio, Capistrano de Abreu, Gabriel Soares, Nietzsche e outros não receberam tratamento tão distante e cerimonioso. Só Freyre (a partir de 1948) e Oliveira Vianna (desde 1936). O que mudou nas disposições de Sérgio para com Freyre? E por quê?”. EUGÊNIO, João Kennedy. “Uma atenuação plausível: o organicismo em *Raízes do Brasil*, 1948”, *op. cit.*, p. 278, 279 e 280. Talvez a pergunta possa ser, em parte, respondida pelo recente artigo de João Cezar de Castro Rocha, no qual identifica uma longa e infundável rivalidade literária entre Sérgio Buarque e Gilberto Freyre. Rivalidade, no entanto, que resvala, grosso modo, em uma querela geopolítica entre intelectuais ligados ao eixo Rio-São Paulo e os do Nordeste brasileiro. Cf. ROCHA, João Cezar de Castro. “Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária”, *op. cit.*, p. 10-28.

⁴¹ VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 166.

⁴² “Eventos e estruturas têm, portanto, no campo de experiência do movimento histórico, diferentes extensões temporais, que são problematizadas exclusivamente pela história como ciência. Tradicionalmente, a representação de estruturas aproxima-se mais da descrição, por exemplo, na antiga estatística do absolutismo esclarecido; já a representação dos eventos aproxima-se mais da narração, de forma semelhante à história pragmática do século XVIII. Fixar a ‘história’ dessa ou daquela maneira seria impor escolhas inapropriadas. Ambos os níveis, o das estruturas e o dos eventos, remetem um ao outro, sem que um se dissolva no outro. Mais ainda, ambos os níveis alternam-se em importância, revezando-se na hierarquia de valores, dependendo da natureza do objeto investigado”. KOSELLECK, Reinhart. “Representação, evento e estrutura”. In: _____. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*, *op. cit.*, p. 137.

pó e garrafas de uísque em seu escritório, esse modernista na universidade⁴³ vivia *in loco* as tensões implicadas, no campo historiográfico profissional, entre categorias operativas como *monografia* e *síntese, particular e geral, teoria e empiria, e objetividade e subjetividade*; e, considerando as duas primeiras dualidades, era possível que Holanda estivesse pendendo para os primeiros polos, tal como pudemos ler em seu “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”.⁴⁴

Para retornarmos à questão da pertinência da “herança rural” como tempo residual no presente, bem como a da incerteza da possibilidade de sua superação em determinado momento de um futuro em aberto, fixemos mais um representativo passo, no qual, dialogando, mais uma vez, com o trabalho de Thiago Lima Nicodemo, sugere uma diferenciada forma de o historiador paulista experienciar o tempo. Em outras palavras, ao portar-se de modo bastante particular em relação ao conceito moderno de história, Holanda, nessa conjuntura, dotava sua escritura de uma certa “inefetividade teleológica”.⁴⁵ Remetamo-nos ao passo:

Uma superação da doutrina democrática só *será* efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo. Essa vitória *nunca se consumará enquanto não se liquidem*, por sua vez, os fundamentos personalistas e, por menos que o pareçam, aristocráticos, onde *ainda* assenta nossa vida social. Se o processo revolucionário a que *vamos assistindo*, e cujas etapas mais importantes foram indicadas nestas páginas, tem significado claro, *será* a dissolução lenta, posto que irrevogável, das sobrevivências arcaicas, que o nosso estatuto de país independente *até hoje* não conseguiu extirpar. Em palavras mais precisas, somente através de um processo semelhante teremos finalmente revogada a velha ordem colonial e patriarcal, com todas as consequências morais, sociais e políticas que ela *acarretou e continua a acarretar*.⁴⁶

Como insinuado anteriormente, as marcas temporais dos termos grifados sugerem um reforço, no livro de 1948 e ulteriores, do privilégio do espaço de experiência em seu enredamento historiográfico. Nicodemo afiança que tais modificações, operadas pelos advérbios “até hoje”, “ainda hoje” e pelos horizontes do “ainda” ou “ainda não” “imprime[m] um inequívoco sentido teleológico na análise histórica de modo que o passado arcaico passa a ser considerado sob o ponto de vista

⁴³ Fazemos alusão ao descontraído e elucidativo texto de WEGNER, Robert. “Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade”, *op. cit.*.

⁴⁴ Cf. PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisséias do conceito moderno de história”, *op. cit.*, p. 45, 46 e 47.

⁴⁵ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 09.

⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 269, 270. (grifos nossos)

da sua superação rumo à redenção moderna”.⁴⁷ Quanto a essa redenção, que tem como catalisador o moderno conceito de história, deve-se advertir, todavia, que ela difere substantivamente daquela concepção projetiva oitocentista, tal como pudemos brevemente ver na parte anterior deste trabalho, a partir das concepções histórico-literárias de Sílvio Romero e Domingos J. Gonçalves de Magalhães.

Em suma, consubstanciada a primeira edição de *Raízes do Brasil* após o advento da “Revolução de 30” e anteriormente ao Estado Novo, ela parecia trazer, mais euforicamente, as marcas de “identificação dos obstáculos que entravavam a modernização política e econômica do país; como as raízes daquilo que deve ser enfrentado para a criação de uma nova sociedade, de uma nova cultura política”,⁴⁸ uma vez que havia no horizonte histórico daquele contexto, o despontar de uma possibilidade democrática que, de fato, pudesse incorporar novos contingentes populacionais à noção mais ampla de cidadania. “Logo, pela primeira vez surgia no horizonte da história do país a possibilidade de um rompimento do estatuto colonial e de seu modelo agrário-exportador, e da realização de um modelo de desenvolvimento independente apoiado num eixo urbano-industrial”.⁴⁹ Daí, como sugerimos a partir de Ricoeur, a conotação de substantivo atribuída ao título “O passado agrário”, na edição de 1936: o passado como dimensão pretérita do tempo, o qual deveria ser recuperado apenas como “trânsito” à redenção moderna da nação.

2.2 O tempo que ainda resta das raízes do Brasil, 1956

Tendo em vista o excerto de *Raízes do Brasil* acima fixado, recuperemos brevemente um debate já estabelecido por alguns recentes trabalhos sobre a obra do nosso autor, qual seja, a questão política imbricada no rearranjo da tessitura do livro de 1948 e subsequentes edições. Autores como João Kennedy Eugênio e Leopoldo Waizbort, já pincelados na primeira parte do nosso trabalho, enfatizam um salto político democrático dado pelo ensaísta entre o arco temporal que cobre os anos de 1936 a 1948. Esse caráter progressista da perspectiva parece claro naquele excerto, na medida em que preconiza uma possível derrocada futura do par liberalismo-caudilhismo persistente na

⁴⁷ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 08.

⁴⁸ AVELINO FILHO, George. “As raízes de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*, p. 36.

⁴⁹ *Idem, Ibidem*, p. 38.

cultura política brasileira, mas também nos países de raízes ibero-americanas. Leopoldo Waizbort assevera que, no clima histórico e cultural em que vem a lume a edição de 1936, lê-se um intelectual comprometido com soluções não-democráticas e conservadoras, identificando-se com “um regime oligárquico, tingido por lideranças pessoais (talvez populistas)”,⁵⁰ além de demonstrar, também, certa valoração positiva à empresa colonizadora lusa. João Kennedy Eugênio, embora por via da análise do discurso organicista e vitalista de vertente alemã, com ênfase na filosofia da vida [*Lebensphilosophie*], de Ludwig Klages, desvela, outrossim, nas modificações do livro, certa simpatia por parte de Buarque de Holanda com o sucesso do empreendimento colonizador português. O aparato organicista, se antes, 1936, cumpria, grosso modo, a função de corroborar conceitualmente o sucesso dos portugueses e a “plasticidade” que deles herdaram os brasileiros, a partir de 1948 a sua atenuação vem a serviço de um “despistamento” do leitor, orientando-o às sendas do viés progressista das *Raízes do Brasil*.⁵¹ Isso posto, elencaremos o derradeiro passo no qual a marcação temporal, junto a outras nuances da modificação, vem à baila no sentido de corroborar tal debate sobre a possibilidade de o historiador profissional estar relendo o ensaísta histórico de *Raízes do Brasil*, 1936, procurando alinhavar o texto geral, atribuindo-lhe maior coerência. Dessa vez, após apresentarmos o trecho da primeira edição, adentraremos já na segunda metade daquela centúria, ou seja, com vistas à edição de 1956.

Todo estudo compreensivo da sociedade brasileira há de destacar o facto verdadeiramente fundamental de constituirmos o unico esforço bem sucedido, e em larga escala, de transplantação da cultura européa para uma zona de clima tropical e sub-tropical. Sobre territorio que, povoado com a mesma densidade da Belgica, chegaria comportar um numero de habitantes igual ao da população actual do globo, vivemos uma experiencia sem símile. Trazendo de paizes distantes as nossas formas de vida, nossas instituições e nossa visão de mundo e timbrando em manter tudo isso em um ambiente muitas vezes desfavoravel e hostil, somos ainda uns desterrados em nossa terra.⁵²

Façamos agora uma comparação com o excerto abaixo, contido no parágrafo da terceira edição:

A tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, *se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar*, é,

⁵⁰ WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”, *op. cit.*, p. 42.

⁵¹ Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. “Uma atenuação plausível: o organicismo em *Raízes do Brasil*, 1948”, *op. cit.*.

⁵² HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 03.

nas origens da sociedade brasileira, o *fato dominante e mais rico em conseqüências*. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos *ainda hoje* uns desterrados em nossa terra.⁵³

Antes, porém, das considerações sobre as passagens propriamente ditas, algumas palavras sobre a edição terceira do livro de estreia do autor podem ter alguma relevância: juntamente com o polêmico ensaio do poeta Cassiano Ricardo em torno do conceito de “homem cordial” e a carta-resposta de Sérgio Buarque, anexados ao final do livro, talvez seja a modificação supracitada a mais substantiva, ao menos no aspecto embaraçoso do problema que trás. No que diz respeito a elementos formais externos ao texto principal, os paratextos, percebe-se clara pretensão de dar foro de obra acadêmica ao empreendimento editorial, na medida em que, logo na sua página de rosto, veem-se anúncios de obras do autor, inclusive duas delas no prelo: *Caminhos e Fronteiras e Tentativas de Mitologia*. Em preparo: *A Era do Barroco no Brasil*. E, ao final, o livro se vê agraciado com índices de assuntos e onomástico, somando ao todo quinze páginas.

Pois bem, voltando aos excertos acima, coloquemos em cena o principal autor que o tratou, talvez, de modo mais detido. Na edição de 1956, presencia-se, segundo João Cezar de Castro Rocha, surpreendente supressão de significativa e paradoxal questão colocada pelo ensaísta, ainda na edição de 1936, acerca da formação sociocultural do país, a saber: uma “experiência de pensamento” que, mediante sedimentação do tema do exílio, desde a literatura romântica nacional, conforma a longa duração dos grandes debates e interpretações do Brasil. De acordo com Castro Rocha, ao desfazer o paradoxo contido na catacrética sentença de que *somos o único esforço bem sucedido e sem símile de transplantação de cultura europeia para os trópicos, embora ainda assim desterrados na própria terra*, o historiador, optando pelo segundo polo, revelava o índice de seu elã profissionalizante, por assim dizer, esforçando-se por dar foro de objetividade e particularidade histórica aos fenômenos da formação nacional; conseqüentemente, deixando o texto final mais aplainado e coerente. A partir dessa argumentação, o arguto estudioso da obra buarquiiana sugere que o acabamento dado à edição de 1956 fecha as portas para “a retomada crítica das circunstâncias históricas”, ameaçando “revestir *Raízes do Brasil* com um imobilismo (seria excessivo dizer fatalismo) que destoa do movimento dialético, típico do pensamento de Sérgio

⁵³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed., op. cit., p. 15. (grifos nossos)

Buarque”.⁵⁴ Ao destacar outros aspectos da permuta estilística e conceitual efetuada por Holanda, ainda na edição de 1948, diz, “com bom humor [...], que o leitor recebeu uma segunda edição revista e... *diminuída*, apesar do que promete a capa do livro”.⁵⁵

A marca temporal do “ainda hoje”, agregada somente à passagem da terceira edição, reafirma a retenção, no horizonte histórico de 1956, de aspectos do passado, moldando a fisionomia do presente; e fazendo jus, relembremos, ao caráter projetivo da metáfora cara ao terceiro capítulo da obra: “Herança Rural”. A condição de exilados na própria terra, ainda constatada naquela contemporaneidade, em virtude de fatores sociopolíticos e também intelectuais, reforça, uma vez mais, o espaço de experiência, e cujo horizonte de expectativa é experienciado efetivamente como “inefetividade teleológica”⁵⁶ provocada pela protensão temporal implicada no *ainda não* do evento aguardado – no caso, uma sociedade efetivamente democrática. Quanto à supressão do tom um pouco otimista que abre a edição de 1936, o qual, talvez, pode surpreender o leitor contemporâneo, há já alguns estudos que se defrontaram com a tensão enigmática que inere ao parágrafo de abertura do livro. Castro Rocha aposta na possibilidade de que o historiador paulista – a essa altura na eminência de assumir a cátedra de História da Civilização Brasileira, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP –, ao reler o seu livro de estreia, estivesse recuando em relação à positividade dada, à época, ao empreendimento colonizador luso; projetando, conseqüentemente, com a solução dada à abertura da terceira edição, a sensação de desenraizamento “nos primórdios da formação histórica brasileira, como se fosse o pecado original do país do futuro”.⁵⁷ Porém, dado que Castro Rocha não coteja o mesmo parágrafo com outras partes que evidenciam a tensão constante do ensaio como um todo, a sua hipótese primeira, segundo a qual Buarque de Holanda atribui juízo negativo à colonização portuguesa, torna-se um pouco comprometida. Como atesta o trabalho do próprio Kennedy Eugênio, com o auxílio do aparato organicista, vemos que o historiador, no parágrafo primeiro do seu ensaio, não alude apenas – ou, quiçá, de modo algum – à empresa lusitana, e, em virtude da impossibilidade de desvencilhar-se por completo das metáforas orgânicas ao longo das

⁵⁴ ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*, p. 117.

⁵⁵ *Idem, Ibidem*, p. 124.

⁵⁶ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 09.

⁵⁷ ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*, p. 120.

primeiras edições do ensaio, ele, a despeito de suas intenções, talvez, não consegue deixar o texto final mais aplainado e coerente, como quer João Cezar. A tensão que caracteriza o passo que enceta o livro de 1936 pode ser presenciada, com teor semelhante, logo no parágrafo que encerra o capítulo I. Vejamos sua permanência – com algumas poucas modificações que atenuam o teor organicista⁵⁸ – na edição de 1956:

Hoje, a simples obediência como princípio de disciplina parece uma fórmula caduca e impraticável e daí, sobretudo, a instabilidade constante de nossa vida social. Desaparecida a possibilidade dêsse freio, é em vão que temos procurado importar dos sistemas de outros povos modernos, ou criar por conta própria, um sucedâneo adequado, capaz de superar os efeitos de nosso natural inquieto e desordenado. A experiência e a tradição ensinam que toda cultura só absorve, assimila e elabora em geral os traços de outras culturas, quando êstes encontram uma possibilidade de ajuste aos seus quadros de vida. Nesse particular cumpre lembrar o que se deu com as culturas européias transportadas ao Novo Mundo. Nem o contato e a mistura com raças indígenas ou adventícias fizeram-nos tão diferentes dos nossos avós de além-mar como as vezes gostaríamos de sê-lo. No caso brasileiro, a verdade, por menos sedutora que possa parecer a alguns dos nossos patriotas, é que ainda nos associa à Península Ibérica, a Portugal especialmente, *uma tradição longa e viva, bastante viva para nutrir, até hoje, uma alma comum, a despeito de tudo quanto nos separa*. Podemos dizer que de lá nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma.⁵⁹

Pois bem, juntamente com esse longo trecho, não nos surpreendemos, ainda, naquela passagem que compõe o desfecho inconcluso – e não menos enigmático – de *Raízes do Brasil*, permanente em todas as edições ora analisadas, com a mesma tensão tão característica da obra buarquiana? Tensão que, mediante uso da rica teia tropológica que cobre o ensaio, nos é trazida pelas metáforas musicais, especialmente a do *contraponto*, como tentamos evidenciar nas considerações que encerram a primeira parte deste trabalho. Noção essa que possibilita a entrada do nosso autor num sistema de pensamento dual, porém sem ser dualista, como afirmou Paulo Arantes em nota, também, na parte anterior do trabalho. Nunca há, por parte de Holanda, uma opção simples por algum dos polos dentro de tal sistema, “mas tensão ininterrupta, conferindo ao ensaio inteiro uma particularíssima impressão de dissonância não resolvida, de incomodidade perpetuamente fecunda”.⁶⁰ Assertiva essa contrária a de Castro Rocha, segundo a qual, como vimos, a alteração do parágrafo por ele analisado ameaça

⁵⁸ Cf. EUGÊNIO, João Kennedy. “Uma atenuação plausível: o organicismo em *Raízes do Brasil*, 1948”, *op. cit.*, p. 274, 275.

⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed., *op. cit.*, p. 30. (grifo nosso)

⁶⁰ DANTAS, Luiz. “Prefácio”, *op. cit.*, 19.

“revestir *Raízes do Brasil* com um imobilismo (seria excessivo dizer fatalismo) que destoa do movimento dialético”, característico do pensamento do autor.

Retornando ao trecho suprimido pelo historiador, no primeiro parágrafo de sua obra, donde se tem inferido a sua suposta postura negadora da colonização lusa, tem-se elementos sutis que podem matizar, ou mesmo contrariar, essa interpretação. Primeiramente, como tencionamos sugerir, se a tensão entre sermos bem sucedidos e, ao mesmo tempo, desterrados é mitigada na terceira edição do livro, ela continua latente em muitas partes do ensaio. Lançando uma arriscada aposta: talvez o autor tenha a essa altura se dado conta do tom categórico da afirmação, logo nas primeiras linhas dos seus escritos, e quisesse deixar com que a rede interpretativa de suas argumentações fosse tomando forma ao transcorrer das páginas de *Raízes do Brasil*, instigando o seu leitor potencial a “pensar a coisa, desde o primeiro passo, com a complexidade que lhe é própria”.⁶¹ Thiago Nicodemo sugere, igualmente, que a primeira frase do parágrafo de 1936 e 1948 “soava, algum tempo depois, totalmente descabida, pois era preciso relativizar expressões como ‘bem-sucedido’, bem como rever a importância de fatores como o clima na determinação de uma sociedade”.⁶² Quanto à segunda parte do mesmo parágrafo: “Trazendo de países distantes nossas formas de convívio...”, pensamos que ela não exclui o relativo sucesso do processo lusitano de transculturação realizado no Novo Mundo, se se tem em mente que, como aventamos, não trata, de modo estrito, ao menos, de Portugal. Ao invés de excludente, ela engendra a própria tensão. Recomponhamos todo o trecho: se a tentativa de implantação da cultura europeia – com vistas especialmente à portuguesa – em território de magnitude continental deu-se, a despeito de toda adversidade, como “o fato mais rico em consequências”, temos, não obstante, que as formas de sociabilidade, “de convívio”, “instituições” e “ideias” nele forjadas, posto que trazidas de países distantes – atente-se para o termo colocado no plural! – acabam por fazer com que sejamos “ainda hoje uns desterrados em nossa própria terra”; consequência do fato de não se atentarem os brasileiros para o “ritmo espontâneo”, as “essências íntimas”, e a “plasticidade” que dos portugueses eles herdaram. Palavras contundentes, suscitadas por um diálogo entre três analistas das *Raízes do Brasil*, podem vir ao auxílio dos nossos argumentos:

⁶¹ ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”, *op. cit.*, 33.

⁶² NICODEMO, Thiago Lima. “Sentidos da colonização”. In: _____. *Urduidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*, *op. cit.*, p. 198.

[...] Cláudia Wasserman, em seu artigo *Nacionalismo: origem e significado...*, argumenta que para Sérgio a implantação da cultura portuguesa (em terras hoje correspondentes ao Brasil teria sido um equívoco a ser superado. Visando garantir credibilidade a este argumento, a dita historiadora cita, então, o seguinte trecho de *Raízes...*: “Trazendo de países distantes [...]”. Julgo tal entendimento de Wasserman equivocado em dois sentidos principais: em primeiro lugar, porque compreendo que neste ponto transcrito Sérgio não está se referindo especificamente à cultura portuguesa (não está propriamente realizando um juízo de valor quanto aos lusos e nossa relação com eles), mas sim se remetendo à maneira como temos nos relacionado com qualquer sugestão estrangeira; em segundo lugar, porque Sérgio me parece tem em mente, ao longo de toda a referida Obra, que “contatos” são inevitáveis (e até mesmo necessários), ainda que, aos Seus olhos, seja urgente que se processem de maneira crítica. Para mim, aliás, entre Suas palavras citadas acima destaca-se o verbo “timbrando”, mais que o verbo “trazendo” – “timbrar” denota abuso e embuste; “trazer”, é, ali, um pressuposto. O pesquisador paulista Flávio Aguiar também defende a hipótese de que não estaria Sérgio, de fato, ao longo de seu texto mais célebre, advogando em prol da necessidade de se “exorcizar” a herança cultural a nós deixada pelos colonizadores. Na realidade, para Aguiar, a visão de Sérgio seria a de que o legado ibérico constituía “um mal de raiz com o qual não devemos ser condescendentes, mas com o qual somos obrigados a conviver”.⁶³

Voltemos ao problema em torno da marca temporal do *ainda hoje*: poderiam algumas ponderações, representativas do prefácio à segunda edição do livro, valerem para o horizonte histórico de meados da década de 1950 no Brasil? Vejamos:

[...] fugi deliberadamente à tentação de examinar, na parte final da obra, alguns problemas específicos sugeridos pelos sucessos deste último decênio. Em particular aqueles que se relacionam com a circunstância da implantação, entre nós, de um regime de ditadura pessoal de inspiração totalitária. Seria indispensável, para isso, desprezar de modo arbitrário a situação histórica que presidiu e de algum modo provocou a elaboração da obra, e isso não me pareceu possível, nem desejável. Por outro lado, *tenho a pretensão de julgar que a análise aqui esboçada da nossa vida social e política do passado e do presente, não necessitaria ser reformada à luz dos aludidos sucessos.*⁶⁴

Apesar de a segunda e terceira edições virem a lume num período cuja vida política do país passava por uma relativa experiência democrática, entre os anos 1945 e 1964,⁶⁵ traços da consciência histórica do autor, verificados nesse jogo dialético dos advérbios, bem como no trecho acima grifado, nos dão testemunho de uma permanência de restos indesejáveis do passado, forjando, portanto, uma postura *cum grano salis* diante dos horizontes de expectativa relativos aos muitos dos otimismo de certas

⁶³ FERREIRA, Ana L. O. D. “Sérgio Buarque de Holanda: conceitos e métodos de abordagem em *Raízes do Brasil*”, 2007. In: *Proyecto Ensayo Hispánico*. Disponível em <www.ensayistas.org/filosofos/brasil> (consultado em 18/08/2013)

⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio à segunda edição”. In: _____. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., op. cit., p. 11, 12. (grifo nosso)

⁶⁵ Cf. FAUSTO, Boris. “A experiência democrática (1945-1964)”. In: _____. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001, p. 219-256.

análises e projetos sobre os rumos do chamado desenvolvimentismo por qual caminhava a nação. No raio temporal que circunscreve o horizonte da terceira edição de *Raízes do Brasil*, temos, talvez, por parte do historiador paulista, uma aproximação, salvaguardada as devidas proporções, de certo domínio técnico da temporalidade caro a autores cuja inflexão intelectual se encontra no paradigma da “formação”. Se Thiago Nicodemo já ressaltou, em seção anterior, tal técnica como sendo característica de uma imaginação histórica brasileira do século XX, é Marcos Nobre, todavia, quem vem complementar a nossa linha de raciocínio:

Publicados depois de pelo menos vinte anos de vigência do nacional-desenvolvimentismo e em ambiente de incipiente mas existente democracia, *Formação da Literatura Brasileira* (1957), de Antonio Candido, e *Formação Econômica do Brasil* (1959), de Celso Furtado, já apresentavam um grau de complexidade muito superior ao fornecido pelo par antitético original “arcaico” e “moderno”. Tratava-se, ali, de recolocar os problemas em termos de um vínculo interno entre “nacional-desenvolvimentismo” e “democracia”, entre modernização e justiça social. Sua característica marcante foi *reconstruir a história do país como estações de um processo de formação em curso, já parcialmente realizado, cujo sentido permitiria, por sua vez, delinear tendências de desenvolvimento e mesmo de continuidade*. É assim que, nesses dois livros, a ênfase recai não sobre o diagnóstico dos “arcaísmos”, mas sobre a lenta, porém progressiva, cristalização de instituições sociais que representavam realizações, mesmo que parciais e incompletas, do “moderno brasileiro” (numa palavra: o “sistema literário”, para Candido; o “mercado interno”, para Furtado).⁶⁶

No âmbito das representações políticas, quais as vicissitudes sociais e institucionais caracterizavam a compleição parcial e incompleta desse “moderno brasileiro”? De que modo a simbiótica relação entre historicidade, erudição, política e imaginação na perquirição da formação do Brasil confluía para a incessante reatualização, pelo historiador, do seu livro estreante? Recuando um pouco no tempo, final da década de 1940, fica a questão: será que, na soleira da segunda metade do século XX, fatores como os efeitos da Segunda Grande Guerra e a tentativa europeia de expurgo dos vários fascismos que assolaram o continente, enquanto que nessas plagas a ditadura varguista demonstrara que a modernidade, acompanhada de uma modernização, apesar das promessas, não trouxera em seu bojo a civilidade almejada por muitos daquela geração, não imprimiam nessa edição de *Raízes do Brasil* aquele tom quase melancólico em relação ao tempo da nação? Como sugerimos em linhas acima, mediante o cotejamento das marcas temporais sublinhadas nas passagens do

⁶⁶ NOBRE, Marcos. “Depois da formação. Cultura e política da nova modernização”, *op. cit.*. (grifo nosso)

último capítulo das duas edições da obra, o autor parecia não vislumbrar possibilidades próximas e concretas de superação de aspectos indesejáveis da “herança rural”.⁶⁷

No campo intelectual, o mal-estar provocado pela experiência dos regimes totalitários e das catástrofes perpetradas pela grande guerra continental europeia, marcando, como dissemos no início deste trabalho, homens como Benedetto Croce, Marc Bloch, Meinecke, não passou incólume pela consciência do historiador Sérgio Buarque de Holanda, o qual, em território pátrio, via se descortinar, por exemplo, a Doutrina de Segurança Nacional contra o espectro do “comunismo”, apoiada massivamente pelos Estados Unidos.⁶⁸ Em artigo publicado no ano de 1950, dedicado a reflexões sobre *Apologia da História* (1949), famoso livro inacabado de Marc Bloch, o historiador brasileiro demonstra seu apreço pelas ideias do francês acerca do papel do *métier* para o presente. Em teor semelhante ao daquela entrevista datada de finais da década de 1940, concedida a Homero Senna, a qual articulamos, em nota da primeira seção correspondente à segunda parte deste trabalho, com as reflexões de Hans G. Gadamer sobre o lugar da tradição na perspectiva hermenêutica contemporânea, Buarque de Holanda evoca, igualmente, a máxima de Goethe, segundo a qual “escrever História é um modo de desembaraçar-se do passado”. Porém, adverte o brasileiro, desembaraçar-se não de todo e qualquer passado, mas sim do *efeito* daquele cuja parcela serve, ou serviu, a fins de algum juízo e uso instrumental por parte certos setores sociais. No limite, como temos tentado argumentar mediante as linhas acima, o que estava em jogo, nesse momento, para o crítico literário e historiador era a possibilidade de a prática universitária desenvolver uma cultura de ensino e pesquisa histórica capaz

⁶⁷ O representativo trabalho de Eugênio assinala, de modo vigoroso, o possível mal-estar de Sérgio Buarque diante dos acontecimentos decorrentes da implantação do Estado Novo. Além de presenciar, no campo da política externa, parte da constelação intelectual com a qual moldou a teia teórica e metodológica da edição de 1936 das suas *Raízes do Brasil*, sendo apropriada pelos regimes nazi-fascistas, não se alheou, ainda, da cena brasileira, cujo discurso organicista foi primordial no enredamento das pautas ideológicas do púlpito varguista. “Ele pode ter notado uma proximidade incômoda entre o argumento de *Raízes do Brasil* e o discurso de legitimação do regime liderado por Vargas. De fato, ‘a tradição de busca das raízes culturais vai ser recuperada pelos ideólogos de 1937’, constituindo um ponto de articulação do Estado com setores da intelectualidade. De acordo com Lúcia Lippi Oliveira, ‘o Estado Novo em sua complexa trama de ‘tradição’ e ‘modernização’ exerceu um apelo substancial sobre a intelectualidade brasileira. [...] Literatos modernistas, políticos integralistas, positivistas, católicos, socialistas são encontrados trabalhando lado a lado’. Enquanto colegas modernistas colaboravam com o Estado Novo – Drummond, Mário de Andrade, Villa Lobos, Prudente de Moraes, neto – Sérgio entrou em crise ao perceber que um regime de força tomava para si o apreço pelas raízes do Brasil”. EUGÊNIO, João Kennedy. “Uma atenuação plausível: o organicismo em *Raízes do Brasil*, 1948”, *op. cit.*, p. 322.

⁶⁸ Cf. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 69 e seg.

de estimular, entre outras coisas, consciências que evitassem os usos autoritários e oficiais da história. À guisa de encerramento desta seção, ouçamos o próprio:

É que para o verdadeiro historiador há de importar primeiramente o esforço para a boa inteligência da hora presente, se quiser entender o passado. E, por outro lado, qualquer valorização sentimental do passado – valorização que só poderá ser fragmentadora e caprichosa – nos levaria a vê-lo com as cores de nossa nostalgia. É, de fato, por um erro de consequências muitas vezes funestas que certos espíritos, não raro lúcidos e honestos, acreditam descobrir uma amostra de puro zelo pelo passado na tendência para se ver prolongado até o presente ou reproduzido nele aquilo que corresponde nitidamente a outro horizonte histórico. [...] entre povos sem longo passado como o nosso, torna-se por isso mesmo frequentemente tirânica a ambição de forjar um passado artificial, e que a “idolatria do ser efêmero”, como chamou a essa tendência o historiador britânico J. Toynbee, tende a encontrar os mais fervorosos adeptos. [...] Zelar pelo passado, através de seus autênticos testemunhos, é sem dúvida obrigação precípua do historiador. Mas obrigação que, justamente para ser coerente, requer que se denunciem com vigor o simples pastiche ou a vontade de se ressuscitarem monumentos e instituições de eras transadas. Uma crescente reabilitação dos estudos históricos, feita segundo esse critério, torna-se, pois, exigência imperiosa, a que devem atender as novas gerações. E essa reabilitação pode efetuar-se em grande parte por *uma atenção mais dedicada aos problemas da historiografia*. [...] Para tal orientação acredito que muito militará a iniciativa do grupo de professores paulistas que vem publicando uma nova *Revista de História*. Apesar de sua modéstia, esse periódico [...] poderá ter grande papel em nossa cultura. O de mostrar o verdadeiro sentido de uma disciplina, que se vem transformando cada vez mais, de simples devaneio estético, ou exercício erudito, em *questão vital para a época presente*.⁶⁹

2.3 Compreender o regime historiográfico de *Raízes do Brasil*, 1936

Recuando vinte anos antes da publicação de sua terceira edição, podemos reiterar que *Raízes do Brasil* é, a um só tempo, um dos singulares produtos e, também, produtores de “um *momento de síntese* de todo um período rico em atividades”, como afirmado a partir de George Avelino Filho, no início deste trabalho. Mais do que “uma obra de transição, onde o historiador e pesquisador sistemático ainda não predominam sobre o jornalista e crítico literário modernista”,⁷⁰ sugerimos que ela desponta como uma das *obras-sinédoque* desse período compreendido pelo esforço de síntese interpretativa da nação. Recordemos, nesse sentido, as representativas palavras de Oliveira Vianna, na introdução desta dissertação, quando de seu discurso de posse no

⁶⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Apologia da História”. In: _____. *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro II (1950-1979)*. Marcos Costa (org.). – São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 19, 20, 21. (artigo originalmente publicado na *Folha da Manhã*, São Paulo, a 18 de julho de 1950 – grifos nossos)

⁷⁰ AVELINO FILHO, George. “As raízes de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*, p. 33.

IHGB, em 1924. Evocando o “illustre Henri-Berr”, assevera que “a complexidade das cousas implica a diversidade do saber”. Como temos aventado ao longo destas reflexões, antes que se adentrasse a segunda metade do século passado, presenciava-se, em território nacional, aquele “espírito científico desespecializado”, o qual envolvia, de acordo com Roberto Ventura, “uma concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber ‘universal’ [...] Daí a importância do ensaio literário, histórico e cultural, como forma de expressão de letrados e bacharéis [...]”.⁷¹ Um Caio Prado Jr., por exemplo, deixa manifesto em sua obra *Evolução política do Brasil* (1933) o teor da aspiração pela síntese no dito momento. Verificamos tal fator já nas primeiras linhas do prefácio à primeira edição do livro que, segundo o próprio, foi enredado pelo “método relativamente nôvo – refiro-me à interpretação materialista”:

Isto que o leitor vai ler *não é uma história do Brasil*. Como indica o próprio título, *é um simples ensaio*. Procurei tão-somente dar a *síntese* da evolução política do Brasil e não traçar a sua história completa. [...] pensei apenas dar a *resultante média* dos inúmeros fatos que compõem a nossa história, a *linha mestra* em torno de que se agrupam êstes fatos, fui obrigado a uma seleção rigorosa para a *compreensão* geral do assunto.⁷²

A fim de abrir a frente de reflexões e hipóteses que se delinearão nas linhas que se seguirão, evoquemos, agora, a memória do próprio Sérgio Buarque, novamente na década de 1950, a partir da qual fala do lugar dos trabalhos de interpretação nos três primeiros decênios do século XX. Recorte temporal do qual se extrai, das muitas obras do período, a busca de soluções para os patentes problemas da sociedade brasileira; muitos dos letrados da nova geração que aí despontava, propuseram, num muito curto espaço de tempo, e cada qual à sua maneira, projetos intelectuais e visões da experiência histórica nacional tão influentes e instigantes quanto distintos.

A bibliografia histórica do decênio de 1930 é largamente ocupada por escritos onde a interpretação elucidativa, e às vezes interessada *e mesmo deformadora dos fatos*, visa a explicar tais fatos ou a caracterizá-los em sua configuração especificamente nacional. A importância de muitos desses escritos suscitados em parte pelas perplexidades de *uma época de crises e transformações*, exigiria estudos à parte.⁷³

Embora curiosamente o autor não elenque a sua obra seminal nesse já conhecido balanço historiográfico – modéstia intelectual apenas? – cabe averiguar a medida de sua

⁷¹ VENTURA, Roberto. “Civilização nos trópicos?”, *op. cit.*, p. 41.

⁷² PRADO Jr., Caio. “Prefácio da 1ª edição”. In: _____. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1971, p. 09. (grifos nossos)

⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, *op. cit.*, p. 74. (grifos nossos)

importância nessa “época de crises e transformações”. A hipótese primeira que se sugere é que *Raízes do Brasil* compõe, de modo particular, o rol dos trabalhos abarcados pelo ensaísmo de teor histórico como uma via entre as variegadas formas de interpretação dos tempos pretéritos da nação. Em virtude de uma certa intencionalidade por parte dos autores na feitura dessa modalidade de escrita da história, poderíamos considerá-la como um gênero pelo qual “todos esquadrinham, tentam sínteses, procuram explicações”.⁷⁴ Ao refletir teoricamente sobre o período tratado, Fernando Nicolazzi sugere que múltiplos regimes historiográficos formavam, dentro de um regime de historicidade, cujo modo de ser ainda se orientava, em parte, pelo século XIX, uma frente na tarefa de representar textualmente a história pátria:

[...] se não me parece possível afirmar categoricamente que no período [...] compreendido entre os anos 1870 e 1940 houvesse um regime de historicidade completamente distinto daquele no qual a geração anterior atuou historiograficamente, talvez seja possível ao menos sustentar [...] que outros regimes historiográficos puderam emergir a partir de uma perspectiva crítica em relação aos modelos assumidos pela geração que fundou o Império brasileiro e que deu a ele suas primeiras narrativas históricas nacionais. Ou seja, se não houve ali uma alteração brusca nas formas pelas quais o tempo era experienciado, me parece que as demandas sobre a história e sua escrita efetiva já não obedeciam aos mesmos requisitos.⁷⁵

Tendo em vista tais ponderações, podemos retornar com a questão colocada na seção dedicada à discussão da fortuna crítica sobre *Raízes do Brasil*, no início da dissertação: o ensaio, como um dos protocolos de escrita da história nesse período, afirmava sua concreção na medida em que viabilizava um amálgama de formas discursivas capaz de configurar a simultaneidade temporal característica daquele intermédio, ou, se se quer, daquela *brecha* deixada por eventos de uma “época de crises e transformações”, como afirmou Sérgio Buarque. A sensação de contemporaneidade entre distintas temporalidades, bem como a de desordem temporal, representativa da

⁷⁴ CANDIDO, Antonio. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”, *op. cit.*, p. 123.

⁷⁵ NICOLAZZI, Fernando. “A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história no Brasil, 1870-1940”, *op. cit.*, p. 15. Embora pese um pouco na nota, Amaral Lapa se aproxima dessas reflexões quando discorre sobre o período anterior ao Modernismo, bem como a contribuição do movimento para a prática historiográfica brasileira: “Até pelo menos a década de 20 o conhecimento histórico e a Historiografia brasileira são basicamente os mesmos do século XIX, isto é, guardam as mesmas limitações tradicionais, não tomando no seu conjunto sequer conhecimento do progresso sofrido pelas Ciências Humanas, nem mesmo dos estudos históricos em outros países, sendo de justiça entretanto relevar neste último caso o exemplo excepcional de Capistrano de Abreu que procurou sempre estar sincronizado com o pensamento histórico estrangeiro, sem conseguir contudo aplicar na dimensão desejada as teorias e modelos que leu e naturalmente assimilou”. LAPA, José Roberto do Amaral. “O Modernismo e a Historiografia”. In: _____. *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 2ª ed., 1981, p. 79, 80.

cultura histórica brasileira desde fins do século XIX, porém ainda evidente nas primeiras décadas do XX, punham em expectativa a experimentação de uma forma de escrita que pudesse vazar aquele particular modo de experienciar o tempo.⁷⁶ De que modo *Raízes do Brasil* compõe esse cenário multiforme e pluridimensional?

Vimos que, por meio das metáforas musicais, especialmente a que se refere à ideia de contraponto, o autor sugere um modo distinto de vislumbrar as potencialidades da modernidade brasileira. Ao contrário dos “pedagogos da prosperidade”⁷⁷ e “doutrinadores do tempo”,⁷⁸ ou anos antes, dos “acadêmicos ‘modernizantes’”,⁷⁹ que, como vimos na primeira parte deste trabalho, queriam impor ao tempo da nação uma ordem mediante aquilo que o jovem Sérgio Buarque chamou categoricamente de “panaceia abominável da construção”, a sua consciência histórica, enredada nos dilemas de *Raízes do Brasil*, 1936, era presidida por uma noção complexa do tempo, em que ordem e desordem coexistiam conflitantes. Portanto, uma desordem que não implica necessariamente a falta de ordem, como queria, por exemplo, um Tristão de Athayde, mas pelo contrário, que subentende o *conflito contrapontístico entre ordens não correlacionadas*.⁸⁰ Segundo Eduardo Jardim de Moraes, para parte da *intelligentsia* modernista, “a constituição de uma teoria da temporalidade da vida nacional vai possibilitar a reavaliação da situação de ‘atraso’ do contexto nacional. Ela vai também fornecer as bases da definição de um tempo da modernização próprio da nacionalidade”.⁸¹ Assim, talvez, é que se delineia o esforço sintético do livro de estreia de Sérgio Buarque de Holanda: diante da constatação de relativa justaposição entre distintas temporalidades, onde o arcaico coabitava tensionalmente com o moderno, o ensaísmo histórico urdido em sua obra concretizava-se, em consonância com outras obras, como “o ponto de junção propício no Brasil para a relação entre as ‘três culturas’ [Lepénies] que marcaram o século XIX, sua forma privilegiada de discurso”, como já sugeriu Nicolazzi.

Embora aponte para a superação eminente de restos desse arcaico e, ao mesmo tempo, vislumbre no horizonte próximo a completude do moderno brasileiro, ou de uma

⁷⁶ NICOLAZZI, Fernando. “Introdução”, *op. cit.*, p. 01, 02.

⁷⁷ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 128.

⁷⁸ *Idem, Ibidem*, p. 157.

⁷⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O lado oposto e outros lados”, *op. cit.*, p. 86, 87.

⁸⁰ Cf. VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 180, 181.

⁸¹ MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo Revisitado”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 18.

harmonia autêntica do tempo nacional, o ensaísta não oferece uma solução acabada do processo, como visto em “Nossa Revolução”. Na segunda seção desta parte do trabalho, tentamos argumentar que, mediante o cotejamento entre trechos das duas primeiras edições, tem-se a impressão de que a data da Abolição, mola propulsora da “grande revolução brasileira”, sugere ainda certa fixidez. Ao invés de representar “um divisor de águas” que reposiciona o “fenômeno histórico em função de outras séries de eventos periodizando o processo, a modernização da nação” (Vecchi), tal qual se infere da edição de 1948, o movimento se mostra como possibilidade de cessar-se num dado horizonte próximo, como se estivesse o presente de 1936 em vias de colher os seus frutos, uma vez “que já foi transposta a sua phase aguda”.⁸² Em outras palavras, “ainda [que] testemunhamos presentemente, e por certo continuaremos a testemunhar durante largo tempo, as resonancias ultimas do lento cataclysmo, cujo sentido parece ser o do aniquilamento das raízes ibericas de nossa cultura”,⁸³ entrevê-se próxima “a inauguração de um estylo novo, que chrismamos talvez illusoriamente de americano, porque os seus traços se accentuam com maior rapidez em nosso hemispherio”.⁸⁴

Constituindo-se, portanto, como um ensaio entre o passado e o futuro,

o livro chama a atenção para mudanças avassaladoras na sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, recupera elementos da tradição. [...] Ao contrário de constituir uma narração do suplantar da tradição e do alvorecer e consolidar do moderno no país – ou da substituição da cordialidade pela civilidade –, o ensaio é constituído por uma constante oscilação entre o olhar para trás, enxergando a tradição viva, e o olhar para a frente, apontando as virtualidades da modernização.⁸⁵

Se se considere que a metáfora vegetal do título do livro se sedimenta mais profundamente no horizonte histórico de sua primeira publicação, podemos aventar, então, que, naquela coordenação assimétrica em que se situa o presente entre passado e futuro, havia uma tensão maior dispensada à busca das raízes do Brasil e sua urgente superação; ou seja, um possível privilégio do horizonte de expectativa. O aprofundar em nossas “essências íntimas”, nas temporalidades plásticas que dos lusitanos herdamos – apontando, obviamente, o que daí poderia ser superado –, implicava na complexificação dos olhares e perspectivas múltiplas das camadas acumuladas de experiências diversas da formação social. Tal modo de dirigir-se ao passado aproximava o ensaísta menos da

⁸² HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 137.

⁸³ *Loc. cit.*.

⁸⁴ *Loc. cit.*.

⁸⁵ WEGNER, Robert. “Um ensaio entre o passado e o futuro”, op. cit., p. 337; 350.

noção de *civilização* do que da noção alemã de *cultura*. Já se observou que Sérgio Buarque, na década de 1930, orbitava bastante em torno da inteligência germânica das ciências sociais, ao passo que, a partir da década de 1940 em diante, sua formação como historiador *tout court* o aproximava mais de regimes discursivos caros às especialidades francesa e norte-americana,⁸⁶ donde, como vimos, o seu paulatino progressismo no campo político tensionava sua consciência histórica em direção ao horizonte de expectativas, porém com o peso dispensado ao irrevogável espaço de experiência em que se formava a incipiente ideia de nação. Talvez, um retorno ao cotejamento da primeira com a terceira edição, tendo em vista outra parte do famoso primeiro parágrafo, pode abrir mais o leque de possibilidades interpretativas que ora se propõe:

Podemos construir obras excellentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos imprevistos, elevar até á perfeição o typo de *cultura* que representamos: o certo é que todo fructo de nosso trabalho ou de nossa preguiça *participa fatalmente* de um estylo e de um systema de evoluções naturaes a outro clima e a outra paizagem.⁸⁷

Vejamos o mesmo passo da edição de 1956:

Podemos construir obras excelentes, enriquecer nossa humanidade de aspectos novos imprevistos, elevar à perfeição o tipo de *civilização* que representamos: o certo é que todo o fruto de nosso trabalho ou de nossa preguiça *parece participar* de um sistema de evolução próprio de outro clima e de outra paisagem.⁸⁸

Além da evidente atenuação do tom categórico ressaltado pelos segundos grifos, evitando, talvez, o fatalismo na análise da formação sociocultural, de modo surpreendente, o conceito de cultura, enquanto mantido até à segunda edição, é substituído pelo conceito de civilização, na terceira. Ora, sabemos que na clássica definição de Norbert Elias o conceito de cultura no emprego alemão estabelece estreitos laços com a noção de “visão de mundo” [*weltanschauung*], na medida em envolve a autocompreensão do sujeito, ou dos sujeitos, numa determinada experiência [*Erlebnis*], ao passo que estabelecem, ainda, uma constante reavaliação da situação específica na qual se encontra sua produção cultural. O conceito de civilização, por sua vez, é caracterizado por toda uma carga semântica de cunho processual.⁸⁹

⁸⁶ Cf., entre outros, ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*, p. 124; WEGNER, Robert. “Um outro americanismo”, *op. cit.*, p. 71-93.

⁸⁷ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 03. (grifos nossos)

⁸⁸ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed., *op. cit.*, p. 15. (grifos nossos)

⁸⁹ “‘Civilização’ descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo incessantemente ‘para a frente’. O conceito alemão de *Kultur*, no emprego corrente, implica uma relação diferente com o movimento. Reporta-se a produtos humanos que

Bem, nesse retorno, sob novos moldes teóricos, ao passado nacional, cujos resíduos se manifestavam em camadas temporais múltiplas e trazendo as diversas experiências históricas da formação, qual a resposta dada, naquele presente, pela síntese plasmada em *Raízes do Brasil*? O que singularizaria essa obra seminal diante dos outros esforços de síntese, em que, numa “concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber ‘universal’” (Ventura), assomaram as múltiplas dimensões do tempo pretérito até então pouco elaboradas? O trabalho de Kennedy Eugênio traz para a frente de sua análise comparada do livro o arcabouço discursivo organicista que o alicerça. Pioneiramente, o autor verticaliza o seu estudo dando ênfase nesse ponto forte entre as características da primeira edição do ensaio buarquiano. Segundo Eugênio, a proeminente matriz teórica que pauta o ensaio de 1936 é o vitalismo, ligada aos ditos autores “irracionalistas” alemães, como Klages, e, indiretamente, Nietzsche.⁹⁰ Porém, o que dota *Raízes do Brasil* da complexidade que lhe é inerente, argumenta João Kennedy, é a rivalidade com as matrizes ditas “racionalistas”, tendo como carro-chefe a sociologia de Max Weber. Conceitos antitéticos pululam em todo o livro, como espontaneidade/racionalização, vida/espírito, forma/fórmula, etc., num movimento de “constante oscilação entre o olhar para trás, enxergando a tradição viva, e o olhar para a frente, apontando as virtualidades da modernização”, como sugeriu Wegner. Às vezes, em uma única seção da obra, coadunam-se tensamente as duas principais, de acordo com Eugênio, matrizes teóricas que presidem o ensaio. Enquanto que a busca das “essências íntimas” – discurso organicista – era o ponto de partida, o espaço de experiência, do desvelamento das raízes, incluindo as da má formação, a sociedade democrática e derrocada do

são semelhantes a ‘flores do campo’, a obras de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo. O conceito de *Kultur* delimita. Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo. [...] Em contraste, o conceito alemão de *Kultur* dá ênfase especial a diferenças nacionais e à identidade particular de grupos. [...] Enquanto o conceito de civilização inclui a função de dar expressão a uma tendência continuamente expansionista de grupos colonizadores, o conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: ‘Qual é, realmente, nossa identidade?’”. ELIAS, Norbert. “Sociogênese da diferença entre ‘kultur’ e zivilisation’ no emprego alemão”, *op. cit.*, p. 24, 25.

⁹⁰ A ênfase no espectro desse autor na primeira edição de *Raízes do Brasil* é dada por Leopoldo Waizbort, o qual, mediante a análise da epígrafe que abre o último capítulo do livro, extraída de *O anticristo*, sustenta que o elitismo político de base teórica vitalista – ou anti-intelectualista –, preconizado em “Nossa Revolução”, parte do filósofo alemão. Cf. WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”, *op. cit.*, p. 43 e *passim*.

patrimonialismo despontavam num horizonte de expectativa próximo, por meio da “racionalização” – discurso sociológico. Não sendo, é bem verdade, uma singularidade de *Raízes do Brasil* o uso do aparato organicista para a interpretação histórica do período, podendo ser patentemente verificado num *América Latina: males de origem*, de Manuel Bomfim, por exemplo, Sérgio Buarque, contudo, lança mão do recurso de modo bastante sofisticado e particular, atribuindo-o mais vivacidade, talvez, em virtude de seu legado crítico-literário, e com o qual o transforma, portanto, de categorias duais excludentes – advindas do próprio Klages, aliás –, em ricas imagens metafóricas. É, pois, daquele significativo parágrafo das metáforas musicais, o qual encerra o livro, que pode-se extrair um exemplo ilustrativo disso. Nesse sentido, é o próprio Kennedy Eugênio quem, argutamente, vem ao nosso auxílio:

Outra marca do diálogo com Klages mostra-se na noção de *ritmo espontâneo* – expressão da *vida* e que aflora no vai-e-vem das marés, no fluxo e refluxo das ondas. Sérgio e Klages distinguem entre *ritmo espontâneo* e *medida* (ou *compasso*). Esse contraste, que Klages discute brevemente em *Sobre o Eros cosmogônico* e que constitui o núcleo d’*A natureza do ritmo*, ocorre, de forma explícita, no final de *Raízes do Brasil*. Ali se distingue entre “compasso mecânico”, capaz apenas de uma “harmonia falsa”, e o “ritmo espontâneo”, que exprime as “essências mais íntimas”, desdenhosas das invenções humanas. No diálogo com Klages, Sérgio assume a idéia de ritmo espontâneo (que é o ritmo da vida) e ao mesmo tempo busca superar o *dualismo de exclusão* do pensador alemão. Em vez da idéia da impossível convivência entre *espírito* e *vida*, Sérgio não hesita em declarar que essa oposição “deve resolver-se em um contraponto para que o quadro social seja coerente consigo”, pois, a seu ver, “há uma única economia possível e superior aos nossos cálculos e imaginações para compor um todo perfeito de partes tão antagônicas”.⁹¹

Em suma, é por meio da síntese desse todo heterogêneo, que muitos dos “escritos suscitados em parte pelas perplexidades de uma época de crises e transformações” comporão uma espécie de linguagem historiográfica dentro de um regime historiográfico específico. Definindo-se, portanto, como o “esforço de sistematização de uma realidade histórica colocado entre a literatura e a crítica histórica”, abre-se para o ensaio “todo o campo das ciências sociais (*inclusive na medida organicista que as aproximava das ciências naturais*), justamente no contexto em que a sociologia como disciplina não dispunha ainda de meios institucionais definidos para sua autonomia”.⁹² O oximórico ensaísmo praticado em *Raízes do Brasil*,

⁹¹ EUGÊNIO, João Kennedy. “Diálogos: Klages e Weber em *Raízes do Brasil*, 1936”, *op. cit.*, p. 155.

⁹² NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*, p. 326, 327. (grifo nosso)

1936, encenava-se nesse ambiente na medida em que, “metodicamente sem método”,⁹³ propunha uma ordem por meio da desordem, ou melhor, entre “ordens não correlacionadas, tornando, portanto, um absurdo tentar discriminar entre ordem externa e desordem interna, ordem tradicional e desordem moderna, porque ambos são a forma com que o Brasil se inscreve na modernidade”.⁹⁴

Daí decorre, talvez, ser um exagero, outrossim, tentar discriminar entre um Sérgio Buarque conservador, no limite, antidemocrático, e outro democrata, antiliberalismo de fachada, tendo como referencial a concatenação das matrizes teóricas díspares por ele mobilizadas da “constelação intelectual” alemã do início do século XX, como sugerem alguns dos estudos aqui evocados.⁹⁵ Muito já se disse que “não era de seu feitio agarrar-se a qualquer teoria com exclusividade, porque, se assim o fizesse, o espaço da criatividade e da imaginação seria drasticamente restringido, ou até anulado, pela presença maciça do modelo teórico”.⁹⁶ E nesse período de “crises e transformações”, como disse o próprio algumas dezenas de anos depois, esse seu *ethos* hesitante pôde ser testemunhado por um de seus diletos amigos, em entrevista concedida “num bonde da Gávea à 1h30m da madrugada”, donde se esperava notícias de sua temporada na Alemanha, mas mais ainda de sua “invasão” da Rússia, que, como se sabe, foi fracassada.

⁹³ KAUFFMANN, R. Lane. “The Skewed Path: Essaying an Unmethodical Method”, *op. cit.*, p. 230.

⁹⁴ VECCHI, Roberto. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”, *op. cit.*, p. 180, 181.

⁹⁵ Kennedy Eugênio ilustra como, nesse mesmo período, autores indubitavelmente orientados por uma consciência política de esquerda, como Benjamin, Adorno e Horkheimer, assimilaram de modo bastante idiossincrático algumas das teorias ditas irracionistas. “Klages era muito lido na Alemanha dos anos 1920 e 1930. Seu prestígio na Alemanha é atestado por Karl Löwith, que, em 1927, publicou ‘Nietzsche im Lichte der Philosophie von Ludwig Klages’ no *Reichs philosophischer Almanach*. Ele dizia haver um culto a Klages, considerado um ‘metafísico profundo’ em círculos de diletantes bem informados. Além de Löwith, Ludwig Klages foi comentado por Hans Urs von Balthasar, Hermann Keyserling, Max Scheller, Walter Benjamin, Adorno e Horkheimer. Os três últimos se beneficiaram de várias intuições de Klages. Na Itália, foi lido por Antonio Banfi, por Ernst Seillière na França, e no Brasil por Alceu Amoroso Lima. Há muitos estudos sobre a obra de Klages e vários surgiram quando ele ainda vivia. Não surpreende que Klages atraísse o olhar de Walter Benjamin, uma vez que, segundo as palavras de Scholem, seu amigo, ele ‘geralmente tinha uma consciência aguda daquilo a que chamou ‘a estranha interação existente entre a teoria reacionária e a prática revolucionária’. Habermas destaca que ‘Benjamin, que pôs a descoberto o mundo pré-histórico através de Bachofen, conheceu [Alfred] Schuler, apreciava Klages e correspondia-se com Carl Schmitt’. O que impelia Benjamin a explorar mundos distantes do ideário de esquerda era a insatisfação com o exagerado ‘progressismo’ da esquerda, sugere Richard Wolin, que julga natural que Benjamin tentasse mobilizar para a crítica da modernidade potenciais oferecidos por pensadores reacionários, uma vez que a crítica de direita da ‘Zivilisation’ [...] mostrou ser mais intransigente, mais abrangente e menos disposta a fazer concessões aos pressupostos normativos do mundo moderno do que a crítica de esquerda’, afinal, ‘em última análise, tanto os social-democratas como os comunistas [...] se mostraram exageradamente seduzidos pela lógica do ‘progresso’”. EUGÊNIO, João Kennedy. “Diálogos: Klages e Weber em *Raízes do Brasil*, 1936”, *op. cit.*, p. 117, 118, 119.

⁹⁶ MONTEIRO, Pedro Meira. “Um prelúdio weberiano: as categorias se anunciam”, *op. cit.*, p. 77, 78.

- ?...
- O poeta de mais influência sobre a geração nova é Hölderlin, toda a poesia atual deriva dele, é na Alemanha o que é Rimbaud na França, mais profundo que Rimbaud.
- ?...
- Dos velhos? Goethe.
- ?...
- Heine não, se lê muito menos. Schiller também caiu muito. Schiller é o representante do idealismo kantiano. O idealismo perde terreno cada vez mais na Alemanha. *A mocidade está voltada para Klages, um nome quase inteiramente desconhecido fora da Alemanha e que dentro dela no entanto goza de enorme prestígio.*
- ?...
- *A filosofia de Klages é a da libertação dos instintos.*
- ?...
- *Quando saí daqui eu tinha uma tendência para o comunismo. Hoje estou achando nele o mesmo excesso racionalista do catolicismo.* Comunismo e catolicismo são soluções extremamente racionalistas.⁹⁷

Da qualidade das impressões e informações, caso tivesse sido bem sucedida a tão aguardada “invasão” da Rússia, diz Manuel Bandeira, em tom um pouco laudatório, porém humorado:

Tudo que se lê sobre a República do Soviéticos inspira desconfiança aos espíritos imparciais. As notícias são as mais contraditórias, segundo as idéias políticas dos viajantes que a visitam. E ainda se a gente pudesse acreditar na boa fé que as ditam, Sérgio, com a sua inteligência, a sua cultura, o seu tino jornalístico, a sua probidade, estava nas condições de nos fornecer um depoimento de primeira ordem e inteiramente digno de confiança. [...] A mesma ausência de qualquer fé bem definida de sua parte, de adesão a qualquer sistema, era uma garantia da isenção com que ele nos informaria. A leve tendência que ele manifestava para a doutrina comunista, tendência que se dissipou ao contato da Alemanha nova, influenciada pela filosofia de Klages, era apenas o necessário e bastante para que ele tudo olhasse com a simpatia desapaixonada de que não são capazes nem os comunistas militantes nem os seus adversários. E agora acabou-se! Sérgio é da... libertação dos instintos...⁹⁸

E acaso daí não derivará o rechaço por parte do ensaísta tanto das variedades do “incipiente mussolinismo indígena” como da “mentalidade anarquista de nosso comunismo”, exposto nas páginas finais de *Raízes do Brasil*?

Na doutrinação dos nossos “integralistas”, com pouca corrupção a mesma que aparece nos manuaes italianos, faz falta aquela truculencia desabrida e exasperada, quasi apocalyptica, que tanto colorido emprestou aos seus modelos da Italia e da Alemanha. A energia sobranceira destes, transformou-se, aqui, em pobres lamentações de intellectuaes neurasthenicos. Deu-se com elles coisa parecida com o

⁹⁷ BANDEIRA, Manuel. “Introdução – Sérgio Buarque de Holanda acaba de regressar da Alemanha, onde passou dois anos preparando uma invasão da Rússia, que fracassou”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, op. cit., 292, 293. (originalmente publicada em *O Jornal*, Rio de Janeiro, a 24 de janeiro de 1931 – grifo nosso)

⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 293.

que resultou do comunismo, que atrai entre nós precisamente aqueles que parecem menos aptos a realizar os princípios da Terceira Internacional.⁹⁹

Já em 1979, atravessado um regime historiográfico distinto do que abarca o recorte temporal proposto por esta dissertação, imprimirá o historiador uma memória disciplinar – e, no limite, construirá, em parte, uma “ilusão autobiográfica” – sobre sua própria experiência no período acerca do qual ora se discorre. Embora saibamos que a essa altura o autor, em muitas ocasiões, demonstrava certo desconforto com relação às suas *Raízes do Brasil*, pelo motivo, entre outros, de parte das matrizes teóricas que amparam a obra, em 1936, ter sido apoderada pelos regimes de força centro-europeus,¹⁰⁰ principalmente, as longas linhas abaixo não deixam de ser representativas de sua infundável inquietação intelectual:

Saturado das leituras, acabei por desinteressar-me desse vício. Tanto que, um belo dia, resolvi distribuir entre amigos quase todos os meus livros, sobretudo os de literatura. Depois segui para o estrangeiro, lamentando apenas o separar-me por longo tempo de amigos diletos, embora contente com o poder apagar de minha lembrança pessoas menos estimáveis a meu ver e idéias que me iam importunando. Do que não me livraria depressa era do projeto de *Teoria da América*, pois justamente durante a estada no estrangeiro naqueles meus *Wanderjahre* alemães, ela principiará a ganhar forma definida. O contato com terras, gentes, costumes, em tudo diferentes do que até então conhecia, pareceu favorável à revisão de idéias velhas e à busca de novos conhecimentos que me ajudassem a abandoná-las, ou a depurá-las. Recomecei a ler, e recomecei mal, enfronhando-me agora em filosofias místicas e irracionaisistas (Klages, etc.), que iam pululando naqueles últimos anos da República de Weimar e já às vésperas da ascensão de Hitler. Minha iniciação marxista no Brasil, frustrada depois de uma conversa tediosa com Otávio Brandão, um dos próceres comunistas no Rio, não bastava para tirar-me do beco sem saída em que me afundava, e voltar a ela seria voltar um pouco ao ambiente intelectual que eu quis deixar, deixando o Brasil. Foi só depois de conhecer as obras de críticos ligados ao “círculo” de Stefan George, especialmente de um deles, Ernst Kantorowicz, autor de um livro sobre Frederico II (*Hohenstaufen*) que, através de Sombart, pude afinal “descobrir” Max Weber, de quem ainda guardo as obras então adquiridas.¹⁰¹

Da importância da *experiência da viagem*¹⁰² para o ofício do historiador muito já se escreveu. De Heródoto e Políbio, passando pelos viajantes estrangeiros nessas plagas,

⁹⁹ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 159.

¹⁰⁰ Além do já mencionado trabalho de João Kennedy Eugênio, cf. WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”, op. cit., p. 53 e seg.

¹⁰¹ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. “Apresentação”, op. cit., p. 29, 30.

¹⁰² Reinhart Koselleck, eruditamente, estabeleceu a similaridade etimológica, no idioma alemão, entre as palavras “experienciar” [*erfahren*] e “viajar” [*fahren*]. Ao jogar com os termos *historie*, ainda em sua acepção grega, e *experiência*, no uso alemão, define: “É uma observação etimológica que é orientadora para a história: em grego ‘história’ significa inicialmente o que em alemão denominamos ‘experiência’. ‘Fazer uma experiência’ quer dizer ir daqui até lá para experienciar algo; se trata ao mesmo tempo de uma viagem de descobrimento. Mas unicamente a partir do informe sobre essa viagem e da reflexão do

ainda no século XIX, até Gilberto Freyre, Mario de Andrade e muitos de seus pares modernistas, a viagem converte-se em condição essencial do exílio – ainda que na própria terra – como referencialidade própria do olhar que, à distância, forma a compreensão de si e do outro, descobrindo e redescobrando histórias individuais e coletivas da nacionalidade.¹⁰³ Ao sugerir uma leitura contrária às que atribuem ao exílio o modo de ser enfermo do ufanismo, do saudosismo ou, ainda, do ressentimento diante da ausência do que “aqui” se encontra em relação ao “lá”, Castro Rocha propõe a compreensão do exílio como *phármakon*, fármaco, medicamento:

Nesse caso [ele] converte-se na cura do nacionalismo autoreferente, essencialista; enfermidade sem dúvida mais insidiosa do que a síndrome do desterro. Sob essa perspectiva, talvez, seja mais fecundo saber-se galho secundário, encontro do próprio com o alheio, do que acreditar-se raiz, origem de si mesmo.¹⁰⁴

Talvez, movido por esse espírito, o jovem Buarque de Holanda tenha buscado o seu *phármakon* contra “o beco sem saída em que [se] afundava” optando por autoexilar-se, em duas significativas oportunidades. A primeira acontece ainda em 1926, quando, após provocar o mal-estar dentro do próprio movimento modernista, por meio de “O lado oposto e outros lados”, zarpa para o Espírito Santo. Insatisfeito com os rumos e demandas de certas narrativas nacionais e políticas literárias formadas no seio do movimento do qual foi um dos próceres, donde suspeitava de um dado afã de homogeneidade das ideias por parte dos que queriam implantar a “panaceia abominável da *construção*”, como vimos na primeira parte deste trabalho, curte, em contrapartida às críticas desferidas pelo seu texto-metralhadora, o isolamento intelectual no interior do país. O preço das críticas foi deliberadamente pago com o isolamento porque “a modernidade para Sérgio não se esgotava num processo eminentemente nacional nem

informe surge a história como ciência”. KOSELLECK, Reinhart. “Los estratos del tiempo”. In: _____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001, p. 36.

¹⁰³ Para uma análise sintética da experiência da viagem na formação intelectual de Gilberto Freyre, circunscrita às muitas experiências dos viajantes europeus no Brasil, ainda no século XIX, bem como a importância desse *ethos* na constituição do trabalho do historiador desde a antiguidade, cf. NICOLAZZI, Fernando. “Gilberto Freyre viajante: olhos seus, olhares alheios”. In: _____. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*, op. cit.. Para a temática do exílio como uma “experiência de pensamento” que remonta à Gonçalves de Magalhães e culmina nas experiências de alguns dos “neo-neo-românticos” do Modernismo, nas palavras jocosas de Mario de Andrade, cf. o já mencionado ROCHA, João Cezar de Castro. “O exílio como eixo: bem sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*”, op. cit..

¹⁰⁴ *Idem, Ibidem*, p. 137.

pressupunha, em seus limites, uma compreensão da cultura e do país unicamente determinada pelo radicalismo primitivista dos chamados *futuristas* de São Paulo”.¹⁰⁵

O artigo de Sérgio Buarque de Holanda, publicado na *Revista do Brasil*, suscitara uma onda de intolerância que o deixaria perplexo e desiludido. Saturado, só encontrou uma saída: aceitar o convite de seu amigo Vieira da Cunha para dirigir um jornal, *O Progresso*, em Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo, onde se deixaria ficar esquecido, como jornalista da roça.¹⁰⁶

A segunda oportunidade de se autoexilar, livrando-se de pessoas menos estimáveis e de ideias que lhe iam importunando, como diz na passagem acima, veio a convite de Assis Chateaubriand, em 1929, para trabalhar como correspondente de *O Jornal*, em Berlim, aonde permanece até o Natal de 1930, e cujo retorno é testemunhado

¹⁰⁵ PRADO, Antonio Arnoni. “Raízes do Brasil e o modernismo”, *op. cit.*, p. 76.

¹⁰⁶ BARBOSA, Francisco de Assis. “Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra, op. cit.*, p. 42. Ao que parece, ao menos em depoimento posterior (1982) do cachoeirense Rubem Braga, sua breve estada na *hinterland*, se fora marcada em certos momentos pela melancolia, tivera sua mescla com algumas doses de *phármakon* dionisiaco: “Não sei quanto tempo Sérgio ficou lá em Cachoeiro. Lembro-me que logo pegou o apelido de Dr. Progresso, e que usava óculos. Pouco antes, segundo atestam Afonso Arinos e Manuel Bandeira, ele usava monóculo. Escreve Manuel Bandeira em uma crônica recolhida no livro *Flauta de papel: Nunca me esqueci de sua figura certo dia em pleno Largo da Carioca, com um livro debaixo do braço e no olho direito o monóculo que o obrigava a um ar de seriedade. Naquele tempo não fazia senão ler. Estava sempre com o nariz metido num livro ou numa revista – nos bondes, nos cafés, nas livrarias. Tanta eterna leitura me fazia rezear que Sérgio soçobrasse num cerebralismo... E mais adiante: Lia todas as novidades da literatura francesa, inglesa, alemã, italiana, espanhola. Sérgio não soçobrou: curou-se do cerebralismo caindo na farrá. Dispersou a biblioteca, como se já a trouxesse de cor (e trazia mesmo, que memória a dele!) e acabou emigrando para Cachoeiro de Itapemirim. Escreve, a seguir, Bandeira, que quem poderia contar as andanças de Sérgio em Cachoeiro era... o Rubem Braga, que naquele tempo era ainda menino, e suspeito que fez parte das badernas que acompanhavam de assuada os passos mal seguros do Dr. Progresso. Por um triz que Sérgio se perde, e foi quando pretendeu ser professor no ginásio de Vitória. O Estado do Espírito Santo até hoje não sabe a oportunidade que botou fora quando o seu governador de então voltou atrás do ato que nomeava professor de História Universal e História do Brasil o futuro autor de Raízes do Brasil. Benditos porres de Cachoeiro de Itapemirim! Eles nos valeram a devolução, em perfeito estado, de Sérgio, enfim descerebralizado, pronto para a aventura na Alemanha, de volta da qual já era a figura sem par a que me referi no começo dessas linhas. Sérgio já não lia mais nos cafés, desinteressara-se bastante da poesia e da ficção, apaixonara-se pelos estudos de História e Sociologia, escrevia Raízes do Brasil e Monções – escreveu Bandeira. Sim, eu me lembro do Dr. Progresso; seus porres afinal não eram tão grandes, e ele nunca ofendia ninguém. Costumava tomar umas e outras com o saudoso Cel. Ricardo Gonçalves e outros bons homens da terra, que formavam o Clube do Alcatrão, assim chamado porque um deles era o representante local do Conhaque de Alcatrão de São João da Barra, que todos bebiam de brincadeira. Sérgio foi promotor adjunto. Logo que saiu de Cachoeiro ele embarcou para a Alemanha, de onde mandava artigos e reportagens para *O Jornal*. O pessoal de Cachoeiro via aquele nome no jornal: será o Dr. Progresso? Que o quê, dizia alguém. Então o Chateaubriand ia mandar um bêbado daquele para a Europa? Mas o Motinha do nosso *Correio do Sul* dizia que sim; ficassem sabendo que Sérgio era um homem muito culto, muito preparado, tanto assim que trocava língua com os alemães da fábrica de cimento. – ‘Vocês acham que ele não vale nada é porque ele não ia mostrar o que sabia, a verdade é esta, não tinha com quem conversar, nós aqui somos todos umas bestas!’, argumentava o bom Motinha. Lembro-me sobretudo de uma noite de verão de lua cheia, na saída de um baile – não em Cachoeiro, mas na Vila de Itapemirim. Ele dizia que ia acender o cigarro na Lua. E saiu, cambaleando entre as palmeiras. Vai ver que acendeu”. BRAGA, Rubem. “O Dr. Progresso acendeu um cigarro na Lua”. In: _____. *Recado de primavera*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 154-157.*

pela entrevista concedida a Bandeira, em 1931, parcialmente reproduzida acima. Na Alemanha, além de atuar na atividade jornalística, foi indicado pela embaixada para trabalhar na revista *Duco*, cujas matérias, bilíngues – português e alemão –, dedicavam-se às relações comerciais teuto-brasileiras. Algum tempo depois, é recomendado pelo consulado a fim de traduzir scripts de vários filmes da UFA, entre os quais, *O anjo azul*.¹⁰⁷ Embora a experiência dessa viagem não tenha sido, como se sabe, para fins estritos de pesquisa, é inegável o ganho intelectual a partir do contato com diversos estrangeiros – além de políticos, sabe-se do seu famoso encontro com Thomas Mann¹⁰⁸ – e a imersão em novos referenciais teóricos que acabarão dando feição a parte do seu futuro livro de estreia. Em entrevista de 1981, concedida ao norte-americano Richard Graham, do Departamento de História da Universidade do Texas, Austin, ao ser perguntado quando, de fato, se tornou um historiador, acaba por ecoar aquelas conexões etimológicas feitas por Koselleck entre as palavras *história*, *experiência* e *viagem*:

*Para a revista bilingüe [Duco] eu escrevi artigos tentando explicar o Brasil para os alemães. Só quando você está longe é que consegue ver seu próprio país como um todo. Você o encara sob uma perspectiva diferente. E o Brasil não é fácil de se entender; é difícil. Quando eles pararam de publicar a revista, e eu voltei para o Brasil em fins de 1930, trouxe comigo um caderno de anotações antigo, de mais ou menos 400 páginas, que eu pretendia transformar em livro, e o título seria *Teoria da América*. Eu nunca o publiquei, mas dois capítulos que, eventualmente, deram origem a *Raízes do Brasil* (1936), foram tirados praticamente sem modificações daquelas páginas em desordem.*¹⁰⁹

Porém, anteriormente a essa passagem da entrevista, Sérgio Buarque de Holanda, mais uma vez, viu-se diante de momento oportuno à constituição de mais um capítulo da memória disciplinar sobre sua própria experiência na década de 1930, mais especificamente, àquela relacionada à viagem de 1929. Após relatar algumas daquelas

¹⁰⁷ Cf. HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. “Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 431, 432.

¹⁰⁸ Sobre tal experiência com o romancista, Sérgio Buarque escreve o artigo intitulado “Thomas Mann”, publicado originalmente na *Folha de Minas*, a 25 de março de 1935. Sobre a postura política do autor d’*A montanha mágica*, assim relata o jovem brasileiro, encerrando o artigo: “Incapaz de qualquer capitulação ante o sucesso, ele também não soube fazer concessões aos potentados da época. Assim, não assinou, em 1914, o ‘manifesto dos intelectuais’, que queria dar ao mundo a impressão de que a Alemanha guerreira tinha o apoio dos seus homens de cultura. Mais recentemente assistimos à sua luta heróica contra o movimento político que ia triunfar em seu país, luta que o levou a sofrer todos os vexames e finalmente o exílio”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Thomas Mann”. In: _____. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, *op. cit.*, p. 297.

¹⁰⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Uma entrevista”. In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Rioarte – Fundação Rio, Ano 3, n. 6, 1987, p. 104. (originalmente publicada em *The Hispanic American Historical Review*. v. 62, n. 1, fevereiro de 1982. Sua tradução, meses depois, foi publicada na revista *Ciência e Cultura*, v. 34, n. 9, setembro de 1982 – grifo nosso)

suas atividades em Berlim, bem como sua pretensão de ir à Polônia e Rússia, Graham indaga: “Isto se deu durante aquele período que você estava sob influência da historiografia alemã?”. O historiador brasileiro, devolvendo a pergunta, “eu estava sob influência da historiografia alemã?”, replica: “Isto é tudo uma justaposição conjectural e acidental. Eu vivi na Alemanha, mas isto não é suficiente para dizer que eu era influenciado pelos historiadores alemães; eu também vivi na Itália, na França, nos Estados Unidos [...]”. Tentando ainda – quase em tom provocativo – extrair confidências por parte do brasileiro sobre os propalados traços germânicos em sua formação, o norte-americano se repete: “Quer dizer que não há nenhuma influência alemã no seu trabalho?”. Mudando as diretrizes do seu discurso, que até então procuravam negar a “influência” alemã em sua obra, e à maneira da passagem mais acima reproduzida, extraída da “Apresentação” do seu *Tentativas de Mitologia*, Sérgio Buarque confirmará o que grande parte da fortuna crítica acerca de sua obra irá, até os dias atuais, reforçar, a saber: as contribuições das ditas aulas irregulares na cadeira de Meinecke e a leitura de Weber através de Sombart. “Ainda tenho, aqui em minhas prateleiras, livros de Weber que comprei naquela época”. Graham, repisando a questão, pergunta: “Estas leituras deixaram marcas no seu trabalho?”. Responde o historiador, a essa altura com setenta e nove anos de idade:

Sim, deixaram; eu devo ter sido o primeiro brasileiro a citar Weber numa publicação. Mas o efeito principal e imediato eu descartei: a filosofia mística e o irracionalismo. Minhas melhores lembranças ainda são aquelas de euforia boêmia e mundana dos últimos dias da República de Weimar. Também me lembro das entrevistas com Thomas Mann, e com figuras literárias de vanguarda.¹¹⁰

O motivo de parte da denegação dessas linhas de pensamento em sua primeira formação foi já exposto pelos trabalhos de Leopold Waizbort, João Kennedy e Sérgio da Mata, em sua comunicação citada em nota anterior, qual seja: o processo de “desnazificação” [*Entnazifizierung*] por qual passou o Ocidente em todas as esferas da vida, desde o campo intelectual, cultural, da imprensa e, obviamente, político. Em âmbito nacional, como já dissemos, o advento do Estado Novo era, nas impressões do autor de *Monções*, “um regime de ditadura pessoal de inspiração totalitária”, como assevera no prefácio à segunda edição de *Raízes do Brasil*. Em outra dimensão, não é despropositado lembrar que, tanto a “apresentação” do seu *Tentativas de mitologia*

¹¹⁰ *Loc. cit.*. (grifo nosso)

quanto a entrevista a Graham, adentram praticamente a penúltima década do século XX. Ora, no campo da historiografia acadêmica, a hegemonia em torno das matrizes teóricas se via, nesse período, concentrada nas mãos dos adeptos dos *Analles* e marxismo, em suas múltiplas perspectivas; sendo que, alguns anos depois, esse último vigora-se, diante de novas abordagens, a partir das contribuições dos britânicos, os quais, tendo como figura espectral o historiador Edward P. Thompson, desarmam, pelo viés da dinâmica entre uma teoria da cultura e sua interação dialética com as outras esferas da vida social, a rigidez da concepção tradicional de infra e superestrutura. Alguns dos mais importantes trabalhos sobre a classe trabalhadora e escravidão no Brasil tiveram como referencial teórico os ditos “culturalistas” britânicos.¹¹¹ Sabemos que, embora Sérgio Buarque não demonstrasse claras predileções por uma ou mais diretrizes teóricas em detrimento de outras, a implantação de uma semântica específica dos padrões de cientificidade e suas respectivas matrizes disciplinares, comprometidas com orientações políticas e institucionais em uma dada situação, requer a escolha de referenciais mais ou menos estabelecidos que alicerces os discursos de suas produções, dentro e, em certa medida, fora dos muros de seus centros de saber. Vale nessa ocasião repetir a reflexão, colocada em nota no início do nosso trabalho, sobre a demanda por profissionalização do campo das ciências sociais a partir da década de 1950 no Brasil. Na mencionada nota, André Botelho e Milton Lahuerta afirmam ser “claro que mesmo a geração pioneira da institucionalização soube reconhecer, ainda que de modo extremamente seletivo e desigual, o papel das gerações anteriores, sobretudo a dos ensaístas dos anos 1920-1930, no processo de formação das ciências sociais no Brasil”. Em contrapartida, porém, advertem os autores, “se tratava de demarcar um ‘campo científico’”, decorrendo daí que “o próprio desenvolvimento das ciências sociais foi pensado, em termos gerais, a partir de uma polarização mais ou menos disjuntiva entre o caráter ‘científico’ das Ciências Sociais e o ‘pré-científico’ do pensamento social e político”.¹¹² Claro que em grau menor, talvez, em relação ao seu dileto amigo Antonio Candido e,

¹¹¹ Para um breve levantamento da recepção de Thompson em território nacional, desde a década de 1970, cf. MATTOS, Marcelo B. “E. P. Thompson no Brasil”. Comunicação apresentada no GT “Marxismo e ciências humanas”, por ocasião do 4º Colóquio Marx e Engels, realizado entre os dias 08 e 11 de novembro de 2005, no IFCH/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c4.pdf>> (consultado em 05/09/2013)

¹¹² BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. “Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação”, *op. cit.*, p. 07.

menos ainda, a Florestan Fernandes, Buarque de Holanda contribui, desde a década de 1950, com essa atmosfera metadiscursiva, eminentemente progressista, das práticas das ciências sociais que se queriam estabelecer. Além do já bastante citado “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”, tal postura do historiador se torna manifesta em outros artigos escritos na mesma época. Em trecho de um desses, decididamente a favor da figura proeminente de Florestan Fernandes, discorre sobre um de seus livros, premiado pelo *Prêmio Fábio Prado*, bem como sobre a contribuição desse intelectual para a consolidação do ensino universitário brasileiro, ao menos em sua região Centro-Sul:

Falaria ao menos com mais denodo nos trabalhos sociológicos e antropológicos de outro estudioso de assuntos brasileiros: o sr. Florestan Fernandes. Já me ocupei em outro lugar de seu livro acerca da *Organização social dos Tupinambá*, que para o público não especializado pode-se dizer que foi uma revelação do Prêmio Fábio Prado, e espero ocupar-me algum dia de seu trabalho mais recente – uma análise funcionalista da guerra –, se me parecer que o assunto tem cabimento nessas notas. De ambos dizia-nos, não há muito, com sua grande autoridade, o professor A. Métraux, que se inscreveram definitivamente entre as contribuições indispensáveis para o conhecimento de nosso passado pré-colonial. Em verdade não sei quem represente melhor, no Brasil atual, do que o sr. Florestan Fernandes, esse espírito incutido em grande parte pelo tirocínio em nossos novos institutos universitários, que vai empolgando felizmente toda uma geração de estudiosos. Já me ocorreu, nestes mesmos artigos, destacar o papel decisivo que aquele tirocínio poderá vir a exercer na abertura de novos caminhos para a inteligência brasileira, e não só no terreno das ciências.¹¹³

Observaremos, décadas seguintes, em breves passagens de um livro de Florestan Fernandes, como a sua noção de sociologia se metamorfoseia de acordo com as intenções enviesadas pelos interesses político-acadêmicos daquela comunidade científica em questão. O estudioso, traçando breves linhas sobre a história do desenvolvimento da sociologia no Brasil, a dividirá em três etapas: a primeira refere-se ao século XIX, cuja

intenção *não é* a de fazer, propriamente *obra de investigação sociológica*, mas de esclarecer certas relações, mediante a consideração dos fatores sociais. Desse modo, a *inteligência* brasileira passa a se interessar por conexões entre o direito e a sociedade, a *literatura* e o contexto social, o estado e a organização social, etc., muito parecida com as que foram elaboradas na Europa pelo *pensamento racional pré-científico*.¹¹⁴

¹¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Livros premiados”. In: _____. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária (vol. 2), op. cit.*, p. 313, 314. (originalmente publicado no jornal *Diário Carioca*, a 31 de dezembro de 1950)

¹¹⁴ FERNANDES, Florestan. “Épocas de desenvolvimento da sociologia”. In: *A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 27. (grifos nossos)

Já a segunda etapa é constituída pelos estudos que envolvem os primeiros decênios do século XX:

Ela frutifica [...] tanto sob a forma de *análise histórico-geográfica e sociográfica* do presente, quanto sob a inspiração de um modelo mais complexo de análise histórico-pragmática, em que a interpretação do presente se associa a disposições de intervenção racional no processo social. As obras pioneiras não deixam de *entrever intenções deliberadas* de fazer obra sistemática de investigação sociológica.¹¹⁵

Como pudemos inferir, as obras dos ensaístas não ultrapassam, na visão do autor, o limite da mera “intenção deliberada” de realizarem produção regular e sistemática de análise do social. Mais ainda, por serem “sociografia”, não se constituem da legitimidade rogada pela demanda de uma disciplina científica, cujo um dos processos para a sua efetivação implicaria trabalho de campo e outras tecnologias. Aquelas, de acordo com a concepção de Fernandes, não excediam a etapa da descrição. Eram, logo, pré-científicas. A terceira e última etapa, obviamente, seria aquela na qual se enquadra o autor. Essa

se caracteriza pela preocupação dominante de subordinar o labor intelectual, no estudo dos fenômenos sociais, aos padrões de trabalho sistemático. Essa intenção se revela tanto nas obras de investigação empírico-indutiva (de reconstrução histórica ou de campo) quanto nos *ensaios de sistematização teórica*. Com isso formam-se aspirações definidas, no sentido de contribuir para o progresso da sociologia como disciplina científica, e se evidencia *uma mentalidade nova*, através da qual prevalecem os imperativos da especialização na escolha dos centros de interesse do investigador individual. Essa época é recente e, embora lance raízes no início do segundo quartel do presente século, só agora começa a configurar-se plenamente.¹¹⁶

Percebe-se aí o obstinado esforço do autor – imbuído de “uma mentalidade nova” – em rotinizar uma prática que se fundamente nos pressupostos de um “trabalho sistemático”, e que, ainda que lançando mão do gênero ensaio, como inscrito na própria citação, deva servir a fins de uma propedêutica para “sistematização teórica”. Vale frisar que, nas últimas linhas da passagem, o aclamado sociólogo afirma o valor da geração precedente, admitindo que sua época estabelece relações com a que o antecipa, porém, somente naquele momento, a partir da crença no desenvolvimento em que se encontrava o país, bem como da compartimentação dos campos de saber, a disciplina como ciência alcançava a sua plenitude.

¹¹⁵ *Loc. cit.*. (grifos nossos)

¹¹⁶ *Idem, Ibidem*, p. 28. (grifos nossos)

Nesse mesmo período, Sérgio Buarque concedeu a João Marcos Coelho uma emblemática entrevista publicada na revista *Veja*, a 28 de janeiro de 1976, na qual, quando solicitada sua opinião a respeito do fato de os intelectuais brasileiros nutrirem uma “*obsessão de ultrapassar rapidamente a realidade empírica e partir para a ensaística, ou interpretação teórica, sem bases sólidas*”, responde:

Concordo integralmente, e é por isso que eu jamais escreveria de novo ‘Raízes do Brasil’. Principalmente porque *o livro ficou no nível do ensaio. Não sou contra a ensaística ou a interpretação, mesmo hoje. Mas a pesquisa deve ser rigorosa e exaustiva*. Senão, o resultado são apenas elucubrações às vezes brilhantes, mas desvinculadas da realidade. [...] Hoje, eu não me aventuraria mais a tentar uma empreitada dessa espécie. *Simplesmente porque os tempos são outros*. Eu estava muito influenciado pelo sociólogo Max Weber. Aliás, foi naquela mesma década de 30 que surgiram outras obras brasileiras cuja característica também era a de *tentar a grande síntese*: ‘Casa Grande & Senzala’, ‘Formação do Brasil Contemporâneo’. [...] Há pouco tempo uma editora francesa, a Gallimard, me propôs a tradução de ‘Raízes do Brasil’. Pediram-me também um ensaio, que seria publicado na edição francesa, atualizando minhas idéias. Tentei, mas acabei desistindo. *O livro está superado e plenamente datado*. Minhas preocupações eram outras. Não tem sentido reescrever eternamente uma obra.¹¹⁷

Sobre o caráter injuntivo dessa atmosfera acadêmica já tivemos oportunidade de ensejar na introdução desta dissertação, por meio das ilocucionárias linhas escritas por Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e, na historiografia propriamente dita, Carlos Guilherme Mota. Embora as críticas desse último incidam sobre o ensaísmo praticado por Gilberto Freyre, elas não deixam de resvalar, em menor grau, é bem verdade, na operação historiográfica buarquiana.¹¹⁸ E, se se diz que o diabo se manifesta nos detalhes, não custa recordar que, já nas primeiras linhas da “Introdução”, Guilherme Mota justifica o enredamento de sua tese tendo como gênero o ensaio. Por outro lado, fica a impressão, mais uma vez, de que o ensaio cumpre aí função apenas propedêutica para algo mais sistematizado no porvir:

¹¹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A democracia é difícil. As observações e as conclusões de um especialista com base no exame da história”. In: *Veja*. São Paulo, 28 de janeiro, 1976, p. 03; 06. (grifos nossos)

¹¹⁸ “Nos anos 70, [...] era comum apresentarem-se graves reparos a suas idéias [Sérgio Buarque], sintetizadas preferencialmente no tópico da *cordialidade* brasileira. Elas tanto mascarariam, internamente, as contradições dos interesses de classes, quanto, externamente, a ruptura radical entre o Brasil e a antiga metrópole portuguesa, na passagem da condição de colônia para a de país independente. A naturalidade com que Sérgio empregava o híbrido *lusu-brasileiro* era uma das evidências apresentadas do caráter ideológico conservador de suas formulações. E se ele nunca chegou a ser despachado para as mesmas fossas infernais em que ardia Gilberto Freyre, desqualificado como ideólogo do conservadorismo oligárquico, não será exagero afirmar que andou pelas redondezas”. PÉCORA, Alcir. “A importância de ser prudente”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas, op. cit.*, p. 23.

O termo *ensaio*, sempre sujeito a tantas (in)definições, talvez seja o menos desajeitado e impróprio para cobrir o campo vasto e aberto no qual se instala esta *investigação preliminar*. Trata-se, com efeito, de *um ensaio prévio*, entrecortado por questões de método – para algumas das quais sequer se pode vislumbrar o encaminhamento – e por veredas que nem sempre reconduzem à problemática originária.¹¹⁹

Veremos ainda, em nota da próxima seção, passagem de um elucidativo texto em que Pedro Meira Monteiro reconstitui parte de polêmica travada entre Sérgio Buarque e Guilherme Mota, nesse período, em torno de alguns termos e conceitos contidos em documentos do período colonial, e que, a partir dos quais, de acordo com o primeiro autor, incorre o segundo em crassos equívocos hermenêuticos e anacrônicos.¹²⁰ Bem, após essa breve incursão pela década de 1970, propiciada pelos textos do próprio historiador, e para além da dimensão de sua ilusão autobiográfica, volvamos ao terceiro decênio do século.

Retornemos com a questão: de que modo as formas de representação das caracterizações desse mundo da experiência são vazadas na malha discursiva de *Raízes do Brasil*? Como a obra compõe esse cenário da década de 1930? Na dimensão contextual da política, Brasílio Sallum Junior afirma esse contexto ser “multidimensional e desequilibrado”. Segundo o sociólogo, A primeira edição veio a público num período histórico de ruptura com aquilo que Karl Polanyi denominou “civilização liberal”, cujo apogeu ocorreu no limiar da Primeira Guerra Mundial. Essa civilização, argumenta o autor, lutou para sobreviver ao longo dos anos 1920, mas foi fulminada pela “crise de 29”. As instituições centrais dessa civilização liberal, cujo epicentro era a Inglaterra, tinham grande capacidade de regular as relações entre os Estados, suas trocas internacionais e as políticas econômicas dos Estados nacionais que orbitavam o seu âmbito. Foram pilares dessa civilização a política de equilíbrio de poder na Europa, que foi rompida, obviamente, com a Primeira Guerra. O padrão ouro era a regra regulatória das trocas internacionais; os Estados tinham caráter liberal, e o livre câmbio imperava nessas trocas. Como resultado, o grau de autonomia internacional dos Estados incluídos nessa civilização liberal era muito diminuto, ao passo que eram obrigados a rezar a cartilha liberal inglesa. Embora nos anos 1920 já surgissem reações

¹¹⁹ MOTA, Carlos Guilherme. “Introdução”, *op. cit.*, p. 17. (com exceção do primeiro termo ensaio, todos os grifos nossos)

¹²⁰ Cf. MONTEIRO, Pedro Meira. “Sergio Buarque de Holanda e as palavras”. *Texto da comunicação feita no Seminário “Arquivo & Pesquisa - Caminhos sem fronteiras: o arquivo de Sergio Buarque de Holanda”*. Campinas, Siarq/Unicamp, 7 de maio de 1997.

importantes em relação a esse padrão civilizatório, foi depois da crise de 29, ao longo da década dos anos 30, que o mundo experimentou um conjunto amplo e variado de reações antiliberais, nos diversos países que compunham esse espaço civilizatório. Reações essas caracterizadas pelo discurso do nazismo, do fascismo na Itália, do New Deal nos Estados Unidos, bem como pelas múltiplas formas de nacionalismo e autoritarismo que ocorreram em vários países do mundo. A “Revolução de 30” e os seus desdobramentos, afiança ainda Sallum Junior, foi a nossa reação antiliberal. Reação que não foi, porém, uniforme, pois incluiu e mesclou movimentos sociais, políticos e intelectuais muitos distintos, cuja luta entre esses movimentos acabou resultando no “golpe de 37” e na instituição do Estado Novo.¹²¹ Qual a impressão diante desse antiliberalismo Sergio Buarque nos legou em seu livro seminal? E o horizonte de expectativa nutrido em torno da consolidação de uma efetiva democracia brasileira? Questões já colocadas sob perspectivas múltiplas, distintas e até díspares pela vasta fortuna crítica da obra no nosso autor. Mas, como adverte Pedro Meira Monteiro, “é possível [...] imaginar que o autor de *Raízes do Brasil* expusesse dilemas a que podemos responder hoje com uma serenidade que seria improvável à época”. E sugere: “está por realizar-se, ainda, um balanço cuidadoso das inquietações que o debate sobre princípios liberais e totalitários podia provocar em Sérgio Buarque, quando escrevia *Raízes do Brasil*.”¹²²

Em enunciados como o da famosa sentença:

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semi-feudal importou-a e tratou de acomodar-se como lhe fosse possível às suas leis, que tinham sido justamente a bandeira de combate da burguesia européia contra os aristocratas, e isso só porque essas leis pareciam as mais acertadas para a época e eram exaltadas nos livros e nos discursos.¹²³

Ou: “A ausência de verdadeiros partidos não é entre nós, como ha quem supponha singelamente, a causa de nossa inadaptação a um regime legitimamente democratico, mas antes uma consequencia dessa inadaptação”,¹²⁴ são lidas, por

¹²¹ Trecho, em sua grande parte, parafraseado de SALLUM Jr., Brasílio. “Democracia e Cultura Política”. Vídeo da palestra proferida no seminário *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*, realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, entre 13 e 16 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=MaifOfmAf4>> (consultado em 26/08/2013)

¹²² MONTEIRO, Pedro Meira. “As Raízes do Brasil no espelho de próspero”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 83, São Paulo, março de 2009, p. 175.

¹²³ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 122.

¹²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 151.

exemplo, por Leopoldo Waizbort, como epítomes do caráter antidemocrático da edição de 1936. Pois, como argumenta o sociólogo, tais passagens, entre outras, “formulam uma configuração significativa daquela articulação de sociogênese e psicogênese, importante sobretudo na revelação do posicionamento político (amálgama de diagnóstico e prognóstico), resultante da análise histórico-sociológica, que lastreia *Raízes do Brasil*”.¹²⁵ Agora, resta indagar se essas duas categorias, sociogênese e psicogênese, divididas entre polos opostos no pensamento do ensaísta, são antes categorias heurísticas desenvolvidas a fim de fundamentar a análise de Waizbort, ou se, de fato, estariam orbitando a tão sinuosa estrutura de pensamento de um autor cuja forma sempre antiperemptória de apresentar os objetos do mundo da experiência histórica, nesse período, deixavam – e ainda deixam – dúvidas e ambiguidades sobre firmes propostas políticas àquela conjuntura. De acordo, ainda, com o sociólogo contemporâneo, “haveria uma base psicogenética” – calcada na longa duração de formação da estrutura mental personalista – “tornada imprópria a uma determinada formação sociogenética” – essa representando, para Sérgio Buarque, uma forma inorgânica e artificialmente gestada a fim de organizar politicamente a nação, isto é, o regime democrático ou liberal-democrático. Daí, “essa vetorialização divergente de estrutura da personalidade e estrutura social [ter] como resultado tamanha tensão, que necessariamente um dos vetores há de sucumbir ao outro”.¹²⁶ Em suma, ao representar essa tal estrutura da sociedade, alienígena à nossa cultura personalista, a democracia sucumbiria à estrutura da personalidade, tornando-se, sob esse ponto de vista, “necessariamente um mal-entendido”.¹²⁷ Como alternativa, sugere Leopoldo Waizbort, Buarque de Holanda propunha “um regime oligárquico, tingido por lideranças pessoais (talvez populistas)” que expressariam a “alma popular”, sendo dela uma “espécie de decantação”.¹²⁸ Tal anseio, segundo Waizbort, se consumaria de modo patente no passo abaixo, extraído de “Nossa Revolução”:

Entre nós, já o dissemos, o personalismo é uma noção positiva – talvez a única verdadeiramente positiva que conhecemos. Ao seu lado todos os lemmas da democracia liberal são conceitos puramente decorativos, *sem raízes profundas na realidade*. Isso explica bem como nos países latino-americanos, onde o personalismo

¹²⁵ WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”, *op. cit.*, p. 42.

¹²⁶ *Loc. cit.*.

¹²⁷ *Loc. cit.*.

¹²⁸ *Loc. cit.*.

– ou mesmo a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências da demagogia liberal, acordando os instintos e os sentimentos mais vivos do povo, tenha assegurado, com isso, uma estabilidade política que de outro modo não teria sido possível. A formação de elites de governantes em torno de personalidades prestigiosas tem sido, *ao menos por enquanto*, o princípio político mais fecundo em nossa América.¹²⁹

Ora, a clara positividade atribuída ao personalismo como manifesto resto de um passado que não passa vem, em nosso entendimento, ao encontro daquela consciência histórica do ensaísta no sentido de não denegação da tradição na constituição dos tempos pretéritos em forma narrativa, levando em conta a sua dimensão política e, talvez, ainda, moral. Tradição essa que, “ao menos por enquanto”, é a única que temos e que “conhecemos”, embora, como já insinuado em seções anteriores, possa, num futuro próximo, ser coordenada – por meio do contraponto – às tão ainda hesitantes ideias, por exemplo, de “um estylo novo, que chrismamos *talvez illusoriamente* de americano”,¹³⁰ de civilidade e de democracia. Talvez seja essa a “mensagem política” latente em “Nossa Revolução”. Mesmo sugerindo, nas três últimas linhas do passo acima, que parte da tradição, da qual não podemos facilmente nos livrar, deite profundas raízes no prestígio de elites e personalidades políticas, o nosso autor, ainda assim, parece não afirmar com segurança, como quer Waizbort, a emergência de uma autoridade pessoal – ou mesmo de um ditador¹³¹ – que pudesse dar por provisoriamente resolvidos os impasses daquela situação. Há, no horizonte do capítulo sétimo da obra – repisemos – a proposta de fusão dos elementos positivos da tradição nacional, como o seu ritmo espontâneo e plasticidade, com alternativas políticas e históricas ao liberalismo de fachada e à democracia como apanágio decorativo. Daí o uso bastante ponderado do conceito weberiano de “patrimonialismo” no capítulo quinto, “O homem cordial”. Sendo esse, de acordo com a divisão heurística proposta por Roberto Vecchi, o último capítulo que alinhava a parte histórica do livro, presenciamos uma exposição argumentativa que descortina, aos olhos do leitor atento, a formação da cordialidade, atribuindo-lhe ora valor positivo, ora negativo. Em olhar retrospectivo em torno dessa conduta social, o ensaísta a encara reticentemente aonde ela pudesse obstaculizar a formação de um Estado que delineasse os contornos de um espaço público racionalizado

¹²⁹ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 152. (grifos nossos)

¹³⁰ *Idem*, *Ibidem*, p. 137. (grifo nosso)

¹³¹ Cf. WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”, op. cit., p. 48.

e impessoal, pois, “só pela superação da ordem domestica e familiar é que nasce o Estado e é que o simples individuo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutavel e responsável ante as leis da Cidade”.¹³² E para reforçar essa forte premissa, o autor faz uso da famosa tragédia de Sófocles, na qual Creonte, personagem que assume o espírito abstrato do Estado, impera sobre a “realidade concreta e tangível que é a família”, essa, por sua vez, encarnada na personagem Antígona, sobrinha de Creonte. Ao sepultar Polinice, seu irmão, contra as ordenações do Estado, Antígona atrai sobre si a cólera do tio, “que não age em nome de sua vontade pessoal, mas sim da supposta vontade geral dos cidadãos, da Patria”.¹³³ Se, por meio dessa alusão, o autor parece lamentar – feito um típico e ressentido intelectual da Primeira República – a não efetivação desse modelo estatal no país, ou, ainda, parece se aproximar dos diagnósticos realizados pelos chamados intelectuais autoritários, tal impressão se vê contrastada no capítulo “Nossa Revolução”, donde dimensões positivas da cordialidade estariam em contraponto – e em contraposição às *fórmulas* liberais e democráticas – com ideias, ainda difusas, de americanismo, civilidade e, como já afirmamos, de democracia; essa última não apenas como *doutrina* gestada estranhamente às vicissitudes da sociedade brasileira. Porém, mantendo ainda o foco no “O homem cordial”, podemos verificar que o autor aventa já a possibilidade de desaparecimento próximo dos traços negativos da conduta social calcada no âmbito familiar; sempre a partir de uma noção difusa de “novas condições de vida” a despontarem no porvir:

O conflicto entre Antígona e Creonte é de todas as épocas e preserva a sua vehemencia ainda em nossos dias. Em todas as culturas, o processo pelo qual a lei geral supplanta a lei particular, faz-se acompanhar de crises mais ou menos graves e prolongadas, que podem affectar profundamente a estrutura das sociedades. O estudo dessas crises constitue um dos temas fundamentaes da historia social. [...] A crise que acompanhou a transição do trabalho industrial [...] pode dar uma idéa pallida das difficuldades que se oppõem á abolição da velha ordem familiar por outra, em que as instituições e as relações sociaes, fundadas em principios abstractos e inhumanos, tendem a substituir-se aos laços de affecto e de sangue. Ainda hoje persistem, aqui e ali, mesmo nas grandes cidades, algumas dessas familias “retardatárias”, concentradas em si mesmas e obedientes ao velho ideal que mandava educarem-se os filhos apenas para o circulo domestico. *Mas essas mesmas tendem a desaparecer ante as exigencias imperativas das novas condições de vida.*¹³⁴

¹³² HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 93.

¹³³ *Idem*, *Ibidem*, p. 94.

¹³⁴ *Idem*, *Ibidem*, p. 94; 96. (grifo nosso)

A retomada das raízes e rizomas do passado nacional servia como um antídoto à experiência sentida pelos efeitos da crise instaurada pela sociedade liberal, cuja “Revolução de 30” foi, segundo Sallum Junior, a reação antiliberal brasileira. Nesse sentido, a democracia era experienciada apenas como *doutrina*, a qual compreendia as variegadas gradações dos possíveis liberalismos de fachada que davam fisionomia ao corpo social brasileiro. Uma passagem que pode atestar tal conjectura é vislumbrada, também, em “Nossa Revolução”. Diz Sérgio Buarque: “Uma superação da *doutrina* democrática só será possível, efectivamente, quando tenha sido vencido [*sic*] a antítese impersonalismo-caudilhismo”.¹³⁵ Curiosamente, essas linhas são mantidas nas subsequentes edições de *Raízes do Brasil*. Ora, se o horizonte de reflexão em torno da viabilidade da democracia só se torna possível a partir da reorientação política do autor, após a redemocratização e a Constituição de 1946, como sugere Leopoldo Waizbord, seria esse um erro de estratégia no “despistamento” do leitor? Vejamos: “Uma superação da doutrina democrática só será efetivamente possível, entre nós, quando tenha sido vencida a antítese liberalismo-caudilhismo”.¹³⁶

Para Brasílio Sallum Junior, em *Raízes do Brasil*, 1936, a reflexão sobre a democracia leva em conta as múltiplas dimensões da vida social; seu autor obedece a “orientação geral do livro, cujo foco está no processo de superação do passado; no processo de transição societária que o Brasil, então, experimentava”. Reflexão, aí, que “incide, portanto, sobre um processo em que a democracia ainda está por vir”. Com efeito, Buarque de Holanda medita sobre um regime democrático “analisando as características e articulação entre as dimensões socioestrutural, sociopolítica e a da cultura política propriamente dita”. O conceito de democracia “designa, no texto, tanto situações socialmente experimentadas, existentes ou passadas, como a projeção de transformações em curso, no momento em que o livro é publicado”. Argumenta ainda o sociólogo que o que o ensaísta denomina “democracia despersionalizada”, no livro de 1936,

não existia como regime efetivo. Era apenas aspiração. E creio, forma política para a qual tendia o processo de transformação histórica subjacente de urbanização e industrialização. Sérgio Buarque não avança na delimitação do que ele denomina democracia despersionalizada, nem do individualismo que pudesse substituir o

¹³⁵ *Idem, Ibidem*, p. 149, 150. (grifo nosso)

¹³⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 269. Na terceira edição, cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 3ª ed., *op. cit.*, 265.

personalismo. E ele não poderia fazer isso mesmo! Sob pena de se desdizer em relação às críticas constantes que tecia à importação de fórmulas prontas da Europa.¹³⁷

Desse modo, igualmente, foi como Sérgio Buarque se apropriou dos autores estrangeiros, entre eles os “místicos e irracionalistas”, como os nomeou na “Apresentação” ao seu *Tentativas de Mitologia*.¹³⁸ Carl Schmitt, talvez o mais polêmico e comprometedor do rol dos conservadores citados diretamente no livro brasileiro, serve, por meio de suas teses sobre *O conceito de político*, como contraponto para a situação sociopolítica nacional. O próprio conceito de “homem cordial”, embora inspirado em texto de Ribeiro Couto, tem sua elaboração teórica mediada pelas reflexões do filósofo alemão do Estado totalitário, como o próprio autor acaba esclarecendo na edição de 1948 de seu livro estreante.¹³⁹ Como característica do capítulo derradeiro de *Raízes do Brasil*, parece-nos que tanto a viabilidade da “neutralidade” propalada pelos princípios liberal-democráticos quanto a distinção schmittiana entre *amigo-inimigo* – os dois termos definidores de sua concepção do político, calcados, por sua vez, na diferença entre esferas pública e privada – tornam-se alternativas provisórias – senão precárias – aos contornos ainda fortemente marcados pela lógica especular do domínio patriarcal, a despeito da concorrência para o paulatino estímulo da cultura urbana nos idos da década de 1930. Quiçá fosse essa mesma “a contribuição brasileira para a civilização [...] – daremos ao mundo o ‘homem cordial’”:¹⁴⁰

Apesar de tudo não é justo afiançar-se sem appello nossa incompatibilidade absoluta com o democratismo liberal. Não seria mesmo difficil accentuarem-se certas zonas de confluencia e de sympathia entre as idéas que elle apregoa e certos phonomenos decorrentes das condições peculiares de nossa formação nacional. Poderiam citar-se dois factores que teriam particularmente militado em prol da eleição do ideal liberalismo de parte dos responsaveis por nossa orientação política. São elles: 1. a repulsa instintiva dos povos americanos, descendentes dos colonizadores e da população aborigene, por toda hierarchia racional, por qualquer composição da sociedade que se tornasse obstaculo á autonomia do individuo; 2. a impossibilidade de uma resistencia efficaz contra certas influencias novas (por exemplo, do primado da vida urbana, do cosmopolitismo), que em toda parte, nos tempos modernos, foram

¹³⁷ SALLUM Jr., Brasílio. “Democracia e Cultura Política”, *op. cit.*.

¹³⁸ Fugirá, contudo, ao escopo deste trabalho – e até mesmo aos limites de nossa competência – um estudo detalhado do diálogo do brasileiro com cada um desses autores; até porque o trabalho de fôlego de João Kennedy Eugênio dera já uma parcela de substantiva contribuição, nesse sentido, aos estudos buarquianos. Porém, a despeito disso, caberão algumas breves considerações sobre o uso particular, feito pelo autor, de alguns desses intelectuais para a reflexão daquela situação histórica, política e cultural do país.

¹³⁹ Cf. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 213, 214. (nota 1)

¹⁴⁰ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 101.

aliadas das idéas democrático-liberais. Póde ver-se, em todo caso, que essas idéas e os moveis instintivos do povo coincidiram aqui de preferéncia no que apresentavam, ambos ou um delles, de negativo ou de menos consistente. Mas além disso as idéas da Revolução Francesa encontram apoio em uma attitude que não é extranha ao temperamento nacional. A noção da bondade natural do homem combina singularmente com o nosso já assinalado “cordialismo”. *A these de uma humanidade má por natureza e de um combate de todos contra todos ha de parecer-nos, ao contrario, extremamente antipathica e desconcertante. E é aqui que o nosso “homem cordial” encontraria uma possibilidade de articulação entre seus sentimentos e as construcções dogmaticas da liberal-democracia.* Patenteia-se neste caso a importancia extraordinaria do exame dos fundamentos anthropologicos das sociedades para a comprehensão das doutrinas de Estado. *É um facto instructivo o das doutrinas que exaltam o principio de autoridade presuporem fatalmente a idéa de que os homens são maus por natureza.*¹⁴¹

¹⁴¹ *Idem, Ibidem*, p. 153, 154, 155. (grifos nossos) A intenção do último grifo do passo foi sinalizar que toda aquela sentença fora estrategicamente apagada a partir da segunda edição da obra; conseqüentemente expurgando a subseqüente nota referente ao autor que presenciara – e ele mesmo experienciara – o processo de desnazificação por qual viveu a Europa no pós-Segunda Guerra. “Considero tais supressões políticas porque se trata da eliminação de determinados autores sem que o argumento se altere: *excluem-se nomes, mas não idéias*. Trata-se de operação propriamente *cordial*, não exatamente intelectual – e enfrentar criticamente essa dimensão é passo necessário para estarmos à altura da obra”. ROCHA, João Cezar de Castro. “Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária”, *op. cit.*, p. 17, 18. Movimento semelhante acontece com Spengler: cumprindo a função apenas de justificar pontualmente asserções do autor, tem a nota referente ao seu nome e obra expurgada a partir da edição de 1948, mantendo-se, embora, o argumento original do parágrafo correspondente. Cf. HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 106. Voltando a Carl Schmitt, argumenta Meira Monteiro que “os termos fundantes da política para Schmitt (o *amigo* e o *inimigo*) não se põem no mesmo nível que a amizade e a inimizade para o homem cordial. O ‘inimigo’ de Schmitt posta-se no plano público, não privado: é ‘*hostis*, e não *inimicus* no sentido lato; *polémios*, não *ekhthros*’ [...]. As críticas de Schmitt ao positivismo jurídico fazem despontar, na cena dramática da política, o tema da *vontade* e, com ele, as zonas ‘obscuras’ da alma passam a um primeiro plano, emergindo daí a caracterização ontológica da política nos termos daquela distinção básica *amigo-inimigo*. [...] De fato, *Raízes do Brasil* parece oscilar entre posições extremas, como se da contraposição entre os princípios ‘neutros’ do liberalismo e esta obscura zona da ‘vontade’ pudesse florescer a crítica a ambas as formas de se conceber o fenômeno político, ou ainda, *como se dessa contraposição devesse o leitor retirar elementos que o levassem a uma ação política mais refletida e esclarecida*. De qualquer modo, seria porventura um equívoco atribuir a Sergio Buarque a pecha de ‘irracionalista’, como se ele imaginasse que a *vontade* pudesse simplesmente sobrepor-se à ‘neutralidade’ da democracia liberal. Afinal, sua crítica à prevalência do âmbito privado sobre o público procura exatamente revelar que o círculo decisório se estreita dramaticamente no Brasil e somente alguns podem livremente exercer a sua *vontade*”. MONTEIRO, Pedro Meira. “Um réquiem para um ‘pobre defunto’ na cidade”. In: _____. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 285. (nota 59 – grifo nosso na frase) Quanto a pretendidas leituras que possam reclamar para o ensaísta brasileiro certo pendor para regimes de força, adverte Monteiro em outro, já citado, sugestivo artigo: “Está por realizar-se, ainda, um balanço cuidadoso das inquietações que o debate sobre princípios liberais e totalitários podia provocar em Sérgio Buarque, quando escrevia *Raízes do Brasil*. As edições mais recentes trazem atenuadas observações sobre o caráter ‘fraudulento’ (como figura em 1936) da ‘mitologia liberal’, segundo a qual ‘os expedientes tirânicos nada realizam de duradouro’. Não se trata, claro fique, de reclamar alguma fascinação original do ensaísta com os regimes de força – o que seria absolutamente um equívoco. Trata-se apenas de atestar que antes do Estado Novo e da Segunda Guerra Mundial a crítica aos princípios liberais (em especial, como Sérgio Buarque escreve num artigo de 1935 sobre Carl Schmitt, a idéia de que ‘o Estado tende a ser um mero servidor da sociedade neutra, ou uma nova espécie de sociedade’) podia encontrar-se com a tese de que, afinal, a experiência ibérica na América constituíra um outro conceito do político, que o relativo sucesso ulterior do mundo liberal sepultaria por muito tempo (ou para sempre, no horizonte escatológico da imaginação neoliberal)”. MONTEIRO, Pedro Meira. “As Raízes do Brasil no espelho de próspero”, *op. cit.*, p. 175.

Parece, de fato, como atestou Eugênio, que a eminência parda desse elenco de autores estrangeiros fica por conta de Ludwig Klages e, talvez menos acentuadamente, Georg Simmel, uma vez que ambos não são diretamente referenciados na obra do brasileiro. O contato com a filosofia da vida desses autores, entre outros, proporcionara o aprimoramento instrumental da crítica aos potenciais interlocutores de Sérgio Buarque nessas plagas. Portanto, mais uma vez, podemos afirmar que o exílio em terras germânicas lhe serviu de *phármakon*. Pois, com a palavra aprimoramento queremos dizer, por exemplo, que elementos do discurso vitalista já estavam presentes em alguns dos representativos textos do jovem autor, quando de suas aventuras na ensaística literária do Modernismo. Vejamos, a propósito, um denso ensaio, publicado em *Estética*, no ano de 1925, no qual, já em suas primeiras linhas, salta aos olhos tal característica:

As palavras depositaram tamanha confiança no espírito crédulo dos homens, que estes acabaram por lhes voltar as costas. A gente começa a admirar-se de que uma porção de civilizações tenha enxergado incessantemente na letra qualquer coisa que não seja uma *negação de vida* – negação formal, está claro mas nem por isso menos eficiente. Um estupendo livro ainda por se escrever: o tratado de história da civilização em que se considere o esplendor e a decadência de cada povo coincidindo precisamente com a maior ou menor consideração que a palavra escrita ou falada mereceu de cada povo. Nada do que vive se exprime impunemente em vocábulos. Os mais sábios dentre os homens têm sofrido um pouco das necessidades a que essa lei os subordina. Eu, Sérgio Buarque de Hollanda, acho indiscutível que em todas as coisas exista um limite, um *termo*, além do qual elas perdem sua instabilidade, que é uma condição de vida, para se instalarem confortavelmente no que só por eufemismo chamamos sua expressão e que na realidade é menos que seu reflexo. Só os pensamentos já vividos, os que se podem considerar não em sua duração, mas objectivamente e já dissecados encontram um *termo*. Quero dizer: esse termo só coexiste com o ponto de *ruptura com a vida*.¹⁴²

Antes de tudo, é irresistível não ver nas últimas linhas da passagem uma espécie de teorização implícita do próprio gênero ensaio, cujo tema da inconstância da temporalidade e intersubjetividade modernos pode nos remeter a Montaigne, e não menos, às reflexões dos representativos nomes do século XX, aqui pincelados: Lukács, Simmel, Adorno etc.. Desse modo, remetendo-se a esse mesmo ensaio, nos sugere Pedro Meira Monteiro:

A relação dos homens com as palavras, se esses homens e essas palavras não quiserem se acomodar completamente, deverá necessariamente ser tensa. O bem escrever, como se sabe, nunca é completamente prazeroso, nunca é uma atividade amena. É uma guerra com as palavras. Quero crer que vá ficando claro que a encruzilhada em que

¹⁴² HOLLANDA, Sergio Buarque de. “Perspectivas”. In: *Estética*, ano II, vol. 1 (nº 3). Abril-junho, 1925, p. 272. (grifos do autor na palavra “termo”)

nos encontramos, nesse ponto, é nossa e é dos modernistas. Afinal, o problema deles era também o da linguagem.¹⁴³

O tema que perpassa esse e outros artigos do jovem crítico é o do utilitarismo da vida em relação à técnica, ainda que essa se poste no campo formal. Tal consideração torna-se patente num outro texto anterior a *Raízes do Brasil*, intitulado “O homem-máquina”, publicado em 1921, em *A cigarra*:

Nascido [o utilitarismo] da ideia de que a felicidade só é atingida pela *simplificação extrema da vida*, ella foi um resultado inesperado e com o qual toda gente vae insensivelmente se conformando. A celebre panacéa assemelha-se a certos remédios que curam um mal embora arrastem consigo muitos outros, mais perigosos. *A vida não se simplifica, contudo, mais que aparentemente*. Disso entretanto, não se quizeram convencer os Zarathustas da nova especie de super-homens, – os homens machinas. [...] O espirito utilitario dos anglo-saxões de hoje espalha-se actualmente por todo o mundo. O chefe de uma dessas ephemeras escolas artisticas como o futurismo, o cubismo e quejandas, chegou a dizer em seu manifesto ha cinco anos: “Ao adampetonista, bastará para ser moderno, viver em uma cidade e possuir ao menos uma bycipléta ou uma machina a benzina para accender o cigarro”. E o adampetonista ainda não é o homem-machina, que não possui a impassibilidade idiota delle. Este nascerá como um producto expontaneo do utilitarismo porque é inconcebível que um homem possua um ideal ao menos, para pregar o estado em que não existe ideal possível. E o homem-machina será um homem sem ideal nobre sem intelligencia portanto, pois esta chegando a ser um factor dispensavel necessariamente se annulará. O homem fará tudo por instincto, não procurará saber a causa de nada, não raciocinará. Prevendo talvez esse estado de cousas é que escreveu Beyson as celebres palavras: *La vie deborde l’intelligence*.¹⁴⁴

Há aí, ainda, lastros visíveis de uma estrutura de pensamento que remete a temas caros ao Romantismo. Marcus Vinicius C. Carvalho, mediante análise cerrada de

¹⁴³ MONTEIRO, Pedro Meira. “Sergio Buarque de Holanda e as palavras”, *op. cit.*, p. 07.

¹⁴⁴ HOLLANDA, Sergio Buarque de. “O homem-machina”. In: *A cigarra*, ano VIII, n. 155, março, 1921, s/p. Com pouco exagero, podemos antever, ainda, nessa passagem um prelúdio involuntário da noção weberiana de *desencantamento do mundo*, uma vez que pouco provável seja que o brasileiro tenha já lido o autor alemão. Irresistível, também, não se estabelecer semelhanças com o diagnóstico inscrito nas últimas páginas de *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*: “Restringir-se a um trabalho especializado e com isso renunciar ao tipo fáustico do homem universalista é, no mundo de hoje, o pressuposto da atividade que vale a pena de modo geral, pois atualmente ‘ação’ e ‘renúncia’ se condicionam uma à outra inevitavelmente: esse motivo ascético básico do estilo de vida burguês – se é que é estilo e não falta de estilo – também Goethe, do alto de sua sabedoria de vida, nos quis ensinar com os *Wanderjahre* {Anos de peregrinação} e com o fim que deu à vida de Fausto. Para ele essa constatação significa um adeus de renúncia a uma época de plenitude e beleza da humanidade, que não mais se repetirá no decorrer do nosso desenvolvimento cultural como também não se repetiu a era do esplendor de Atenas na Antigüidade. O puritano *queria* ser um profissional – nós *devemos* sê-lo. Pois a ascese, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana e assim contribuiu [com sua parte] para edificar esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem dentro dessa engrenagem – não só dos economicamente ativos – e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil”. WEBER, Max. “A ideia de profissão do protestantismo ascético”. In: _____. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 164, 165.

seriação de alguns artigos de juventude do crítico paulistano, entre esses o acima apropriado, marca “os termos que são fundamentais no estabelecimento de seus critérios críticos e suas temáticas e questões principais”, afirmando uma postura antiprogressista por parte de Buarque de Holanda. Ao compartilhar, nesse momento, de um elã mais afeito à noção de *Kultur*, em sua acepção alemã, como já conjeturamos nesta seção, o jovem modernista engendra, pelo teor da sua crítica, uma dimensão designada por Carvalho como uma espécie de “Romantismo no romantismo”. Esse estudioso da obra buarquiana nota nesses pequenos textos “noções envoltas no ambiente romântico como ‘sinceridade’, ‘espontaneidade’, ou que envolvem a subjetividade de ‘indivíduos’ – que podem se ampliar ao nível de grandes entidades individuais como nação, povos e humanidade”.¹⁴⁵ Contudo, pode-se imaginar, porventura, que tais conceitos e noções mobilizados por Sérgio Buarque passam por um processo de resignificação, ou ainda, como temos tentado aventar a partir dos trabalhos de Roberto Vecchi, sofrem um refinado processo de *remetaforização* do campo epistêmico herdado do movimento romântico; ao menos em relação à sua versão brasileira. É patente, por exemplo, a diferença do uso feito pelo autor de *Raízes do Brasil* do discurso organicista, se comparado ao seu uso romântico. Para o ensaísta, a “formação” de uma cultura, povo ou nação, talvez, não perpassasse necessariamente por aquele *telos* próximo de um organismo vivo que cresce e amadurece impunemente e à revelia dos meios propícios ao seu desenvolvimento. O seu organicismo, avanta Kennedy Eugênio, não

se [fecha] à realidade envolvente – por exemplo, as linhas de força da modernidade. A realidade é feita de oposições em equilíbrio; esse é o ritmo do mundo. O organismo precisa combinar o seu ritmo espontâneo com o que lhe é estranho e assim entrar em sintonia com a realidade. Este é o caminho para a superação do dualismo de exclusão e assim para a inclusão do âmbito da racionalização à lei da vida – o que ganha contorno em *Raízes do Brasil*.¹⁴⁶

O avanço no uso do aparato organicista serve, portanto, ao intuito de promover uma leitura remetaforizadora de certas narrativas – passadas e coevas ao autor –, cujo teor figural de sua eloquência caracteriza traços herdados do passado colonial. Mediante tal procedimento, vislumbrava o ensaísta as potencialidades da modernidade brasileira, bem como intentava definir “um tempo da modernização próprio da nacionalidade”,

¹⁴⁵ CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. “Romantismo no romantismo”. In: _____. *Outros Lados: Sérgio Buarque de Holanda, Crítica Literária, História e Política*, op. cit., 27, 28.

¹⁴⁶ EUGÊNIO, João Kennedy. “Considerações finais”. In: _____. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras, de Sergio Buarque de Holanda*, op. cit., p. 441.

como afirmou Jardim de Moraes linhas acima; tempo esse denegado pelos “pedagogos da prosperidade”¹⁴⁷ e “doutrinadores do tempo”,¹⁴⁸ os quais, como já afiançado, desejavam imprimir ao tempo da nação uma ordem mediante aquilo que o jovem Sérgio Buarque denominou “panaceia abominável da construção”. Em raro artigo, datado de 1989, Abílio Guerra, de modo precursor, sugere, entre outras coisas, que parte do complexo semântico modernista mobilizado pelo jovem crítico, principalmente aquela criativamente resignificada a partir do Surrealismo, ganha certo refinamento – epistemológico principalmente – quando de sua estada em Weimar e seu conseqüente contato com a etérea atmosfera romântica que ainda pairava no frenesi cultural e modernizante daquela República; resvalando claramente na rede metafórica que constitui o seu livro de estreia:

A afinidade eletiva de Sérgio Buarque pelo Surrealismo, dentre todas as vanguardas européias, desabrochará numa clara sensibilidade romântica por ocasião de sua visita à República de Weimar na Alemanha pré-nazista. Sua proximidade com a cultura germânica e o aprendizado do alemão, que se tornará a língua estrangeira de sua predileção, acabam imprimindo no seu texto um desejo enorme de captar a vida e a história no seu próprio momento de transformação, o que o colocava frontalmente contra esquematismos teóricos. [...] Essa crítica radical ao mecanicismo comporta uma sensibilidade manifestamente romântica, onde a figura do autômato, recorrência frequente nos contos fantásticos do escritor romântico alemão E. T. A. Hoffman, é a personificação mais bem acabada da negação da vida. A crítica ao esquematismo e ao mecanismo, como metáfora ideal do funcionamento do corpo social e da história, leva Sérgio Buarque a adotar uma linguagem já muito bem cifrada pela episteme romântica, a metafórica orgânica. Palavras como “fecundidade”, “maturação”, “renovamento”, “contaminada”, “metamorfose”, “contágio”, “brotar”, “hibernar”, “organismo”, “genealogia”, “embrionária”, que povoam todos os escritos históricos de Sérgio Buarque, *são utilizadas na tessitura do texto não só pelo seu valor imediato de significado transposto – como recurso literário puramente estilístico –, mas por comportar também implicações de ordem epistemológica e da teoria do conhecimento.* Não sem razão, acompanhando essa terminologia surge um juízo de valor embutido, transvestido eufemisticamente em palavras tais como “natural” ou, na sua negação, “artificial”. Tudo aquilo que não obedecer ao desenvolvimento “natural orgânico” dos corpos receberá a pecha de “artifício mecânico”, apartado da verdadeira compreensão da “vida” e de suas implicações de desenvolvimento e transformação.¹⁴⁹

¹⁴⁷ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 128.

¹⁴⁸ *Idem, Ibidem*, p. 157.

¹⁴⁹ GUERRA, Abílio. “Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *RH – Revista de História*, Campinas, n. 1, IFCH Unicamp, 1989, p. 139, 140. (grifo nosso) Agradecemos enormemente ao autor, por ter gentilmente nos disponibilizado uma cópia digital desse texto de difícil acesso, o qual fora publicado, segundo o próprio, nessa revista de número único, e como “resenha sumária de parte da pesquisa intitulada ‘Sérgio Buarque de Holanda: O Estilo como Método’, em desenvolvimento desde março de 1987”. *Idem, Ibidem*, p. 141.

Para atermo-nos a um caso ilustrativo, voltemos a *Raízes do Brasil*, 1936, e vejamos o funcionamento disso num diálogo do autor com um de seus mais representativos interlocutores brasileiros, Alberto Torres. Diz Buarque de Holanda:

Modelamos a norma de nossa conducta entre os povos pela que seguem ou parecem seguir os paizes mais cultos, e então nos envaidecemos da optima companhia. Tudo isso são feições bem características do nosso aparelhamento politico, que se empenha em desarmar todas as *expressões genuinas* e menos harmonicas de nossa sociedade, em negar toda *espontaneidade nacional*. O desequilibrio singular que gera essa *anomalia* é patente e não escapa aos observadores mesmo superficiaes.¹⁵⁰

Citando diretamente o autor d’*O problema nacional brasileiro*, diz, dando o seu aval:

Um publicista, cuja obra goza hoje de larga popularidade, salientava ha cerca de vinte annos o paradoxo dessa situação. “A separação da politica e da vida social – dizia elle – atingiu, em nossa patria, o maximo de distancia. À força de alheiação da realidade a politica chegou ao cumulo do absurdo, constituindo em meio de nossa nacionalidade nova, onde todos os elementos se propunham a impulsionar e fomentar um surto social robusto e progressivo, uma classe artificial, verdadeira superfetação, ingenua e francamente extranha a todos os interesses, onde, quasi sempre com a maior bôa fé, o brilho das fórmulas e o calor das imagens não passam de pretextos para as luctas de conquista e a conservação das posições”.¹⁵¹

E prossegue a citação:

“A politica é, de alto a baixo, um mechanismo alheio á sociedade, perturbador de sua ordem, contrario a seu progresso; governos, partidos e politicos succedem-se e alternam-se, levantando e combatendo desordens, creando e destruindo coisas inuteis e embaraçosas. Os governantes chegaram á situação de perder de vista os factos e os homens, envolvidos entre agitações e enredos pessoas”.¹⁵²

Porém, como é característico da crítica do nosso autor, após encarecer as considerações de seu interlocutor, sem aviso prévio e mediação, o derruba. Demonstração essa, ainda, do movimento caro à sua ensaística, no qual, ao afirmar e logo negar um ponto de vista, empreende aquela mudança de angulação em seu foco de visão, dependendo da posição perspectiva na qual se encontra o seu objeto:

Alberto Torres não viu, e não quiz ver, todavia, que foi justamente a pretensão de compassar os acontecimentos pelos systemas, as leis e os programmas, uma das origens da separação que existe entre a nação e sua vida politica. Acreditou sinceramente, ingenuamente, que a letra morta póde influir de modo energico sobre os destinos de um povo e em toda a sua doutrinação accentuou constantemente o que chama “o eixo da acção consciente”, inspirada “no sentido de uma utilidade a realizar-se e, portanto, previsível”. Coherente comsigo mesmo, o que nos legou como fruto de suas observações e de suas meditações foi um minucioso projecto de constituição

¹⁵⁰ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op.cit., p. 144. (grifos nossos)

¹⁵¹ *Loc. cit.*.

¹⁵² *Idem, Ibidem*, p. 144, 145.

política. Essa atitude nada tem em si de realmente *fecunda* e nem mesmo de substancialmente nova. Não é outro, em verdade, o expediente que sempre procurámos aplicar, confiados cegamente na sabedoria e na onipotência das boas leis. Como é diversa nesse ponto, a atitude característica dos ingleses, que *formam* uma nação virtualmente sem Estado, que não possuem uma constituição escripta, que se regem por um *systema* de leis confuso e anachronico e que, no entanto, demonstram uma capacidade de disciplina *espontanea* sem rival em nenhum povo da terra! Para nós é ao contrario a rigidez, a *impermeabilidade*, a perfeita homogeneidade da legislação que nos parecem ser o requisito *sine qua non* de toda disciplina social. Não conhecemos outro recurso.¹⁵³

Em suma, se no retorno ao Brasil sua bagagem veio recheada de um arcabouço teórico que dará forma ao seu livro capital, o qual, como vimos, será reavaliado posteriormente pelo historiador, ele serviu – ainda que de caráter conservador em território europeu – aos propósitos do que Maria Odila denominou “negação das negações” dos brasileiros conservadores: Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima, o próprio Alberto Torres, entre outros.¹⁵⁴

A título de conclusão desta seção, poderíamos conjecturar que a primeira edição de *Raízes do Brasil* é, a um só tempo, *produto* e *produtora* desse espaço de experiência multidimensional, tanto política – “contexto nebuloso dos anos do Entreguerras, no qual todos os gatos pareciam pardos”¹⁵⁵ – quanto cultural e historiograficamente falando. Nesse ambiente de indeterminação temporal, na qual coabitavam permanência de restos do passado e mudanças avassaladoras, o seu ensaio, mediante aquele oscilante olhar para frente e para trás, e concatenando ecleticamente saberes e conhecimentos às vezes díspares – discurso de corte sociológico, histórico, psicológico, organicista, vitalista etc. – veio dar formas a um regime historiográfico que, se ainda tangenciava modalidades de experimentar o tempo caras ao regime de historicidade da geração anterior – como, por exemplo, o uso da metaforologia orgânica que constitui parte do arcabouço epistêmico

¹⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 145, 146. (grifos nossos)

¹⁵⁴ “Seu livro é um exercício de negação das negações, pois, em vez de chegar à síntese, os antagonismos redundam em impasse. Entretanto, não é um livro hegeliano no sentido lógico da palavra, pois justamente procurava caminhos históricos e não metafísico. Razão e devir, abstração e concretude se opunham no pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. De onde o veio crítico que insistia, às vésperas do Estado Novo, em negar teorias de nacionalidade brasileira a partir de opiniões ou raciocínios ideológicos. [...] Através de um estilo que disciplinava negações, desfilava o historiador os obstáculos que se opunham à consolidação de uma identidade nacional entre nós. [...] Um foco de argumentação importante nesse livro dizia respeito ao conceito histórico de contemporaneidade do não-contemporâneo. Referia-se às inserções tardias tanto de portugueses como de brasileiros no moderno mundo europeu. Atribuía a esse fator os múltiplos obstáculos que no Brasil se opunham à organização de instituições fundadoras da nacionalidade”. DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Negação das negações”, *op. cit.*, p. 321, 322, 323, 324.

¹⁵⁵ WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”, *op. cit.*, p. 60. (nota 28)

do Romantismo –, despontou mediante configuração discursiva relativamente diferenciada naquele momento específico. Levando em conta, sugere Fernando Nicolazzi,

a experiência de tempo singular que marcou a primeira geração republicana no Brasil, momento forte em que os contornos do regime de historicidade moderno (tempo processual abrindo-se em direção a um futuro que passa a ser configurado de forma plural) se manifestaram de maneira bastante evidente a partir da chamada “geração de 1870”, passando por um importante questionamento já na década de 1920, quando um sentimento de desorientação temporal ocupou a reflexão de um número considerável de autores,¹⁵⁶

as *Raízes do Brasil* podem certamente ser pensadas como uma singular variante da gama de respostas historiográficas dadas àquela situação. Situação na qual procurou as raízes e rizomas dos restos de um passado que poderia nos apresentar, ainda que de forma fragmentária, a “espontaneidade nacional” e um “compasso harmônico” às vicissitudes da temporalidade moderna brasileira. Por meio da síntese – ainda que uma “síntese frágil”¹⁵⁷ do passado nacional –, Sérgio Buarque de Holanda recusou a “narrativa histórica clássica, onde cada coisa se explica por seu antecedente”, bem como optou por “uma recomposição do passado através dos fragmentos que se atualizam no presente”.¹⁵⁸ Diferentemente da síntese fácil, cujo dualismo entre polos oposto não admite a tensão – ou, como quer o ensaísta, o contraponto – “seus pares de tipos, longe de compor um passado homogêneo, formam uma espécie de mosaico cuja disposição seria dada pelos fragmentos iluminadores do presente [...], sendo estes fragmentos apenas sugeridos, e nunca fechados em grandes esquemas explicativos”.¹⁵⁹

¹⁵⁶ NICOLAZZI, Fernando. “A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história no Brasil, 1870-1940”, *op. cit.*, p. 08.

¹⁵⁷ AVELINO FILHO, George. “As raízes de *Raízes do Brasil*”, *op. cit.*, p. 41.

¹⁵⁸ *Loc. cit.*.

¹⁵⁹ *Loc. cit.*.

3.1 “Cairú e suas idéias”: sinédoques da cultura bacharelesca e sua herança contemporânea¹

*“Fiados no poder mágico que a palavra escrita ou recitada ainda conserva em nossos ritos e cerimônias, e que será sempre de interesse para quem se proponha pesquisar o complexo folclore dos civilizados, não faltam os que vêm no ‘talento’, no brilho da forma, na agudeza dos conceitos, na espontaneidade lírica ou declamatória, na facilidade vocabular, na boa cadência dos discursos, na força das imagens, na agilidade do espírito, na virtuosidade e na vivacidade da inteligência, na erudição decorativa, uma espécie de padrão superior da humanidade. Para estes a profissão de escritor – se assim já se pode dizer entre nós – não constitui, em realidade, apenas uma profissão, mas também e sobretudo uma forma de patriciado”.*²

Em estreita conexão com a seção denominada “Ainda o patriarcalismo como espelho da nação: *Raízes do Brasil*, 1948”, veremos a partir de agora o modo como um certo cuidado filológico, a atenção com as palavras, vão, na edição segunda de *Raízes do Brasil*, ao encontro da arguta crítica buarquiana a “alguns dos freios tradicionais” que impedem o “advento de um novo estado de coisas” no país;³ dessa vez, no campo das ideias. Pois bem, como um dos traços da “eloquência figural herdada da Colônia”,⁴ encontram-se corolários como o “talento”, e o seu derivativo, a “inteligência”. Virtudes essas que, não fosse por tal conotação, seriam, meritocraticamente, parte da racionalidade constituinte de um novo tempo de trabalho livre e assalariado, a qual, supostamente, completaria os requisitos exigidos à compleição de uma moderna sociedade brasileira. Não obstante, menos do que termos considerados no âmbito do

¹ Por parte considerável desta seção somos enormemente gratos ao amigo Emílio Maciel, de quem as ideias, leituras atentas, revisões e indicações do campo da teoria literária foram enriquecedoras ao seu desdobramento.

² HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Missão e profissão”. In: _____. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária* (vol. 2), *op. cit.*, p. 35, 36. (originalmente publicado no jornal *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, a 22 de agosto de 1948)

³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 254.

⁴ VECCHI, Roberto. “A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista”, *op. cit.*, p. 461.

pensamento abstrato, ou, como quer Holanda, das “especulações intelectuais”, significavam antes

amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder à função que, *mesmo sem o saber*, lhe conferimos, inteligência há de ser ornamento e prenda, nunca instrumento de conhecimento e ação. [...] o exercício dessas qualidades que ocupam a inteligência sem ocupar os braços tinha sido considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas que pertencem às classes servis.⁵

Partindo dessa premissa, o ponto que, doravante, nos interessará mais de perto é o que se refere à inserção, a partir da segunda edição do ensaio, das considerações críticas em torno do economista oitocentista José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú. Trecho que, diga-se a propósito, receberá, no capítulo III, o subtítulo “Cairú e suas idéias”. É de bom grado sublinhar que essa parte da obra é representativa do tema acerca do viés progressista de Sérgio Buarque na representação historiadora, já pontuado em seção anterior. Assim como também é um elemento importante na afirmação segundo a qual, em consonância com *Monções*, o historiador estaria mais preocupado com as análises particulares típicas de um texto monográfico, no qual contextualiza as fontes e fundamenta afirmações genéricas por meio de exemplos concretos, do que com a síntese abrangente da formação nacional. Quanto ao teor político, diz Antonio Candido:

A grande importância dos grupos rurais dominantes, encastelados na autarquia econômica e na autarquia familiar, manifesta-se no plano mental pela supervalorização do “talento”, das atividades intelectuais que não se ligam ao trabalho material e parecem brotar de uma qualidade inata, como seria a fidalguia. A esse respeito, Sérgio Buarque de Holanda desmascara a posição extremamente reacionária de José da Silva Lisboa, que um singular engano tem feito considerar como pensador progressista.⁶

Porém, reiteremos, a inserção de Silva Lisboa se dá somente na edição de 1948, resultado, como ainda veremos, de um artigo de jornal publicado por Holanda dez anos após vir a lume o “clássico de nascença”, ou seja, 1946. Como problematizado nas primeiras páginas deste trabalho, o prefácio alográfico, compreendido como aquele tipo de prefácio escrito por outrem, que não o autor da obra, funda uma complexa mediação

⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 107, 108. (grifo nosso)

⁶ CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos*, *op. cit.*, p. 243. Cf. também a edição mais difundida: CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 15, 16.

ilocucionária – implícita ou explícita – entre autor, editores e leitores, capaz de, às vezes, imprimir na obra uma dada “verdade”, orientando uma via de leitura considerada a correta. Para essa categorização de prefácio, afirma Genette: “[...] *panegíricos ao texto tornam-se uma recomendação, e informações sobre o texto tornam-se uma apresentação*”.⁷ Convergindo, em parte, com os argumentos de Kennedy Eugênio e Waizbort, argumenta-se que a pretensão de Candido em atribuir um sentido político progressista radical – *avant la lettre* – à obra, acaba por promover uma cristalização de sua complexa historicidade. E, para falarmos com Dominick LaCapra, “a interação entre as tendências documentária e de ser-obra [em livros como *Raízes do Brasil*] provoca uma tensão que só é neutralizada através de processos de *controle e exclusão*”.⁸

Pois bem, tendo em mãos uma das obras de Cairu, os *Estudos do Bem Comum*, o historiador demonstra o modo como, partindo de uma tradução “equivocada”⁹ de algumas passagens de Adam Smith, o economista acaba por trazer para frente do

⁷ GENETTE, Gérard. “Allographic prefaces”, *op. cit.*, p. 265.

⁸ LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual e leer textos”, *op. cit.*, p. 248. (grifo nosso)

⁹ Em instigante ensaio, Pedro Meira Monteiro discorre sobre o zelo de Sérgio Buarque com a questão hermenêutica, bem como com a dimensão filológica no trato dos textos relativos aos tempos pretéritos. Ao reconstituir parcialmente uma polêmica, já na década de 1970, entre o autor de *Visão do Paraíso* e outro historiador da Universidade de São Paulo, em torno de certas palavras, Monteiro diz: “Aparentemente, tudo se inicia com uma crítica mordaz que faz o autor de *Raízes do Brasil* a um texto de Carlos Guilherme Mota, em que se analisa o militarismo na Colônia e onde, segundo Sergio Buarque, comete-se um equívoco com as palavras. Porque, ainda de acordo com o crítico, Mota parece reforçar suas teses com uma afirmação de Vilhena sobre a muita ‘gente policiada’ que havia em Salvador, no século XVIII. Para Sergio Buarque, Carlos Guilherme Mota teria caído numa armadilha, ao ler o termo ‘policiada’ como a maioria de nós o leríamos hoje. Ocorre que a ‘polícia’ tem o sentido expreso, no século XVIII, de ‘civilização’. Mas ‘civilização’, nesse nosso sentido atual, é um termo da segunda metade do século XVIII, que ganharia de fato a rua com o sucesso da Revolução Francesa... Nós, de nosso lado, sabemos da importância, por exemplo, desse termo ‘civilização’, para a própria conceituação da ‘cultura’ no pensamento alemão. As considerações muito fecundas de Norbert Elias vão exatamente atrás desses sentidos múltiplos, ou, dito de outra forma, desses sentidos cambiantes. [...] segundo Sergio Buarque, há uma espécie de ‘petrificação’ da palavra no texto daquele historiador, ou em sua postura diante de certas palavras. (Não à toa, as severas críticas de Mota aos ‘explicadores’ do Brasil recairão sobre o ecletismo de sua terminologia, revelando, segundo ele, uma percepção generalizante da cultura brasileira, desapegada da dinâmica social das classes. [...]). MONTEIRO, Pedro Meira. “Sergio Buarque de Holanda e as palavras”, *op. cit.*, p. 05, 06. E essa postura do historiador, qual seja, de ir ao encontro à obra mesma, a fim de realizar uma *close reading* das filigranas do discurso, pôde ser observada sendo posta em prática *in loco* por um entrevistador, em situação onde, ao solicitar que Holanda falasse de certas impressões de Gilberto Freyre sobre o Modernismo, o historiador agiu do seguinte modo: Pergunta o entrevistador, “– O Modernismo era, de fato, antitradicionalista, no sentido da crítica que lhe fez Gilberto Freyre, no prefácio de ‘Região e Tradição’? – Não me lembro exatamente do que diz Gilberto... Mas tenho aqui o ‘Região e Tradição’. Vamos ver o que escreve êle. Levanta-se, vai até uma das estantes, retira o livro do grande escritor pernambucano e lê: [...] – Não me parece que Gilberto tenha sido justo nessa crítica – responde-me, deixando o livro”. HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Modernismo, tradicionalismo, regionalismo”, *op. cit.*, p. 123, 124. Desse trecho em diante, o historiador despende duas páginas para refutar a afirmação do autor pernambucano.

cenário a lógica patriarcal como constituinte do modelo político, social e intelectual do Estado.

Nem mesmo um Silva Lisboa que, nos primeiros decênios do século passado, foi grande agitador de novas ideias econômicas, parece ter ficado inteiramente imune dessa opinião generalizada, de que o trabalho manual é pouco dignificante, em confronto com as atividades do espírito. Nos seus *Estudos do Bem Comum*, publicados a partir de 1819, o futuro visconde de Cairú propõe-se mostrar aos seus compatriotas, brasileiros ou portugueses, como o fim da economia não é carregar a sociedade de trabalhos mecânicos, braçais e penosos. E pergunta, apoiando-se confusamente numa passagem de Adão Smith, se para a riqueza e prosperidade das nações contribui mais, e em que grau, *a quantidade de trabalho ou a quantidade de inteligência*.¹⁰

A “tradução mal feita”, segundo Sérgio Buarque, e “mais segundo o espírito do tradutor do que do original”,¹¹ delataria a confabulação do “nosso economista” com o velho hábito *herdado* da aristocracia rural, cuja aversão ao trabalho físico, às vésperas da Independência, pairava de modo etéreo no campo das ideias no Brasil, e tendo como ressonância, no caso, a obra do aclamado pensador escocês. Silva Lisboa, assevera Holanda, “toma decididamente o partido da ‘inteligência’” em detrimento das “atividades corporais”.¹² Vejamos a retificação, posta em nota, por parte do autor, das “artimanhas” engendradas pelo baiano na tradução de certas palavras por inteligência: “A própria palavra ‘inteligência’ está, ao que parece, no lugar dos vocábulos *skill*, *dexterity* e *judgement*, do original inglês, nenhum dos quais, isoladamente ou em conjunto, poderia ter tal significado”.¹³ Nesse desmonte, realizado pelo autor de *Monções*, desvela-se que a estratégia do Visconde de Cairú, no traduzir as palavras *skill* (habilidade), *dexterity* (destreza), *judgement* (discernimento) por inteligência, semanticamente distantes da acepção que tal palavra possui em língua inglesa, resvala no *dualismo combinado* do lugar ocupado pelo autor dos *Estudos do Bem Comum* e por muitos outros homens de letras no sistema político e intelectual do período: oximoricamente, liberais antimodernos.¹⁴

¹⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 108. (grifo do autor, porém na edição o mesmo se encontra em negrito)

¹¹ *Idem, Ibidem*, p. 108, 109.

¹² *Idem, Ibidem*, p. 109.

¹³ *Idem, Ibidem*, p. 108.

¹⁴ “Coube, ao que se chama burocraticamente de crítica literária, a Roberto Schwarz, em seu breve ensaio ‘As ideias fora do lugar’ [...], dar indicações de como o movimento ideológico identificado por Francisco de Oliveira poderia ser pensado em um quadro sistemático ainda mais amplo. Tratava-se ainda apenas de indicações, já que o texto tinha marcado caráter de esboço. Mas era certo ao indicar que não apenas ‘moderno’ e ‘arcaico’ se encontram amalgamados, que não apenas o dualismo desse par conceitual é ideológico: indicava que o ‘moderno’, ele mesmo, serve de legitimação ideológica para o ‘atraso’, ao qual

Ao economista baiano deveria parecer inconcebível que a tão celebrada “inteligência” dos seus compatriotas não pudesse operar prodígios no acréscimo dos bens materiais que costumam fazer a riqueza e prosperidade das nações. Essa, em resumo, a idéia que, julgando corrigir ou rematar o pensamento do mestre escossês, expõe em seu livro. *Não lhe ocorre um só momento* que a qualidade particular dessa tão admirada “inteligência” é ser simplesmente decorativa, de que ela existe em função do próprio contraste com o trabalho físico, por conseguinte não pode supri-lo ou completá-lo, e finalmente que corresponde, numa sociedade de coloração aristocrática e personalista, à necessidade que sente cada indivíduo de se distinguir dos seus semelhantes por alguma virtude aparentemente congênita e intransferível, semelhante por esse lado à nobreza de sangue.¹⁵

Sendo a incorporação de uma das figuras sinedóquicas da cultura bacharelesca no oitocentos, Sérgio Buarque evoca aquele que, ainda hoje, é por muitos considerado um dos baluartes precursores do pensamento liberal no Brasil. Tal evocação se dá, contudo, por meio de complexo aparato de dispositivos formais, cuja estratégia textual conscientemente orientada leva o autor a empreender desmonte de todo um arcabouço semântico-conceitual, que, para além daquela crítica trivial que recai mais sobre a figura autoral do que sobre a obra propriamente dita – traço comum nas cordiais polêmicas e rivalidades literárias ao longo do século XIX¹⁶ –, revela, como veremos, a sutil preocupação em atingir o núcleo duro de resíduos discursivos cristalizados do passado colonial e imperial no presente, encontrando, diga-se a propósito, *pertinácia numa vertente semântica do controverso discurso modernista*.

Discorramos brevemente sobre o termo inteligência, destacado entre aspas pelo ensaísta. Ora, sabemos que o recurso às aspas pode, em certos casos, conotar *ironia*, tropo pelo qual, afirma Hayden White, “é possível caracterizar entidades por meio da negação no nível figurado do que é afirmado positivamente no nível literal”.¹⁷ No exemplo do último passo acima, tomado da segunda edição de *Raízes do Brasil*, é mais do que nítida a desconfiança do autor em relação àquela comunidade discursiva da qual

se imbrica necessariamente. Ou seja, o ‘moderno’, tal como se apre-senta no abstrato e etéreo modelo europeu importado, não é efetiva alavanca de progresso, não serve à modernização autêntica que o paradigma da formação tem em vista. Entretanto, essas modernas ‘ideias fora do lugar’ cumprem papel fundamental na lógica de dominação periférica, isto é, estão, de fato, em seu devido lugar. O ‘moderno’ sanciona uma forma de dominação na qual sua promessa de realização é uma quimera e, no limite, deboche”. NOBRE, Marcos. “Depois da formação. Cultura e política da nova modernização”, *op. cit.*.

¹⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 109. (grifo nosso)

¹⁶ Cf. ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*, *op. cit.*.

¹⁷ WHITE, Hayden. “Introdução: A Poética da História”, *op. cit.*, p. 48.

pretendia tomar certa distância. A “tão celebrada” e “admirada ‘inteligência’”,¹⁸ ali, não passa de mero apanágio decorativo, do qual se lança mão como componente de distinção social, e cujo propósito é o contrastar com o trabalho físico; esse, indigno e maculado “numa sociedade de coloração aristocrática e personalista”. O sentido efetual da palavra inteligência se faz sentir, contudo, mais fortemente quando recuamos algumas páginas antes de Sérgio Buarque de Holanda fazer menção direta ao Visconde de Cairu. Ainda à altura da página 106 da edição de 1948, após explicitar – mediante massivas fontes históricas acrescidas em dezenas de páginas, se comparadas à edição de 1936 – o malogro da experiência industrial no Império e como a iniciativa, ainda que de “boa-vontade” por parte de personalidades de vulto na aplicação de capital nesse campo, destoava da estrutura mental daquela sociedade, o historiador chega enfim nas consequências de tal situação para as ditas “manifestações do espírito”. Ouçamo-lo:

Não parece absurdo relacionar a tal circunstância um traço constante da *nossa* vida social: a posição suprema que nela detêm, de ordinário, certas qualidades de imaginação e *inteligência*, em prejuízo das manifestações do espírito prático ou positivo. O *prestígio universal do “talento”*, com o timbre particular que recebe essa palavra nas regiões, sobretudo, onde deixou vinco mais forte a lavoura colonial e escravocrata, como o são eminentemente as do Nordeste do Brasil, provém sem dúvida do maior decoro que parece conferir a qualquer indivíduo o simples exercício da *inteligência*, em contraste com as atividades que requerem algum esforço físico.¹⁹

Em primeiro lugar, vale chamar a atenção para o primeiro grifo da passagem: “Não parece absurdo”, junto a outras expressões estilísticas semelhantes, compõe o conjunto cuidadosamente elaborado daquela *atenuação plausível* do tom categórico verificado a partir da segunda edição de *Raízes do Brasil*. Lançando mão do recurso à *litotes*,²⁰ a escrita do nosso autor se aproxima fortemente da prosa de Machado de Assis.

¹⁸ “As palavras e expressões de outrem integrados no discurso indireto e percebidos na sua especificidade (particularmente quando são postos entre aspas), sofrem um ‘estranhamento’, para usar a linguagem dos formalistas, um estranhamento que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor: elas adquirem relevo, sua ‘coloração’ se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo elas se acomodam aos matizes da atitude do autor – sua ironia, humor, etc.” BAKHTIN, Mikhail M. “Discurso indireto, discurso direto e suas variantes”. In: _____. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*, op. cit., p. 169.

¹⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., op. cit., p. 106, 107. (grifos nossos)

²⁰ “Palavra [...] que surge pela primeira vez na nossa língua em 1873 – *liptotes* – por influência do francês *li(p)tote*, que, por sua vez, deriva do latim tardio *litotes* e este do grego *litós* (*litótes*) que significa simples, pequeno. Trata-se de uma figura de retórica que consiste em afirmar algo indirectamente através da negação ou diminuição do seu oposto ou contrário. [...] Trata-se, pois, de uma forma de atenuar o pensamento, daí que se considere esta figura como um antônimo de *Hiperbole* e sinônimo aproximado de *Eufemismo* e *Meiose*. A litotes é muito utilizada na linguagem quotidiana; ‘não raro’ dizemos: *Não te esqueças* em vez de *Lembra-te*, *Nada mal* por *Bom/Bem*, ou *Não muito* por *Pouco*”. GRILO, Joaquina. “Litotes”. In: *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, op. cit.. (consultado em 18/06/2013)

Hélcio Martins, meditando sobre frases como essa, encontradas exaustivamente nas *Memórias Póstumas de Brás Cubas*: “Segundo parece, e não é improvável, existe entre os fatos da vida pública e os da vida particular uma certa ação recíproca, regular, e talvez periódica”, diz da convicção do Bruxo

de que é sempre arriscada a fracasso toda tentativa de identificação imediata das manifestações aparentes da realidade, que escondem muitas vezes ou sempre, aderidas ou subjacentes, outras tantas manifestações contrárias. Numerosos personagens seus e o próprio narrador expressam constantemente a *hesitação* que os trava quando postos diante desse jogo de aparência e realidade. É essa hesitação que conduz a toda sorte de meias afirmações e ressalvas que se notam em seu estilo e que se manifestam expressivamente pelo imoderado uso do advérbio *talvez* e de frases começadas por *creio que, penso que, suponho que, é possível que, é provável que*, ou de outras ainda mais tortuosas e torturadamente ressalvadas por um *não é impossível que* ou *não é improvável que*, e formas tais.²¹

Quanto aos grifos em “inteligência” e “talento”, o ensaísta, denunciando ou deslindando, mediante a sua riqueza estilística, contradições daquela realidade, faz com que essas palavras se apresentem como verdadeiros tapa-buracos, com as quais se pode, em quaisquer ocasiões, expressar tudo – e nada – ao mesmo tempo, isto é, palavras que, não remetendo a um número de significados razoavelmente precisos, se aproximam daquilo que Lévi-Strauss denominou “significantes flutuantes”.²² Usada a primeira sem o recurso às aspas, talvez quisesse o autor, ainda aqui, sugerir, tal qual um narrador não-confiável em primeira pessoa, uma postura que, ao mesmo tempo, instaura uma distância e, “[...] enquanto homem de seu tempo, [o torna] observador participante dos valores de outras épocas”.²³ Valores com os quais se vê impossibilitado de romper ou mesmo passar ao largo de certos traços herdados dos mesmos. Como dissemos em seção anterior, evitando incorrer no risco da eloquência de algumas das narrativas nacionais coetâneas, *Raízes do Brasil* se apresenta como uma alternativa *não ressentida* da formação sociocultural da nação; preferindo portar-se de uma forma outra que não aquela da “política de avestruz” em relação às suas origens, como já afirmado anteriormente a partir de Freud. Em suma, o sentido impreciso e cambiante da palavra inteligência, mais do que na penúltima passagem afixada, dá-se a inferir uma fronteira não tão nítida entre a primeira e a terceira pessoa, e cuja dinâmica entre aproximação e

²¹ MARTINS, Hélcio. “A litotes em Machado de Assis”. In: _____. *A rima na poesia de Carlos Drummond de Andrade & outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005, p. 311. (grifo nosso no termo “hesitação”)

²² Cf. LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss” In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 43.

²³ DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”, *op. cit.*, p. 20, 21.

paulatino distanciamento em relação àquela realidade temporal, que latentemente ainda parecia ser a do autor, o impelia, dada a complexidade semântica de tal realidade, a percorrer caminhos tanto pela técnica descritiva e hermenêutica quanto formal. Apropriando-se, ali, *cum grano salis*, de talento e, mais ainda, inteligência, o historiador intenta evidenciar, como veremos mais adiante, o quanto o seu uso na “nossa vida social” estampava tamanha fragilidade referencial enquanto coisa que não traduzia de modo aproximado o “real” passado e presente. Se bem observado, o retórico e conflituoso “nossa”, grifado na passagem em questão, como pronome associado aos dois termos que caracterizariam as virtudes de “prestígio universal” dos intelectuais e homens de letras do período imperial, são um modo de denunciar camadas discursivas encobertas por um majestático “nós”, afetivamente ligado a uma sensação de pertencimento à ideia incondicional de nação, correlata às muitas gradações de ufanismos encontrados, por exemplo, nos cânones das *brasilianas*.²⁴ Nesse sentido, a evocação desse conotado “nós” já recebe, explicitamente, no mesmo capítulo da edição de 1936, atenção especial quando se falará dos supostos quadros burocráticos, formados no século XIX, e sua ineficiência diante da lógica do patrimonialismo e do velho bacharelismo incrustados nos aparelhos estatais. Embora a passagem seja um pouco extensa, vale ainda assim reproduzi-la, na íntegra, devido ao seu caráter elucidativo do que temos argumentado:

As funções publicas constituíram, desde muito cedo, aliás, o apanagio quasi exclusivo da mesma casta de homens a que pertenceram os novos proprietários ruraes. Alimentavam, com frequência, a mesma digna ociosidade, que tanto singularizou esses senhores de engenho, de quem dissera Antonil que os escravos eram suas mãos e pés. A constituição de uma burocracia numerosa e prospera, comportando postos cuja

²⁴ Aqui, pode-se afirmar, ainda, que esse caráter de sujeito coletivo do pronome “nossa”, trazido performativamente pelo historiador, possa ter uma conotação figurativa no sentido em que Hayden White denomina metatropológica. Isto é, de um uso autoconsciente e não ingênuo por parte do locutor. “A ironia pressupõe a ocupação de uma perspectiva ‘realística’ da realidade, de onde se poderia oferecer uma representação não figurada do mundo da experiência. A ironia representa assim um estágio da consciência em que se reconhece a natureza problemática da própria linguagem. Chama a atenção para a tolice potencial de todas as caracterizações lingüísticas da realidade, tanto quanto para a absurdidade das crenças que ela parodia. É portanto ‘dialética’, como observou Kenneth Burke, ainda que não tanto em sua apreensão do processo do mundo como em sua apreensão da capacidade da linguagem para obscurecer mais do que aclarar em qualquer ato de figuração verbal. Na ironia a linguagem figurada torna a dobrar-se sobre si mesma e põe em questão suas próprias potencialidades para distorcer a percepção. É por isso que as caracterizações do mundo vazadas no modo irônico são amiúde consideradas *intrinsecamente* refinadas e realistas. Parecem assinalar a ascensão do pensamento, numa dada área de investigação, a um nível de autoconsciência no qual se torna possível uma conceptualização do mundo e seus processos verdadeiramente ‘esclarecida’, isto é, autocrítica”. WHITE, Hayden. “Introdução: a Poética da História”, *op. cit.*, p. 51.

remuneração e cuja importancia social estavam muitas vezes – quasi sempre – na razão inversa do trabalho que lhes correspondia, impunha-se como o expediente proprio para assegurar um bem estar relativo a parte consideravel da população, que do contrario se veria condemnada a uma irremediavel ruina. E quando não o assegurasse, valeria, ao menos, pelo effeito compensador que garante a um individuo mal tratado pela sorte a possibilidade de se conceber não somente como cidadão do “maior e mais rico paiz do mundo”, mas sobretudo como peça necessaria de seu mecanismo administrativo, como parte do Estado, de um “nós” poderoso e respeitavel. Essa a origem verdadeira de certo patriotismo ingenuo e contente de si, que *ainda hoje vemos florescer entre nós*. Patriotismo negativo, feito de *resentimentos*, não se recommendava certamente como elemento activo e constructor, e tão pouco se recommendava, sob nenhum aspecto, o espirito da “casa grande”, estereotypado por centenas de annos de vida rural, e transportado, bruscamente, de corpo e alma, a as cidades.²⁵

Ao lançar mão de uma espécie de *ironia dramática*²⁶ – salvaguardadas as devidas proporções em relação à obra estritamente ficcional –, Buarque de Holanda, graças a recurso semelhante ao estilo indireto livre, nos põe a ver coisas através dos olhos e da linguagem da personagem – no caso a problemática tradução e seu autor Silva Lisboa –, mas também através dos olhos e da linguagem do autor.²⁷ Linguagem que encobre, como já dissemos, toda uma estrutura legitimadora da posição ideológica na qual se encontrava parte da elite política e cultural do Império. Inteligência aparece aos olhos e linguagem do autor como que revelando uma cumplicidade corrosiva com a opinião dominante; embora somente aos poucos – duas páginas depois – é que tal opinião vai se desvelando como destituída de verossimilhança no âmbito daquela realidade, como intentamos demonstrar na estratégica retradução, feita por Sérgio Buarque, de trechos dos *Estudos do Bem Comum*, a partir da leitura direta que ele efetua da obra de Adam Smith. Nesse sentido, afirma James Wood,

habitamos, simultaneamente, a onisciência e a parcialidade. Abre-se uma lacuna entre autor e personagem, e a ponte entre eles – que é o próprio estilo indireto livre – fecha essa lacuna, *ao mesmo tempo que chama atenção para a distância*. Esta é apenas outra definição da ironia dramática: ver através dos olhos de um personagem enquanto

²⁵ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 47, 48. (grifos nossos)

²⁶ “[...] a ironia dramática provém da cumplicidade que, em determinado momento, se estabelece entre um personagem ou um grupo de personagens e o público, ou seja, a ironia dramática resulta do jogo feito entre o que o público sabe sobre uma personagem ou situação e o desconhecimento desta personagem ou personagens dessas mesmas situações ou factos. Esse tipo de ironia dramática é a mais simples, a ironia mais complexa no drama é uma utilização mais ampla e profunda desta primeira, mas o que verdadeiramente dá sentido à ironia dramática e lhe transmite um carácter cómico/trágico é a identificação que existe entre o público e o personagem, o facto de sentirmos que poderia ser cada um de nós a viver aquela determinada situação”. MORGADO, Maria Filomena. “Ironia dramática”. In: *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*, op. cit.. (consultado em 18/06/2013)

²⁷ WOOD, James. “Narrando”, op. cit., p. 23.

somos incentivados a ver mais do que ele mesmo consegue ver (uma não confiabilidade idêntica à do narrador não confiável em primeira pessoa).²⁸

Vale aqui repetir parte de excerto, já apropriado, no intuito de expor o modo como o historiador prepara,²⁹ em afinidade com a ironia dramática, o chão discursivo com o qual irá, páginas depois, desmontar o argumento da personagem Visconde de Cairu, citando-a diretamente:

O trabalho mental [...] não significa forçosamente, neste caso, amor ao pensamento especulativo – a verdade é que, *embora presumimos o contrário, dedicamos*, de modo geral pouca estima às especulações intelectuais –, mas amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante, à erudição ostentosa, à expressão rara. É que para bem corresponder à função que, *mesmo sem o saber*, lhe conferimos, *inteligência* há de ser ornamento e prenda, nunca instrumento de conhecimento e ação [...] o exercício dessas qualidades que ocupam a *inteligência* sem ocupar os braços tinha sido considerado, já em outras épocas, como pertinente aos homens nobres e livres, de onde, segundo parece, o nome de liberais dado a determinadas artes, em oposição às mecânicas que pertencem às classes servis.³⁰

O autor se reveste, portanto, de estatuto de superioridade cognitiva diante tanto do narrador como também da personagem que, como veremos a seguir, se encenará; e, não menos, da recepção, isto é, do leitor, uma vez que é esse quem o autor quer tornar cúmplice da longa duração de uma estrutura da qual uma obra específica é, por assim dizer, sintoma, e cuja tradução, embora “mal feita”, tenha perdurado intacta dentro do sistema intelectual no qual circulou. Afora os destacados verbos na primeira pessoa do plural, os quais fazem ressaltar, no excerto, a inserção ambígua do autor/narrador naquele contexto narrativo, sublinhemos a sentença em que afirma que, “para bem corresponder à função que, *mesmo sem o saber*, lhe conferimos, *inteligência* há de ser ornamento e prenda, nunca instrumento de conhecimento e ação”. Há, aí, claro convite a certa cumplicidade entre autor e leitor, na medida em que o narrador na primeira pessoa conduz-nos a *confiar* tanto em sua não consciência como na de personagens diante da experiência da *inteligência* como fenômeno sintomático de um estado de coisas, tal

²⁸ *Loc. cit.*. (grifos nossos)

²⁹ “A preparação do discurso citado e a antecipação de seu tema e de seus valores e inflexões na narração pode de tal forma colorir o contexto narrativo com as tonalidades do herói que ele termina por assemelhar-se ao discurso citado, embora conservando as entoações próprias ao autor. *Conduzir a narrativa exclusivamente dentro dos limites da ótica do herói [...], não somente de um ponto de vista espaço-temporal, mas também do ponto de vista dos valores e entoações, cria um tipo extremamente original de pano de fundo perceptivo para as enunciações citadas*. Dá-nos o direito de falar de uma variante especial: *o discurso citado antecipado e disseminado, oculto* no contexto narrativo e aparecendo realmente no discurso direto do herói”. BAKHTIN, Mikhail M. “Discurso indireto, discurso direto e suas variantes”, *op. cit.*, p. 173 (grifo nosso).

³⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 107, 108. (grifos nossos)

como intenta transmitir o modo como ele, o narrador, e toda uma comunidade discursiva a concebem e põem em prática. Pois bem, a consumação paradigmática disso se efetiva no momento em que Cairu entra em cena. Após antecipar, em duas páginas do capítulo, o discurso citado, disseminando-o e ocultando-o, por meio da palavra inteligência, no contexto narrativo,³¹ o faz, por fim, aparecer, páginas depois, indiretamente no discurso do baiano: “E pergunta, apoiando-se confusamente numa passagem de Adão Smith, se para a riqueza e prosperidade das nações contribui mais, e em que grau, *a quantidade de trabalho ou a quantidade de inteligência*”.³² Dessarte, o autor nos chama a atenção, mediante a sua retradução, para um ato de raciocínio ideologicamente orientado, a partir do qual somos, como sugeriu Wood em trecho supracitado, incentivados a ver mais do que a personagem Cairu mesma conseguiu ver dentro de seu horizonte histórico: “Não lhe ocorre um só momento que a qualidade particular dessa tão admirada ‘inteligência’ é ser simplesmente decorativa [...]”.³³ E, se se quer ir ainda mais longe, pode-se dizer que somos dramaticamente incentivados a ver mais do que um público leitor que, num arco temporal de quase uma centúria e meia – considerando a publicação dos *Estudos do Bem Comum*, 1819, e a segunda edição de *Raízes do Brasil*, 1948 –, acaba por, inconscientemente, se autodenunciar como *totalidade* da qual o Visconde de Cairu é *parte* sinedóquica, uma vez que o fenômeno inteligência, como conotado por Holanda, constitui-se componente abrangente da lógica dominante no sistema intelectual, político e cultural desde tempos idos da formação nacional, e que parecia acometer aspectos do presente no qual vivia o intelectual.

Nesse sentido, tal intertextualidade entre o presente e o passado perpassa por certa técnica representacional a qual, como rapidamente pincelado em seção anterior, pudemos aproximar do que Thiago Nicodemo chamará “planos de historicidade” na construção narrativa do historiador. Dialogando com Hayden White e João Adolfo Hansen, os quais se apropriam, por sua vez, da teorização efetuada por Auerbach, diz:

Trata-se [...] de uma imaginação histórica tecnicamente figural. Figura é o “modo medieval de formar e interpretar alegoricamente, pelo qual uma ação ou personagem histórica é a *prefiguração*, no tempo, de uma ação posterior”, ou seja, a figura estabelece uma relação analógica entre planos de temporalidade que se comunicam alegoricamente: conta-se sobre um deles, ao mesmo tempo que remete-se, em saltos,

³¹ BAKHTIN, Mikhail M. “Discurso indireto, discurso direto e suas variantes”, *op. cit.*, p. 173. (grifo nosso)

³² HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 108. (grifo do autor)

³³ *Idem, Ibidem*, p. 109.

ao outro. Sergio Buarque de Holanda não é um caso único, pelo contrário, o recurso a este mecanismo intertextual na narrativa histórica é uma das características mais importantes da moderna historiografia do século XX. Esta estrutura ganha uma versão altamente refinada e criativa no pensamento do autor e condiciona a arquitetura temporal de sua interpretação histórica em dois planos: o da dialética entre elementos ibéricos e elementos autóctones no processo de colonização, articulado figurativamente à análise do reaproveitamento desses elementos, dispostos como *herança* na formação do Estado e da nação brasileira, processo ocorrido ao longo do século XIX e que se desdobra até o momento presente em que vivem os intelectuais.³⁴

Presenciaremos, de modo mais aclarado, linhas adiante, esse procedimento quando da entrada em cena de outra personagem, a qual, já no século XX, representará parte da recepção recuperadora das ideias do economista baiano. Embora, parece-nos, o diálogo com aquela tenha sido já implicitamente sugerido nas filigranas de toda essa parte do texto buarquiano. Por ora, voltemos em passo no qual estocada final é dirigida ao caso exemplar da obra de Cairu:

[...] *parece certo que o autor dos Estudos do Bem Comum, a despeito de seu trato com economistas britânicos, não contribuiu, salvo nas aparências e superficialmente, para a reforma das nossas idéias econômicas. Pode dizer-se que, em 1819, já era um homem do passado, comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural e colonial.*³⁵

Uma vez mais, podemos observar, por meio dos grifos, os constantes rodeios e atenuações da asserção, com os quais o historiador faz novamente ecoar o estilo perifrástico da prosa machadiana. Aproximando ao que o próprio Machado de Assis denominou ser seu “estilo de ébrio”, não nos parece despropositado afirmar que a prosa buarquiana, igualmente, “vai guinando à direita e à esquerda, andando e parando, ao passo que o leitor supostamente deseja [como afirma Brás Cubas] a ‘narração direita e nutrida, o estilo regular e fluente’”.³⁶ Poderíamos sugerir que toda a sentença acima reproduzida é construída melindrosamente a fim de, mediante hipotaxes e circunlóquios, surtir um efeito de leitura amistoso, simpático e sinuoso, porém, ao final, machadianamente corrosivo; senão aniquilador das ideias de seu adversário. Por exemplo, o modalizador de incerteza “parece certo” e, mais ainda, a suposta ressalva verificada a partir do “salvo”, vêm, na verdade, ao encontro de reforçar um pouco mais o tom negativo das frases anteriores, entrecortadas por vírgulas, as quais culminam na

³⁴ NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”, *op. cit.*, p. 21.

³⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 110, 111. (grifos nossos)

³⁶ MARTINS, Hécio. “A litotes em Machado de Assis”, *op. cit.*, p. 318.

oração principal de parte da sentença: “não contribuiu [...] para a reforma das nossas idéias econômicas”. Um detalhe que também chama a atenção no estilo do autor de *Cobra de Vidro* é o que diz respeito às duplas negativas em suas orações. Exemplo concreto disso pode ser vislumbrado no trecho: “comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural e colonial”. Ora, no lugar de “frustrar a liquidação” poderíamos ter, simplesmente, “conservar”, uma vez que o sentido da enunciação não seria outro que dizer do conservadorismo de Visconde de Cairu. Tal sinuosidade pode ser aproximada, ainda, daquele movimento de negação das negações, da qual fala Maria Odila, uma vez que une termos à primeira vista negativamente conotados, “frustrar” e “liquidar”, com o intuito de negar “negações disciplinadas”,³⁷ como pareciam ser as do seu interlocutor. Ou interlocutores? Expliquemo-nos: implícita negação das negações parecia, outrossim, ser dirigida à recepção da obra do baiano no contexto de publicação da segunda edição de *Raízes do Brasil*. Tal afirmação se aclarará melhor na subseção seguinte; todavia, adiantemos parte do argumento destacando o advérbio “já”, na assertiva oração, a partir do qual aventamos o intuito do historiador de projetar aos primórdios da colonização todo um arcabouço discursivo da *herança* que inefetiva o *telos* da modernidade brasileira. Seria como se Sérgio Buarque quisesse indagar: se, em 1819, Cairu *já era* um homem do passado, o que dizer dos que, em plena década de 1940, desejam, a qualquer custo, reabilitar a atualidade de suas ideias? Pois, o princípio da “inteligência” de José da Silva Lisboa é “oposto ao sentido de todo o pensamento econômico oriundo da Revolução Industrial”. Nesse último, é preconizada uma lógica que vai energicamente contra “o gosto artístico, a dextreza, o cunho pessoal, que são virtudes cardeais na economia do artesanato”; “o terreno do capricho individual, do engenho criador e inventivo, tende, na medida do possível, a restringir-se, em proveito da capacidade de atenção perseverante a todas as minúcias do esforço produtivo”.³⁸ E a expressão máxima dessa tendência “encontra-se, sem dúvida, nos atuais sistemas de organização racional do trabalho, como o taylorismo e a experiência de Ford, que levam às suas conseqüências extremas o ideal da completa despessoalização do trabalhador”.³⁹

³⁷ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*, op. cit., p. 159.

³⁸ HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., op. cit., p. 110.

³⁹ *Loc. cit.*

3.2 Heranças rurais no controverso discurso modernista: uma rivalidade político-literária

Tencionaremos, doravante, chamar um pouco mais a atenção do leitor para um detalhe surpreendente de estratégia textual engendrada por Buarque de Holanda: no excerto fixado na seção anterior, uma nota é, de súbito, inserida entre a assertiva “*pode dizer-se que, em 1819, já era um homem do passado*” e o restante da sentença, “*comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural e colonial*”. A nota é endereçada a um seu polêmico contemporâneo: Alceu Amoroso Lima. Antes, porém, que a reproduzamos, na íntegra, faz-se necessário problematizar minimamente o lugar estratégico por ela ocupado, ali. O caráter emblemático de seu enunciado só fará pleno sentido se o leitor colocar em suspenso a afirmação de Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual a nota cumpre função de exprimir apenas um “ponto de vista oposto” ao seu, e permitir que o remetamos a alguns decênios antes da publicação daquelas linhas. Como é sabido, o nosso autor, embora não participante direto da “Semana de 22”, foi propulsor de significativas alterações travadas no interior dos tempos de fogo do Modernismo. Como o mesmo afirmou numa entrevista, em data bastante próxima da publicação da edição ora tratada de sua obra primeira, o movimento modernista

reagiu, sobretudo, contra certos estorvos que limitavam o horizonte literário e também contra os preconceitos que baniam da literatura determinados temas, considerados não-literários, indignos de interessar a um artista. Numa palavra, bateu-se por uma nova visão de vida e, por conseguinte, da arte. Os moços que surgem hoje e encontram o caminho aberto, não avaliam o esforço que foi preciso despender para aplinar o chão, removendo o entulho.⁴⁰

Se, por um lado, a assertiva desse trecho se deixa inferir que a “metralhadora giratória” da crítica buarquiana afetava apenas os ditos “parnasianos” e “passadistas” da *belle époque* tropical, sua arma em forma de diatribe, é bem verdade, não deixou de refratar em direção ao “estorvamento” provocado endogenamente por certos coetâneos. Em outras palavras, ainda tomado pelo turbilhão de “22”, Buarque de Holanda empreende uma revisão dentro daquilo que se propunha ele mesmo ser uma revisão: o movimento modernista. Como já tratado, brevemente, na primeira parte deste trabalho, parcela do encadeamento de tal reação se deu em 1926, quando, no famoso “O lado oposto e outros lados”, o jovem Holanda desfere tiros contra aqueles nos quais imprime

⁴⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Modernismo, tradicionalismo, regionalismo”, *op. cit.*, p. 122.

a pecha de “acadêmicos ‘modernizantes’”. Embora não diretamente mencionado entre esses, Alceu Amoroso Lima, à época sob a alcunha do renomado crítico Tristão de Athayde, compunha, junto com Graça Aranha, Ronald de Carvalho, Renato Almeida, Guilherme de Almeida e outros, a ala “girondina”⁴¹ do Modernismo. Aquela, segundo Sérgio Buarque, composta por

gente bem-intencionada e que esteja de qualquer modo à altura de nos impor uma hierarquia, uma ordem, uma experiência que estrangulem de vez esse nosso maldito estouvamento de povo moço e sem juízo. Carecemos de uma arte, de uma literatura, de um pensamento enfim, que traduzam um anseio qualquer de construção, dizem.⁴²

Evocação em primeira pessoa, dirigida intencionalmente àquele autor, se dá dois anos depois de escrito o “estabanado texto-estopim da implosão do movimento modernista”,⁴³ quando, em resenha aos *Estudos (1ª série)* – marco divisório de sua conversão ao catolicismo, e, conseqüentemente, de um retorno ao cânone da tradição, representando a sua não disponibilidade no presente do torvelinho modernista –,⁴⁴

⁴¹ Expressão de BARBOSA, Francisco de Assis. “Introdução”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*, op. cit., p. 29.

⁴² HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O lado oposto e outros lados”, op. cit., p. 87.

⁴³ “Um texto estabanado, que provocou reações de todo lado, inclusive dos aliados, pois Mário de Andrade não se sentiu bem-representado no ‘nós’ invocado contra os outros, os acadêmicos modernizantes. Sérgio colocou a tropa em combate sem avisar inclusive os mais graduados. Estabanado também porque mostra o quanto o autor havia sido dissimulado ao elevar Graça Aranha à condição de ‘um homem essencial’. Foi do louvor ao vitupério sem muitas mediações”. GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. “Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima”, op. cit., p. 121.

⁴⁴ De acordo com Conrado Pires de Castro, em sua pioneira dissertação sobre nexos radicais entre as conquistas modernistas e *Raízes do Brasil*, “no ensaio ‘Política e Polytica’, constante na primeira série de seus *Estudos*, Tristão desenvolve uma interpretação do que considera serem ‘três planos de irradiação das idéias’ e ‘formas que têm dominado o mundo político’: o moral, o social e o individual. De acordo com Tristão, esses planos não tiveram um desenvolvimento regular ou sucessivo. Coexistiram e se sucederam em diversos graus de combinação ao longo da história dos homens e das idéias. Embora reconheça que a complexidade, a falta de convicções profundas e a relatividade superficial do mundo moderno tem concorrido cada vez mais para acentuar a coexistência daquelas idéias, arriscava Tristão uma ‘correlação histórica àqueles três campos de ação do pensamento político’, na qual o *plano social* corresponderia ao mundo antigo, com seu interesse do grupo que nascia da convivência geográfica e racial; o *plano moral*, ao mundo medieval, no qual o fundamento da autoridade deixa de ser o interesse imperial romano ou interesse regional helênico, para ser o interesse da Salvação por meio da sociabilidade; e, por fim, o *plano individual* corresponderia ao mundo moderno, o qual teria alterado, ‘ainda uma vez, a plano de inserção da Política, e a sua obra original – e em tantos pontos destruidora e dissolvente – foi assentar o fundamento da autoridade não já no interesse coletivo como os antigos, ou no interesse moral, como os medievais’, mas nos interesses do indivíduo, que passam a prevalecer sobre ‘as idéias abstratas de outrora: a pátria ou o céu’, como exclusiva ‘fonte de direitos e não mais de deveres’. Na opinião do ensaísta isso significaria a passagem da política a polytica, isto é, da arte de viver em cidade (que coloca o direito da cidade acima do direito do indivíduo) para a arte da mera aglomeração caótica, em que muitos mandam e obedecem sob o regime de clientelas e camaradagens eleitorais animadas pela plutocracia demagógica. Tudo nesse raciocínio era elaborado para que se chegasse à conclusão de que o ponto central do problema da moderna sociabilidade residia no seguinte aspecto: ‘Se a sociedade burguesa caminha despreocupadamente para o suicídio não é tanto pelos erros ou pelas ilusões políticas a que se tenha deixado levar, mas principalmente por ter deixado que essa lei moral se apagasse nas consciências, ou

Buarque de Holanda antevia naquelas reflexões uma forma desesperada de tentativa de reatamento de um elo perdido entre dois mundos e temporalidades históricas radicalmente irreconciliáveis.

O que seria a nós pelo menos interessante é [...] se não tivesse percebido que a concepção católica do mundo coincide perfeitamente com sua exigência de uma solução dos elementos anárquicos do cristianismo nos princípios que criam e que alimentam a ordem civil, a moral urbana, de uma pacificação impossível do espiritual com o temporal. Nenhuma outra doutrina conviria tão plenamente a um homem que aspira a organizar a sua desordem neste mundo sem recusar subvenções do outro mundo. E que, mesmo independente delas, aí não vierem, desejaria “restabelecer um equilíbrio da vida, disciplinar os demônios da liberdade”. [...] Não se pode mais hoje, como no tempo de Santo Agostinho, ser ao mesmo tempo e simultaneamente um cidadão do céu e da terra. E o pensamento que realmente quiser importar para a nossa época há de se afirmar sem nenhum receio pelos seus reflexos sociais, por mais detestáveis que estes pareçam. Há de ser essencialmente um pensamento *apolítico*.⁴⁵

O teor crítico dessas linhas reaparece implicitamente oito anos depois, na primeira edição de *Raízes do Brasil*, momento no qual, diga-se de passagem, “já em 1936 – antes, portanto, do *aggiornamento* – Alceu Amoroso Lima falava em pós-modernismo. Indicava a mudança de qualidade no clima intelectual de então em face do momento de crise que marcou a época modernista”.⁴⁶ Vejamos, pois, a articulação de ideias realizada por Holanda, entre os textos de 1928 e 1936, contra o tradicionalismo que, embora, aqui, não dirigido diretamente, representa sintomaticamente as matrizes de pensamento do intelectual católico:

A falta de coesão em nossa vida social não representa, assim, um fenómeno moderno. E é por isso que erram profundamente aqueles que imaginam na volta à tradição, a certa tradição, a única defesa possível contra nossa desordem. Os mandamentos e as ordenações que elaboraram esses eruditos são, em verdade, criações engenhosas do espírito, destacadas do mundo e contrárias a ele. Nossa anarquia, nossa incapacidade de organização sólida, não representam a seu ver mais do que uma ausência da única ordem que lhes parece necessária e eficaz. Si considerarmos bem, a hierarquia que exaltam é que precisa dessa anarquia para se justificar e ganhar prestígio. *E será legítimo, em todo caso, esse recurso ao passado em busca de um estímulo para melhor organização da sociedade? Não significaria, ao contrário, apenas um índice de nossa incapacidade de criar espontaneamente? As épocas realmente vivas nunca foram tradicionalistas por deliberação. A escolástica*

fosse diluída por toda sorte de sofismas e sutilezas mentais dos ‘espíritos emancipados’, cuja maior emancipação é serem escravos de si próprios. (...) O nosso dever, portanto, é compreender os defeitos do regime e procurar atenuá-los. E como um deles é justamente suscitar o activismo dos aventureiros, maior razão para que ‘uma doutrina da ordem’, isto é, de conservação geral da estrutura, se dê como fundamento uma doutrina moral, isto é, de contenção e guia das consciências”. CASTRO, Conrado Pires de. “Transição, tradição e marginalidade”, *op. cit.*, p. 190, 191.

⁴⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Tristão de Athayde”, *op. cit.*, p. 113, 114.

⁴⁶ GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. “Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima”, *op. cit.*, p. 126.

na Idade Media era viva porque era atual. A hierarchia do pensamento subordinava-se a uma hierarquia cosmogonica. [...] A Idade Media mal conheceu as aspirações conscientes para uma reforma da sociedade. O mundo era organizado segundo leis eternas indiscutíveis, impostas do outro mundo pelo Supremo Ordenador de todas as coisas. Por um paradoxo singular, o principio formador da sociedade era, em sua expressão mais nítida, uma força inimiga, inimiga do mundo e da vida. Todo o trabalho dos pensadores, dos grandes constructores de systemas, não significava outra coisa senão o empenho em disfarçar, quanto possível, esse antagonismo entre Espirito e a Vida (*Gloria naturam non tollit sed perficit*). Trabalho de certa maneira fecundo e veneravel, mas cujo sentido nossa epoca já não quer comprehender em sua essencia. O entusiasmo que pode inspirar essa grandiosa concepção hierarchica da sociedade, tal como a conheceu a Idade Media, é na realidade uma paixão de professores.⁴⁷

Tanto na resenha de 1928, denominada “Tristão de Athayde”, publicada originalmente no *Jornal do Brasil*, em 29 de agosto, como em “O lado oposto e outros lados”, e, mais diatribicamente, em *Raízes do Brasil*, 1936, Sérgio Buarque de Holanda reage a um roteiro bem delineado de doutrinas provenientes das mentes bem intencionadas de uma elite talentosa e inteligente, a qual, trazendo em seus arcabouços discursivos certa insistência na tal “panaceia abominável da *construção*”, tencionava *realizar*, mediante suas “políticas literárias”, a milagrosa formação do país; políticas literárias essas atualizadas sob moldes metafórico-conceituais herdados de períodos idos de “uma narração nacional (portanto uma metáfora) que sacraliza o nexo com a modernidade e a modernização”.⁴⁸ Ao comentar o extenso excerto acima, mediante interessante perspectiva simmeliana, Conrado Pires de Castro afiança que, no caso de Holanda e de outros seus contemporâneos, entre os quais Sérgio Milliet, com o qual faz dialogar o primeiro,

não se trata de combater as expressões de vida ditas modernas. Muito pelo contrário. Ambos se esforçam para entender e, até quem sabe, esclarecer o processo de formação e transformação dessas novas expressões a fim de que o público leigo compreenda seus paradoxos e saibam se posicionar de modo coerente diante deles. Pois, nas expressões da vida moderna já não há mais lugar, nem mais sentido, para a “nostalgia” de um “quadro compacto, único e intransferível”, pleno de estabilidade social ou afetiva. A própria configuração dos espaços sociais tipicamente modernos – dos mais concretos como a rua, a praça, as avenidas, aos mais abstratos como o mercado – contém em si mesma a sugestão do movimento, do trânsito e do transitório, imprimindo suas marcas nas diferentes modalidades de contatos entre grupos humanos em meio ao contínuo fluxo de pessoas, de mercadorias ou pessoas sub-repticiamente transformadas em mercadorias. Tudo isso, além de repercutir na sensibilidade individual e coletiva, exigindo ajustamentos psíquicos e sociais a todo instante, requer

⁴⁷ HOLLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*, *op. cit.*, p. 06, 07, 08, 09. (grifos nossos)

⁴⁸ VECCHI, Roberto. “A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista”, *op. cit.*, p. 463.

a elaboração de mecanismos supra-individuais de coordenação social, o que não deixa de manifestar certo potencial explosivamente conflituoso, uma vez que as pessoas resistem “a ser nivelada[s] e uniformizada[s] por um mecanismo sócio-tecnológico” [...].⁴⁹

Pois bem, após digressão que intenta lançar luzes nas divergentes perspectivas e visões de mundo dos dois significativos intelectuais do século XX brasileiro, podemos pontuar que, atravessando esse período modernista do “anseio qualquer de construção”, o qual costura grande parte da sua crítica político-literária na década de 1920; passando pela década de 1930, momento no qual se encontram as denúncias aos “artificialismos” e “exotismos” perpetrados pelo Modernismo, contrapondo a esse “um humanismo brasileiro e cristão” capaz de rejuvenescer esse momento no qual denomina “pós-modernista”; e chegando até 1945, fase de seu *aggiornamento*, Alceu Amoroso Lima permanece ativo na rivalidade política e literária mantida com Sérgio Buarque de Holanda. Embora esse último sempre conservasse a admiração e o respeito pelo seu adversário, nunca deixou de se contrapor à sua complexa, e às vezes confusa, concepção estética imbricada a uma metafísica cristã, que, por sua vez, se relacionava organicamente a uma postura política que se arrogava liberal-democrática; a despeito de o estudioso católico ter comemorado a vitória de Franco na Espanha, e, tempos depois, ter se transformado num dos renomados combatentes intelectuais da Ditadura civil-militar de 1964.⁵⁰ É nessa fase, pois, década de 1940, que se presencia o retorno de

⁴⁹ CASTRO, Conrado Pires de. “Transição, tradição e marginalidade”, *op. cit.*, p. 193, 194.

⁵⁰ “Sobre a religião, a cisão entre o céu e a terra está dada e é ilegítima a pretensão de, por meio das instituições dos homens, por meio da política, combater a irreligiosidade e defender o reingresso da cidade de Deus na terra. Salvo engano, Sérgio está dizendo que a literatura seja deixada aos literatos e a religião àqueles que têm fé. A resposta talvez esteja dada no próprio roteiro que Sérgio estabelece para ele mesmo. Retirar-se do papel de pretenso condutor das novas gerações, colocar para si a tarefa de construir uma trajetória de estudos, de investigação, que sirva à sua e às novas gerações, que sirva ao Brasil, sem o recurso do dogmatismo, sem a tentação do profetismo. Começa daí o caminho de historiador que Sérgio irá trilhar. Caminho no qual a leitura das críticas e dos ensaios brasileiros de Alceu Amoroso Lima deixou uma marca importante e não apenas pelo fato de Sérgio ter abandonado suas reivindicações surrealistas, suas ‘declarações dos direitos do sonho’. [...] Aqui é possível postular que a influência de Alceu não alcançou apenas aquele grupo de poetas e artistas neocatólicos – Murilo Mendes, Jorge de Lima, Ismael Nery –, ou mesmo aqueles que apesar de céticos foram sensíveis à experiência religiosa, como Augusto Frederico Schmidt ou Augusto Meyer; e tanta gente de letras que passou pelo Centro Dom Vidal e pela Ação Católica. Alceu repercutiu também em Mário, também em Sérgio, certamente não com o seu catolicismo, mas com o racionalismo e a complexa visão da cultura no Brasil, forjada nos primeiros anos de crítica. E um bom indício da marca que deixou na Escola Paulista é o elogioso artigo [...] de Antonio Candido, ‘Mestre Alceu em estado nascente’, em que aponta a lucidez e as virtudes de seu método crítico nos estudos do sertanismo, particularmente no trabalho sobre Afonso Arinos”. GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. “Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima”, *op. cit.*, p. 122, 123. Grande parte das reflexões desse parágrafo está baseada nesse esclarecedor artigo. Nele, Guilherme Simões evidencia o modo como a *persona* de Amoroso Lima, dotada de interessante e complexa historicidade, atravessou quase todo o século XX compondo, de acordo com seu estado de

Amoroso Lima ao cenário político, e cuja pretensão liberalizante da conferência em homenagem ao Visconde de Cairú, da qual Holanda extrai a passagem que abaixo se reproduzirá, é peça componente do complexo mosaico da trajetória desse controverso intelectual. Diz o historiador na referida nota de rodapé do capítulo “Herança Rural”:

Um ponto de vista oposto ao que se exprime aqui é o defendido pelo Sr. Alceu Amoroso Lima em conferência sobre Cairú, publicada a primeiro de novembro de 1944 no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Referindo-se aos *Estudos do Bem Comum*, assim se manifesta o *ilustre pensador*: “Na impossibilidade de analisar devidamente essa grande obra, seja-me permitido apenas, para provar a atualidade das idéias econômicas de Cairú e, de outro lado, a sua autonomia em face de seu mestre Adam Smith, relembrar um traço essencial de sua teoria da produção econômica. Haviam os fisiocratas colocado a *terra* como elemento capital da produção. Veio Adam Smith e acentuou o elemento *trabalho*. E com o manchesterianismo, o *capital* é que passou a ser considerado o elemento básico da produção. Pois bem, *o nosso grande Cairú*, no seu tratado de 1819, mencionando embora a ação de cada um desses elementos, dá sobre eles a preeminência a outro fator, que só modernamente, depois da luta entre o socialismo e o liberalismo de todo o século XIX, é que viria a ser destacado – a *Inteligência*”. E acrescenta, linhas adiante: “Cairú é o precursor de Ford, de Taylor, de Stakhanoff, a um século de distância”.⁵¹

A rivalidade derivada do campo estético, sempre considerada, por Sérgio Buarque, tradicionalista e dogmática, resvala conseqüentemente no campo político, donde, como vimos, o autor acaba por revelar o seu apreço por certa dimensão do passado e da tradição, e, mesmo inconsciente, talvez, denunciando a face antimoderna do pensador que se dizia, “*ao mesmo tempo*, como desde então [tem] tentado ser: *católico* em religião, *tomista* em filosofia, *democrata* em política, e *modernista* em arte”.⁵²

3.3 Discursos indiretos: Sérgio Buarque narrador moderno de ficção?

Volvamos, agora, nossos olhares de modo mais detido ao *detalhe* textual estrategicamente engendrado pelo historiador: o trecho acima fixado é reprodução integral da emblemática nota,⁵³ incorporada ao ensaio somente a partir da edição de

espírito nas respectivas décadas, um figurino multiforme, pelo qual o levou da crítica modernista a crítico do Modernismo; da concepção política cristã de direita à atuação dentro da Igreja numa vertente mais esquerdizante, até, como dissemos, combatente enérgico da Ditadura civil-militar de 1964.

⁵¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 111, 112. (grifo nosso nas expressões “ilustre pensador” e “o nosso grande Cairú”)

⁵² LIMA, Alceu Amoroso *apud* GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. “Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima”, *op. cit.* p. 124.

⁵³ “Diferentemente de outras formas de credencial, todavia, as notas de rodapé podem, às vezes, ser divertidas – normalmente na forma de facas cravadas nas costas dos colegas do autor. Algumas dessas

1948, juntamente com todo esse trecho sobre Cairu. O recurso ao dispositivo representa um dos diálogos entre Alceu Amoroso Lima e Buarque de Holanda, aqui e acolá, em *Raízes do Brasil*, embora, como já sugerido, mais sub-repticiamente na edição de 1936. Na seção anterior, afirmamos que a nota é, de súbito, inserida entre a assertiva “*pode dizer-se que, em 1819, já era um homem do passado*” e o restante da sentença, “*comprometido na tarefa de, a qualquer custo, frustrar a liquidação das concepções e formas de vida relacionadas de algum modo ao nosso passado rural e colonial*”. Ora, mesmo ao leitor que desconhecia parte da polêmica por nós brevemente evocada, não passa despercebida a comprometedora associação – pela disposição da nota em meio a implacável teor discursivo, síntese de um estado de coisas – entre autores pertencentes a duas gerações que, ao menos aparentemente, estariam apartadas por estruturas históricas distintas. Bem, até aí, não estaríamos diante de novidades, não fosse pela forma com que o autor de *Monções*, tendo em vista a postura política do pensador do século XX, “diz” da cumplicidade entre o tradicionalismo desse e o conservadorismo do “nosso grande Cairú”. Pode-se dizer que quase não há exposto juízo valorativo direto em toda a enunciação da nota. Esse se dá no detalhe. Aqui, pois, se desvela mais aclearadamente a relativa aproximação que estabelecemos quanto àquela técnica figural que caracteriza a representação historiadora de Sérgio Buarque de Holanda, da qual nos disse Thiago Nicodemo: Cairu como *figura* de Alceu Amoroso Lima.

E exatamente nesse ponto é que podemos, *mutatis mutandis*, estreitar uma vez mais a posição do “narrador buarquiano” e aquela do autor do romance moderno, principalmente no que toca especificamente ao narrador flaubertiano:

Quando falamos de uma boa prosa, raramente comentamos que ela realça o detalhe expressivo e brilhante; que privilegia um alto grau de percepção visual; que mantém uma compostura não sentimental e que se abstém, qual bom criado, de comentários supérfluos; que é neutra ao julgar o bem e o mal; que procura a verdade, mesmo que seja sórdida; e que traz em si as marcas do autor, que, embora perceptíveis, paradoxalmente não se deixam ver. Encontramos algumas dessas características em Defoe, Austen ou Balzac, mas todas juntas só em Flaubert.⁵⁴

facas são enfiadas com polidez. Algumas vezes, os historiadores simplesmente citam uma obra; em outras, silenciosamente põem o sutil, mas mortal, ‘cf.’ (‘compare’, alemão ‘vgl.’) antes dela. Isso indica, pelo menos ao leitor experiente, que tanto uma visão alternativa aparece na obra citada quanto que ela está errada. Mas nem todo mundo que lê o livro conhece o código. Desse modo, às vezes, a punhalada precisa ser mais brutal, mais direta. *Pode-se, por exemplo, descartar uma obra ou tese de modo lacônico e definitivo, com uma única frase ou adjetivo bem escolhido*”. GRAFTON, Anthony. “Notas de rodapé: a origem de uma espécie”, *op. cit.*, p. 19. (grifo nosso)

⁵⁴ WOOD, James. “Flaubert e a narrativa moderna”. In: _____. *Como funciona a ficção*, *op.cit.*, p. 43.

Tendo em mente, pois, o romancista francês – quando deixa, por exemplo, falar e agir livremente as personagens do boticário, Homais, e do médico, Charles, marido de Emma Bovary, abstendo-se de tecer comentários sobre se as ações de suas criações são boas ou ruins em si mesmas, não que elas não estejam postas –, a remição a Alceu Amoroso Lima, ao menos na nota destacada, parece aproximar-se desses mesmos procedimentos formais. De modo semelhante às estratégias flaubertianas de narração, o ensaísta brasileiro se abstém de afirmar que a reprodução, por parte de Amoroso Lima, desse “significante flutuante” inteligência, em pleno 1944, data de publicação da conferência em homenagem ao Visconde de Cairu, revela o seu tradicionalismo, o qual lega ao presente um lastro residual de todo um latente aparato metafórico-conceitual herdado da eloquência que vai da Colônia, perpassa todo o Império, por meio, no caso, da personagem de Cairu, e repousa no período republicano, desvelando a longa duração da má formação das raízes do Brasil. Em sua obra capital, quando, por exemplo, do desconcertante episódio da malograda operação cirúrgica nos pés de Hippolyte, que, apesar de coxo, vivia e trabalhava normalmente, Flaubert não precisou, em nenhum momento, dizer da mediocridade de Charles, o respeitado médico da pequena cidade de Yonville, mas que não gozava de diminuta parcela de prestígio, se comparado aos médicos da capital francesa. Também, em toda a obra, preferiu o autor evitar que saíssem de sua pena impressões diretamente valorativas sobre o boticário Homais, espécie de voltairiano “leitor de orelhadas”, que, a despeito de repudiar a religião, louvava fervorosamente qualquer moderno pensamento que se pautasse pelo rigor e suposta objetividade do método científico. Ao ouvir falar, apenas, por meio de *métier* acadêmico, de nova técnica cirúrgica para corrigir pés tortos, Homais consegue convencer o até então receoso do empreendimento, Charles, o qual, por sua vez, não vê nisso mais do que uma boa oportunidade de elevar o nome Bovary – para felicidade também da esposa. Ao fim, quando a perna de Hippolyte contrai uma irreversível gangrena e necessita urgentemente ser amputada por outro médico, oriundo, diga-se de passagem, de outra cidade, o romancista não precisou anunciar em letras garrafais a condição mediana e inexpressiva daquelas personagens e do lugar periférico que ocupavam seus papéis sociais em relação aos modelos que vinham da ostentosa Paris, capital cultural do século XIX.⁵⁵ Um exemplo elucidativo da imparcialidade e

⁵⁵ “Em Flaubert, o realismo se faz imparcial, impessoal e objetivo. Em um trabalho preparatório sobre a

objetividade da prosa flaubertiana encontra-se, ainda, no capítulo V da primeira parte de sua obra-prima. Para dizer de um traço característico que completa a condição mediana do profissional da medicina, qual seja, o não cultivo do hábito de leituras elementares, sequer, o escritor francês apenas descreve o quadro que compõe o ambiente de trabalho de sua personagem:

Do outro lado do corredor estava o gabinete de Charles, pequena sala de cerca de seis metros de largura, com uma mesa, três cadeiras e uma poltrona. Os tomos do *Dicionário de Ciências Médicas, sem cortes [non coupés]*, mas cujas brochuras sofreram estragos com as vendas sucessivas por quais eles passaram, ocupavam, quase sozinhos, seis prateleiras de uma estante de abeto.⁵⁶

Ao aproximarmos, mais uma vez, o movimento buarquiano à ironia dramática, percebemos que, lançando mão de expressão adjetivada “ilustre pensador” com a qual designa Amoroso Lima, e, antes, de tom cerimonioso por meio da forma de tratamento “Sr.”, o autor aventa a sua inserção ambígua e corrosiva nessa comunidade discursiva: se o elogio demonstra, talvez, a despeito da sempre ácida polêmica, a relação respeitosa entre os dois intelectuais, não deixa, contudo, de carregar certa conotação irônica, mais

‘imitação séria do cotidiano’, analisamos um parágrafo de *Madame Bovary* sob este ponto de vista [...]. O parágrafo a que aludimos está no capítulo IX da primeira parte de *Madame Bovary*, e diz: *Mas sobretudo à hora da refeição era quando não suportava mais, nesta salinha ao rés-do-chão, com o fogão que fumegava, a porta que ringia, as paredes que escorriam, as lajes úmidas; lhe parecia que toda a amargura da existência lhe havia sido servida no prato e, ao mesmo tempo que o vapor do cozido, ascendiam do fundo de sua alma outros vapores de embotamento. Charles comia lentamente; ela mordida alguns avelãs, ou então, apoiada no cotovelo, se entretinha em fazer riscos no oleado da mesa, com a ponta da faca.* A passagem constitui o ponto culminante de uma descrição cujo tema é a insatisfação de Emma Bovary com sua vida em Tostes. Tem esperado durante largo tempo que se produzira um acontecimento repentino que daria um novo giro a esta vida sem elegância, aventura nem amor, em um rincão de província, ao lado de um homem chato e medíocre. Até se preparou para receber dignamente este acontecimento, cuidando de si e de sua casa, para que estivessem à altura daquela mudança de fortuna e o merecessem; mas ao ver que não chega, o mal-estar e o desespero se apoderam dela. Isto é o que Flaubert descreve em vários quadros que pintam o ambiente de Emma, tal como ela se o figura; desde o momento em que perde toda esperança de evadir-se, aparece somente ante sua vista o desconsolador, monótono, cinza, tedioso, asfixiante e sem perspectivas. Nosso parágrafo representa o ponto culminante da descrição de seu desespero. Logo nos conta como vai descuidando da casa, de si mesma e como começa a sofrer dores, até que seu esposo decide abandonar Tostes, porque crê que é o clima que não esteja fazendo-a bem. A passagem mesma nos mostra um quadro: o homem e a mulher juntos à hora da refeição. *O quadro não se nos apresenta de modo algum em si e por si, senão subordinado ao tema dominante, a desolação de Emma. Do mesmo modo, tampouco é apresentado diretamente ao leitor [...], senão que o leitor vê primeiramente Emma, da qual se havia falado muito nas páginas anteriores, e logo, através dela, vê o quadro. Diretamente não vê mais que o estado interior de Emma, e indiretamente, em decorrência deste estado e à luz da sensualidade daquela, vê o quadro da refeição*”. AUERBACH, Erich. “La mansión De la Mole”. In: _____. *Mimesis: la representación en la literatura occidental*. Trad. I. Villanueva e E. Ímaz. Fondo de Cultura Económica: México, 1996, p. 454, 455. (grifos nossos)

⁵⁶ FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. La Bibliothèque électronique du Québec. Collection À tous les vents. Volume 715: version 2.0, s/d., p. 67, 68.

do que mera dissimulação, como se viu acima.⁵⁷ Tal como Flaubert nos faz ver mais do que suas personagens, Holanda nos faz ver mais do que Amoroso Lima, receptor das ideias de Cairu. O historiador deixa-nos entrever que ele faz parte da comunidade, porém, num jogo de admiração e repulsa, se afasta dela e, com a carga semântica atribuída à palavra inteligência, mediante as implacáveis considerações em torno do autor do século XIX, faz com que nos tornemos cúmplices de uma personagem prestes a se enforcar com a própria corda. O diálogo com sua contemporaneidade parecia constituir-se conscientemente por um misto de pertencimento e assombro. O crítico e historiador brasileiro, pois, se aproxima do autor de *Madame Bovary* nesse duplo sentimento diante a contemporaneidade: “dardeja seu olhar implacável justamente sobre aquilo que acha repugnante e odioso, mas, mesmo nesse caso, é capaz de jogar com toda a sua sensibilidade, de identificar-se com o odioso e o repugnante”.⁵⁸

Outro importante elemento que se constitui em riqueza tanto estilística como hermenêutica da segunda edição de *Raízes do Brasil*, e que não poderá passar ao largo de nossas reflexões, diz respeito ao recurso à *colagem*: todo o trecho que traz as considerações sobre Cairu é importado de publicação anterior a essa edição do livro de estreia do nosso autor. Com algumas poucas, porém representativas, modificações em sua reprodução quase integral na obra, o artigo intitulado “Inatualidade de Cairu”, originalmente publicado em *O Estado de São Paulo*, a 14 de março de 1946, é um índice da incessante preocupação de Buarque de Holanda com a escrita e, conseqüentemente, com o sentido a partir do qual a narrativa irá ser conduzida, tendo em vista os recursos formais mobilizados e o efeito desses na imaginação do leitor ideal. Efeitos, ainda, vale dizer, nem um pouco alheios à preocupação incessante de instigar,

⁵⁷ Vimos em extensa nota de seção anterior, emprestada do trabalho de João Kennedy Eugênio, o quanto exaustivamente Sérgio Buarque procurou, nas modificações da primeira para a segunda edição de *Raízes do Brasil*, se livrar de expressões adjetivadas e até de tons marcadamente elogiosos em relação aos autores com os quais dialoga. Porém, como adverte Eugênio, nem todos os autores passam por esse processo de expurgo. Seria por estratégia de uso do recurso à ironia, ou mesmo por motivações que, como diz Eugênio, obedecem a razões do coração? No caso de Gilberto Freyre, “dificilmente o corte de expressões elogiosas [...] teria origem em razões de estilo. De fato, Freyre é citado aprovativamente; o alto valor de sua obra é evidenciado seja ao qualificar o autor de ‘conhecedor fidedigno’ seja ao declarar que a obra de Freyre ‘representa o estudo mais sério e mais completo sobre a formação social do Brasil’. Uma vez que o corte de qualificativos (elogiosos) é seletivo, pode atender a razões do coração. Isto parece plausível, quando menos no caso de Freyre, que, como se viu acima, passa a receber tratamento cerimonioso: ‘o Sr. Gilberto Freyre’. Weber, Alberto Sampaio, Capistrano de Abreu, Gabriel Soares, Nietzsche e outros não receberam tratamento tão distante e cerimonioso”. EUGÊNIO, João Kennedy. “Uma atenuação plausível: o organicismo em *Raízes do Brasil*, 1948”, *op. cit.*, p. 280.

⁵⁸ BAKHTIN, Mikhail M. “Discurso indireto livre em francês, alemão e russo”, *op. cit.*, 194.

mediante atualização das edições, certa intervenção nos candentes debates políticos dos presentes em que cada publicação das *Raízes do Brasil* vem a lume, como veremos em análise mais detida. A adoção de tal procedimento – é de bom grado frisar – não é privilégio de sua obra capital. Encontramos depoimento do próprio historiador no “Prefácio” de *Caminhos e Fronteiras*, no qual afirma que parte considerável dos capítulos que compõem essa obra foi enriquecida por textos anteriormente publicados tanto na imprensa como em revistas especializadas de história, resultados, por exemplo, de conferências ministradas no Brasil e no exterior.

O tema desse capítulo, já acrescido de material novo, que se incorpora a êste volume, deu assunto para uma conferência que me foi dado pronunciar em 1949 na *École Pratique des Hautes Études*, em Paris, de que existe resumo publicado. Finalmente todo o conjunto, abrangendo o principal da seção aqui intitulada “Índios e Mamalucos”, foi inserto, sob o título “Índios e Mamelucos na expansão paulista”, no volume XIII dos *Anais do Museu Paulista*, correspondente a 1949. [...] Tal como na primeira, êste volume encerra na segunda e terceira partes, além de material inédito, trabalhos já anteriormente impressos. Assim, a relativa às técnicas rurais, teve sua origem na contribuição que em 1950 apresentei à sessão de História do *Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, em Washington, iniciativa do historiador Lewis Hanke e da “Hispanic Foundation”, àquela época sob sua direção, que figurou entre as celebrações comemorativas do 150º aniversário da Library of Congress. O texto desse trabalho, que se encontra impresso e o que, ampliado em muitos pontos, se divulgou mais tarde na revista *Anhembi*, de São Paulo, foram porém largamente modificados e enriquecidos de novos dados para esta publicação. Quanto à terceira parte, incluiu, entre outras, páginas já publicadas, em diferentes épocas, em *O Estado de São Paulo*, o *Diário de Notícias do Rio de Janeiro* e nas revistas *Digesto Econômico* e *Paulistânia*, ambas de São Paulo. Todos esses escritos deveram ser em muitos pontos refeitos para que alcançassem uma plausível unidade o que fôra pensado, redigido e publicado de forma fragmentária. [...] A publicação fragmentária de vários trabalhos aqui reunidos teve ao menos a vantagem, sem preço para o autor, de permitir observações e contribuições de entendidos que o ajudaram a melhorar consideravelmente o texto.⁵⁹

⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Prefácio”. In: _____. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957, p. IV, V e VII. A extensa reprodução desse passo nos parece significativa na medida em que, nele, já se entrevê o ensaísta das *Raízes do Brasil* tecendo, junto ao historiador, toda uma rede inter-relacional de “entendidos”, como disse, a fim de se “acomodar” às práticas historiadoras e aos delimitados lugares sociais de produção de uma modalidade específica de escrita. Como é sabido, desde a década de 1930, o autor se movimenta ativamente em meio à paulatina constituição dos lugares a partir dos quais a história é escrita, reescrita ou mesmo não escrita; e sua constante preocupação em refazê-la, “para que alcançasse uma plausível unidade”, evidencia as modulações de sua historicidade e da própria disciplina histórica em toda a primeira metade do século XX brasileiro. Ora, se esses lugares possuem uma “ordem do discurso” própria, a qual torna possível – ao mesmo tempo em que interdita – o que é passível de se pesquisar e divulgar, o passo acima destacado contém elementos elucidativos para que se medite acerca da contribuição projetiva de Sérgio Buarque de Holanda na fabricação de um conhecimento específico sobre o passado, bem como na definição das regras que o orientam. Cf. CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”, *op. cit.*, p. 56-104. A menção ao historiador americano Lewis Hanke, em trecho da passagem ora citada, nos dá testemunho do intenso contato, nesse momento da composição dos textos que consubstanciaram *Caminhos e Fronteiras*

Pois bem, retornando às considerações sobre o Visconde de Cairu, vejamos como, no artigo de imprensa, certas nuances do discurso indireto, se cotejadas com a forma como fora elaborado em torno do mesmo objeto, em *Raízes do Brasil*, coloca o autor/narrador em posição de destaque no que tange a certa consciência das potencialidades figurativas que a própria “natureza” da forma ensaio proporciona. Principiemos pelo que nos parece demonstrar certo desconforto de Holanda em relação à dada recepção, no século XX, do autor do XIX, cujo empenho dirige-se, segundo ele, à promoção de um retorno das ideias de Cairu e à proclamação de sua suposta atualidade naquele contexto político.⁶⁰

(entre os anos 1949, 1951 e 1952), com estudiosos norte-americanos. Para uma análise mais detida acerca da experiência historiográfica americana na obra do brasileiro, cf. WEGNER, Robert. “Um outro americanismo”, *op. cit.*. Nesse capítulo, o sociólogo intenta, grosso modo, evidenciar o modo como o ambiente norte-americano propiciou o desenvolvimento da ideia de “fronteira” em toda a obra do historiador, posterior a *Raízes do Brasil*.

⁶⁰ Parte dessa recepção glorificadora de Cairu pôde ser recentemente reconstituída nos escritos de Antonio Penalves Rocha. Embora longa, a passagem se faz bastante elucidativa aos propósitos de nossas reflexões: “O processo de glorificação de Cairu no século XX foi iniciado com uma conferência de Braz do Amaral sobre a sua vida e sua obra, apresentada, em 1935, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro por ocasião da celebração do centenário da sua morte. Nela, Silva Lisboa ganhou a posição de um grande economista, juriconsulto, político e polemista do Brasil do século XIX. Logo em seguida, em 1936, Silva Lisboa foi posto nas nuvens pelo caráter heróico da sua conduta política e pela excelência da sua obra num número especial da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*, publicado para homenageá-lo. Ainda em 1936, dando continuidade ao processo de glorificação, foi inaugurada uma forma de interpretação da sua obra por Alceu Amoroso Lima: trata-se do esforço em atribuir um caráter original e revolucionário a algumas de suas idéias, de modo a caracterizá-lo como um precursor de importantes formulações no campo da economia. Assim, por exemplo, o princípio de Silva Lisboa sobre o primado da inteligência na economia tornou-se ‘o nervo das mais modernas doutrinas econômicas, a ‘tecnocracia’, baseada na *racionalização* (grifo do autor) da economia. [...] Além de ter imaginado o personagem como um precursor, Amoroso Lima empenhou-se também em elevá-lo à condição de herói nacional: ‘É mister que a posteridade se habitue a chamar Cairu de Patriarca da nossa Independência Moral e Intelectual’. Um efeito dessa ‘escola’ de interpretação manifestou-se, em 1943, no *Cairu* de José Soares Dutra, que retrata Silva Lisboa como um ‘liberal moderado, socialista à maneira de Leão XIII’. Assim, a noção de propriedade do visconde é ‘tão visceralmente cristã e ortodoxa que, se a conhecesse, Leão XIII tê-la-ia – quem sabe? – citado no *Rerum Novarum*. É tão fundamentalmente humana que Marx e Engels tê-la-iam, possivelmente acatado, se não vivesse esquecida nos velhos Anais do Senado’. Hélio Vianna também forneceu material para a construção dessa imagem, embora não praticasse o ensaísmo dos seus contemporâneos. Recorrendo aos métodos da História ‘científica’, em 1945, Vianna examinou a atuação de Silva Lisboa como jornalista e o elegeu o ‘mais notável publicista do terço inicial do século XIX’. Nos meados dos anos 50, L. Nogueira de Paula foi mais longe que Amoroso Lima. Para ele, Cairu não foi somente precursor, mas também ocupou lugar de extraordinária importância na história do pensamento econômico ao influenciar ninguém menos que Ricardo, descendente de uma família de judeus portugueses, de acordo com sua suposição... No trabalho de E. Vilhena de Moraes, a glorificação de Cairu alcançou seu ponto culminante: aqui ele apareceu como o ‘primeiro sociólogo do mundo em ação’ que, ao valorizar a inteligência em detrimento do trabalho, ‘volta-se contra Marx’, tendo sido o ‘precursor entre nós, e talvez no mundo inteiro, da teoria do valor da inteligência’. Um ano depois do trabalho de Vilhena de Moraes, Silva Lisboa era identificado como ‘precursor de Keynes, Pareto, Roosevelt, List, Marx e Engels, Elísio de Oliveira Melchior’. A última manifestação dessa louvação disparatada de Cairu foi feita por alguns escritores dos anos 1970”. ROCHA, Antonio Penalves.

De 1935, quando se celebrou o centenário de seu nascimento [*sic*], data o prestígio excepcional que *ainda hoje* desfruta no Brasil o nome de Visconde de Cairu. Explica-se em parte esse prestígio pelo reforço inesperado que, aproximadamente há um decênio, a obra de José da Silva Lisboa pareceu dar a *certas idéias* então trazidas à tona pelo ambiente político e espiritual do país. O economista baiano era uma espécie de precursor de emergência, capaz de reabilitar e dignificar altamente essas idéias. Para *os apologistas que logo conquistou*, sua grandeza não provinha do fato de ter importado em boa hora as doutrinas de Adam Smith, tornando-se o arauto entre nós, da economia liberal, mas ao contrário, no de ter hesitado por ocasiões, em aceitar a lição do mestre com todas as suas consequências lógicas. E foi nessas hesitações que *procuraram* pressurosamente a novidade, a originalidade e, mais do que tudo, a atualidade das idéias de Cairu.⁶¹

Ao observarmos os grifos da sentença, podemos inferir traços da característica crítica sibilina da narrativa buarquiana, com a qual, mediante elegante jogo de subentendidos – uma vez que não há expresse, em todo o trecho, nenhum termo negativo *a priori!* –, estabelece interlocução imediata com o seu presente, trazendo à tona certa reabilitação emergencial da leitura de determinada obra a fim de corroborar um regime político e as consequentes estruturas de pensamento que o conformam e o legitimam. Grosso modo, o historiador acaba por nos indicar um pequeno índice da ideologia de certos setores nacionalistas que se vinham gestando anteriormente ao Estado Novo. Ora, nada mais plausível à construção simbólica e material da nacionalidade, atrelada, por exemplo, a eventos como a campanha “O petróleo é nosso”, a qual sugeria, no campo econômico, a insubordinação do país em relação ao estrangeiro, do que, no campo intelectual, a ideia de que certo pensador desenvolveu reflexões que, apesar de calcadas em idéias estrangeiras, soube, de modo autônomo e original, se apropriar e até mesmo retificar as idéias gestadas de fora. O resgate do pensamento de José da Silva Lisboa parecia, na visão de Sérgio Buarque, alimentar, ao longo das emblemáticas décadas de 1930 e 1940, a pretendida compleição da trinca modernismo-modernidade-modernização, fazendo com que o autor se tornasse “o arauto entre nós, da economia liberal”, bem como um original antídoto ao atraso e ao arcaísmo. A despeito, contudo, de os custos da ideal realização desse nexos sacralizado entre aquela trinca conceitual fossem pagos com a moeda oriunda de raciocínios que, como assevera em resenha à obra de um seu coetâneo, ainda em 1925, procuram “demonstrar

“Introdução”. In: CAIRU, Visconde de. *Visconde de Cairu*. Organização e Introdução de Antonio Penalves Rocha – São Paulo: Editora 34, 2001, p. 25, 26, 27.

⁶¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Inatualidade de Cairu”. In: _____. *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I (1920-1949)*. Marcos Costa (org.). – São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 265. (grifos nossos)

seguindo sempre uma linha recta entre o enunciado da questão e a resposta e só afirma[m] tudo quanto ao seu espirito um pouco sofista parece indiscutível”.⁶² Não teria a inteligência, tal como desmontada pelo historiador, esse caráter de pensamento entimemático, cujas nuances são, consciente ou inconscientemente, apagadas – nuances necessárias, em qualquer pensamento que se pautar por mínima teoricidade, à demonstração, por meio de digressões, avanços e recuos, ponderações conceituais etc., das cadeias argumentativas de suas premissas? Aqui, aliás, poderíamos nos remeter ao caro ensaio de Luiz Costa Lima acerca da cultura da *auditividade* que, numa longa duração, conforma o “sistema intelectual brasileiro”. Esse, grosso modo, herdeiro do legado estatutário colonial, portanto sem um “centro próprio de decisão” a partir do qual seria “capaz de julgar da originalidade, pertinência e/ou validade de certa obra, de certa corrente ou de certa teoria”,⁶³ e cuja orientação cultural “voltada para fora” apropria-se de dada corrente ou teoria desenvolvida no exterior a fim de apenas decantá-la mediante um regime de *oralidade* que o inere, transforma o pensamento complexo em matéria palatável e impactante à recepção pragmática das obras.⁶⁴

Não passando tal fenômeno ao largo das argutas linhas de *Raízes do Brasil*, vejamos, já no capítulo “Novos tempos”, da edição de 1948, o que diz o seu autor:

⁶² A mencionada resenha é destinada à obra *Domingo dos séculos*, de Rubens Borba de Moraes. E o trecho do qual nos apropriamos refere-se à crítica, em parte elogiosa, que o jovem Holanda tece ao fato de Borba de Moraes ter levantado, mediante “maneira simples de dizer as cousas”, os “problemas mais complicados do espirito moderno”, com a ressalva de o autor não “tomar em conta certas nuances que eles comportam naturalmente”. O restante dessa citação é seguido de nossa apropriação acima. Cf. HOLLANDA, Sergio Buarque de. “Rubens de Moraes. Domingo dos séculos”. In: *Estética*, ano II, vol. 1 (nº 2). Janeiro-março, 1925, p. 223.

⁶³ COSTA LIMA, Luiz. “Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil”. In: _____. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981, p. 23.

⁶⁴ “E, do ponto de vista do sistema intelectual, o pior do autoritarismo é aquele que acostuma a *intelligentsia* ao pensamento impositivo, que não precisa demonstrar, pois lhe basta apontar, mostrar com o dedo ‘a verdade’. No caso das nações econômicas e culturalmente periféricas, como a nossa, esta consequência ainda se torna mais intensa, porque o seu horror à teorização própria as deixa duradouramente sujeitas à teorização alheia. Ou seja, duradouramente dependentes doutras culturas. Pois, como não há prática conseqüente que não resulte de uma teorização prévia ou paralela, não ser capaz de teorizar significa, no melhor dos casos, adaptar, e, no caso normal, manter um estatuto colonial [...] Mas o que significa termos uma cultura de dominância oral, numa civilização da escrita? Significa que, no caso, a palavra é escolhida e a frase composta de maneira a suscitar um efeito que se quer o mais imediato possível. Não dizemos com isso que a sua finalidade seja a economia do tempo na comunicação, por efeito da decodificação rápida das mensagens. (Isso, em qualquer modalidade da cultura, peculiariza as mensagens pragmáticas). Falar-se em decodificação, supõe entendimento da mensagem recebida. Ora, esse resultado é fundamentalmente diverso do que se passa nas situações comunicacionais que se processem nas culturas *auditivas*. Nestas, a dominância oral significa que a escolha das palavras e a composição das frases visam a suscitar um *efeito de impacto* sobre o receptor, sem que este se confunda com uma recepção propriamente intelectual”. *Idem, Ibidem*, p. 15, 16.

O móvel dos conhecimentos não é, no caso, tanto intelectual quanto social, e visa primeiramente o enaltecimento e a dignificação daqueles que os cultivam. De onde, por vezes, certo tipo de erudição sobretudo formal e exterior, onde os apelidos raros, os epítetos supostamente científicos, as citações em língua estranha se destinam a deslumbrar o leitor como se fossem uma coleção de pedras brilhantes e preciosas. O prestígio de determinadas teorias que trazem o endosso de nomes estrangeiros e difíceis, e pelo simples fato de o trazerem, parece enlaçar-se estreitamente a semelhante atitude.⁶⁵

Ao entrever a encarnação desse espírito de seu tempo em alguns dos homens do período, presenciamos, ainda no artigo para o *Estado de São Paulo* – escrito, recorde-se, dois anos antes da publicação da segunda edição da obra –, perplexidade do historiador diante do fato de

um pensador tão respeitável como Alceu Amoroso Lima, descobr[ir] nas *vagas e mal sistematizadas* alusões de Lisboa a inteligência como fator de produção econômica, a verdadeira medida de sua importância para a época presente, ao ponto de arriscar esta afirmação *surpreendente*: “Cairú é o precursor de Ford, de Taylor, de Stakhanov, a um século de distância”.⁶⁶

Bem, em claro confronto com o problema da recepção – a qual, para que tenha existência vigorosa, supõe-se uma relação dinâmica com um polo produtor e meios de difusão consolidados –, Holanda aposta, linhas adiante, num prognóstico a respeito de possível consolidação futura de um polo receptor capaz de criticamente reavaliar as ideias de José da Silva Lisboa, bem como da ampliação dos meios de difusão e acesso às suas obras. Tem-se a impressão, ainda, de que o autor esteja às voltas com um problema crônico do meio intelectual nacional: o sistema de *franchising* autoral:⁶⁷ se sua crítica implacável nos leva a inferir que o privilégio do quinhão de Adam Smith, no

⁶⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 246.

⁶⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Inaturalidade de Cairú”, *op. cit.*, p. 265, 266. (grifos nossos)

⁶⁷ A situação da vida universitária brasileira, de tempos em tempos, nos dá provas vivas dos modismos estéreis que assolam seus departamentos, dentro dos quais alguns poucos autorizados arrogam para si o papel de verdadeiros *franchisings* itinerantes das grandes tendências de pensamento e seus respectivos autores, que, conservados tal qual “uma coleção de pedras brilhantes e preciosas”, para parafrasearmos Holanda em passo supracitado, “visam primeiramente o enaltecimento e a dignificação daqueles que os cultivam”. E, como arremata Roberto Schwarz: “Tem sido observado que a cada geração a vida intelectual no Brasil parece recomeçar do zero. O apetite pela produção recente dos países avançados muitas vezes tem como avesso o desinteresse pelo trabalho da geração anterior, e a conseqüente descontinuidade da reflexão. Conforme notava Machado de Assis em 1879, ‘o influxo externo é que determina a direção do movimento’. Que significa a preterição do influxo interno, aliás menos inevitável hoje do que naquele tempo? Não é preciso ser adepto da tradição ou de uma impossível autarquia intelectual para reconhecer os inconvenientes desta praxe, a que falta a convicção não só das teorias, logo trocadas, mas também de suas implicações menos próximas, de sua relação com o movimento social conjunto, e, ao fim e ao cabo, da relevância do próprio trabalho e dos assuntos estudados. Percepções e teses notáveis a respeito da cultura do país são decapitadas periodicamente, e problemas a muito custo identificados e assumidos ficam sem o desdobramento que lhes poderia corresponder”. SCHWARZ, Roberto. “Nacional por subtração”. In: _____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 30, 31.

Brasil, concentrava-se nas mãos do economista baiano, parecia-lhe que, no que toca a parte relativa a Cairu, Alceu Amoroso Lima fazia-se, na soleira da segunda metade do século XX, um dos seus galardoados promotores. Ouçamos o altercado prognóstico:

Não é provável que tais opiniões acerca do valor da obra de Cairu para o pensamento brasileiro ainda venham a subsistir por muito tempo, quando estiverem reimpressas e mais largamente acessíveis as suas obras. Creio mesmo que uma investigação atenta do desenvolvimento das nossas ideias político-econômicas há de mostrar como foi *pouco fecunda* a contribuição de Silva Lisboa, em confronto com as de alguns de seus contemporâneos menos lembrados, de um Rodrigues de Brito, por exemplo, ou de um Veloso de Oliveira.⁶⁸

A despeito da meia litotes que abre a sentença, bem como do adjetivo ambíguo nela grifado, responsável por atenuar uma formulação discordante, percebemos que, diferentemente das críticas a Cairu, em *Raízes do Brasil* – realizadas por meio daquela imaginativa estratégia dos “planos de historicidade”, do qual fala Nicodemo –, o artigo de jornal nos apresenta, mediante os três excertos acima fixados, um Sérgio Buarque que, colocando em cena, mais uma vez, o seu histórico rival Amoroso Lima, dessa vez em forma de laudatório receptor e divulgador das ideias do economista baiano, intervém em delicado debate político, dotando-se de escrita cuja estratégia textual é destituída quase que por completo da expressão que plasma o ensaísmo elíptico, antiperemptório e enigmático de sua obra primeira. Se dela nos permitimos inferir algumas afinidades com recursos advindos de uma retórica ficcional, como por exemplo, a ironia e sua estreita relação com certo sofisticado discurso indireto,⁶⁹ no “Inatualidade de Cairu”, por sua vez – a começar pelo injuntivo paratexto título! –, notamos um escritor que, pegando o leitor pelas mãos, percorre todos os meandros da narrativa e o entrega quase que de

⁶⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Inatualidade de Cairu”, *op. cit.*, p. 266. (grifos nossos)

⁶⁹ Para *Raízes do Brasil* nos foram caras as afinidades com o tratamento dado, por Bakhtin, a uma variante específica do discurso de outrem, aquela por ele denominada “variante de *discurso indireto analizador da expressão*”. Essa nos permitiu que se a aplicássemos no momento em que pudemos inferir do uso feito, por Sérgio Buarque, do termo “*inteligência*”, donde, em certos trechos, presenciou-se a incorporação, pelo historiador, dessa palavra carregada da emotividade eloquente de seus enunciadores Cairu e Amoroso Lima. De acordo com Bakhtin, essa variante “*integra na construção indireta as palavras e as maneiras de dizer do discurso de outrem que caracterizam a sua configuração subjetiva e estilística enquanto expressão. Essas palavras e maneiras de dizer são introduzidas de tal forma que sua especificidade, sua subjetividade, seu caráter típico são claramente percebidos. Na maioria das vezes, elas são colocadas abertamente entre aspas*”. Como já anteriormente citado: “*As palavras e expressões de outrem integrados no discurso indireto e percebidos na sua especificidade (particularmente quando são postos entre aspas), sofrem um ‘estranhamento’, para usar a linguagem dos formalistas, um estranhamento que se dá justamente na direção que convém às necessidades do autor: elas adquirem relevo, sua ‘coloração’ se destaca mais claramente, mas ao mesmo tempo elas se acomodam aos matizes da atitude do autor – sua ironia, humor, etc.*” BAKHTIN, Mikhail M. “Discurso indireto, discurso direto e suas variantes”, *op. cit.*, p. 168, 169.

pronto a leitura.⁷⁰ Em outras palavras, aqui, no artigo de jornal, é mais nítida a tomada de partido, por parte de Sérgio Buarque de Holanda, e certo convite ao leitor no que toca ao posicionamento tanto em relação à conduta de Amoroso Lima quanto à leva da recepção das ideias do visconde baiano, como vimos em nota anterior. Isso posto, podemos dizer do cuidado estilístico do autor entre o *ethos* autoconsciente acerca do caráter pragmático e fugaz da recepção de ensaio de imprensa⁷¹ e aquele que intrinsecamente exige do leitor certo esforço especulativo, no limite, de imaginação, capaz de tornar-se cúmplice de uma escrita que a todo instante o sopra nos ouvidos que o que ali se passa é uma tentativa constante de exercício interpretativo, onde nada é dado *a priori*.

Em representativo texto sobre o legado da crítica literária na escrita da história praticada por Buarque de Holanda, Flora Süssekind sugere uma espécie de *inversão estilística* entre os suportes textuais usados pelo historiador: na historiografia o estilo é fluido, movediço, ao passo que na crítica literária o estilo é mais seco e direto. Embora estejamos falando de um objeto específico, isto é, crítica de imprensa, não literária, pudemos, não sem certo cuidado, vislumbrar contornos semelhantes ao que a autora aponta na forma de tratamento entre os distintos registros em questão:

E, quanto ao seu estilo de escrita na crítica e na historiografia, permanece curiosa divisão entre o jeito seco, linear, sem grandes deslocamentos, com que fala de literatura de ficção ou de poesia e a narrativa em ritmos e timbres diversos com que escreve a história da civilização brasileira. Troca de registro – explicitamente “literário” quando o objeto é a história social; estudadamente “objetivo” quando o assunto é literatura – por si só capaz de garantir “indeterminações”, “zonas fronteiriças”, como as que tanto cultiva o escritor. Forma indireta de figurar sua “consciência da não identidade” irredutível entre o seu objeto e seu modo de expô-lo –

⁷⁰ Ao passo que, aqui, outras afinidades com as reflexões bakhtinianas puderam ser estabelecidas em relação a distinta variante do discurso de outrem, porém sua pertinência, adverte o autor, é assegurada por contextos narrativos epistemológicos e também retóricos. Tendo em vista que o artigo de imprensa, nesse caso, assume postura estrita de embate político patente naquele dado momento da história do tempo presente, nos é valioso o direcionamento dado ao que o autor denomina “variante de *discurso indireto analisador do conteúdo*”. Segundo o linguista russo, tal variante “apreende a enunciação de outrem no plano *meramente temático e permanece* surda e indiferente a tudo que não tenha significação temática”. Ela “abre grandes possibilidades às tendências à replica e ao comentário no contexto narrativo, ao mesmo tempo que conserva uma *distância nítida e estrita* entre as palavras do narrador e as palavras atadas. Graças a isso, ela constitui um instrumento perfeito de transmissão do discurso de outrem em estilo linear”. *Idem, Ibidem*, p. 167.

⁷¹ É pertinente, aqui, reproduzirmos novamente as palavras de Nicolazzi: “João Alexandre Barbosa identifica marcas da escrita jornalística nos ensaios brasileiros. Mas não é exagero pensar que ele é uma tentativa de superação dessa escrita, dado o seu caráter notadamente efêmero, comercial e sujeito às pressões políticas que definiam o mercado editorial”. NICOLAZZI, Fernando. “As virtudes do herege: ensaísmo e escrita da história”, *op. cit.*, p. 329.

“Quem é o outro que anda sempre a teu lado?”. Forma – adequadamente movediça – de figurar o olhar de ensaísta com que Sérgio Buarque de Holanda constrói sua obra.⁷²

O “jeito seco, linear, sem grandes deslocamentos” pode ser mais explicitamente vislumbrado nesse fundamental parágrafo que estabelece ligadura argumentativa entre os três excertos anteriormente citados e o texto restante que figurará, do mesmo artigo d’*O Estado de São Paulo*, reproduzido, *ipsis literis*, em “Herança Rural”:

Na realidade, a importância de Cairu parece relacionar-se principalmente com o surto, pela primeira vez, no Brasil, ao tempo que redigiu sua obra, de uma classe média de formação puramente urbana. Pouco numerosa e mal aparelhada para impor seus ideais, essa classe não podia aceitar, por isso mesmo, os da burguesia europeia, então em ascendência, e aparentemente mais adequado à sua condição. Adotava, por conseguinte, padrões de vida e conduta social que caracterizavam o elemento tradicionalmente privilegiado da colônia, que eram os potentados rurais. Oriundo da cidade de Salvador e filho de modesto arquiteto reinol, Silva Lisboa torna-se um representante natural dessa raça cidadina. Assim como seu contemporâneo e rival, o bispo Azeredo Coutinho – antigo proprietário de engenho em Campos e defensor, exaltado, do comércio de escravo – é o representante natural da casta dos senhores rurais.⁷³

Como previsto no artigo do qual emprestamos a epígrafe destas reflexões, “Missão e profissão” – publicado exatamente em 1948! –, Sérgio Buarque parecia identificar no termo “talento” um *topos* constituinte da condição colonial dos letrados brasileiros. Como um seu derivativo, já no Império, via a sua roupagem ideológica na palavra inteligência, a qual, trazida pela tradução de José da Silva Lisboa, revelava traços da formação de uma intelectualidade cidadina que, não obstante, conservava “padrões de vida e conduta social” representativos dos “potentados rurais”. Como pouco numerosa era, no entendimento do historiador, para impor seus ideais, e, conseqüentemente, era exígua a relação dinâmica do sistema intelectual entre polos produtores e recepção, a importância do economista se sedimentava mais como insígnia social do que propriamente intelectual. Daí, em passo acima, ele arriscar certo prognóstico em relação a vindouros trabalhos que pudessem trazer “uma investigação atenta do desenvolvimento das nossas ideias político-econômicas”, os quais, fazendo parte de uma comunidade científica dotada de melhores equipamentos mediadores para difusão das obras, hão de “mostrar como foi pouco fecunda a contribuição de Silva Lisboa, em confronto com as de alguns de seus contemporâneos menos lembrados, de

⁷² SÜSSEKIND, Flora. “Outra Nota – Comentário ao texto ‘Nota breve sobre Sérgio crítico’, de Antônio Arnoni Prado”. In: SALOMÃO, J. (dir.). *Sérgio Buarque de Holanda. 3º COLÓQUIO UERJ, op. cit.*, p. 145.

⁷³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Inatualidade de Cairu”, *op. cit.*, p. 266.

um Rodrigues de Brito, por exemplo, ou de um Veloso de Oliveira”.⁷⁴ De forma clara e incisiva está, ainda, que, tanto “renovadores” como “conservadores” – no caso, o rival de Cairu, Azeredo Coutinho – reproduziam a mesma lógica de dominação imposta pela “ditadura” da estrutura rural. Como assevera em trecho mais adiante, constante somente em *Raízes do Brasil*: “Tradicionalistas e iconoclastas movem-se, em realidade, na mesma órbita de idéias. Estes, não menos do que aqueles, mostram-se fiéis preservadores do legado colonial, e as diferenças que os separam entre si são unicamente de forma e superfície”.⁷⁵

No intuito de recuperar o que conjecturamos mais acima, com o auxílio do texto de Flora Süssekind, bem como o da teoria da enunciação bakhtiniana, o que vai nos interessar mais de perto, doravante, é o fato de os cinco primeiros parágrafos que abrem o artigo, reproduzidos integralmente nos trechos aqui apropriados, serem quase que destituídos de esquemas sintáticos, entoações e “colorações” lexicais que nos conduzem à transmissão do discurso de outrem. As associações de ideias, quase diretas, lineares e menos alusivas nesses parágrafos de abertura são, durante todo o trecho dedicado a Cairu, contornadas e evitadas na tessitura da intriga de *Raízes do Brasil*, embora, aí, tensamente insinuadas. No jornal, o ensaísta antecipa a sugestiva nota por meio de trecho em que salienta o problema exemplar de emblemática recepção encarnada em Amoroso Lima. Se bem compreendemos, Holanda abre o pequeno artigo aventando que o pensador católico reproduz, naquele conturbado momento político, a semanticamente conotada inteligência como uma “herança rural” no campo das ideias. A inteligência, nessa acepção, pode ser vista também como marca de historicidade emprestada de obra habilitada como sendo relevante a um suposto pensamento autônomo e original, gestado ainda na centúria anterior. Dito de outro modo, em “Inatualidade de Cairu”, se apresenta, de modo bem menos sutil, a estratégia do autor em estabelecer relação íntima entre as ideias “vagas e mal sistematizadas” do Visconde de Cairu e a sua reprodução pelo pensador coevo: estaria Alceu Amoroso Lima, para citarmos a epígrafe que abre estas reflexões, em comunhão com o “complexo folclore dos civilizados”, assumindo a profissão de escritor – “se assim já se pode dizer entre nós” – antes “e sobretudo como

⁷⁴ *Loc. cit.*.

⁷⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 2ª ed., *op. cit.*, p. 114.

uma forma de patriciado”⁷⁶ do que como uma profissão tão importante como quaisquer outras? Nas palavras certeiras de Pires de Castro:

Portanto, quer nos parecer que outra não seria a verdadeira intenção de Sergio Buarque ao escrever *Raízes do Brasil* senão o intento de *fazer decantar nos fatos conhecidos mas não vistos, o vislumbrar de realidades mal compreendidas ou mal assimiladas, por ingenuidade ou conveniência dos observadores coevos*. Todos eles, diga-se de passagem, muitas vezes sedentos em propor programas para a organização nacional, ávidos para elaborar esquemas e soluções ao nosso “estouvamento de povo”, sem atentar para a adequada formulação dos problemas envolvidos e das questões que deveriam servir de ponto de partida para tais proposições.⁷⁷

A partir dessa citação, por fim, consideramos que o livro primeiro do ensaísta, crítico literário e historiador brasileiro situava-se naquela atmosfera política e intelectual por meio de uma via diagonal em relação às muitas gradações de ufanismos e alternativas teóricas usadas missionariamente a fim de logo realizarem o Brasil. Isso dito, tencionamos jogar luzes em suas estratégias textuais e intertextuais com vistas a sugerir o quanto não nos parece soar despropositada a afinidade estabelecida entre o narrador buarquiano e o de ficção. Ora, “fazer decantar nos fatos conhecidos mas não vistos, o vislumbrar de realidades mal compreendidas ou mal assimiladas, por ingenuidade ou conveniência dos observadores coevos”, não é estar próximo da posição referencial do narrador de romance moderno? Aquele que, como nos disse James Wood, nos põe a ver coisas através dos olhos e da linguagem da personagem, mas também através dos olhos e da linguagem do autor. Daí, reiteramos que o uso feito por Sérgio Buarque de Holanda de certas selecionadas figuras de linguagem e outros recursos estilísticos o confere estatuto de superioridade cognitiva em relação aos horizontes de expectativa dos leitores desse tipo de escrita, à época. Em outras palavras, o que está em questão, portanto, nestas linhas é a *determinação política do ensaio*, que, engendrando modos de forjar um tipo de leitor que não receba uma leitura passiva e automática, sugerindo-o a releitura e uma desaceleração reflexiva, o torna agente ativo da condição inacabada do presente, pois, se “o ensaio pensa em fragmentos, uma vez que a própria realidade é fragmentada”, ele deve encontrar “sua unidade ao buscá-la através dessas fraturas, e não ao aplinar a realidade fraturada”, assevera Adorno. E conclui: “É por isso que a lei formal mais profunda do ensaio é a heresia. Apenas a infração à ortodoxia

⁷⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. “Missão e profissão”, *op. cit.*, p. 35, 36.

⁷⁷ CASTRO, Conrado Pires de. “Vagas insinuações no plano das idéias”. In: _____. *Com tradições e contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sergio Buarque de Holanda*, *op. cit.*, p. 155, 156. (grifo nosso)

do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível”.⁷⁸

⁷⁸ ADORNO, Theodor W. “O ensaio como forma”, *op. cit.*, p. 35; 45.

Considerações finais

“Creio que um livro só é bom na medida em que nos traz um diálogo latente, em que sentimos que o autor sabe imaginar concretamente o seu leitor e este percebe como se dentre as linhas saísse u’a mão ectoplástica que tateia sua pessoa, que quer acariciá-la – ou bem, mui cortesmente, dar-lhe um murro”.

José Ortega y Gasset (*A Rebelião das Massas*, [1930])

Se a impressão que se possa ter, ao final destas reflexões, é a de que o eixo norteador que suscitou estas centenas de páginas não conformou um único problema, mas sim uma frente de problemas com ângulos variados e diferentes perspectivas em torno de um objeto, isto é, o passado, correspondemos, então, à complexidade exigida pelo estudo de uma obra como *Raízes do Brasil* e “um homem compósito” como o seu criador.

Não tendo sido um “clássico de nascença”, mas antes obtido “reconhecimento lento e gradual”, uma vez que parte da crítica imediata à publicação de sua primeira edição “o considerou ‘agridoce’ e ‘duro de roer”¹, *Raízes do Brasil* adentra o terceiro milênio como produto e produtor de mais um trabalho que, entre alguns daqueles com os quais dialogou, lutou por trazer à tona parcela daquela dupla dimensão constituinte de um texto complexo: o seu caráter “documentário” e o seu “ser-obra”.

Como esta dissertação buscou, ainda, refletir acerca do âmbito autoral, esperou-se que sua inerente historicidade tenha, nestas linhas, sido contemplada por aquilo que João Cezar de Castro Rocha designou como “autor-matriz”, ou seja, “aquele cuja obra, pela própria complexidade, autoriza a pluralidade de abordagens, pois elementos diversos de sua obra podem ser valorizados através de articulações teóricas igualmente diversas”. Porém, se é característico ao autor-matriz, por sua riqueza mesma, suscitar o “eterno retorno de querelas hermenêuticas e metodológicas”, combustível necessário de inovação e ampliação de um determinado sistema intelectual, ele pode, não raro, ser tido apenas como mero pretexto para se firmar posições acadêmicas, institucionais, políticas

¹ Cf. FRANZINI, Fábio. “Reconhecimento lento e gradual”. In: *Revista de História*. Rio de Janeiro, dez. 2010, s/p. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/reconhecimento-lento-e-gradual>> (consultado em: 26/07/2013)

e alianças previamente estabelecidas; nessa lógica, quanto mais importante ele se revelará, porém tanto menos sua obra se tornará legível. Esperemos, portanto, não ter incorrido nesse paradoxo que ameaça o autor e o texto-matriz, pois, “em lugar de novas leituras do texto, ocorre uma concentração na periferia da fortuna crítica”.

Isso posto, daremo-nos por satisfeitos se esta modesta contribuição, caso ela tenha minimamente alcançado seus objetivos, empreendeu nova leitura de uma diminuta parcela desse texto-matriz, desvelando, em diálogo constante com outros importantes estudos, possíveis dimensões inexploradas das complexas e enigmáticas *Raízes do Brasil*.

Entre outras coisas, ainda, o intuito destas reflexões, se bem sucedido, foi tentar contribuir com um pequeno capítulo dos muitos contextos que colaboraram na compleição do intenso e amplo diálogo estabelecido pelo nosso autor em seu livro de estreia. Só muito recentemente tem-se presenciado trabalhos que se preocupam, de modo cuidadoso, com a forma como o ensaísta se posicionou intelectualmente diante do pensamento seu contemporâneo e como esse dialogava com a tradição, bem como com as consequências desse diálogo na interpretação da história nacional.

Referências bibliográficas

ABREU, João Capistrano de. *Ensaio e estudos (crítica e história). 1ª série*. Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1931.

ADORNO, Theodor W. *Notas de literatura I*. Trad. de Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

ANDRADE, Mario de. *Aspectos da literatura brasileira*. 5ª ed. São Paulo, Martins, 1974.

_____. *Obra imatura*. São Paulo: Martins, 1960.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Guerra e paz. Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. 2ª edição. São Paulo: Editora 34, 2005.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Editora Hucitec, 2008.

_____; NICOLAZZI, Fernando. “A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo”. In: ARAUJO, Valdeci Lopes de. [et.al.] org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.

ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. de Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 2001.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. 7ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ATHAYDE, Tristão de. “Política e letras”. In: CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da república*. Recife: Editora Massangana, 1990.

AUERBACH, Erich. *Mimesis: la representación en la literatura occidental*. Trad. I. Villanueva e E. Ímaz. Fondo de Cultura Económica: México, 1996.

AVELINO FILHO, George. “As raízes de *Raízes do Brasil*”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, setembro de 1987.

BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. Trad. de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira, com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. – 14 ed. – São Paulo: Hucitec, 2010.

BANDEIRA, Manuel. “Introdução – Sérgio Buarque de Holanda acaba de regressar da Alemanha, onde passou dois anos preparando uma invasão da Rússia, que fracassou”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco de Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª ed. 1989.

BARBOSA, João Alexandre. *A metáfora crítica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BARBOSA, Francisco de Assis. “Introdução”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco de Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª ed. 1989.

_____. “Verdes anos de Sérgio Buarque de Holanda: ensaio sobre sua formação intelectual”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de São Paulo, 1988.

BARTHES, Roland. *Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França, pronunciada dia 7 de janeiro de 1977*. Trad. e posfácio de Leyla Perrone Moisés. SP: Cultrix, 2007.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas*. São Paulo, Brasiliense, 7ª edição, v. 1, 1994.

_____. *Origem do drama barroco alemão*. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BESSONE, Tânia. “Bacharelismo”. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

BOTELHO, André; LAHUERTA, Milton. “Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação”. In: *Perspectiva*. São Paulo, nº 28, 2005.

BOURDIEU, Pierre. “L’illusion biographique”. In: *Actes de la Recherche en Sciences de Sociales*, n. 62/63, 1986, p. 69-72.

BRAGA, Rubem. *Recado de primavera*. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 7ª edição. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.

_____. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 5ª ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1967.

_____. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CANDIDO, Antonio. “O significado de *Raízes do Brasil*”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos*. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANDIDO, Antonio. “Prefácio”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 4ª ed. Brasília, Editora UnB, 1963.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. São Paulo: Paz e Terra, 2ª Ed., 1977.

CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. *Outros Lados: Sérgio Buarque de Holanda, Crítica Literária, História e Política*. Tese de Doutorado. Campinas, IFCH-Unicamp, 2003.

CARVALHO, Raphael G. de. “Capítulo da recepção de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda: leituras contemporâneas à obra (1936-1938)”. In: *história e-história*, publicação organizada com apoio do Grupo de Pesquisa Arqueologia Histórica da Unicamp, 2012. <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=446>>

_____. *Um “estudo compreensivo”: historicidade em Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná – Curitiba, 2013.

CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 10ª ed. Rio de Janeiro: F. Briguet e Cia. Editores, 1955.

CASTRO, Conrado Pires de. *Com tradições e contradições: contribuição ao estudo das raízes modernistas do pensamento de Sergio Buarque de Holanda*. Campinas: Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

COSTA LIMA, Luiz. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1981.

_____. *Limites da Voz (Montaigne, Schlegel, Kafka)*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2ª ed, 2005.

_____. “Perguntar-se pela escrita da história”. In: *Varia História*. Belo Horizonte, vol. 22, n. 36, jul/dez, 2006.

DANTAS, Luiz. “Prefácio”. In: MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

DE DECCA, Edgar Salvadori. “Ensaio de nacionalidade: cordialidade, cidadania e desterro na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Locus: revista de história da UFJF*, Vol. 12, nº 1, 2006.

DIAS, Maria Odila L. da Silva. “Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *Sérgio Buarque de Holanda: Vida e Obra*. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, Universidade de São Paulo, 1988.

_____. “Negação das negações”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

_____. “Política e sociedade na obra de Sérgio Buarque de Holanda”. In: CANDIDO, Antonio (org.) *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

_____. “Sérgio Buarque de Holanda, historiador”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 51)

DOURADO, Henrique Autran. *Dicionário de termos e expressões da música*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador. Vol. I*. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Um ritmo espontâneo: o organicismo em Raízes do Brasil e Caminhos e fronteiras, de Sergio Buarque de Holanda*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010.

EULALIO, Alexandre. “Antes de tudo, escritor”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos*. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lília Moritz Schwarcz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. *Escritos*. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERREIRA, Ana L. O. D. “Sérgio Buarque de Holanda: conceitos e métodos de abordagem em *Raízes do Brasil*”, 2007. In: *Proyecto Ensayo Hispánico*. www.ensayistas.org/filosofos/brasil

FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. La Bibliothèque électronique du Québec. Collection *À tous les vents*. Volume 715: version 2.0, s/d..

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Colégio de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 1996.

FRANZINI, Fábio. “Reconhecimento lento e gradual”. In: *Revista de História*. Rio de Janeiro, dez. 2010, s/p. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/leituras/reconhecimento-lento-e-gradual>>

FREUD, Sigmund. *Obras completas. Volume 10 (1911-1913)*. Trad. e notas Paulo César de Souza. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GADAMER, Hans Georg. *Verdade e Método*. 4. ed. Traduzido por Flávio Paulo Meurer. Petrópolis: Vozes, 1997.

GALVÃO, Walnice Nogueira. “A emendatio euclidiana”. In: CUNHA, Euclides da. *Os sertões. Campanha de Canudos*. Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão. São Paulo, Ática, 2004.

GENETTE, Gérard. *Paratexts: Thresholds of Interpretation*. Cambridge: Cambridge University Press (Literature, Culture, Theory 20), 1997.

GOMES, Angela M. de Castro. *A República, a História e o IHGB*. 1. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. *História e historiadores: a política cultural do Estado Novo*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. “Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima”. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 23, n. 2, Nov. de 2011.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Trad. Enid Abreu Dobránszky. – Campinas, SP: Papyrus, 1998.

GRILO, Joaquina. “Litotes”. In: *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. <http://www.edtl.com.pt>

GUERRA, Abílio. “Raízes modernistas de Sérgio Buarque de Holanda”. In: *RH – Revista de História*, Campinas, n. 1, IFCH Unicamp, 1989, p. 127-141.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Usos da história, refletindo sobre identidade e sentido”. In: *História em Revista*, Pelotas, v. 6, dezembro de 2000.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité. Présentisme et expérience du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HENRIQUES, Ana Lúcia de S. “Catacrese”. In: *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. <<http://www.edtl.com.pt>>

HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. “Apontamentos para a cronologia de Sérgio Buarque de Holanda”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição*

comemorativa dos 70 anos. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lilia Moritz Schwarcz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A democracia é difícil. As observações e as conclusões de um especialista com base no exame da história”. In: *Veja*. São Paulo, 28 de janeiro, 1976. (entrevista concedida a João Marcos Coelho)

_____. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957.

_____. “Modernismo, tradicionalismo, regionalismo”. In: SENNA, Homero. *República das Letras (20 entrevistas com escritores)*, Rio de Janeiro: Livraria São José, 1957.

_____. “O pensamento histórico no Brasil nos últimos cinquenta anos”. In: PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisséias do conceito moderno de história”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 50, março de 2010.

_____. *Raízes de Sérgio Buarque de Holanda*. Francisco de Assis Barbosa (org.). Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2ª ed., 1989.

_____. *Raízes do Brasil*. 2ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1948.

_____. *Raízes do Brasil*. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

_____. *Sérgio Buarque de Holanda: escritos coligidos. Livro I (1920-1949) e Livro II (1950-1979)*. Marcos Costa (org.). – São Paulo: Editora Unesp: Fundação Perseu Abramo, 2011.

_____. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária (vol. 1 e 2)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Tentativas de Mitologia*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. “Uma entrevista”. In: *Revista do Brasil*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Rioarte – Fundação Rio, Ano 3, n. 6, 1987.

HOLLANDA, Sergio Buarque de. “O homem-machina”. In: *A cigarra*, ano VIII, n. 155, março, 1921.

_____. “Perspectivas”. In: *Estética*, ano II, vol. 1 (nº 3). Abril-junho, 1925.

_____. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

_____. “Rubens de Moraes. Domingo dos séculos”. In: *Estética*, ano II, vol. 1 (nº 2). Janeiro-março, 1925.

IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

KAUFFMANN, R. Lane. “The Skewed Path: Essaying as Unmethodical Method”. In: *Essays On The Essay: Redefining the Genre*. Alexander J. Butrym (ed). Athens, Georgia: University of Georgia Press, 1989.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Trad. de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC/RJ, 2006.

_____. *historia/Historia*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

_____. *Los estratos del tiempo: estudios sobre la historia*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2001.

KRACAUER, Siegfried. *O ornamento da massa: ensaios*. Trad. Carlos Eduardo J. Machado, Marlene Holzhausen. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

LACAPRA, Dominick. “Repensar la historia intelectual e leer textos”. In: *Giro Lingüístico e historia intelectual*. Palti, E. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o Modernismo*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em questão: historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 2ª ed., 1981.

LEPENIES, Wolf. *As três culturas*. Trad. de Maria Clara Cescato. São Paulo: Edusp, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. “Introdução à obra de Marcel Mauss” In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

LIMA, Alceu Amoroso. *Adeus à disponibilidade e outros adeuses*. Rio de Janeiro, Agir, 1969.

LUKÁCS, Georg. “Sobre a essência e a forma do ensaio: uma carta a Leo Popper”. Trad. de Mario Luiz Frungillo. In: *Revista UFG*. Ano 10, nº 04, 2008.

MACÉ, Marielle. *Le temps de l'essai. Histoire d'un genre en France au XXe siècle*. Tours: Belin, 2006.

MACEDO, José M. Mariani de. “Posfácio”. In: LUKÁCS, Georg. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad. José Marcos Mariani de Macedo. – São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.

MACHADO, Duda. “De volta a Vidas Secas (Ao encontro de Fabiano)”. In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.58, junho/agosto de 2003.

MAGALHAENS, D. J. Gonçalves de. “Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil”. In: *Nitheroy, Revista Brasiliense. Ciencias, lettras e arte*. Nº 1, Tomo primeiro. Paris: Dauvin et Fontaine, libraires, 1836.

MARTINS, Hércio. *A rima na poesia de Carlos Drummond de Andrade & outros ensaios*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

MATA, Sérgio Ricardo da. “A Alemanha secreta de Sérgio Buarque de Holanda e a face de Jano de ‘Raízes do Brasil’”. Videoconferência do texto apresentado na *II Jornada de História da Historiografia*, GT Historiografia – Anpuh/RS. Porto Alegre, 07 de dez. de 2012. Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xuCGGE9buSM>>

MATTOS, Marcelo B. “E. P. Thompson no Brasil”. Comunicação apresentada no GT “Marxismo e ciências humanas”, por ocasião do 4º *Colóquio Marx e Engels*, realizado entre os dias 08 e 11 de novembro de 2005, no IFCH/UNICAMP. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c4.pdf>>

MELLO, Evaldo Cabral de. “*Raízes do Brasil* e depois”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MENDES, Oscar. “A Alma dos livros”. *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 17 jan. 1937, s/p. In: Série: Produção de Terceiros. Subsérie: Resenhas. 2191 – Álbum coligido por Cecília Buarque de Holanda, irmã de SBH, com resenhas de diversos autores sobre o livro “*Raízes do Brasil*”, publicadas em diversos jornais do país. 1936-1938. (78 artigos). Pt 176 P61. Fundo Sérgio Buarque de Holanda (SBH). Arquivo Central da Universidade Estadual de Campinas (Siarq-UNICAMP).

MONTEIRO, Pedro Meira. *A queda do aventureiro: aventura, cordialidade e os novos tempos em Raízes do Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

_____. “As Raízes do Brasil no espelho de próspero”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 83, São Paulo, março de 2009.

_____. “Sergio Buarque de Holanda e as palavras”. *Texto da comunicação feita no Seminário “Arquivo & Pesquisa - Caminhos sem fronteiras: o arquivo de Sergio Buarque de Holanda”*. Campinas, Siarq/Unicamp, 07 de maio de 1997.

_____; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

MORAES, Eduardo Jardim de. “Modernismo Revisitado”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988.

MORGADO, Maria Filomena. “Ironia dramática”. In: *E-Dicionário de Termos Literários (EDTL)*. Coord. de Carlos Ceia, ISBN: 989-20-0088-9. <<http://www.edtl.com.pt>>

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira: pontos de partida para uma revisão histórica*. 9ª edição. São Paulo: Ática, 1994.

NABUCO, Joaquim. “Discurso de Joaquim Nabuco, secretario geral”. In: *Revista da Academia Brasileira de Letras*, vol. I, julho de 1910.

NICODEMO, Thiago Lima. “Os planos de historicidade na interpretação do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda”. *Mimeo*, 2012.

_____. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

NICOLAZZI, Fernando. “A história e seus passados: regimes historiográficos e escrita da história no Brasil, 1870-1940”. *Mimeo*, 2013. Texto apresentado na ocasião do *I Seminário de História e Cultura: Historiografia e Teoria da História*, ocorrido entre os dias 24 e 27 de junho de 2013, na Universidade Federal de Uberlândia.

_____. *Ensaio histórico e escrita da história: a historiografia brasileira entre 1870 e 1940*. Projeto de pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPEMIG) da Universidade Federal de Ouro Preto, 2009.

_____. “Ordem do tempo e escrita da história: considerações sobre o ensaio histórico no Brasil”. Mariana: *Mimeo*, 2008.

_____. *Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa Grande & Senzala e a representação do passado*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

NOBRE, Marcos. “Depois da formação. Cultura e política da nova modernização”. In: *Revista Piauí*, n.74, nov. 2012. <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-74/tribuna-livre-da-luta-de-classes/depois-da-formacao>>

OLIVEIRA, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Dissertação de mestrado em história. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

ORTEGA Y GASSET, José. *A Rebelião das Massas*. Trad. Herrera Filho. Edição eletrônica: Ridendo Castigad Moraes, s/d. (www.jahr.org)

_____. *Obras Completas: tomo II – el espectador (1916-1934)*. Madrid: Revista de Occidente, 6ª Ed., 1963.

PÉCORA, Alcir. “A importância de ser prudente”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

PEREIRA, Mateus Henrique de F.; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Odisséias do conceito moderno de história”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Nº 50, março de 2010.

PORTELLA, Eduardo. “O ensaio”. Conferência pronunciada na Academia Brasileira de Letras, em 10/10/2000.
<<http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=4268&sid=531>>

PRADO, Antonio Arnoni. “Introdução”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sérgio Buarque de Holanda. O espírito e a letra: estudos de crítica literária (vol. 1 e 2)*. Antonio Arnoni Prado (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. “Nota breve sobre Sérgio crítico”. In: SALOMÃO, J. (dir.). *Sérgio Buarque de Holanda. 3º COLÓQUIO UERJ*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

_____. “Raízes do Brasil e o modernismo”. In: CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

PRADO Jr., Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1928.

RICOEUR, Paul. “A marca do passado”. In: *História da Historiografia*. Trad. Breno Mendes e Guilherme Cruz e Zica. Ouro Preto (UFOP), n. 10, dezembro 2012, p. 329-349.

_____. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. *A metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

_____. *Tempo e narrativa*. Tomo I. Trad. de Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1994.

ROCHA, Antonio Penalves. “Introdução”. In: CAIRU, Visconde de. *Visconde de Cairu*. Organização e Introdução de Antonio Penalves Rocha – São Paulo: Editora 34, 2001.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Literatura e cordialidade: o público e o privado na cultura brasileira*. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. *O exílio do homem cordial; ensaios e revisões*. – Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro. “Sergio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre: raízes de uma rivalidade literária”. In: *Dicta&contradicta*, n. 9, Guilherme Malzoi Rabello (org.) – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; São Paulo: IFE, 2012.

RODRIGUES, Henrique Estrada. *Fronteiras da democracia em Sérgio Buarque de Holanda*. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. 1º. Volume. Contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 7ª. edição. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1980.

SALLUM Jr., Brasílio. “Democracia e Cultura Política”. Vídeo da palestra proferida no seminário *Atualidade de Sérgio Buarque de Holanda*, realizado pelo Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, entre 13 e 16 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=MaifOfFmAf4>>

SANCHES, Dalton. “As escritas de (e sobre) *Raízes do Brasil*: possibilidades e desafios à história da historiografia”. In: *História da Historiografia*. Ouro Preto (UFOP), n. 9, agosto, 2012, p. 201-221.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Gabriel Santos da. *Sua fraqueza foi sua força: a plasticidade em Raízes do Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio, 2012.

SOUZA, Gilda de Mello e. *O tupi e o alaúde: uma interpretação de Macunaíma*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

STAROBINSKI, Jean. “Peut-on définir l’essai?”. In: *Pour un temps/Jean Starobinski*. Paris: Centre Georges Pompidou, 1985.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

_____. *Que horas são?: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SÜSSEKIND, Flora. “Outra Nota – Comentário ao texto ‘Nota breve sobre Sérgio crítico’, de Antônio Arnoni Prado”. In: SALOMÃO, J. (dir.). *Sérgio Buarque de Holanda*. 3º COLÓQUIO UERJ. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

TURIN, Rodrigo. *Narrar o passado, projetar futuro: Sílvio Romero e a experiência historiográfica oitocentista*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

VARGAS, Everton Vieira. *O legado do discurso: brasilidade e hispanidade no pensamento social brasileiro e latino-americano*. – Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

VECCHI, Roberto. “A insustentável leveza do passado que não passa: sentimento e ressentimento do tempo dentro e fora do cânone modernista”. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). *Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: UNICAMP, 2004.

_____. “Atlas intersticial do tempo do fim: Nossa Revolução”. In: PESAVENTO, Sandra. J. (org.) *Um historiador nas fronteiras: o Brasil de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____. “Contrapontos à brasileira: Raízes do Brasil e o jogo das metáforas”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

VELLOSO, Mônica Pimenta. “A literatura como espelho da nação”. In: *Estudos Históricos*. Vol. 1, n. 2, 1988.

VENÂNCIO, Giselle. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Vianna (1883-1951)*. Tese de doutorado em história. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VERÍSSIMO, José. *História da Literatura Brasileira*. 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 1963.

_____. *Que é literatura? e outros escritos*. São Paulo: Landy, 2001.

VIANA, Hélio. “Literatura histórica”. In: *Cultura Política*. Ano 1, nº 1, março de 1941.

VIANNA, Helio. “Ensaio biobibliográfico”. In: ABREU, J. Capistrano de. *O descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Martins Fontes; Biblioteca do Exército, 2001.

VIANNA, Oliveira. “Discurso de Francisco José de Oliveira Vianna”. In: *Revistita do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 96, vol. 150, 86º ano, 1924.

WAIZBORT, Leopoldo. “O mal-entendido da democracia: Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, 1936”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 26, n. 76, jul. 2011.

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o “Espírito” do Capitalismo*. Edição de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WEGNER, Robert. *A conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000.

_____. “Latas de leite em pó e garrafas de uísque: um modernista na universidade”. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Sérgio Buarque de Holanda – Perspectivas*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP; Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2008.

_____. “Um ensaio entre o passado e o futuro”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil. Edição comemorativa dos 70 anos*. Ricardo Benzaquen de Araújo e Lília Moritz Schwarcz (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WHITE, Hayden. *Figural Realism: studies in the mimesis effect*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2000.

_____. *Meta-história: A Imaginação Histórica do Século XIX*. José Laurênio de Melo (trad.) – 2ª ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. “Teoria literária e escrita da história”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, 1991.

WOOD, James. *Como funciona a ficção*. Trad. de Denise Bottmann. 1ª ed. Cosac Naify Portátil. – São Paulo: Cosac Naify, 2012.